UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JOSEMEIRE ALVES PEREIRA

PARA ALÉM DO HORIZONTE PLANEJADO: RACISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BELO HORIZONTE (SÉCULOS XIX E XX)

CAMPINAS

2019

JOSEMEIRE ALVES PEREIRA

PARA ALÉM DO HORIZONTE PLANEJADO: RACISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BELO HORIZONTE (SÉCULOS XIX E XX)

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em História, na Área de História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Lucilene Reginaldo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA JOSEMEIRE ALVES PEREIRA E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LUCILENE REGINALDO.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

P414p

Pereira, Josemeire Alves, 1978-
Para além do horizonte planejado : racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX) / Josemeire Alves Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Lucilene Reginaldo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Representações sociais. 2. Segregação urbana. 3. Racismo - Brasil - História. 4. Negros - Brasil - Segregação. 5. Escravidão - Minas Gerais - Emancipação. 6. Planejamento urbano - Belo Horizonte (MG). I. Reginaldo, Lucilene, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Beyond the planned horizon : racism and urban space production in Belo Horizonte (19th - 20th centuries)
Palavras-chave em inglês:
Social representations
Urban segregation
Racism - Brazil - History
Blacks - Brazil - segregation
Slavery - Minas Gerais - Emancipation
Urban planning - Belo Horizonte (MG)
Área de concentração: História Social
Titulação: Doutora em História
Banca examinadora:
Lucilene Reginaldo [Orientador]
Ana Flávia Magalhães Pinto
Angela Maria da Silva Gomes
Robert Wayne Andrew Slenes
Mario Augusto Medeiros da Silva
Data de defesa: 31-07-2019
Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0003-3520-9608
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/8040311737493589

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 31 de julho de 2019, considerou a candidata Josemeire Alves Pereira aprovada.

Profa. Dra. Lucilene Reginaldo

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto

Prof. Dr. Mario Augusto Medeiros da Silva

Profa. Dra. Angela Maria da Silva Gomes

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico esta tese:

À minha avó, Maria Pereira Coimbra
(in memoriam)
Ao meu pai, Feliciano Rodrigues Pereira
(in memoriam).

À Emerenciana Alves Rodrigues,
fonte de fé e força.

À Lorrayne dos Reis.

A quem chega, anunciando novos tempos:
Pedro Henrique Martins Costa e
Ayana Silva.

Agradecimentos

O percurso que possibilitou a realização do processo de doutoramento de que resulta a tese aqui apresentada foi intenso, desafiadoramente transformador, convidando-me ressignificar os próprios sentidos do ofício que acolhi como uma das formas de atuar no mundo. Ao longo do tempo de sua construção, foi preciso aprender a conhecer e a superar limites de naturezas diversas e nem sempre exclusivos à minha experiência individual. Sou grata por todas as condições que me foram disponibilizadas para a realização deste trabalho, durante o ciclo que ora se encerra.

Agradeço à minha Orientadora, Profa. Dra. Lucilene Reginaldo, por acolher o projeto de pesquisa, juntamente com as/os demais professoras/es do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult), e pelo profissionalismo, respeito e cuidado com que conduziu o processo de orientação.

Às Professoras Angela da Silva Gomes, Ana Flávia Magalhães Pinto, Maria Cristina Cortez Wissenbach e aos Professores Robert W. Slenes, Mário Augusto Medeiros da Silva e Aldair Carlos Rodrigues, por aceitarem compor a banca de avaliação desta tese.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte financeiro para a realização do doutorado (Processo nº 2013/21926-9).

À Profa. Josianne Cerasoli e ao Prof. Robert W. Slenes, pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação.

Agradeço, pelo imprescindível apoio nas lides com os processos administrativos, à Flávia Renata Peral (Cecult) e ao Daniel Gomes Hatamoto (Secretaria da Pós-Graduação em História). E pelos aprendizados construídos junto às/aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp. Especialmente ao Jonatas Roque Ribeiro, ao José Pereira, à Marilea Almeida, ao Marcos Vinícius Santos Dias, à Laura Fraccaro, à Lívia Tiede, ao Matheus Serva Pereira. À nossa “mais nova”, Taina Aparecida Silva Santos, minha admiração e meu profundo respeito pelo que aprendi e aprendo com sua trajetória acadêmica e de liderança.

Ao Vinebaldo Aleixo de Souza sou grata pelo apoio e pelas trocas intelectuais, durante os primeiros anos de realização da pesquisa. Joseane Carina Borges e Robson Gabioneta acolheram-me em momentos fundamentais, em Campinas. Sou grata a eles e ao Robert Reinecke, pela amizade.

À Elida Helena, Elma Amaral, Márcia Alkmim, ao Denis Soares e aos demais funcionários do Arquivo Público Mineiro; às funcionárias/os do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e do Museu Histórico Abílio Barreto, cujo trabalho e solicitude foram fundamentais para o acesso a documentação utilizada neste estudo.

Às famílias negras cujas histórias generosamente compartilhadas iluminam e conferem sentido aos resultados da pesquisa aqui apresentados. Agradeço especialmente às seguintes pessoas: D. Ione Pires Ladislau; D. Isaltina da Silva Pereira (Tia Neném – *in memoriam*); Alexandre Oliveira e sua mãe, Maria das Dores Oliveira (Dona Lia); Maria Ramos (Dona Cotinha), Sr. Raimundo Monteiro, Ângela Cristina Monteiro, Maura da Silva Monteiro e Jeferson Monteiro; Antônio Augusto da Silva, Maria José A. Batista e Nanci Augusto; Levínia da Silva Costa, Maria Ferreira de Jesus e Júnia Costa; Vanessa Cristina de Jesus; Euza Antônia dos Santos (*in memoriam*), Elizeth Perpétua dos Santos, Elizabeth Consolação dos Santos, Priscila dos Santos Vítor e Hermes dos Santos; Eda Costa e Maria do Carmo Costa; Berenice Ferreira de Souza; Vilma Eustáquia da Silva e Heloiza Helena Costa; Nésia Batista Santana (*in memoriam*) e Dayse Francisca Santana; Lúcia da Silva, Maria Conceição da Silva e Kelly Cristina da Silva; Makota Kidoiale (Cássia Cristina Silva); Clemência Nunes de Lima, José Luis de Lima, Maria José de Lima e Evandro Nunes de Lima; e ao Capitão Mestre da Irmandade Carolinos, Sr. Nelson Pereira da Silva.

Ao imprescindível auxílio de Lisandra Mara e Joseane Carina Borges na elaboração de mapas, e de Taina Silva e Elisângela Gonçalves na transcrição de documentos.

Nos vários momentos de retorno a Belo Horizonte, em função da pesquisa e mesmo depois dela, o (re)encontro com pessoas muito especiais contribuiu, de forma decisiva, para minha percepção acerca da potência do trabalho que se desenvolvia quanto aos desdobramentos de dimensões políticas e sociais que a ele já passavam a ser associados.

Sou imensamente grata à Dona Vilma Eustáquia da Silva, sua filha Heloiza Helena Costa – que me acolheu em irmandade – e às/aos integrantes do Movimento Dona Vilma Fica!: Lisandra Mara Silva, Elerson Silva e a pequena Ayana – a Flor Bonita que veio ao mundo abençoando os caminhos de luta pelo que é justo; Gilmara Souza, Nathália Alves e José Eduardo Levi. Também à Mariana Falcão e ao Sr. Ivo Dias.

À Simone Moura, Christiane Souza, Karla Danitza, ao Cristiano Cezarino Rodrigues e à equipe do Museu Histórico Abílio Barreto, com quem construímos, a convite do Museu, a Exposição "NDÊ! Trajetórias Afro-Brasileiras em Belo Horizonte", abordando o tema da presença negra na cidade. Experiência que em muito nutriu a construção de sentidos para a pesquisa que resultou nesta tese.

A Rainha Conga do Estado de Minas Gerais, Isabel Cassimira, assim como Zora Santos, Zaika dos Santos, Anderson Feliciano, Evandro Nunes, Denilson Martins, Vanessa Beco, Tatiana de Carvalho Costa, Soraya Martins, Ricardo Aleixo, Mara Catarina Evaristo, Nila Rodrigues Barbosa, Ivone Oliveira e Maurício Moreira (Quilombo de Mangueiras), são interlocutoras/es que sempre me provocam a pensar a cidade e as experiências de negritude que dinamicamente a constituem.

De maneira muito especial, agradeço pela irmandade oferecida por Miriam Aprígio Pereira – meu respeito e reverência a toda ancestralidade que guarda e inspira as lutas de Luízes, "testemunhando o vigor das fundações e raízes africanas e a permanência de seus textos, mesmo quando atravessados pelo palimpsesto do outro", como bem nos diz Leda Martins, nas suas *Afrografias da Memória.*

À minha mãe, que precisou lidar com minha ausência em um período delicado de nossa vida familiar: que sua bênção continue me fortalecendo para que os frutos dos nossos esforços pela plenitude da existência sejam benéficos àquelas e àqueles que vierem depois.

As culturas negras que matizaram os territórios americanos, em sua formação e modus *construtivos, evidenciam o cruzamento das tradições e memórias orais africanas com todos os outros códigos e sistemas simbólicos, escritos e/ou ágrafos, com que se confrontaram.*

...

A cultura negra é uma cultura das encruzilhadas.

Leda Maria Martins
Afrografias da Memória

Então, a pobreza é também um lugar de episteme.
Mas só é quando é vencida.
Porque, senão, ela vai continuar sendo
o lugar de interdição,
o lugar de frustração,
o lugar de revolta,
o lugar da injustiça.
...
Pouquíssimos, hoje, podem olhar pra trás e considerar a pobreza também como local de episteme.

Conceição Evaristo[1]

[1] Em palestra proferida em Belo Horizonte, durante a *2ª Mostra Conceição Evaristo*, promovida pelo Casarão das Artes, em palestra intitulada "Escrevivência: Conceição Evaristo: Literatura e Etnicidade", no dia 20.07.2017, no Memorial Minas Gerais Vale. (A transcrição adaptada de fragmento da palestra é de minha autoria).

RESUMO

A presença e agência de população de origens africanas têm caracterizado de modo fundamental, desde o período colonial, a produção do território escolhido ao final do século XIX para abrigar uma nova sede administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais. Este fato, embora bem documentado em fontes como mapas de população, registros eclesiásticos, policiais, judiciais, iconográficos, literários, documentação cartorial, dentre outras fontes, não é reconhecido nas narrativas que produzem a existência simbólica da cidade de Belo Horizonte.

O estudo do qual resulta esta tese toma como ponto de partida este aparente paradoxo estabelecido entre o silêncio acerca da existência e a agência de população de africanas/os, pretas/os, pardas/os (estas/es últimas/os também classificadas/os em diferentes épocas como mulatas/os, mestiças/os), no povoado do Curral Del Rey, onde se instalou a nova capital, Belo Horizonte, e a existência de incontestáveis indícios documentais sobre o tema.

A partir destas fontes, indaguei sobre as razões e os mecanismos de produção desse silêncio e seus significados. A pesquisa possibilitou compreender que o "silêncio" e o próprio paradoxo aqui apontado emergem como expressões de relações de poder profundamente racializadas, características da formação social da sociedade brasileira ao longo do tempo, e que podem ser observadas no processo de instituição de uma cidade concebida a partir do discurso da modernidade e do progresso pelas elites políticas e econômicas de Minas Gerais, após a Abolição da escravidão e a instituição da República no país. Além disso, revela como traço de continuidade a potência transformadora dos movimentos de contraposição a este projeto, atualizada nas vivências de indivíduos e comunidades negras na cidade.

Palavras Chave: Racismo; história; Pós-emancipação; cidades; Belo Horizonte-MG

ABSTRACT

The presence and agency of population of African origins has fundamentally characterized, since the colonial period, the production of the chosen territory to house a new administrative headquarters of the Government of the State of Minas Gerais, at the end of the 19th century. This fact, although well documented in sources such as population maps, ecclesiastical, police, judicial, iconographic, literary records, notarial documentation, among other sources, is not recognized in the narratives that produce the symbolic existence of the city of Belo Horizonte.

The study from which this thesis results takes as its starting point this apparent paradox established between the silence about the existence and agency of the population of Africans, blacks, browns (these last ones also classified at different times as mulattoes, crossbreed), in the town of Curral Del Rey, where the new capital, Belo Horizonte, was established, and the existence of undeniable documentary evidence on the subject.

From these sources, I inquired about the reasons and the mechanisms of production of this silence and its meanings. The research made it possible to understand that the "silence" and the paradox presented here emerge as expressions of deeply racialized power relations, characteristic of the social formation of the Brazilian society over time and that can be observed here, especially in the process of institution of a city conceived from the discourse of modernity and progress by the political and economic elites of Minas Gerais, after the Abolition and the institution of the Republic in the country. In addition, it reveals as a trace of continuity, the transformative power of the movements against this project, updated in the experiences of black individuals and communities in the city.

Key words: Racism; history; Post emancipation; cities; Belo Horizonte-MG

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	População preta e parda em Belo Horizonte: distribuição por setor censitário do IBGE 2010	39
Figura 2	Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte (1895)	40
Figura 3	Planta Cadastral da Área Destinada à Cidade de Minas (1894) – fragmento	41
Figura 4	Sobreposição Planta Cadastral do Arraial de Bello Horizonte e Planta Geral da Cidade de Minas, com dados População em 1828	44
Figura 5	Capitania de Minas Gerais nos Fins da Era Colonial	55
Figura 6	Regiões Província de Minas Gerais, século XIX	56
Figura 7	Fazendas Antigas de Belo Horizonte A	65
Figura 8	O vigário Francisco Martins Dias diante do Altar Mor da Matriz da Boa Viagem	81
Figura 9	Largo do Rosário	85
Figura 10	Capela Curatorial Nossa Senhora do Rosário (1895)	86
Figura 11	“Major Lopes de Oliveira” (1897)	93
Figura 12	“Av. do Contorno – Floresta. B. Horizonte” (1920-1930)	94
Figura 13	Missa na Igreja da Floresta	95
Figura 14	“Calçamento da Avenida Assis Chateaubriand” – Belo Horizonte	112
Figura 15	“Calçamento de um trecho da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte”	115
Figura 16	“Construção do monumento à civilização mineira na Praça Rui Barbosa em Belo Horizonte (MG)”	116
Figura 17	“Operários nas obras de canalização de água próxima ao Barreiro em Belo Horizonte (MG)”	120
Figura 18	“Operários na instalação de sifão, nas obras de saneamento e tratamento de água de Belo Horizonte (MG)”	123
Figura 19	Trabalho na Mina de Morro Velho (1903) 1	137
Figura 20	Trabalho na Mina de Morro Velho (1903) 2	137
Figura 21	Francisco Pedro Liberato	139
Figura 22	Maria Paula de Souza, suas filhas e seu filho (s. d.)	142
Figura 23	Filhas e netas de Maria Paula de Souza	142
Figura 24	Cornélia Nogueira e sua bisneta	147
Figura 25	Cornélia Nogueira	148

Figura 26 Mapa “Panorama Parcial de Bello Horizonte” (1927) 150

Figura 27 Mapa Fazendas Antigas de Belo Horizonte B 151

Figura 28 Mulheres de Luízes 184

Figura 29 Família reunida nas Piteiras 186

Figura 30 Detalhe da “Planta Geral da Cidade de Minas” 201

Figura 31 Rita Venâncio do Espírito Santo e sua filha, Maria Eunice Marciano dos Santos, por ocasião do casamento desta (s. d.) 205

Figura 32 Detalhe do mapa “Fazendas Antigas de Belo Horizonte” com provável localização da Fazenda do Capão 207

Figura 33 Localização da Rua Congonhas nos prováveis limites da Fazenda do Capão 207

Figura 34 Detalhe da “Planta Geral da Cidade de Minas” (APCBH), com indicação da localização da antiga Rua Congonhas 209

Figura 35 “Roseira na Praça da Liberdade em Belo Horizonte” (1927) 214

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1	População Curral Del Rey, 1816 (Cor, Sexo e Condição)	48
Tabela 1	Mappa da População do Termo da Villa Real do Sabará (1816)	49
Gráfico 2	Mapa da População Distrito do Curral Del Rei,1840 (Cor, Sexo, Condição)	50
Gráfico 3	População da Freguesia de Nossa Sra. da Boa Viagem do Curral Del Rey, 1872 (Raça, Sexo e Condição)	51
Tabela 2	Curral Del Rey, Divisão de Terras (1855-1857)	62
Tabela 3	Município de Sabará (MG) – População, Condição (1872)	68
Gráfico 4	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte – Doentes admitidos, 1908-1935 (Cor/Raça)	103
Tabela 4	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte – Doentes admitidos, 1908-1935 (Cor/Raça)	104
Tabela 5	População Carcerária – Cadeia Pública de Belo Horizonte, 1913	109
Tabela 6	População Carcerária – Cadeia Pública de Belo Horizonte, 1913 (Cor/Raça)	109
Tabela 7	População Carcerária – Cadeia Pública de Belo Horizonte, 1913 (Naturalidade, Nacionalidade)	110

LISTA DE SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
APM	Arquivo Público Mineiro
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
CENARAB	Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileira
FUNDAMAR	Fundação 18 de Março
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOAS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
NuQ	Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PRODABEL	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

Introdução		17
1	**Transfluências afrodiaspóricas no Curral Del Rey**	34
1.1	População de origem africana no território do Curral Del Rey, no século XIX	42
1.2	Trabalho e liberdade no Pós-Abolição	67
1.3	Nasce uma cidade moderna e racialmente segregada	79
2	**A eloquência dos silêncios: produção de invisibilidade acerca da presença negra em Belo Horizonte**	91
2. 1	Trabalhadoras e trabalhadores negras/os migrantes na Nova Capital	91
	2.1.1 "Pretos/as" e "Mestiços/as" em registros institucionais	101
2. 2	A produção de representações	112
2. 3	Personagens negras em narrativas literárias em Belo Horizonte	124
2. 4	Representações e memórias de crianças negras	134
3	**"Esta Terra é Minha": comunidades negras em luta pela Terra**	147
3.1	Cornélia, Manoel Luiz, Ana Apolinária e as lutas dos herdeiros negros da Fazenda Bom Sucesso	147
	3.1.1 D. Cornélia Nogueira	147
	3.1.2 "Pela lei, justiça e razão"	161
	3.1.3 Sobre as famílias	175
3.2	"Não fomos nós que viemos para a cidade: a cidade que veio até nós": lutas quilombolas pela terra em Belo Horizonte	179
	3.2.1 Ana Apolinária, matriarca dos Luízes	183
	3.2.2 Quilombos urbanos	187
3.3	Dona Vilma	193
	3.3.1 José Rodrigues da Silva, um operário negro migrante	195
	3.3.2 O que dizia a legislação	199
	3.3.3 Uma história antiga	206
3.4	"Por acreditarmos ainda na justiça"	210
Considerações Finais		214
Referências		224
Apêndices		249

Introdução

O advento das comemorações do centenário de Belo Horizonte trouxe a lume uma série de publicações que abordavam a história da cidade, partindo diferentes perspectivas.[2] Produzidas, em geral, nos campos da História, das Ciências Sociais e de Arquitetura & Urbanismo, estas obras apresentavam, em geral, alguns elementos em comum. Entre eles, o destaque especial para a análise das decisões políticas que levaram à escolha pela mudança da sede administrativa do Estado, que deixava de ser Ouro Preto e passaria a abrigar-se em uma cidade nova, concebida a partir dos signos da "modernidade" e do "progresso" – uma "Capital para a República"[3].

Abordava-se também, naquelas publicações, a atuação da Comissão Construtora da Nova Capital (CNCC), criada em 1894 e chefiada pelo Engenheiro Aarão Reis, responsável pela elaboração e execução do Plano para a capital.[4] Aarão foi fortemente orientado pela perspectiva positivista em diálogo com experiências estrangeiras como as que informavam a construção de cidades como La Plata,

---

[2] Dentre outros títulos, registram-se: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997; ARAÚJO, Laís Corrêa de. *Sedução do horizonte*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996 – todos da Coleção Centenário –; SILVA, Regina Helena; FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Belo Horizonte fez 100 anos*. Projeto História, n. 17, 1998. Antes, havia sido empreendida, também pela Fundação João Pinheiro, a reedição dos dois volumes da principal obra de referência sobre a história de Belo Horizonte: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995; além de coletâneas como DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996; GUIMARÃES, Berenice Martins. *A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis*. In: RIBEIRO, L. C. De Q.; PECHMAN, R. Cidade, povo e nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

[3] MELLO, Ciro Flavio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

[4] O engenheiro paraense Aarão Leão de Carvalho Reis coordenara a Comissão de Estudos responsável por subsidiar a escolha da localidade onde seria construída a nova cidade. Após a escolha do Curral Del Rey, instituiu-se a Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo mesmo Aarão Reis, que a integrou até 1895, dando início às obras de construção da nova cidade. Cf. SALGUEIRO, Heliana A. *Op. cit.*

Washington e a remodelação de antigas cidades a partir das concepções *haussmannianas* que orientaram a reforma da cidade de Paris.[5] Nas obras em apreço, pouco se dizia sobre a população de operários[6] – não havia referência a trabalhadoras – envolvidos na construção da cidade. Sobre estes, enfatizava-se o problema gerado pela falta de moradia a eles destinada nos Plano da Comissão Construtora e a participação de estrangeiros – com maior afluência de italianos, portugueses e espanhóis –, que passaram à memória histórica da cidade como os responsáveis por sua construção. Esta informação parecia-me, como estudiosa da história da cidade e já durante a graduação em História, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), muito contrastante com a forte presença de população não branca em Belo Horizonte, mais de cem anos após sua inauguração enunciada em narrativas de moradores de uma das regiões mais antigas do território.

Em 2007, em entrevista que me foi concedida por uma moradora de uma localidade situada nos atuais limites territoriais da Vila Estrela, que é na hoje compreendida como comunidade de favela da região Centro Sul da cidade, deparei com a possibilidade de indagar as narrativas correntes sobre a história de Belo Horizonte e a sensível e eloquente lacuna sobre a presença de população negra na cidade desde o advento de sua construção. A narrativa de Dona Ione Pires Ladislau, nascida em 1924, no mesmo lugar em que residia 83 anos depois, ao indicar a antiga e duradoura presença de antepassados seus naquele território – inclusive de sua avó, uma "ventre livre" (nos termos de Dona Ione) que, em 1912, após a morte do marido, migrou com três filhas/os para a capital –, apontava também para a rede de relações entre famílias negras que, como a sua, haviam sido atraídas pelas possibilidades de

[5] O historiador Carlos Alberto Oliveira apresenta importante crítica a ideias difundidas em algumas destas publicações – tais como a de que teria havida uma mera importação de conceitos e práticas europeus na construção do projeto de Belo Horizonte. Cf.: OLIVEIRA, Carlos Alberto. *Prescrições para o futuro*: Belo Horizonte entre processos de modernização. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

[6] Exceção para o importante estudo de Berenice Guimarães que, entretanto, apenas sugerem possível pertencimento racial negro a parte desses operários. Cf. GUIMARÃES, Berenice. *Cafuas, Barracos e Barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro/RJ, 1991; Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992; As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação*: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b.

trabalho na capital em construção. e ofereciam suporte para parentes e amigos que chegavam à cidade.

Tudo isto abria uma nova perspectiva de leitura sobre os discursos que fundamentaram a criação da cidade. Estes discursos, reinterpretados e atualizados, ao longo do século XX até a contemporaneidade[7], seguiram negligenciando a existência desta população como agente fundamental da experiência de cidade que se constituiu, a partir dos desdobramentos da instituição da República no país e fundamentalmente da extinção legal do regime escravista.

É importante ter presente que o mesmo tipo de "embranquecimento" ocorreu em narrativas de outras cidades brasileiras, como bem têm evidenciado estudos sobre cidades como Porto Alegre-RS, São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ, dentre outras.[8] O que apresenta, a meu ver, a importância fundamental da ampliação

---

[7] A este respeito remetemos, novamente, ao trabalho de Carlos Oliveira anteriormente referenciado, pela análise que apresenta sobre os discursos de modernidade e desenvolvimento mobilizados em diferentes momentos nos processos de urbanização de Belo Horizonte. Cf. OLIVEIRA, *Op. cit.*

[8] Pesquisa fundamental sobre o tema foi realizada por José Carlos Ferreira dos Santos, sobre São Paulo. Cf. SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano*: São Paulo e a Pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998. Para o Rio de Janeiro, é possível observar os desdobramentos das práticas higienistas que orientavam a reforma urbana promovida pela gestão Pereira Passos sobre a população negra da cidade, nos trabalhos de Sidney Chalhoub. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. Outras publicações do mesmo autor conferem centralidade à vida das pessoas negras naquela cidade, também no Pós-Abolição, destoando das narrativas historiográficas que abordam o mundo do trabalho, por exemplo, sem atenção às trabalhadoras e trabalhadores negros. A este respeito, ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 1ª. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986. A historiografia sobre o período Pós-Emancipação, no sul do país é abrangente, podendo ser acessada também através das pesquisas realizadas pelo projeto "Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional", em que se propõe à investigação da "experiência de africanos e seus descendentes no Brasil, de forma comparativa", não se restringindo, portanto às pesquisas sobre a região sul. Ver o site do Projeto em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=58>. Consulta em: 15.05.2019. Recomendamos, especialmente, a leitura da tese de Marcus Vinícius Rosa (recentemente publicada em livro): ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade*: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918). 2014. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2014.

de pesquisas que indaguem sobre o tema no campo da história urbana produzida no e sobre o Brasil.[9]

A singularidade de Belo Horizonte em relação às demais cidades aqui referenciadas – cidades antigas que passaram por processos de reforma ou remodelação urbana, desde fins do século XIX – é o fato de tratar-se de uma cidade planejada, uma cidade nova, projetada sobre um povoado de origens coloniais, fundado no início do século XVIII e, portanto – embora isto também não seja discutido na historiografia sobre a cidade –, igualmente marcado pela experiência escravista. A nova cidade destinava-se, não obstante, a "suplantar o passado (ou a sociedade) colonial"[10] – não necessariamente o passado escravista, note-se bem –, "e preparar o Estado para o futuro republicano"[11]. Em relação a este aspecto, diferentemente do que ocorreu nas cidades antigas brasileiras, cabe observar que a opção do Governo do estado de Minas Gerais foi pela mudança da capital, não pela transformação de Ouro Preto.

A transferência da sede do Governo de Minas Gerais, discutida com frequência pelas classes dirigentes durante as últimas décadas do século XIX, é coetânea às mudanças econômicas e políticas que ocorreram no país a partir do processo emancipacionista e da instauração do regime republicano. Estas mudanças estão relacionadas ao surgimento de novas forças econômicas no Estado que, com a emergência da República – que em alguma medida também as representava – se

---

[9] Uma iniciativa importante, que sinaliza para a relevância desta abordagem, foi realizada em 2015, sob coordenação das pesquisadoras Flávia Rios e Ana Barone. O Simpósio "Negros nas Cidades Brasileiras", realizado entre 24 e 26 de agosto de 2015, no Centro Universitário Maria Antônia – USP, teve por objetivo "colocar em relevo a questão do espaço urbano no Brasil, sob a perspectiva das relações raciais" (Cf. <https://plataforma9.com/congresso/simposio-negros-nas-cidades-brasileiras-1890-1950-na-usp/>). Consulta em 20/01/2019. Destaque-se a forte presença de pesquisadoras e pesquisadores negros de diversas áreas dentre as/os convidadas/os, apresentando pesquisas sobre o tema, versando sobre diversas regiões do país. Recentemente foi lançada uma publicação resultante do evento. Cf. BARONI, Ana; RIOS, Flávia. *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: FAPESP, 2019.

[10] Esta é uma expressão que se perpetua na literatura produzida sobre a cidade, sendo mencionada mesmo em pesquisas recentes. Cf. OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 18.

[11] Cf. OLIVEIRA, *Ibid.*

mobilizaram em torno da garantia de poder político correspondente à sua expansão econômica.[12]

A concepção e instituição de uma nova Capital foi, pois, tributária destas transformações, segundo Maria Efigênia Lage de Rezende.[13] As preocupações das elites políticas e econômicas de então quanto à necessidade de criação de um novo centro administrativo já se anunciavam nos debates políticos, entre as décadas de 1880 e 1890[14]. Tito Flávio Rodrigues Aguiar[15] observa que era esperado que o empreendimento viabilizasse a superação do atraso de Minas em relação aos centros econômicos do país – Rio de Janeiro e São Paulo –, que acabavam atraindo e, de certa forma tendendo a incorporar, municípios mineiros situados próximos às fronteiras com estas regiões, representando risco de desagregação político-administrativa do Estado de Minas Gerais.[16]

Em tais debates conquistava espaço a noção de "modernização mineira", remetendo à defesa de uma política favorável ao progresso econômico do Estado. A nova Capital teria surgido, assim, como elemento fundamental deste projeto, que envolvia ainda uma política de fomento à "modernização agrícola" por meio de investimentos iniciais na tentativa de formação da mão-de-obra constituída agora por

---

[12] Cf. REZENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG (30) p. 601. Apud Dutra, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Hucitec; Editora UFMG (com apoio do MinC-Pró-Memória Instituto Nacional do Livro), 1988, p. 82.

[13] *Ibid.*

[14] Cf. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital*: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 34.

[15] *Ibid.*

[16] As relações econômicas desenvolvidas entre as regiões do Sul e da Zona da Mata mineiros com São Paulo e Rio de Janeiro, eram intensas desde o século XIX, tendo estreitado-se ainda mais com a instalação de ferrovias, a partir de 1860. Cf. REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/1888*. (1993). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 1993, p. 33.

trabalhadores nacionais livres; mas também através do estímulo à imigração de trabalhadores europeus.[17]

É importante ressaltar, contudo, que a "modernização mineira" proposta pelos liberais locais guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição colonial – portanto, tampouco rompia com os valores políticos e ideológicos que sustentavam a dinâmica da sociedade de base escravista. Assim, na concepção das elites políticas e econômicas do estado de então era perfeitamente plausível aliar, nas práticas e interesses de natureza política e econômica, traços de "modernização" considerados úteis ao desenvolvimento econômico, a elementos de tradição colonial escravista que se apresentassem conciliáveis com tais interesses.[18] Desta perspectiva não haveria contradição entre a destruição do antigo Curral Del Rey[19] para a construção de uma capital moderna e a manutenção de Ouro Preto, posteriormente transformada em referência de memória pelos movimentos modernistas brasileiros, dos quais participaram ativamente muitos intelectuais mineiros.[20]

Escolhido o Curral Del Rey como localidade que abrigaria a nova cidade, procedera-se à desapropriação devidamente remunerada dos terrenos incluídos no Plano original da Nova Capital (Figuras 2, 3 e 4). Alguns dos antigos proprietários

---

[17] A implantação de núcleos coloniais agrícolas constituíam o cerne desta outra vertente da política de modernização, que posteriormente se apresentou inviável. Cf. AGUIAR, *Op. cit.*

[18] Sobre a noção de modernidade na primeira metade do século XX, em Minas, ver: BOMENY, Maria Helena B. *Guardiães da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1994.

[19] A grafia do nome da localidade muda, ao longo do tempo, sendo registrada na documentação, ora como Curral Del Rei, como no Mappa da População do Termo da Villa Real de Sabará, de 1816, e no Recenseamento do Brasil, de 1872; ora como Curral Del Rey, conforme o Mappa da População existente no Districto da Parochia de Curral d´El Rey, de 1840.

[20] Sobre a experiência modernista em Minas Gerais, ver, além do trabalho de Maria Helena Bomeny: SENNA, Homero. *Sabadoyle*: histórias de uma confraria literária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000. Sobre a monumentalização das cidades coloniais mineiras: MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. (p. 124-139); CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

instalaram-se em regiões relativamente próximas ao futuro núcleo urbano da nova cidade. Quanto à população outrora ali escravizada ou liberta, a despeito de sua relevância sobre o total da população da região[21], dela aparecem raros indícios na narrativa do historiador Abílio Barreto[22]. Na verdade, são mencionados por Barreto, vez ou outra, como personagens secundários: um escravizado fugido que teria assassinado um major, ou como outros, descritos em atividades laborais. Qual o destino destas pessoas, depois de emancipadas por meio da lei n°3.353, de 13 de maio de 1888, ou mesmo antes, mediante outras formas legais de aquisição da liberdade de que se apropriaram ou foram beneficiárias?

Em alguns casos, continuaram a trabalhar com os antigos senhores, como parece ter sido recorrente no imediato período pós-abolição, em outras regiões do país[23] e mesmo em outras regiões de Minas Gerais, conforme propõe Liana Maria dos Reis.[24] Segundo a autora, havia casos de libertas/os que permaneciam nas lavouras, tornando-se trabalhadoras/es assalariadas/os. Era comum, não obstante, que fazendeiros continuassem agindo em relação a estas/es trabalhadoras/es como se fossem escravizadas/os, inclusive sujeitando-as/os a castigos rigorosos. A imprensa da época, analisada por Reis, informava sobre as preocupações dos agricultores com

---

[21] A preponderância de população não branca na região do Curral Del Rey, durante todo o século XIX é atestada pelos mapas de população, conforme será tratado no Capítulo 1.

[22] Cf. BARRETO, Abílio. *Op. cit.*

[23] Para o sul do Recôncavo Baiano, a historiadora Edinelia Souza estudou, por meio das memórias de descendentes de trabalhadores afrodescendentes e de registros e de outras fontes memorialísticas produzidas após a Abolição, as relações sociais e de trabalho forjadas pelo campesinato negro/mestiço da região. De acordo com a autora, nas novas relações de trabalho construídas no advento do período emancipacionista, estes trabalhadores e trabalhadoras constituíram-se como "rendeiros, meeiros ou proprietários de parcelas de terras nas proximidades de antigas fazendas senhoriais localizadas entre os municípios de Dom Macedo Costa, Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus." Cf. SOUZA, Edinelia Maria de Oliveira. História Oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. In: *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./-dez. 2013; Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960). In: *Projeto História, São Paulo*, (18) mai. 1999. Fenômeno semelhante foi abordado para o Sudeste brasileiro, nas pesquisas de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, publicadas no livro Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.

[24] REIS, Liana Maria dos. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira* – 1850/1888. (1993). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 1993.

a falta de braços, mediante a recusa dos libertas/os em submeter-se a esta condição degradante de trabalho e ao consequente abandono das fazendas por estas/es trabalhadoras/es, colocando em risco a produção.[25]

Quanto às outras tantas pessoas libertas do Curral Del Rey, teriam migrado para outras localidades após a emancipação? Teriam se integrado à população de operárias/os migrantes pobres que passaram a habitar aqueles que seriam considerados os primeiros núcleos de favelas que se formavam na futura cidade, antes mesmo de sua inauguração?[26]

A literatura produzida por autores inspirados nas memórias de suas vivências na cidade, nas primeiras décadas do século XX, e na qual é possível encontrar significativas referências a personagens negras ou mestiças, oferece algumas pistas para a construção de respostas a estas questões.

Trata-se de obras consideradas pelos críticos como importantes para a memória da cidade, ainda que não façam parte da narrativa oficial. Inserem-se dentre estas, os romances *A Capital* (1903), de Avelino Fóscolo e *Totônho Pacheco* (1935) e as *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rey* (1947), de Raul Tassini.[27] Nas duas primeiras, os debates coetâneos acerca das

---

[25]Id., p. 196-197. Cf. também, sobre o advento da Abolição e o Pós-Abolição em Minas Gerais: BOSI, Antônio de Pádua. Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha, MG (1888-1915). *Revista de História Regional* 9(1), Verão de 2004, p. 105-135; GUIMARÃES, Elione. S. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*: Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo, Annablume; Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2006; Memórias históricas de movimentos rurais – Juiz de Fora na passagem do século XIX ao XX. *Tempo – Revista Digital do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.* Niterói, RJ: vol. 11, n.22, jan. 2007. p. 58-79; MEYER, Marileide Lázara Cassoli; GONÇALVES, Andrea Lisly. Nas fimbrias da liberdade: agregados, índios, africanos livres e forros na província de Minas Gerais (século XIX). In: *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, v.27, n.46: p. 645-663, jul/dez 2011.

[26] Eram designadas "Favelas", os bairros improvisados por operários no Alto Estação e na região do Córrego do Leitão. Segundo Abílio Barreto, ambas já eram notadas desde 1895, quando ele próprio chegou à capital. A da Estação era um dos primeiros elementos da paisagem com que tinha contato quem chegava à cidade. Cf. Barreto, *Op. cit.*

[27] Cf. FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II); ALPHONSUS, João. *Totônho Pacheco*. 3.ed. Rio de Janeiro: Imago/MEC, 1976 e TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rey*. Belo Horizonte: s. n., 1947.

relações raciais no contexto republicano no país são apresentados com nuances específicas, mas de maneira destacada, em especial em *Totônho Pacheco*, em cuja obra as percepções acerca da mestiçagem e das relações raciais remanescentes do passado escravista estão fortemente presentes na construção das personagens, em seus diálogos e no enredo. Na obra memorialística de Tassini, vislumbramos uma cidade em suas diferentes e múltiplas temporalidades, fortemente caracterizada pela presença de pessoas negras descritas em diferentes atividades – o trabalho, a festa, a religiosidade e, inclusive, compondo a população do Curral Del Rey, conforme o registro de um Mapa de População de 1828, que integra a obra.[28]

Mas a despeito da relativa valorização destas obras como referências de memória para a cidade, as abordagens sobre as relações raciais que as caracterizam não foram incorporadas às representações oficiais de memória produzidas pela cidade; tampouco pela produção historiográfica. De modo que, eventualmente, poder-se-ia argumentar que Belo Horizonte, ao contrário das principais sedes administrativas do país, não testemunhou a escravidão, que é, em geral, o tema por meio do qual se aborda a população negra. Além disso, alega-se comumente que os principais registros por meio dos quais o assunto poderia ser tratado – em especial os de cunho demográfico – não assinalam a categoria cor/raça, durante grande parte da primeira metade do século XX.[29]

Contudo, em meio aos aparentes silêncios das fontes, que justificariam a invisibilidade dos não brancos nas narrativas que dão a conhecer a produção do espaço, as sociabilidades e a vida política da cidade de Belo Horizonte em sua historicidade, e tomando por referência a questão fundamental proposta por Gayatri

---

[28] Voltarei a abordar a obra de Fóscolo e a de Tassini, no Capítulo 2.

[29] Como observado por Hebe Mattos e outros pesquisadores do período Pós-Abolição, os registros judiciais – em especial os processos-crimes, são dos poucos em que se podem identificar informações sobre a cor dos sujeitos referenciados em tais fontes. (Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995 [1998] 2ed.) Também identifiquei o registro da cor na documentação policial produzida pela Chefia de Polícia em Minas Gerais – inclusive para Belo Horizonte – e nos Relatórios da Santa Casa de Misericórdia, como será abordado no Capítulo 2.

Chakravorty Spivak – "Pode o subalterno falar?"[30], nos anos 1980, caberia perguntar: em que condições poderiam ser ouvidos e considerados em sua humanidade e enquanto agentes dignos de fala, as mulheres e homens negras/os "silenciados" e "invisibilizados" na história que se produziu para a Belo Horizonte?

Talvez seja necessário tomar a questão por outro prisma e, em vez de partir da resposta provocativamente negativa de Spivak quanto à possibilidade do "subalterno" falar (dada a interferência nociva dos que detêm o poder de produzir discursos sobre a subalternidade), questionarmo-nos um pouco mais acerca de nossa habilidade para ouvi-los. Afinal, ao que sugere a historiografia já consagrada sobre escravidão e liberdade no Brasil, e pela eloquência possível das fontes analisadas na pesquisa, os que aqui seriam considerados "subalternos", por estarem inelutavelmente submetidos a um sistema opressor de organização do mundo e das relações sociais, "falam" – de maneiras diversas e, por vezes, inesperadas. Parece, portanto, imperativo que seus interlocutores do presente sejam capazes de ouvir o que dizem e preparados para o diálogo – inclusive atentando aos estudos que problematizam o silenciamento sobre a cor nas fontes.

À luz destes questionamentos e percepções, a decisão pela realização da pesquisa que resultou nesta tese foi profundamente inspirada pelo diálogo tecido com Dona Ione Pires Ladislau e, em momentos distintos, com filhas/os e netas/os de indivíduos e famílias que, como a dela, se entendiam como fenotípica e socialmente negras, e que haviam migrado para Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX.[31]

A partir das experiências relatadas por estas pessoas, apresentava-se o seguinte desafio: onde e como localizar registros que sinalizassem a participação das pessoas negras no cotidiano da capital forjada e sustentada pela da força de trabalho

---

[30] SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

[31] Apresento outros aspectos destes diálogos nos seguintes textos: PEREIRA, Josemeire Alves. Histórias familiares, trajetórias e experiências de liberdade de afrodescendentes em Belo Horizonte. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História.* Florianópolis, 27 a 31 de julho de 2015; Dos que chegam e dos que ficam: migrantes negros em Belo Horizonte (1897-1950c.). *Anais do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Niterói, 10 a 12 de julho de 2015.

de uma população de migrantes provavelmente egressos do regime escravista e seus descendentes, considerando-se a aparente indisponibilidade de fontes depreendida do silêncio sobre o tema na produção historiográfica sobre a cidade?

As respostas exigiram um esforço de pesquisa que envolvia uma mudança de perspectiva em relação aos problemas e às formas de análise historiográfica até então empreendidas nas pesquisas sobre a Belo Horizonte: era necessário, afinal, transpor a primeira barreira do argumento subliminarmente aventado para o silêncio sobre a população negra nas narrativas identitárias sobre a cidade – o da inexistência de referências à cor nos documentos.

Realizei, então, uma busca ampliada nos acervos das principais instituições arquivísticas da cidade – Arquivo Público Mineiro (APM), Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), Hemeroteca da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), conhecidos pela guarda de fontes de natureza diversa e que são referência para a construção das narrativas historiográficas sobre a capital. Buscava ali, pistas que me permitissem aprofundar a investigação de elementos como a existência de população negra constituindo o conhecido fluxo migratório responsável pelo aumento progressivo da população da cidade, desde os primeiros anos de sua construção e que se adensava já nas primeiras décadas do século XX, mesmo considerando os momentos de queda nos índices demográficos da cidade.[32]

O desafio foi significativo, considerando-se que um dos limitadores da pesquisa arquivística era a ausência de descritores que permitissem acessar informações referentes ao tema. Ainda assim, foi possível encontrar um conjunto de fontes diverso e de natureza fragmentária mas que possibilitou a percepção de um aparente paradoxo: a vigência de um profundo silêncio na historiografia e nas narrativas de memória sobre a cidade, em relação à existência e atuação de população de ascendência africana e indígena[33] na produção da cidade de Belo

[32] BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. *Cadernos de História,* Belo Horizonte, PUC Minas, v. 9, n. 12, p. 11-33, 2º sem. 2007.

[33] Sobre esta última, prevalece silêncio ainda maior.

Horizonte, contraposta à existência de fontes importantes que permitem dizer (e/ou indagar) sobre a agência destas populações.

O passo inicial das pesquisas arquivísticas foi investigar a documentação policial constituinte do Fundo da Chefia de Polícia e os Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, ambos sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Neles encontrei, de modo não esperado, referências estatísticas que sinalizavam a existência de uma crescente população de "pretos" e "mestiços" na cidade, durante as primeiras décadas do século XX. Além disso, estes documentos oferecem elementos que possibilitam conhecer o perfil diverso desta população. Por meio de ocorrências policiais e de mapas de movimentação de doentes, por exemplo, somos apresentados a pessoas originárias de diferentes regiões do estado, sendo muitas oriundas de municípios próximos à região correspondente à da "Metalúrgica-Mantiqueira"[34], onde concentravam-se os empreendimentos de mineração, durante o século XIX. Emergem dos registros sujeitos diversos: trabalhadoras domésticas, agricultores, militares, outros considerados "vagabundos" (mesmo sendo reconhecidos como trabalhadores e trabalhadoras, conforme a própria classificação da polícia nos registros), presos por embriaguez e por recorrente perturbação à desejada "ordem pública" na cidade. Pessoas classificadas em razão de seus traços fenotípicos (cor e raça), em diferentes registros documentais. Nos processos de identificação empregados pelo aparato policial ou médico-hospitalar, são descritas como "pretas", "pardas" e "brancas"; ou pelos habitantes da cidade pertencentes às classes favorecidas, como "crioulinhas", "pretinhas", "pretos", "negros" e que tais.

Outros acervos foram consultados, tendo sido avaliados documentos paroquiais, registros civis, iconografia, documentação administrativa e periódicos, dentre outros. Mas foi em meio à documentação policial – e a partir dela, nos documentos judiciais – que descobri os registros que fazem referência a um grupo de famílias negras que viviam na região, desde os tempos do Curral Del Rey, e que se mostraram de grande relevância para a finalidade da pesquisa empreendida. Os documentos que informam sobre a existência dos negros e negras herdeiros da

[34] LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. 100 anos da Abolição 1888-1988).

Fazenda Bom Sucesso, que será abordada mais detidamente no Capítulo 3, constituem testemunho importante por atestarem a presença de população de ascendência africana em Belo Horizonte como um elo entre a vida no Curral Del Rey e a cidade que se anunciara republicana e com desejos de modernidade.

Além disto, os registros sobre os acontecimentos na Fazenda Bom Sucesso são importantes por apresentarem elementos de um tema fortemente explicitado pelos indícios oferecidos pela documentação arquivística, bem como pelas narrativas contemporâneas: o dos processos de segregação da população negra na cidade observados, neste caso, a partir dos conflitos pela terra. Se o episódio que gerou a produção de documentação sobre a Bom Sucesso foi um assassinato motivado pela disputa de uma gleba de terras entre os negros herdeiros da fazenda e uma poderosa família proprietária de outra parte da mesma fazenda, outros conflitos orientados pelo mesmo mote são observados nas narrativas de representantes de quilombos urbanos locais, ou mesmo de famílias ameaçadas de expulsão, pelo poder público municipal ou por terceiros, dos terrenos que habitam desde os primeiros anos da fundação da cidade ou – no caso de alguns quilombos –, mesmo antes da cidade ser instituída. Movimento semelhante ao produzido pelos processos de gentrificação[35] desenvolvidos na capital mineira, ao longo de todo o século XX e na contemporaneidade, tanto pelos governos, quanto pela iniciativa privada: a

[35] O termo, versão aportuguesada do inglês *gentrification*, originário de *gentry*, remete ao conceito cunhado pela socióloga Ruth Glass, na década de 1960, em suas pesquisas sobre transformações em bairros operários de Londres. O conceito tem sido amplamente utilizado em estudos e debates sobre segregação urbana a partir das transformações impostas a determinada região nas cidades pelos agentes dos processos de "enobrecimento" dessas regiões, causando a expulsão de populações de baixo poder aquisitivo. Cf. LEITE, Rogério Proença, *Contra-usos da Cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Campinas/Aracaju, Editora Unicamp/Editora UFS, 2007; RUBINO, Silvana, "'Gentrification': notas sobre um conceito incômodo" In: Maria Cristina Schicchi (org.) & Dênio Benfatti (org.), *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas/ Rio de Janeiro, PUC-Campinas/ Prourb-UFRJ, 2003; PINHO, Osmundo Santos de Araujo, *Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no Centro Histórico de Salvador*, Dissertação de mestrado, Campinas, Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp, 1996.

segregação socioespacial da população pobre e não branca dos bairros operários e das favelas.[36]

Nesta tese, como já referido, o ponto de partida é o aparente paradoxo acima mencionado e as questões que ele suscita: o que fundamentaria a prevalência do silêncio? Quais os mecanismos de produção deste silêncio e quais os seus significados e impactos na produção dos territórios em Belo Horizonte? Em que medida a história da presença da população africana e afro-brasileira no Curral Del Rey/Belo Horizonte – tomada como foco da pesquisa – contribui para o conhecimento acerca da história social do racismo no Brasil?

Os resultados aqui apresentados sugerem que a produção do silêncio observada na construção de representações de memória e história sobre a cidade não constitui um real paradoxo porque está em sintonia com as relações profundamente racializadas que se acentuam no advento da Abolição no país e em seus desdobramentos no contexto de modernização da economia mineira. Nesta medida, o mecanismo do silêncio sobre a agência de pessoas negras na produção do território de Belo Horizonte apresenta-se como a contraface de um mesmo projeto de aniquilamento da existência simbólica e concreta dos corpos negros na cidade, como um dos elementos do racismo que estrutura a concepção de cidade moderna e republicana na experiência brasileira.

Para abordar este assunto, nos capítulos iniciais serão discutidos os registros da presença da população de pretos e mestiços[37] no território onde se estabeleceu Belo Horizonte. Serão considerados, portanto, os indícios da presença

---

[36] Cf.: GUIMARÃES, Berenice. *Cafuas, Barracos e Barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945, *op. cit.*; Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios, *Op. Cit.*; As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. *Op. Cit.*

[37] As expressões "preto" e "mestiço", bem como "branco," são utilizadas na documentação policial e hospitalar analisada, para classificação por cor/raça. Ao longo da tese, serão mantidas as expressões tal como aparecem nas fontes, sempre que estabelecido o diálogo com a fonte. O uso dos termos "negro", "negra", "população negra" e congêneres indicará a referência direta ou indireta ao presente, à maneira como estas expressões operam nas relações contemporâneas à produção deste trabalho. Não obstante, é importante salientar que não desconsidero, mesmo mediante esta opção, a existência de um profícuo debate em torno do uso destas expressões, especialmente no seio das comunidades quilombolas muitas das quais tendem a aboli-las por considerarem-nas signos de opressão escravista, portanto inadequadas para significar as identidades referenciadas nas matrizes culturais africanas.

desta população no Arraial do Curral Del Rey, desde período anterior ao da construção da nova Capital do Estado de Minas Gerais, ocorrida ao final do século XIX, e também no fluxo migratório de trabalhadores que para a nova cidade se dirigem, a partir do advento de sua criação e durante as primeiras décadas do século XX.

Uma questão, em especial, aqui se apresenta: considerando que grande parte destas pessoas era descendente de pardos e pretos livres, conforme será tratado no Capítulo 1, cabe indagar sobre a especificidade da condição dessa experiência de liberdade no século XIX em Minas, relacionando-a ao legado de não cidadania ou de quase cidadania herdado pelas gerações que migravam para Belo Horizonte – que eram, em geral, populações mitigadas pela pobreza. Serão abordadas, ainda, as condições de formação do "proletariado" em Minas, já no século XIX, conforme propõe o Douglas Libby[38]. Além disto, serão observadas as principais atividades desenvolvidas por estes/as trabalhadores/as e pela população de pretos/a e pardos/a livres na Província e sua posição na hierarquia social.

Por meio deste procedimento, propõe-se discutir a invisibilidade dos não brancos na historiografia da cidade. Busca-se, ainda, apresentar os perfis desta população durante esse período, considerando-se um elemento comum entre os que "já estavam" no território e "os que chegam": o fato de serem trabalhadoras/es descendentes de recém-egressos do regime escravista ou mesmo de pessoas pretas ou pardas nascidas livres, participando da construção de uma cidade instituída como elemento fundamental dos projetos de modernização da economia mineira e, sobretudo, como símbolo do progresso e da própria República.

No Capítulo 1 – "Transfluências afrodiaspóricas no Curral Del Rey"–, são abordados, de maneira mais minuciosa, os dados disponíveis sobre o perfil populacional da região de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey, em relação às instâncias da Comarca de Sabará e da Província de Minas Gerais, durante o século XIX, que evidenciam a preponderância de população africana e seus descendentes no território, no período anterior à construção de Belo Horizonte. É conferida atenção especial aos impactos sofridos por esta população pelas

[38] LIBBY, 1988. *Op. cit.*

transformações na configuração do espaço, impostas pelo processo de construção da capital. Ainda neste capítulo serão enunciados aspectos de um elemento importante da tese: o processo de segregação da população de negros e mestiços do território onde se instituiu a nova Capital de Minas Gerais.

No Capítulo 2 – "A eloquência dos silêncios: produção de invisibilidade acerca da presença negra em Belo Horizonte", a partir da análise de fontes iconográficas, literárias, administrativas e policiais, dentre outras, é discutido o processo de produção de silêncios e invisibilidades sobre a população negra em Belo Horizonte, contraposto aos indícios de forte presença desta população na cidade, nas primeiras décadas do século XX, em decorrência também do fluxo migratório que atraía forte contingente de trabalhadoras/es para aquela localidade, desde o advento de construção da capital. Assim, considerando o perfil populacional de Minas Gerais apresentado no capítulo anterior, e o contexto de transformações econômicas que ocorreram no Estado, ao final do século XIX, são analisadas as narrativas governamentais sobre o aumento da população em Belo Horizonte, cotejadas aos registros estatísticos de instituições hospitalares e policiais sobre a presença de migrantes "pretos" e "mestiços" na cidade. São considerados, especialmente, os registros iconográficos e memorialísticos que enunciam, por meio das imagens representativas da cidade em construção, a presença de trabalhadores negros. Também são observadas as vozes de crianças, mulheres e homens negros registradas nas fontes policiais. Atenção especial é conferida, ainda, às representações construídas sobre mulheres e homens negas/os na produção literária e memorialística da cidade.

O terceiro capítulo destina-se à discussão de um tema que se revelou central, a partir das análises sobre a produção de invisibilidade acerca das origens africanas da população de Belo Horizonte: a expressão do caráter estruturante do racismo nos processos de apropriação e ordenamento do espaço desde a criação da cidade até a contemporaneidade.

O Capítulo 3 "'Esta Terra é Minha': comunidades negras em luta pela terra" discute, assim, as tensões e disputas pela terra, a partir das experiências de defesa dos territórios face ao contínuo processo de expropriação de terras pertencentes a

coletividades negras estabelecidas na cidade em diferentes períodos – incluindo o período anterior ao surgimento da nova cidade. São analisados três casos: o primeiro, referente à história dos "herdeiros negros" da Fazenda Bom Sucesso, já mencionado; o segundo, o das lutas quilombolas e, o terceiro, o da mobilização pelo reconhecimento dos direitos à propriedade do terreno da família de Dona Vilma Eustáquia da Silva, moradora antiga de uma região cada vez mais gentrificada. Todos têm em comum a experiência de serem constantemente ameaçados de destituição de suas propriedades, por pressões oriundas do mercado imobiliário e de instituições governamentais.

Partindo das experiências de indivíduos e famílias evocadas nesse capítulo, são discutidos os limites impostos à população negra, quanto ao usufruto do direito à cidade, enfatizando as estratégias[39] de resistência forjadas por estas pessoas em defesa de suas terras, como signos da potência desses movimentos e enquanto agentes que atualizam e reafirmam, pelo esforço de reterritorialização – tal como o propõe Angela Gomes[40] – as matrizes afrodiaspóricas de constituição do território em Belo Horizonte.

---

[39] Em diálogo com Michel De Certeau, adoto a concepção de "estratégia" neste caso de modo um tanto distinto ao que propõe o autor: não aproximo as experiências destas pessoas da noção de *tática* – isto é, o tipo de ações exercidas por aqueles que por não gozarem de um lugar de poder, de domínio, não podem ser considerados estrategistas, valendo-se pois da *astúcia* como meio de transformação social. Compreendo-as, outrossim, como agentes forjando estratégias, isto é, lugares de poder, ainda que não hegemônico, para contraporem-se ao poder hegemônico que as ameaça. Cf. DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: As artes de fazer. 16. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [2009]. v. 1.

[40]Em importante estudo realizado a partir da análise de saberes fomentados nas práticas de terreiros de candomblé, quilombos e comunidades periféricas situados em Belo Horizonte e sua Região Metropolitana, Angela Gomes aponta o caráter (re)territorializador dos movimentos de busca por coesão, autodefesa e proteção de identidades culturais empreendidos pelos negros na diáspora africana, "frente ao poder hegemônico colonial que, por definição, é desterritorializador, comum em situação de diáspora". Cf. GOMES, Angela Maria da Silva. *Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana*: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009, p. 39.

1 Transfluências afrodiaspóricas no Curral Del Rey

> Para entender como um rio que está no Brasil conflui com um rio que está na África eu demorei muito tempo. E percebi que ele faz isso pela chuva, pelas nuvens. Pelos rios do céu. Então, se é possível que as águas doces que estão no Brasil cheguem à África pelo céu, também pelo céu a sabedoria do nosso povo pode chegar até nós no Brasil.
>
> É por isso que, mesmo tentando tirar nossa língua, nossos modos, não tiraram a nossa relação com o cosmo. Não tiraram a nossa sabedoria. É por isso que nós conseguimos nos reeditar de forma sábia, sem agredir os verdadeiros donos desse território que são os irmãos indígenas. Nós tivemos essa capacidade porque os nossos mais velhos que estavam em África, apesar de sermos proibidos de voltar para lá, vieram pela cosmologia. Isso é o que nós chamamos de transfluência. (Antônio Bispo)[41]

Em meados do século XVIII, a liberta Francisca Correia, Mina, e seu companheiro, Manoel da Rocha, Benguela, cativo de Ignácio Xavier da Rocha Villa Verde, eram bastante conhecidos na região do Curral Del Rey. De acordo com Mariana Ramos Morais[42], o Calundu de Francisca e Manoel era bastante frequentado por moradoras e moradores que recorriam às suas habilidades de cura, referenciadas em conhecimentos legados de tradições culturais africanas e que, nas Minas eram, já à época, bastante populares.

Em casa de Francisca e Manoel, sediada nas Fazenda do Bento Pires[43], as pessoas buscavam cura, por meio da administração de ervas e rezas. Em função

---

[41] SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.Disponível em: < https://piseagrama.org/somos-da-terra/>. Consulta em: 12.Set.2019.

[42] Cf. MORAIS, Mariana Ramos. *Nas teias do sagrado*: Registros da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte. Belo Horizonte, Espaço Ampliar: 2010. Ver, ainda: RESENDE, Luciana Lelis. *A Relação entre o Sagrado e o Profano na Paisagem Urbana*: a Igreja Católica e a Umbanda como agentes atuantes na paisagem urbana. 2015. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Escola de Arquitetura, UFMG, 2015.

[43] Que correspondem às atuais regiões de Venda Nova e Pampulha. Cf. RESENDE, Luciana Lelis. *A Relação entre o Sagrado e o Profano na Paisagem Urbana. Op. Cit.*, p. 55-56.

disto, foram denunciadas ao Santo Ofício nas Devassas ocorridas entre 1756 e 1757. Giuliano Sousa, que estudou o caso a partir da documentação de registro dessas devassas, acrescenta que denunciantes como o feitor André Dinis Martins e o lavrador Agostinho Vieira de Azevedo, relataram que na mesma casa eram praticados atos de adoração a divindades africanas[44].

Segundo um destes relatos, Francisca e Manoel utilizavam "de um balaio um zambi, que pela língua de Angola é um santo, e diante do dito põem vários guisados, fumos e cachimbos e lhe dizem que comam e depois lhe pedem licença para comer e repartir pelos mais negros."[45] Além disso, "adoravam vários modelos (de panelas) e dentro da panela que ficava no teto da casa havia uma folha de erva despontada para fora, à qual os mesmos se encomendavam, e que a planta anunciava quando estavam bem, porque quando estão em paz está a folha muito verde e viçosa."[46] Outro testemunho mencionava que a divindade adorada nas práticas de Francisca, Manoel e outros frequentadores da casa deles era um certo "São Benidy"[47] – alusão, assim como a referência a Nzambi (Zambi), às culturas de matriz *Bantu*, presentes na experiência de formação social e das territorialidades nas Minas Gerais. Como bem observado por Sousa, os elementos que nos são apresentados a partir da história de Francisca e Manoel – que nos chegam, importante ter presente, por meio de registros da ação repressora da Igreja Católica –, informam sobre a "reconstrução de práticas ligadas diretamente às matrizes religiosas africanas", nas Minas Setecentistas.[48] O território do Curral Del Rey, que ao fim do século XIX será transformado na nova capital do Estado, foi produzido sob forte agência de populações de origem africana ali presentes por força do regime escravista, desde o século XVIII, pelo menos.

---

[44] Cf. SOUSA, Giuliano Glória. *Negros Feiticeiros das* Geraes*:* Práticas mágicas e cultos africanos em Minas Gerais, 1748-1800. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei (MG), 2012, p. 90-91.

[45] AEAM, Devassas Z-8 [1756-1757], fl. 96-98, 100. *Apud* SOUSA, *Ibid.* p. 91.

[46] *Id.*

[47] *Ibid.*

[48] *Ibid.*

Desde então, a presença africana era tão significativa naquele povoado que, do ponto de vista dos projetos eclesiásticos e, portanto, de governo sobre as gentes do povoado – como de resto, ocorria nas Minas e na América Portuguesa –, as práticas culturais e religiosas de africanas/os e seus descendentes tornavam-se objeto de grande atenção nas Visitas Pastorais e nas Devassas.[49] Os visitadores, que atuavam em cada uma destas formas de controle de comportamentos considerados destoantes da conduta cristã católica, tinham por missão formar "uma nação espiritual e ideologicamente homogênea, a serviço dos interesses políticos e da centralização do poder"[50].

Nas Devassas ocorridas no Curral Del Rey, durante os setecentos, além do caso do Calundu de Francisca e Manoel, são registradas, no mesmo período entre 1756 e 1757, denúncias feitas pelo capitão Antonio Ferreira de Meireles contra dois homens casados no Reino e que viviam com mulheres descritas como negras (em tom pejorativo pelo denunciante), na região do Itatiaiuçu, que pertencia então ao Curral Del Rey. Já em 1777, houve denúncia de concubinato envolvendo Maria de Oliveira, preta, e seu companheiro, João da Costa, pardo – ambos forros e solteiros. O casal, que tinha um filho e com ele residiam no lugar denominado Pastinho, nas imediações da Capela de São Gonçalo de Contagem,[51] foi admoestado pelo Pároco,

---

[49] Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. A mentalidade religiosa dos setecentos: o Curral Del Rey e as visitas religiosas. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, nº 18, Set/97, p. 11-28.

[50] Cf. BOSCHI, Caio C. As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia, in: *Revista Brasileira de História*, v.7, n. 14 (1987): 151- 184, p. 156, *apud* CAMPOS, *Op. cit.*, p. 15. Por meio de sua ação, confirmava-se o projeto sacramental, normatizavam-se as crenças e práticas religiosas, os ritos, dando-lhes o decoro e o sentido hierárquico, desbastando-lhes os aspectos mundanos ou sincréticos, distinguindo-se o que é sagrado do que é profano, o católico do pagão, bem como os costumes dos paroquianos daqueles dos sacerdotes, sempre no sentido de moralizá-los e imprimir nas populações o gosto pelos sacramentos. Cf. CAMPOS, *Op. cit.*, p. 16.

[51] Na ocasião, a Freguesia do Curral Del Rey abrangia territórios que atualmente abrigam, além de Belo Horizonte, outros, de sua Região Metropolitana. De acordo com Adalgisa Arantes Campos, a Freguesia tinha "a igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem como sede paroquial do vasto território envolvendo, no setecentos, as capelas filiais de: São Gonçalo da Contagem, Nossa Senhora do Carmo de Betim, Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora da Piedade do Paraopeba, Santo Antônio do Mateus Leme, Santo Antônio das Sete Lagoas, Santa Quitéria." Cf. CAMPOS, *Op. cit.*, p. 24. As capelas mencionadas correspondem, na atualidade, aos municípios de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Brumadinho.

que iniciou diligência para que recebesse o matrimônio.[52] Antes, na Mesa da Devassa ocorrida na mesma localidade, entre 1748 e 1749, registrou-se denúncia de que Manoel Gomes Crespo, "pardo e carapinha", durante a Quaresma, fora autorizado pelo Capelão a se "desobrigar" – isto é, a se confessar e receber o sacramento da comunhão –, porque Manoel era amasiado.[53] Em 1756 houve várias denúncias contra o Capelão Manoel da Costa Araújo, por recusar-se a ministrar sacramentos a paroquianos, dentre os quais são mencionadas apenas pessoas negras, como um cativo do denunciante alferes Custódio Pereira da Rocha e outro escravizado, Angola, cujos nomes não foram mencionados, que faleceram sem receber sacramentos[54].

Todo esse esforço por garantir a homogeneização da religião cristã desdobrava-se, por fim, já nesse período, na defesa da "pureza e da decência do culto", que se traduzia na prática de franco enfrentamento dos visitadores a batuques, bailes e ações consideradas pela Igreja como supersticiosas, "procurando desbastar os aspectos profanos ou pagãos, considerados 'em prejuízo das almas christãs e da própria Igreja'".[55]

A experiência diaspórica de pessoas de origens africanas no território do Curral Del Rey, assim, já anunciada no século XVIII como expressão da contraface do projeto colonizador nas Minas Gerais, apresenta-se constante nos períodos seguintes. E, a despeito dos efeitos do esforço colonizador cristão por produzir apagamento das referências culturais africanas, por meio da repressão às suas formas de expressões, os fragmentos das histórias de Francisca, Manoel, Maria Oliveira e João da Costa, Manoel Crespo e dos demais habitantes de origem africana do lugar afirmam a forte inscrição dos modos de vida e das cosmologias africanas no território, constituindo-o, por meio da agência de mulheres e homens que, mesmo em condição de subalternidade, buscam construir estratégias para viabilizar a vida, ante os limites a que são submetidos em sociedade tão fortemente hierarquizada.

---

[52] *Ibid.*

[53] *Ibid.*, p. 20 (nota 34).

[54] *Ibid.*, p. 21-22.

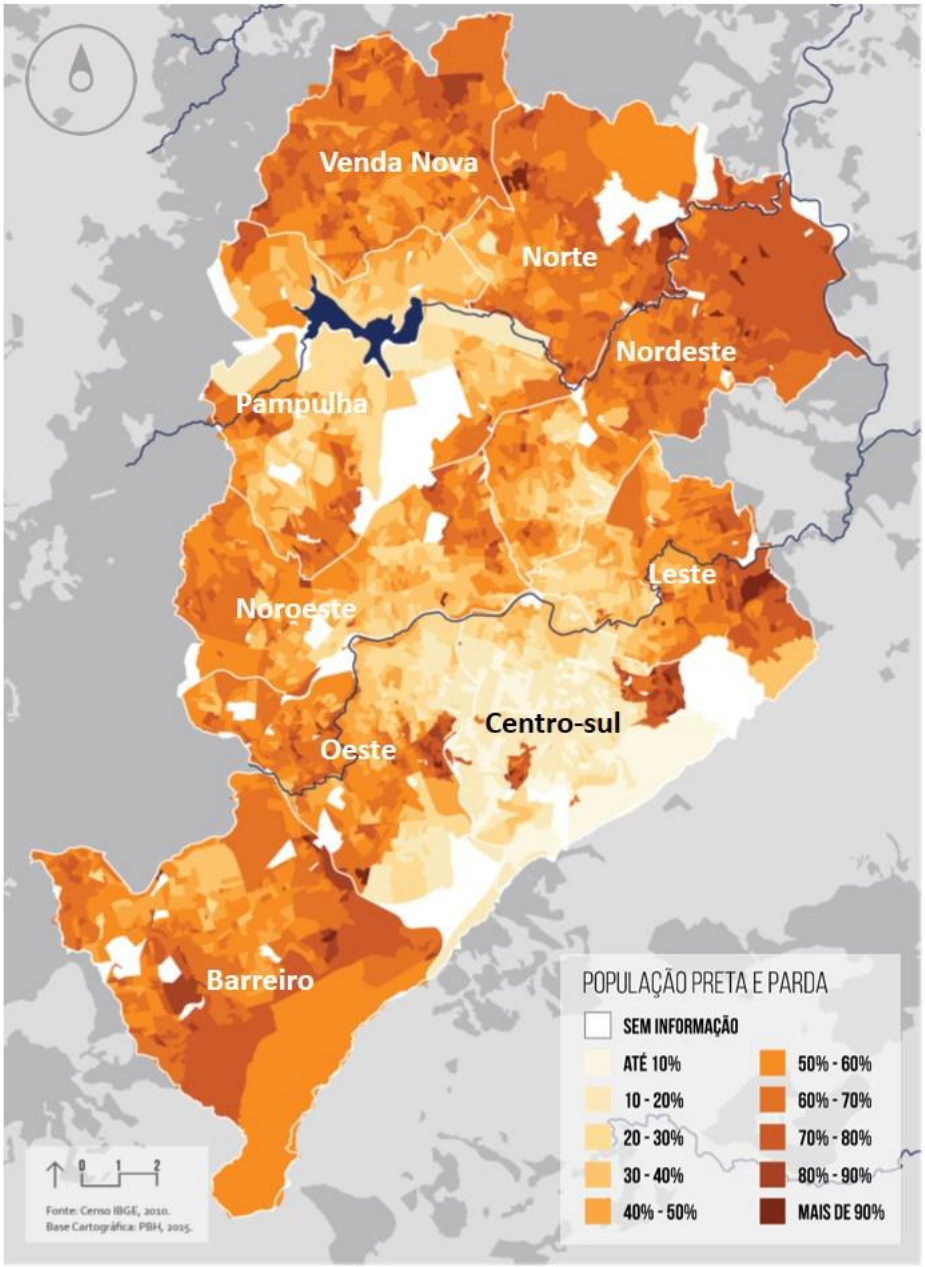
[55] *Ibid.*, p. 23.

Nos períodos seguintes, a julgar pela preponderância quantitativa da população de origem africana no território que será transformado na nova capital do Estado, as matrizes culturais afrodiaspóricas, amalgamadas ou não às referências culturais do projeto colonizador, consolidaram-se como fundamento dos modos de vida e produção do espaço. É que mesmo após o declínio da economia baseada na extração do ouro, nas Minas Geraes, a presença de população de origem africana, no território apresentava-se constante e crescente. De modo tal que, cerca de duas décadas antes de iniciadas as obras para a criação da "Cidade de Minas"[56], ocorridas a partir de1894, pardas e pardos, pretas e pretos, africanas/os e cabras constituíam 69,75% da população do povoado.

Como veremos a seguir, africanas/os pretas/os e pardas/os (ou mestiças/os, a depender da classificação vigente), sobressaíam-se no conjunto da população, ao longo de todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, já depois de inaugurada a Capital.

[56] "Cidade de Minas" foi a primeira designação para a nova capital do Estado.

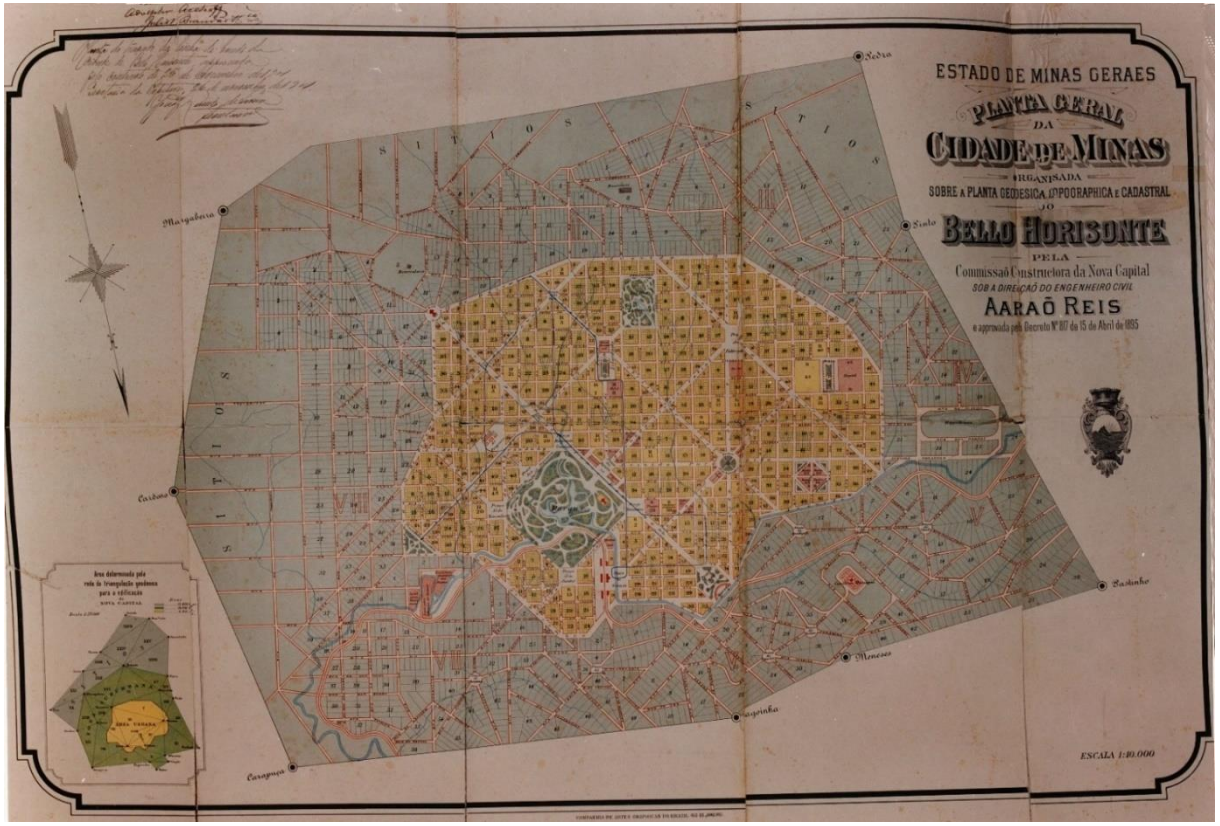
Figura 1 População preta e parda em Belo Horizonte: distribuição por setor censitário do IBGE 2010



Mapa Elaborado por Lisandra Mara Silva[57]

[57] Lisandra Mara Silva é autora de importante estudo sobre a produção de segregação racial no espaço urbano em Belo Horizonte. Cf. SILVA, Lisandra Mara. *Propriedades, Negritude e Moradia na Produção Social da Segregação Racial da Cidade:* cenário de Belo Horizonte. 2018. Dissertação. (Mestrado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Agradeço à autora por, gentilmente, autorizar a utilização do Mapa de sua autoria, que integra a referida dissertação.

Figura 2 Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte (1895)



Organizado em três zonas, o Plano original estabelecia para a Nova Capital Áreas **Urbana**, **Suburbana** e de **Sítios**.

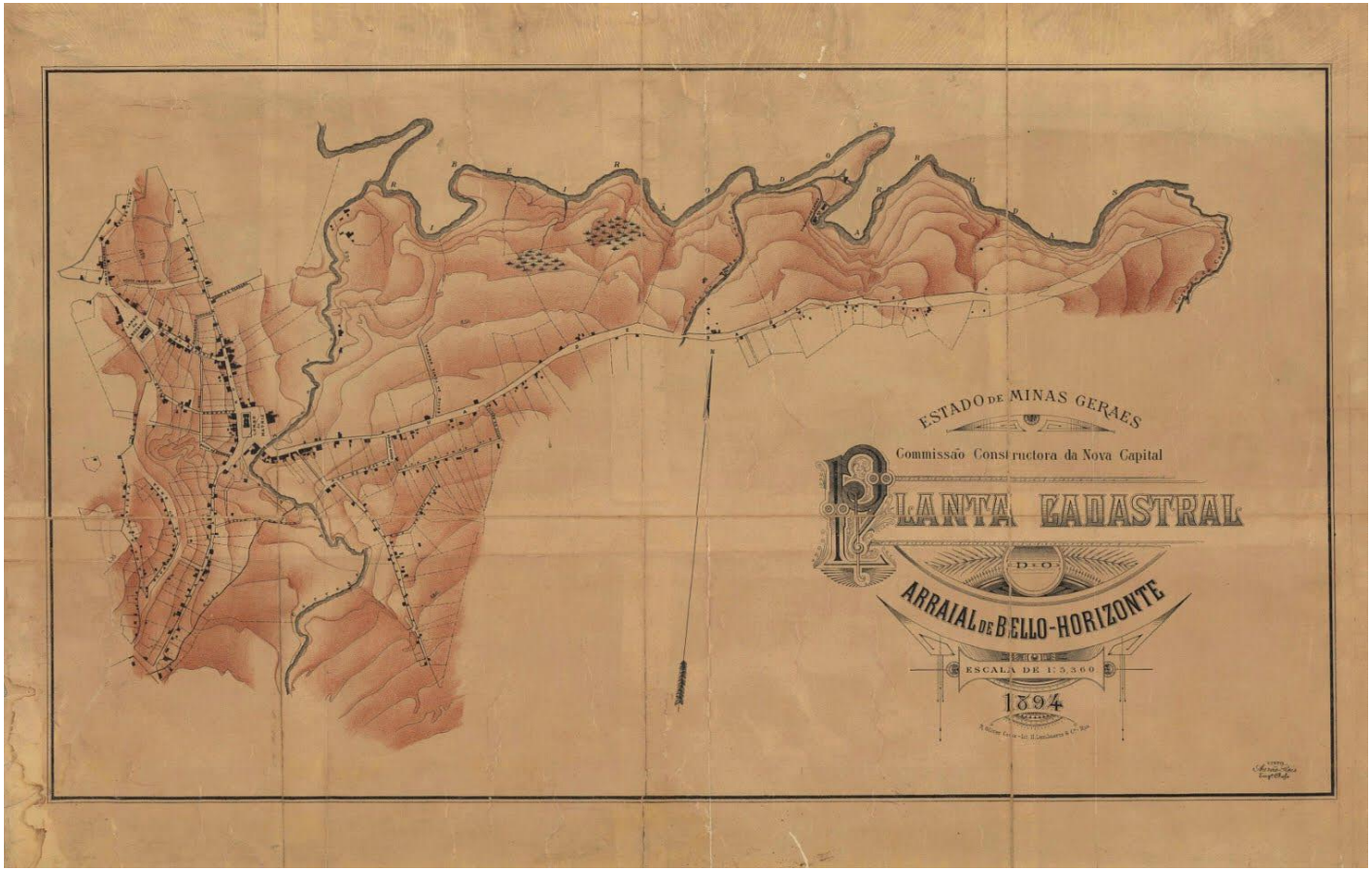
A **primeira**, com 8.815.283 m^2, central, projetada a partir de traçado composto por duas tramas ortogonais deslocadas a 45 graus e limitada por uma avenida de contorno, que deveria integrar os diferentes setores da cidade e divisar as áreas Urbana e Suburbana. A **Urbana** abrigaria os prédios da administração pública e as residências dos funcionários do governo, além dos setores de serviço.

A **Suburbana**, de 24.940.830 m^2, era parcelada em lotes maiores e de traçado mais flexível, com ruas estreitas – em contraste com as largas ruas e avenidas da área central (Urbana) –, onde previa-se a instalação de equipamentos como um hipódromo, cemitério, reservatórios de água, matadouro, casas de máquinas dos esgotos e oficinas do ramal férreo, a serem implantados a partir de preceitos higienistas.

Já a zona de **Sítios**, com 14.474.619 m^2, constituía elemento de transição entre as zonas urbana e suburbana e a rural, e tinha como finalidade, em princípio, o abastecimento da cidade de gêneros alimentícios, com a implantação de pequenas propriedades.

Fonte : MHAB – Fundo Comissão Construtora da Nova Capital

Figura 3 Planta Cadastral (1894)



A Planta Cadastral elaborada em 1894 pela Comissão Construtora da Nova Capital possibilitava identificar, no território do Curral Del Rey, as propriedades que seriam removidas para viabilizar as obras de construção da nova cidade.

Fonte: APCBH – Fundo Secretaria Municipal de Administração | Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas (CCNC).

1.1 População de origem africana no território do Curral Del Rey, no século XIX

De acordo com o Censo de 2010, em Belo Horizonte, de uma população calculada em 2.375.151 habitantes, 41,9% das pessoas declaravam-se pardas, 10,1%, pretas – perfazendo um total de 52% de negras/os –, 0,4%, indígenas e 46,7%, brancas.[58] Contudo, conforme representado no Figura 1, a população preta e parda está concentrada nas regiões mais afastadas do centro da cidade, enquanto a população branca ocupa fundamentalmente a região central da cidade – que corresponde, em linhas gerais, ao perímetro urbano original de Belo Horizonte que, em conformidade com o Plano inicial da cidade, inscrevia-se dentro dos limites da Avenida do Contorno e adjacências (Figura 2).[59]

Esta configuração, no entanto, como pude constatar ao longo da pesquisa, é resultado de um processo de embranquecimento desta região, já indiretamente determinado na previsão de ordenamento do espaço da nova cidade, conforme o plano original representado na Planta Geral da Cidade de Minas (Figura 2) – que gradativamente foi alterada, em diferentes momentos, em adequação ao crescimento da cidade. Desde a criação da capital, a remoção de populações indesejadas – negra e pobre – da área central tem sido tomado como recurso de ordenamento do espaço urbano, renovado ao longo do tempo e cada vez mais intensificado. Este processo, desde as últimas décadas do século XX tem sido caracterizado pelo fenômeno da gentrificação – a prática de valorização de determinadas áreas urbanas que se tornam objeto de interesse mercadológico e consequente expulsão das populações de menor poder aquisitivo

---

[58] Perfil demográfico semelhante ao de Belo Horizonte é observado na Região Metropolitana da capital, constituída por municípios surgidos de experiências sociais decorrentes da mineração, tal como o Curral Del Rey, ao longo dos séculos XVIII e XIX – tendo alguns destes municípios sido povoados pertencentes, em diferentes momentos, ao Curral Del Rey. Cf. BRASIL. Censo 2010 – Tabela 3175: População residente por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado> Consulta em: 29.01.2019.

[59] A Avenida do Contorno, originalmente designada Avenida Dezessete de Dezembro, delimita a região central, representada em amarelo, na Figura 2, separando-a da Área Suburbana e da Região de Sítios (em verde).

Note-se, contudo, que em menor embora não menos decisiva escala, práticas de ordenamento da cidade orientadas pelo interesse do mercado imobiliário estiveram presentes, desde as primeiras décadas do século XX.[60] Na contemporaneidade, como no passado, são especialmente afetadas famílias negras presentes no território há várias décadas, tendo algumas sido constituídas por trabalhadoras/es que testemunharam o próprio surgimento da cidade, não raro como operárias/os, agricultoras/es, empregadas/os de repartições públicas, domésticas – como poderá ser observado no Capítulo 3 desta tese.

Com efeito, nem mesmo o grande esforço empreendido, nos séculos XVIII e XIX, pela Igreja, visando eliminar as expressões religiosas e culturais africanas e subjugar seus praticantes ao rito e aos valores cristãos, implicava a expulsão destas populações do território. Não obstante as eventuais interdições de uso de determinados espaços religiosos, como a Igreja da Matriz, especialmente no século XIX –, a distribuição das mesmas populações negras no território implicava na convivência destas com a população branca, que das primeiras dependia, como força de trabalho – seja na condição de mão de obra cativa, agregada ou, eventualmente – nas últimas décadas do século XIX –, remunerada. Considere-se ainda que as capelas de Santana e do Rosário dos Pretos do Curral Del Rey, frequentadas por pessoas não brancas, localizavam-se relativamente próximas à Matriz.

[60] Cf. SILVA, Regina Helena Alves; SILVEIRA, Anne Jackeline Torres. *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, 1994.

Figura 4
Sobreposição Planta Cadastral do Arraial de Bello Horizonte e Planta Geral da Cidade de Minas, com dados População em 1828

A população negra já predominava no território do Curral Del Rey, ao longo de todo o século XIX.

Em 1828, boa parte desta população concentrava-se no entorno da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, situada dentro dos limites do Núcleo Urbano projetado para a Capital, em 1895.

Autoria do Mapa:
Lisandra Mara Silva e Josemeire Alves Pereira

O processo de segregação racial e étnico do espaço, inaugurado no território do antigo Curral Del Rey a partir da concretização do projeto de uma nova capital para o Estado, convida-nos a examinar, através do prisma do discurso e da experiência de instituição de uma "cidade nova", o caráter racializado das concepções de modernidade e desenvolvimento que passam a vigorar no país, já no advento da abolição formal do regime escravista, referenciando a reorganização política e econômica das cidades brasileiras, dentre as quais a Cidade de Minas, que então surgia. Antes, contudo, convém pedir licença aos que por ali passaram, para conhecermos um pouco melhor – na medida do que o tempo e as fontes disponíveis o permitem – sobre a população negro-africana que ali viveu, no século XIX.

O povoado do Curral Del Rey, surgido em princípios do século XVIII, fora elevado à categoria de Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, já em 1718. Em 1750, foi criado o Distrito de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, como sede da Freguesia de mesmo nome. Em 1780, este Distrito foi elevado a Freguesia subordinada, agora, à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, na Comarca do Rio das Velhas. Naquela ocasião, estavam ainda vinculados à então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei os curatos de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria, Buritis, Capela Nova de Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado, Itatiaiuçu, Morro de Matheus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso. Na República, com a extinção dos curatos, o Curral Del Rei teve sua jurisdição novamente reduzida aos moldes do primeiro arraial, tendo sido este elevado a município e capital de Minas Gerais, em 1893, sob a denominação de Cidade de Minas.[61]

[61] Ver a respeito: BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. (v.1 – História Antiga). É preciso considerar estas mudanças, ao observarmos o aumento ou a queda da população aferida para o Curral Del Rey ao longo do século XIX.

A presença da população de pessoas descritas em registros censitários da época[62] como pretas, pardas, mulatas, creoulas e, em menor número, angolas, benguelas, congas, cambindas e cabras, na localidade, durante o oitocentos, sobrepunha-se de maneira sensível à de pessoas brancas, tal como nas principais regiões da Província. Mapas de População, elaborados pela Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, em 1816, 1828[63] e 1840; assim como os dados do Recenseamento empreendido pelo Império em 1872, atestam, além disso, que a maioria dessa população era formalmente considerada livre, com destaque para as mulheres pardas ou mulatas, que aparecem sempre em maior número, destacando-se junto aos demais grupos, seguidas de homens pardos ou mulatos, ao longo de todo o período.

Cabe, aqui, uma consideração importante quanto à utilização das categorias raciais "pardo" e "mulato". No Mappa de População de 1816, são utilizadas as categorias "mulato"/"mulata", provavelmente por herança de convenções do século XVIII, em que o termo era utilizado como referência ao mestiço. O termo "pardo" aparecerá nos instrumentos de registro demográfico de períodos posteriores (1828, 1840 e 1872). Neste caso é preciso considerar a utilização da categoria pardo, não necessariamente como indicador exclusivo de classificação por cor/raça ou origem étnica, mas também como qualificativo, isto é, provável indicador de posição social.[64] Identificando o uso deste termo, já no século XVIII, Sílvia Lara observa que sua manipulação como qualificativo dependia das situações e interesses de quem o

---

[62] Cf. APM – Mappa da População do Termo da Vila de Sabará (1816); Mappa da População existente no Distrito da Parochia do Curral D'El Rei, anno de 1840; TASSINI, Raul. Relação de habitantes da então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei (1828). In: *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rey*. *Op. Cit.*; BRASIL. [Império]. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & filhos. s.d. In: *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rey*. Belo Horizonte: s. n., 1947. (Acervo da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro), p. 31-42.

[63] Os dados para 1828 não foram encontrados entre os Mapas de População disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Trabalhei, contudo, com as informações recolhidas por Raul Tassini, que as registrou no livro Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rey (Cf. nota anterior).

[64] Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995 [1998] 2ed.).

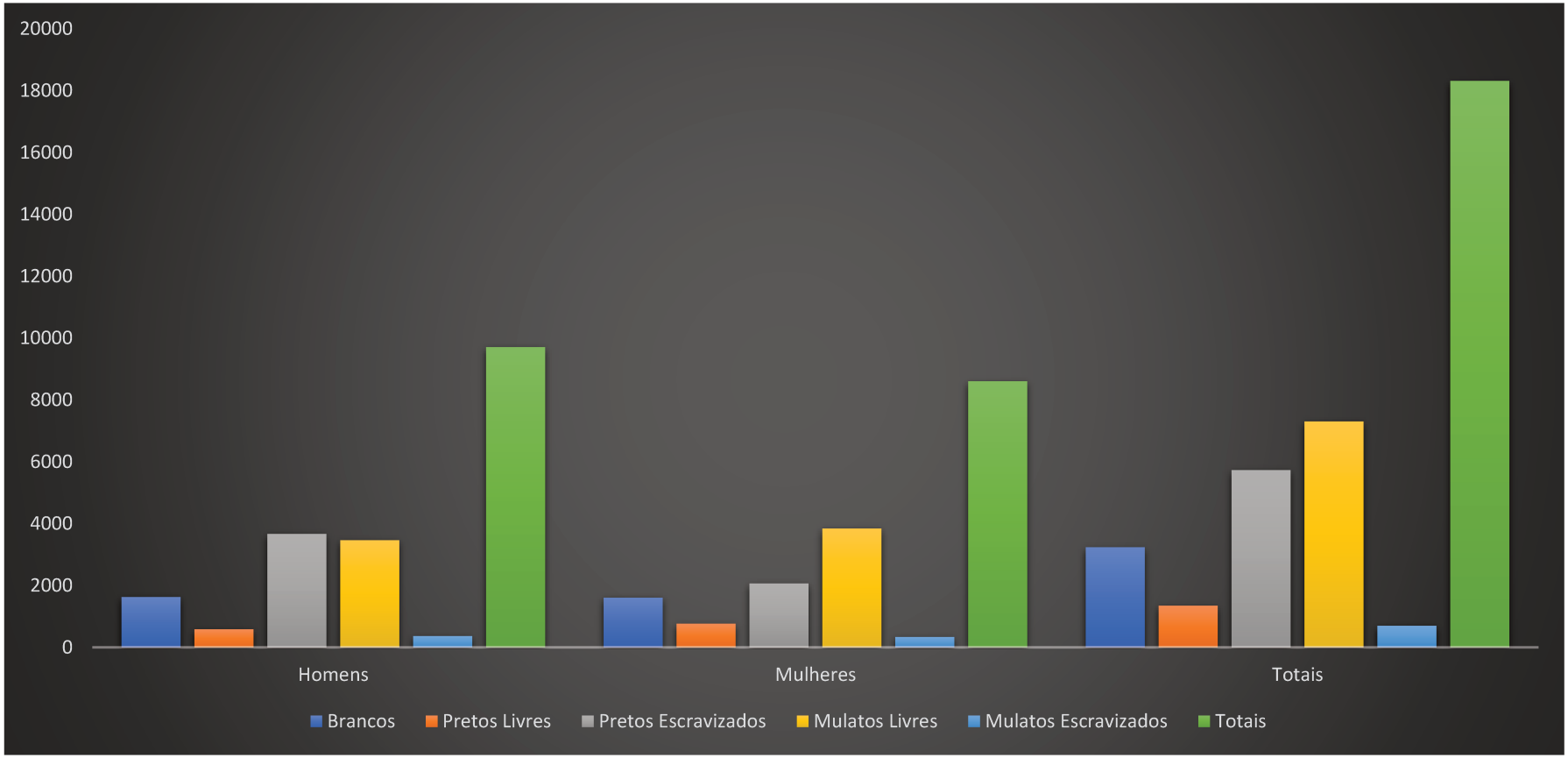
utilizava, não sendo possível estabelecer nenhuma interpretação precisa e objetiva acerca desta prática.[65]

Assim, já em 1816, conforme pode ser observado no Gráfico 1 e na Tabela 1, os dados constantes no *Mappa da População do Termo da Vila de Sabará* registram, para o Curral Del Rey, uma população total de 18.314 almas – a maior dentre as 11 Freguesias do Termo, à época. Havia no povoado, então, 8.607 mulheres e 9.707 homens; sendo 3.236 brancos, frente aos 7.078 pretos e aos 8.000 "mulatos". Quase dois terços da população eram constituídos por pessoas livres, contando-se, então, 11.884 livres[66] e 6.430 cativas. Na parcela livre da população, predominavam as mulheres e, dentre estas, as "mulatas", na seguinte proporção: 6.207 mulheres, sendo 762 pretas, 3.838 "mulatas" e 1.607 brancas; 5.677 homens, sendo 582 pretos, 2.466 "mulatos" e 1.629 brancos. Totalizavam-se, então 1.344 pretas/os, 7.304 "mulatas/os" e 3.230 brancas/os. Dentre as pessoas escravizadas – 5.734 pretas/os e 696 "mulatas/os" –, predominavam os 4.030 homens, dos quais 3.670 eram pretos e 360 mulatos. As 2.400 mulheres escravizadas dividiam-se entre 2.064 pretas e 336 mulatas.

[65] Cf. LARA, Silvia Hunold. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e Liberdade*: Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012. (p. 69-93).

[66] Nas fontes censitárias analisadas, não são utilizadas as designações "liberto/a" ou "forro" – exceção para uma Lista Nominativa da Freguesia de N. Sra. da Boa Viagem do Curral Del Rey, de 1828, que menciona a presença de forros/as e quartados/as. Não obstante, é possível diferenciar, em geral, entre os livres, na população de brancos, pretos e mulatos ou pardos, como possíveis indicativos de condição social.

Gráfico 1 População Curral Del Rey, 1816 (Cor, Sexo e Condição)



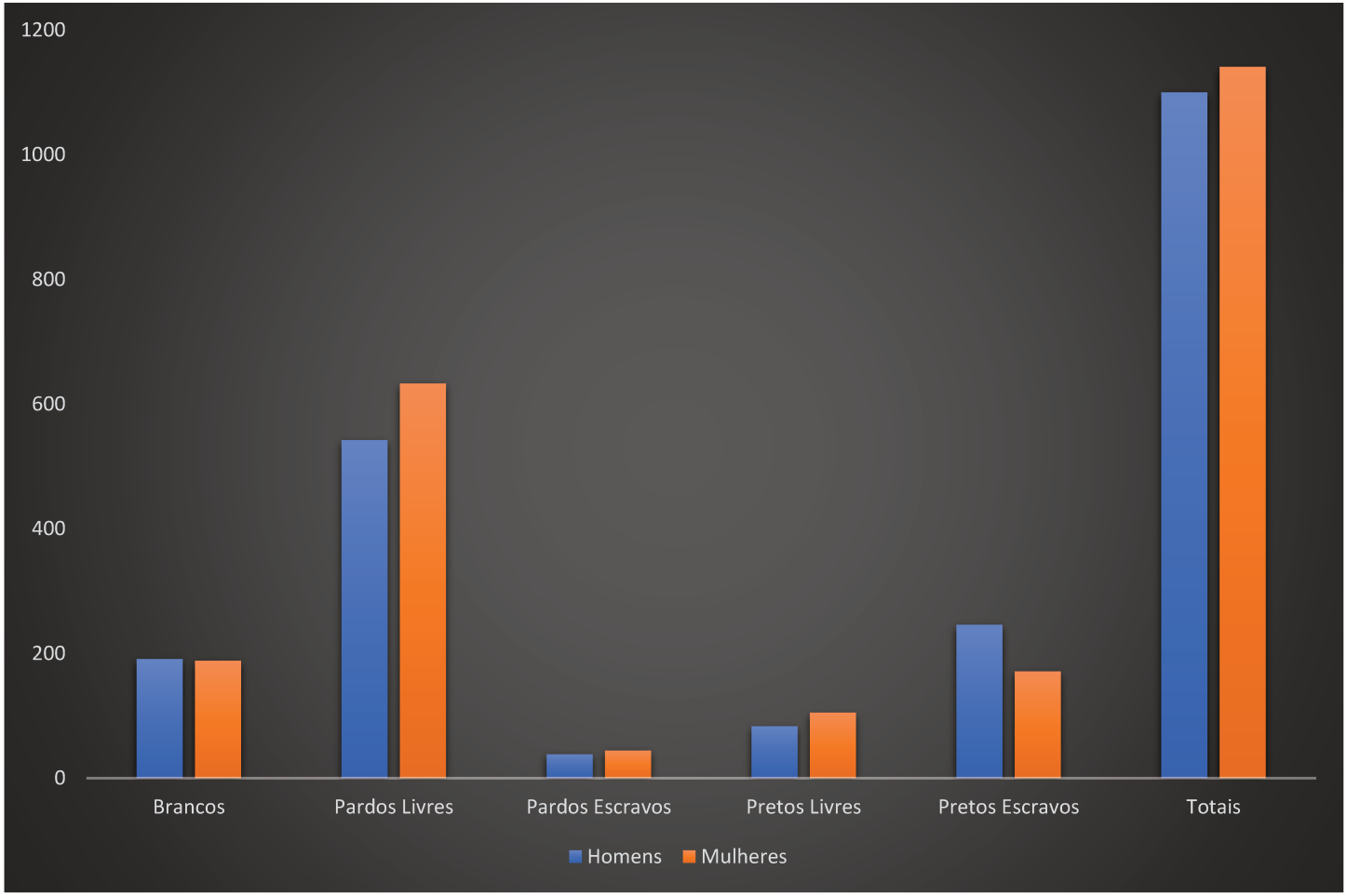
Fonte: (APM) Mappa da População do Termo da Villa Real do Sabará em o anno de 1816

Tabela 1 Mappa da População do Termo da Villa Real do Sabará (1816)

Freguezias	Homens										Mulheres										Nascidos Mortos		População total
	Livres						Captivos				Livres						Captivas						
	Brancos		Pretos		Mulatos		Pretos		Mulatos		Brancas		Pretas		Mulatas		Pretas		Mulatas				
	Cazados	Solteiros	Cazados	Solteiros	Cazados	Solteiros	Cazados	Solteiros	Cazados	Solteiros	Cazadas	Solteiras	Cazadas	Solteiras	Cazadas	Solteiras	Cazadas	Solteiras	Cazadas	Solteiras	Nasceram	Morreram	
Vila do Sabará	166	422	91	405	392	1122	116	1867	15	202	123	436	110	647	418	1413	109	936	15	239	387	-248	9383
Rapozos	19	50	15	122	42	180	27	268	0	8	11	55	15	161	53	191	26	119	3	15	35	-46	1369
Congonhas	22	87	8	78	32	119	4	253	4	30	17	93	15	101	34	156	4	126	4	24	46	-42	1215
S. Antonio Rio Acima	21	56	17	88	42	202	1	178	0	25	10	66	17	128	51	184	1	116	0	24	29	-40	1216
Curral d' El Rei	**524**	**1105**	**130**	**452**	**832**	**2634**	**85**	**3585**	**17**	**343**	**446**	**1161**	**161**	**601**	**914**	**2924**	**90**	**1974**	**18**	**318**	**710**	**-536**	**18488**
Sta. Luzia	238	452	141	489	682	2400	340	2574	42	265	155	556	200	875	754	2682	358	1593	38	265	453	-347	15205
Rio das Pedras	9	31	15	118	33	127	6	103	0	15	6	22	20	148	38	172	4	58	0	14	20	-32	927
Sto. Anto. Do Curvelo	317	562	176	498	857	2246	20	1166	17	225	264	681	186	548	909	2258	19	775	26	213	427	-208	12182
Barra do Rio das Velhas	31	58	42	90	116	210	10	191	4	40	22	45	52	97	124	231	10	124	3	15	48	-62	1501
S. Romão	47	82	69	266	189	534	3	228	0	23	29	69	99	271	201	586	3	187	0	23	134	-95	2948
Salgado	105	205	142	364	237	666	4	584	4	115	85	169	144	353	251	587	4	374	3	111	152	-81	4578
Total 11*	**1499**	**3110**	**846**	**2970**	**3454**	**1044**	**616**	**1099**	**103**	**1291**	**1168**	**3353**	**1019**	**3930**	**3747**	**1138**	**628**	**6382**	**110**	**1261**	2441	-1737	**69012**

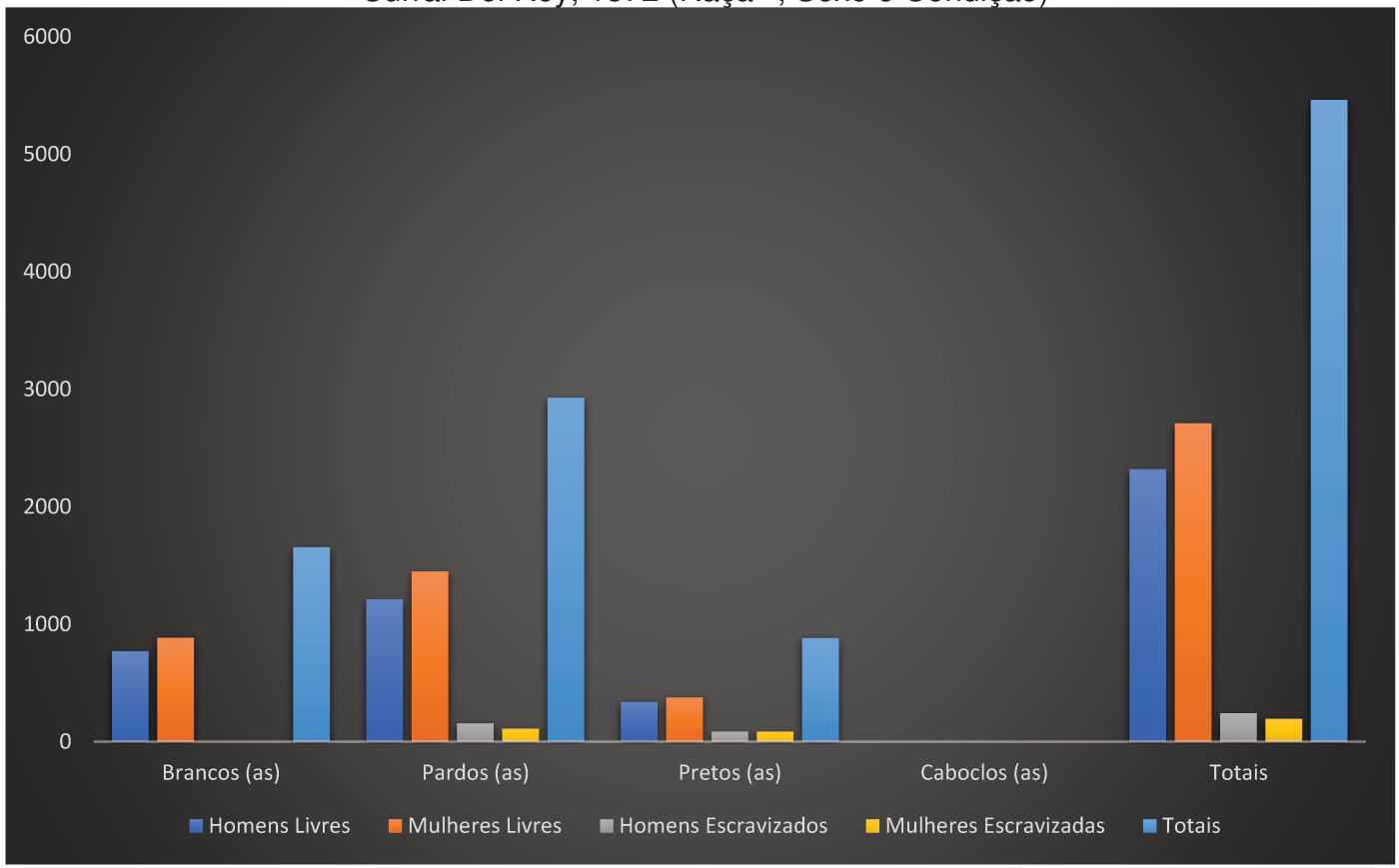
Fonte : (APM) Mappa da População do Termo da Villa de Sabará, 1816.
(*) Totais corrigidos, em relação aos cálculos da tabela original.

Gráfico 2 Mapa da População Distrito do Curral Del Rei,1840 (Cor, Sexo, Condição)



Fonte : Mappa da População existente no Distrito da Parochia do Curral D' El Rei em o anno de 1840 (APM Coleção Mapas de População)

Gráfico 3 População da Freguesia de Nossa Sra. da Boa Viagem do Curral Del Rey, 1872 (Raça[67], Sexo e Condição)



Fonte : BRAZIL. Império. Recenseamento de 1872.

[67] Mantida a expressão utilizada na Fonte. Cf. BRAZIL. [Império] Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typografia G. Leuzinger, [1874?].

Em 1828, de acordo com relação de habitantes da então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey, anotada por Raul Tassini em seu *Verdades Históricas e Pré-Históricas de Belo Horizonte antes Arraial do Curral Del Rey*[68], a população totalizava 1.566 habitantes, dos quais 1.094 eram livres e 432 cativos. Dentre estes últimos contavam-se 199 homens, 143 mulheres e 42 crianças. Quanto à composição étnico-racial, integravam o conjunto da população escravizada: 4 pretos, 36 pardos, 5 cabras, 71 crioulos, 35 angolas, 7 benguelas e 8 congos; e, ainda, 213 pessoas cuja referência étnica, racial ou de cor não foi mencionada, mas que por certo não incluiria pessoas brancas. Em relação à população livre, que verificamos ser formada por 552 homens, 450 mulheres e 365 menores, a identificação por cor, raça ou etnia não é explicitada formalmente. Contudo, a julgar por alguns sinais como a composição ou formato do núcleo familiar, a ausência de sobrenomes – especialmente dos "chefes" do fogo –, a referência eventual à condição de "forra"/o de um ou mais de seus membros, tudo isto nos leva a inferir pela provável preponderância de pardos ou mesmo pretos (africanos e crioulos), nesta população, confirmando a tendência que se anuncia em 1816 e que predomina no século XIX, conforme atestam os dados de 1840 e 1872, abaixo.[69] Dito de outro modo, tais dados nos convidam a vislumbrar uma sociedade predominantemente formada por população de origem africana. Acompanhemos, pois, os referidos dados.

Em 1840, o *Mapa de População Existente no Distrito da Paroquia do Curral D'El Rei*[70] atestava a existência de 2.241 pessoas, sendo 1.141 mulheres e 1.100

---

[68] TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas. Op. Cit.*, p. 31-42.

[69] Os núcleos familiares de então, eram ainda constituídos por agregados e expostos, cuja cor também não foi registrada. Cf. Tassini, *Ibid*. A propósito, os dados da lista transcrita por Tassini apontam um sensível decréscimo da população do povoado, se comparada com os dados de 1816. É possível aventar que haja algum erro na transcrição. Entretanto, tendo a considerar como uma das razões da queda do número de habitantes, as mudanças dos limites administrativos do Curral Del Rey, ao longo do século XIX – figurando-o ora como distrito, ora como freguesia e, por vezes, nestas alterações sofrendo desvinculação de outros povoados que integravam seu território. Além disso, a região pode ter sido afetada por processos migratórios decorrentes do colapso da economia minerária baseada na exploração de ouro e diamantes por aluvião, em Minas Gerais, devido à descoberta de novas minas na África, a partir das últimas décadas do século XIX.

[70] (APM) Mappa da População existente no Distrito da Parochia do Curral D'El Rei, anno de 1840.

homens; 379 brancas/os, 1.257 pardas/os, 605 pretas/os; 1.742 livres e 499 escravizadas/os. Na população livre, assim como em registros anteriores, pardos e pardas, sobretudo estas últimas, aparecem como o grupo predominante, como podemos aferir nos dados seguintes: 926 mulheres – sendo estas 633 pardas, 188 brancas e 105 pretas – e 816 homens – 542 pardos, 191 brancos e 188 pretos; totalizando 1.175 pardas/os, 379 brancas/os e 293 pretas/os. Já, entre as/os escravizadas/os, a população de pretos e pretas sobressai: entre os 284 homens e 215 mulheres, 246 são pretos, 171 pretas, 38 pardos e 44 pardas.

Finalmente, em 1872, o Recenseamento produzido pelo Império[71] indicava para a Freguesia do Curral Del Rey, integrando o então município de Sabará, uma população total de 5.524 pessoas, sendo 2.690 homens e 2.834 mulheres; 5.188 livres e 336 escravizadas/os. Quanto à composição racial, confirmava-se o predomínio de pretos e pardos – 3.860 –, frente aos 1.634 brancos. Dentre os brancos havia 864 mulheres e 770 homens. Enquanto entre a população de pardos, registram-se 1.533 mulheres e 1.349 homens; e na de pretos, 491 homens e 487 mulheres. A população livre era composta por 2.689 mulheres e 2.499 homens; 2.762 pardas/os (1.419 mulheres e 1.313 homens), 1.634 brancas/os e 712 pretas/os (376 mulheres e 336 homens). Já a de escravizadas/os, assim distribuía-se: 191 homens (155 pretos e 36 pardos); 145 mulheres (111 pretas e 84 pardas), reafirmando-se a preponderância de homens pretos e mulheres pretas observada para os que se encontravam nesta condição, ao longo de todo o século.

O perfil populacional do Curral Del Rey pode ser melhor compreendido ao ser observado à luz dos aspectos socioeconômicos e populacionais no âmbito regional e da Província Minas Gerais. Ora, já no último quartel do século XVIII, a população da Comarca do Rio das Velhas (Figura 5), à qual pertencia a Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey – onde talvez ainda vivessem as famílias de Francisca e Manuel, bem como a dos demais mencionados nas Devassas setecentistas já aqui referidas –, era predominantemente composta por não brancos, em decorrência do emprego de escravizados de origem africana na atividade

71 *Ibid.*

mineradora e nas atividades agrícolas de subsistência que se consolidavam, nas proximidades das lavras já em declínio.

Em edição de 1911 do Anuário Estatístico de Minas Gerais, criado e dirigido por Nelson de Senna, o autor, preocupado em avaliar números que atestassem a predominância de população branca do estado, faz menção a um primeiro recenseamento realizado na Capitania das Minas Gerais, em 1776[72], observando, consternado, a baixa proporção desta população na Comarca: em um total de 319.769 habitantes da Capitania,

> A comarca do Rio das Mortes foi a que recenseou maior número de brancos – 29.926; e a de Villa Rica a que recenseou o menor – 12.679. Mas aquela em que a proporção delas baixou ao mínimo foi a do Rio das Velhas, que apresentou 14.394 brancos contra 85.182 mestiços e pretos ou apenas 14% da população total. A do Serro Frio ficou no meio com 13.665 brancos, embora fosse a menor da população.[73]

As mudanças na economia mineira, ao fim do século XVIII, em decorrência do declínio da exploração aurífera, não parecem ter resultado em alterações significativas no perfil da população local. Conforme propõe Douglas Cole Libby[74], contrapondo-se à tese da "estagnação" econômica em Minas Gerais, decorrente do declínio da mineração, a composição e a dinâmica demográfica apontam para uma conformação das atividades econômicas na Província, durante o século XIX.

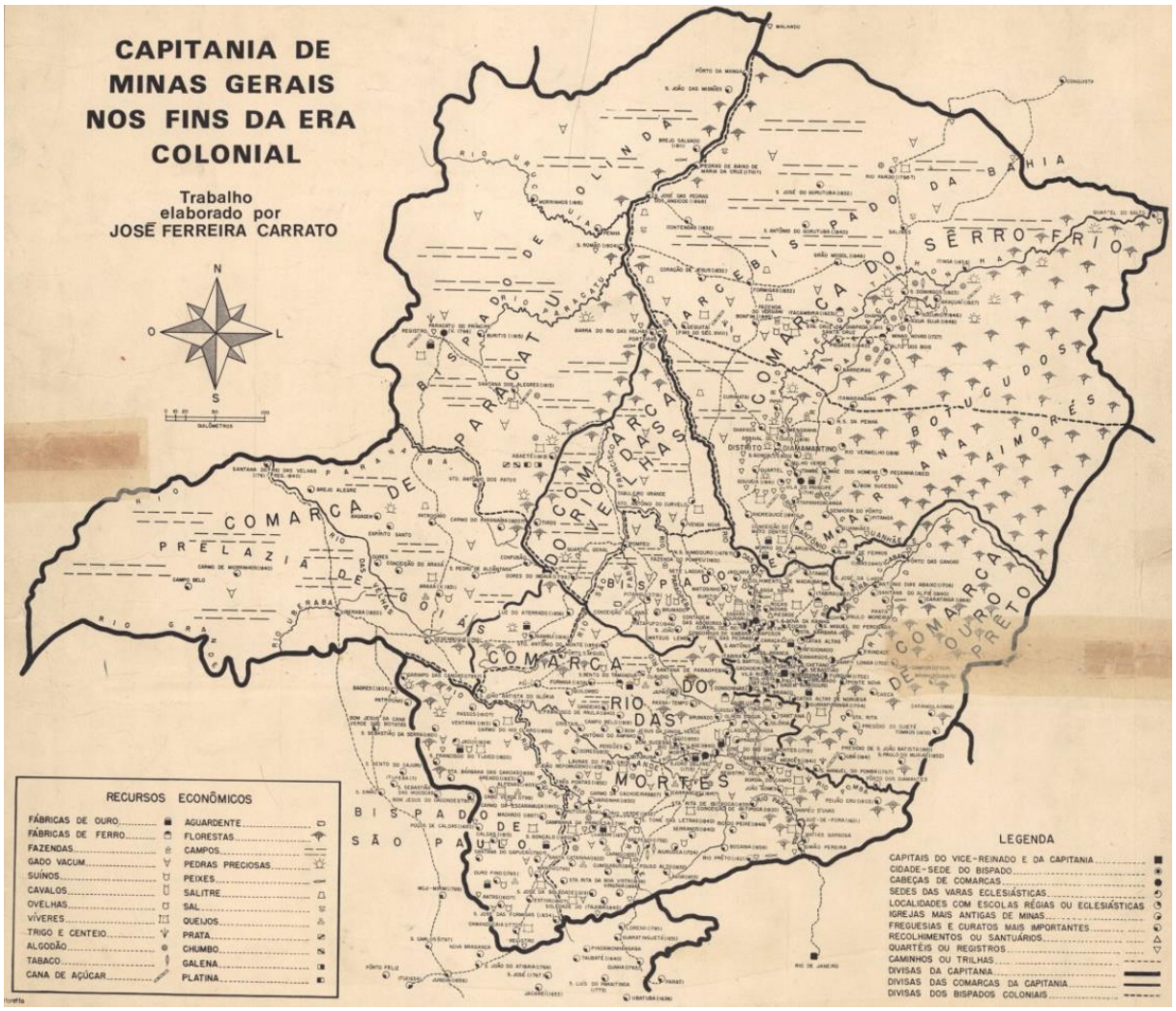
---

[72] As referências de Senna são as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas*, vol. IX, pag. 257, organizado pelo cronista Monsenhor Pisarro de Araujo, e a *Revista do Instituto Histórico do Brasil*, de 1852, organizada pelo desembargador José João Teixeira Coelho. Cf. (APM) Anuário Estatístico de Minas Gerais. 1911.

[73] Cf. MINAS GERAIS. Anuário Estatístico de Minas 1911, p. 255.

[74] Cf. Libby, *Op. cit.*

Figura 5 Capitania de Minas Gerais nos Fins da Era Colonial

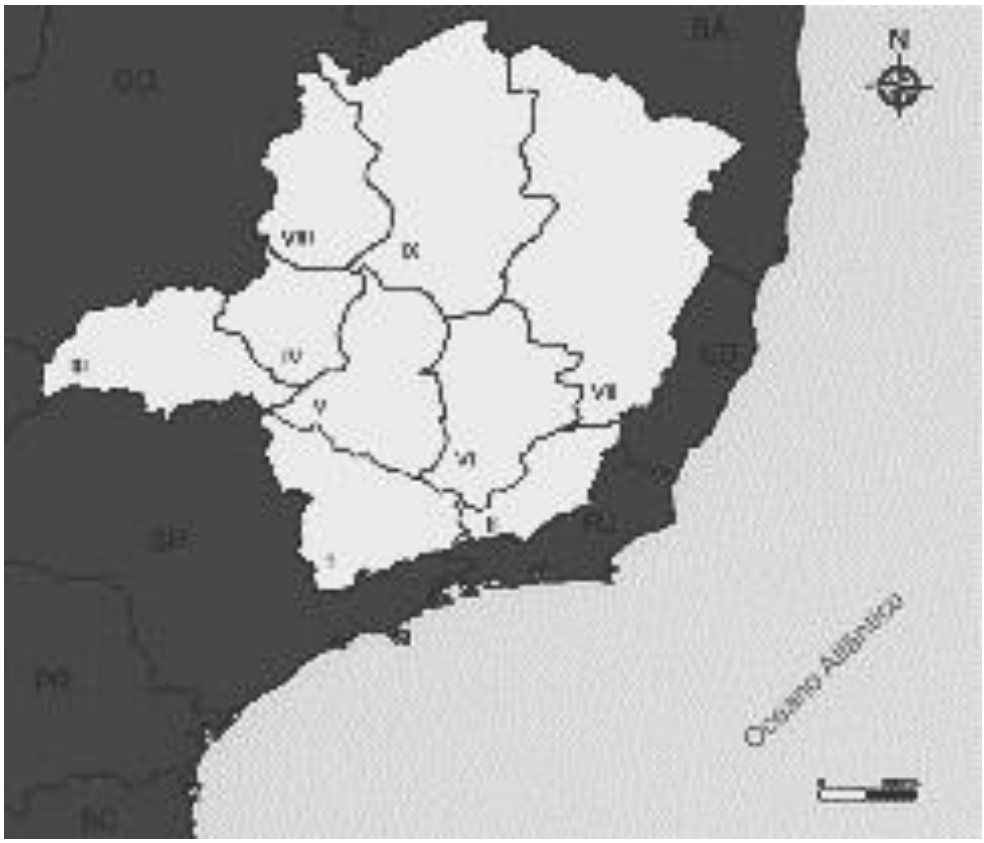


Fonte : José Ferreira Carrato. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais.*[75]

[75] CARRATO, José Ferreira. Igreja, *Iluminismo e Escolas Mineiros Coloniais*. (Notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista). Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo – São Paulo, 1968.

Agora não mais voltadas para a exportação, mas destinadas ao consumo interno ou interprovincial, estas atividades consistiam na agricultura de subsistência, principalmente, e, em menor medida, na atividade minerária – que continuava a se desenvolver nas regiões Metalúrgica-Mantiqueira e Jequitinhonha-Mucuri-Doce (Figura 6)[76], – e em alguns ensaios de indústria, com destaque para a de tecelagem.

Figura 6 Regiões Província de Minas Gerais, século XIX



Fonte : Jonis Freire.[77] Mapa elaborado pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFF) a partir de LIBBY, op. cit., 1988 [adaptado]. I Sul; II Mata; III Triângulo; IV Alto Parnaíba; V Oeste; VI Metalúrgica-Mantiqueira; VII Jequitinhonha-Mucuri-Doce; VIII Paracatu e IX São Francisco-Montes Claros.

[76] Libby propõe uma regionalização da Província, a partir de "noções gerais" elaboradas por meio da leitura de documentos oficiais produzidos à época e de escritos de viajantes estrangeiros que passaram por Minas. (Libby, *Op. cit.*, p. 43). O autor distingue, assim, oito regiões: Jequitinhonha, Mucuri e Doce; São Francisco-Montes Claros; Triângulo Mineiro; Alto Paranaíba; Metalúrgica-Mantiqueira; Sul; Oeste Mineiro e Zona da Mata.

[77] FREIRE, Jonis. Comércio local: tráfico interno de escravos em Juiz de Fora (MG), segunda metade do século XIX. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6 Nº 10 Jan-Jun 2011.

Trata-se de uma economia escravista “desviante”, segundo o autor, a considerar sua diversidade e flexibilidade quanto ao acentuado processo de proletarização parcial de trabalhadores livres – que demonstra a capacidade de sobrevivência do regime escravista nas Minas. Isto porque, em um contexto no qual a maioria da população é constituída por trabalhadores/as libertos/as ou nascidos/as livres, a consequência provável seria a aceleração da queda da proporção de escravizados. Contudo, o que se observa é vigência de trabalho escravo concomitante a formas de trabalho livre. Ocorre que a atividade agrícola de subsistência, que vigorava mesmo nas proximidades das regiões onde ainda prevalecia a mineração, também absorvia mão de obra cativa, impedindo, segundo Libby, a queda do contingente de trabalhadores escravizados.[78] Assim, ao longo de todo o século XIX, observa-se uma ampla base social constituída por proprietários de cativos, sendo a maioria possuidora de 5 a 6 escravizados/as – o que não caracterizava grandes posses, sendo estas consideradas as que contavam com número maior de pessoas cativas, como no caso das maiores fazendas do Curral Del Rey, em que havia em torno de 20 trabalhadoras/es escravizadas/os.

Em um quadro de constante, ainda que modesto, crescimento demográfico nas Minas, entre 1810 e as duas décadas seguintes ao término do tráfico negreiro, confirmou-se a tendência ao aumento da população de cativos, concomitante ao aumento da população preta e parda livre e liberta.[79] O que ocorreu, em especial, na região Metalúrgica-Mantiqueira, uma das mais populosas na primeira metade do século, e onde perdurou a atividade mineradora, mas também a agricultura de subsistência. Uma das razões deste fenômeno foi o estímulo à reprodução natural, após o fim do tráfico.

Com efeito, a partir de 1850 houve diminuição percentual do contingente de escravizados, e aumento da população livre (notadamente – mas não exclusivamente, dado o estímulo dos proprietários à reprodução natural de cativos para compensar o aumento do número de alforrias). Na região Metalúrgica-

---

[78] LIBBY, *Op. cit.* p. 56.

[79] *Ibid.*

Mantiqueira, por exemplo, onde se inseria o Curral Del Rey – em que vimos predominar população parda e preta livre –, a queda do percentual de população cativa é de quase metade, entre os dois principais períodos observados por Libby – 1831-1840 e 1872. Mesmo assim, a relevância do trabalho escravo seguia tão acentuada nas Minas, que os escravizados representavam, em 1872, por ocasião do Recenseamento, 1/5 da população, tendo sido registrados 370.450[80] cativos em Minas Gerais, que constituía, assim, a província com maior número de pessoas ainda escravizadas, no Império.[81]

Portanto, é importante ressaltar, conforme sinaliza Libby, que a escravidão não havia se tornado residual na realidade socioeconômica mineira pós 1850, a despeito da importância do aumento do percentual de libertos e do processo de proletarização que se inicia na região. De tal sorte que, a despeito da predominância de população livre, naquela sociedade, o peso percentual da participação de cativos na força de trabalho superava a proporção destes no total da população; o que expressaria, segundo o autor, a lógica do regime escravista que se orientava pelo máximo aproveitamento do braço escravo. Em cinco das oito regiões da Província analisadas por Libby, os cativos representam mais de 35% dos trabalhadores.[82]

Nas regiões mineradoras da Metalúrgica-Mantiqueira e Jequitinhonha-Mucuri-Doce, concentravam-se as mais elevadas razões de masculinidade – uma das formas utilizadas por Libby para mensurar o peso percentual da população de cativos –, em especial na primeira metade do século. Esta característica pode ser observada também nos dados demográficos do Curral Del Rey, com destaque para a predominância de pretos e africanos de diferentes nações dentre os escravizados. A queda deste indicador, denotaria a estabilização da população de escravizados/as – maior equilíbrio entre quantidade de homens e mulheres na população cativa –, devido

[80] BRASIL.[Império]. *Recenseamento*, *Op. cit.*

[81] Segundo Libby (1988, p. 51), a região Metalúrgica-Mantiqueira foi detentora do maior número de escravizados de todas as regiões de Minas, durante quase todo o século, sendo superada apenas pelo Sul mineiro e contando, no Censo de 1872, com 94.212 trabalhadores escravizados.

[82] *Ibid.*, p. 54.

ao maior peso da reprodução natural, o que já começava a ocorrer nas primeiras décadas do século XIX.

Por outro lado, em relação à população livre, o autor observa a existência de equilíbrio demográfico entre mulheres e homens, em quase todas as regiões da Província, entre 1831-1840 e 1872. Neste aspecto, os dados para o Curral Del Rey apontam para uma distinção, pois atestam predominância das mulheres "mulatas" ou "pardas" livres[83], durante todo o século XIX, como ficou demonstrado. Este dado, em especial, convida-nos a observar com maior atenção alguns elementos da dinâmica socioeconômica da população do Arraial e que indicam sua inserção na economia de subsistência que prevaleceu na Província, no século XIX.

Certamente era escravizada, até então, parte significativa da mão-de-obra empregada na produção agrícola[84] que atendia às demandas locais e era, em alguns casos, exportada por tropas, para outras regiões da Província. Um observador da vida no povoado, já na última década do século XIX, oferece-nos uma possibilidade de leitura das possíveis rotinas de trabalho no Curral Del Rey antes de extinta a escravidão:

> Nos dias de semana, de segunda feira e sabbado, as ruas aqui estavam desertas e ermas, e as próprias casas pareciam desabitadas; porque os homens estavam entregues às afanosas lidas da lavoura, ou de modestas indústrias etc.; e as mulheres, umas se entregavam aos trabalhos domésticos, no centro do lar; outras, já afeitas aos rudes labores roceiros, acompanhavam a seus maridos, pais ou irmãos ,para os duros serviços da lavoura.
>
> Aos domingos, porém, era outro o aspecto do arraial, que, como por encanto, se transformava em uma verdadeira feira local – alegre e animado que era!

---

[83] Provavelmente forras, considerando-se sua condição indicada pela cor. Além disso – na região Metalúrgica-Mantiqueira, que abrangia a região do Curral Del Rey –, assim como de modo geral em toda a Província, a despeito do acentuado emprego de força de trabalho escrava, observa-se gradativa queda percentual da população de escravizados, ao longo do século XIX. Uma das explicações para o fenômeno é a prática da alforria. (Cf. LIBBY, 1988, *Op. cit.*).

[84] Conforme as informações que constam do Registro de Terras, destaca-se a produção de milho; para além deste, os declarantes informam possuírem terras "para cultura", ou "para planta", além de campos e pastos (ou terras "para criação). Cf. APM - FUNDO REPARTIÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS. *Transcrição do Livro TP-1-067 Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey (1855-1857)*.

> Cessavam completamente os trabalhos, e todos eram alegres e contentes no doce aconchego de suas famílias; mas era ao mesmo tempo o dia de maior commercio no logar, pela vinda e reunião dos lavradores e fazendeiros dos arrabaldes da freguezia à assistência da missa conventual.
>
> As transações de compras, vendas e trocas, eram ordinariamente feitas, nesse dia, em maior escala: - aqui era um compadre que oferecia a seu compadre, para comprar para carro, uma boiada de *pegar p'ra sahir* (como diziam); de uma bonita novilha que eles diziam uma *teteia*; ali era outro que querendo passar a seu compadre, ou a seu primo, um bonito poltro andador (...); acolá eram outros contractando troca de milho por café, de café por feijão etc. ou fazendo outras transacções; todos, emfim, compravam vendiam ou trocavam: os do arraial, para aproveitarem a vinda e a influencia dos de fora; e estes, para evitarem frequentes vindas à povoação durante a semana, o que só em ultimo caso faziam.[85]
>
> ...Bello Horizonte[86], pequeno e humilde, comtudo abastecia diversas praças commerciaes, mais importantes que a sua, com seus pequenos produtos.
>
> Suas principaes fontes de renda eram: - o cortume, donde saham excelentes solas para sapateiros e selleiros, e que eram exportadas para diversas partes do Estado; a farinha de mandioca a aguardente de canna, rapaduras, milho, fubá, carne secca, frangos e ovos, com que abasteciam as vizinhas freguesias de Congonhas de Sabará (hoje Villa Nova de Lima) e a de Sabará, além de outras.
>
> Também exportavam já alguma ferragem forjada em uma simples e modesta fabrica, pertencente a uma sociedade.[87]

A dinâmica de produção e os gêneros produzidos no arraial de então, provavelmente eram os mesmos que predominavam, em períodos anteriores do século XIX, nas unidades com grandes posses, como as fazendas do Leitão[88], do Barreiro, do Cercado ou a dos Nogueira – pertencentes a algumas das famílias

---

[85] Cf. DIAS, Pe. Francisco Martins. *Traços Históricos e Descriptivos de Bello Horizonte*. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1997 [1897], p. 29-30.

[86] À época em que o autor escreve, o Curral Del Rei já era denominado Distrito de Bello Horizonte.

[87] Cf. DIAS, *Ibid.*, p. 32-33.

[88] A Fazenda do Leitão, existente desde antes de 1857 – e cuja sede atualmente abriga o Museu Histórico Abílio Barreto – possuía, em sua origem, 65 alqueires, onde se plantavam café, cana, mandioca. Cf. APM - FUNDO REPARTIÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS. *Op. cit.*

proprietárias de grande quantidade de cativos (entre 10 e 25 escravizados/as)[89], e que, possivelmente corresponderiam àquelas que, por ocasião da Lei de Terras, constituíam as maiores unidades agrícolas da região, em 1855-1857.[90] Sobre estas, é importante ter presente que, dentre as 224 unidades[91] que se distribuíam entre os 190 declarantes, naquele período, apenas 9% delas possuíam mais de 100 alqueires – sendo a Fazenda do Barreiro a maior, com 450 alqueires –; 11,26% possuem entre 50 e 90 alqueires; 16,22%, entre 10 e 40 alqueires e, as que somavam abaixo de 10 alqueires representavam 36,49% das terras locais (Tabela 2).

Nas propriedades de médio e grande porte (acima de 40 alqueires), é provável que ainda a esta época fossem utilizadas tanto mão-de-obra escravizada, quanto a de agregados, como já é sugerido na Relação de Habitantes de 1828, em que dos 1.524 habitantes, a maioria dos 49 agregados aparece, em geral, associada às unidades familiares possuidoras de até 6 escravizados.

---

[89] Conforme Relação de Habitantes de 1828, Cf. Tassini, *Op. cit.*

[90] Cf. APM - FUNDO REPARTIÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS, *Op. cit.*

[91] Não utilizamos o termo "proprietários" para designar os que se declararam em posse de terras, devido ao fato de que a quase totalidade destes indica como forma de aquisição, herança ou compra. É referida apenas uma Sesmaria, "concedida a Francisco da Silva Portes, em 15/01/1760, em um lugar chamado Cachoeirinha", cujas medidas não são apresentadas. (Cf. APM – FUNDO REPARTIÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS, *Ibid.*). Assumimos, assim que, como ocorria em quase todo o território do Império do Brasil, à época, grande parte das terras do Curral Del Rei eram, provavelmente, ocupadas por posseiros, dado que, até 1822, o mecanismo legal para aquisição de terras era a obtenção de concessão de Sesmaria. (Cf. SILVA, Ligia Ozorio. *Terras Devolutas e Latifúndio*: efeitos da Lei de 1850. 2ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.)

Tabela 2 Curral Del Rey, Divisão de Terras (1855-1857)

Extensão (alqueires)	Unidades	%
100+	22	9,91
50 a 90	25	11,26
11 a 40	36	16,22
5 a 10	29	13,06
1/2 a 4+	37	16,67
1/2-	15	6,76
Outras medidas	28	12,61
Não declarado	30	13,51
Totais	222	100

Fonte: APM – Fundo Repartição de Terras Públicas. *Transcrição do Livro TP-1-067 Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey (1855-1857)*.

É provável, contudo, que nas unidades menores, que correspondiam aos 36,49% com menos de 10 alqueires, ocorresse o emprego de poucos escravizados, tratando-se, provavelmente, daquelas em que prevalecia a produção familiar para própria subsistência, com mão de obra predominantemente livre.

É importante salientar que não se excluíam deste grupo aquelas e aqueles que obtiveram suas posses – talvez ao mesmo tempo em que sua alforria, como era corrente, nas Minas, à época[92] – ainda quando escravizadas/os. É o que nos sugere o caso de Marcello Gomes Ferreira e Thomas Gonsalves de Aquino, que "por cabeça de sua mulher Rita" declararam como suas algumas terras herdadas de Anna Pereira de Jesus, "sua finada Senhora, que os havia criado" e que lhes legara 8 alqueires de terras de cultivo de milho e 3 para criação, na Fazenda Freitais, conforme consta no registro efetuado pelos herdeiros, em 18 de abril de 1856.[93]

Havia também, dentre estes, gente como Maria Madalena dos Prazeres, que em 22 de março de 1856 declarou ser proprietária da Fazenda Muzongue, de "1 légua, mais ou menos", que divisava com grandes propriedades como a Fazenda do

[92] Liana Reis, analisando a participação de escravizados no processo emancipacionista na Província de Minas Gerais, entre 1850 e 1888, faz referência a casos de propriedades legadas por ex-senhores a escravizados e libertos. Cf. REIS, *Op. cit.* , p. 198.

[93] Cf. APM - FUNDO REPARTIÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS. *Op. cit.* Registro No. 161, p. 61.

Barreiro.[94] Muito embora não dispondo de outras informações sobre Maria Madalena, a possível origem africana do nome de sua fazenda[95] e o fato de suas terras serem descritas por um seu vizinho, Luiz Gonçalves de Abreu, proprietário da Fazenda Bento Pires, como "terras litigiosas intituladas de Maria Madalena"[96], nos propõem considerar a possibilidade de que Maria Madalena fosse uma proprietária negra, tal como outros vizinhos seus – herdeiros da antiga Fazenda Bom Sucesso, de que trataremos no Capítulo 3.[97]

Este possível modelo de produção familiar parece sugerido a partir de alguns dados da Relação de Habitantes de 1828. É que alguns núcleos familiares nela registrados diferem-se daqueles detentores de grandes posses cativas quanto à configuração: são famílias, não raro, constituídas por diferentes gerações de mulheres provavelmente solteiras ou não reconhecidas formalmente como casadas, seus filhos e netos, além de eventuais agregados e/ou expostos.

Mas havia também alguns casos de famílias onde se destacava a Figura masculina como responsável principal. Para algumas destas pessoas há indicação de cor/condição: pardas, creoulas, pretas ou de nação africana; forro/a, escravo/a

---

[94] *Ibid.*, Registro No. 114, p. 43.

[95] "Muzônge", segundo o Dicionário Kimbundo-Português, de Assis Junior, refere-se a uma iguaria culinária ("caldo" ou "sopa"; "molho"). Já o termo "muzónge" diz respeito a "medidor", "pesador", "avaliador"; "Agrimensor". Cf. ASSIS JUNIOR, António de. *Dicionário Kimbundu-Português*: Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico (seguido de um índice alfabético dos nomes próprios). Luanda (Angola): Edição de Argente, Santos & Cia. Ltda., s/d. (Coleção University of Toronto – Robarts Library), (p. 326). Disponível em: < http://goo.gl/z1gK9g>. Consulta: 01/09/2016. É interessante considerar, ainda de acordo com o mesmo dicionário, que a denominação da "Fazenda Muzongue" – decerto grafada de modo aportuguesado, pode ter relação com as expressões originárias do Kimbundo "músonga" e "músonge", respectivamente: "Taboleiro (de horta, lavra)" ou "monte de terra lavrada em cumprimento", ou mesmo corresponder à designação de uma "dádiva permissória para a viúva contrair segundas núpcias"; ou, por fim, referir-se à "Acacia siberiana, de propriedades medicinais."

[96] Cf. APM. Registros de Terras..., *Op. cit.*

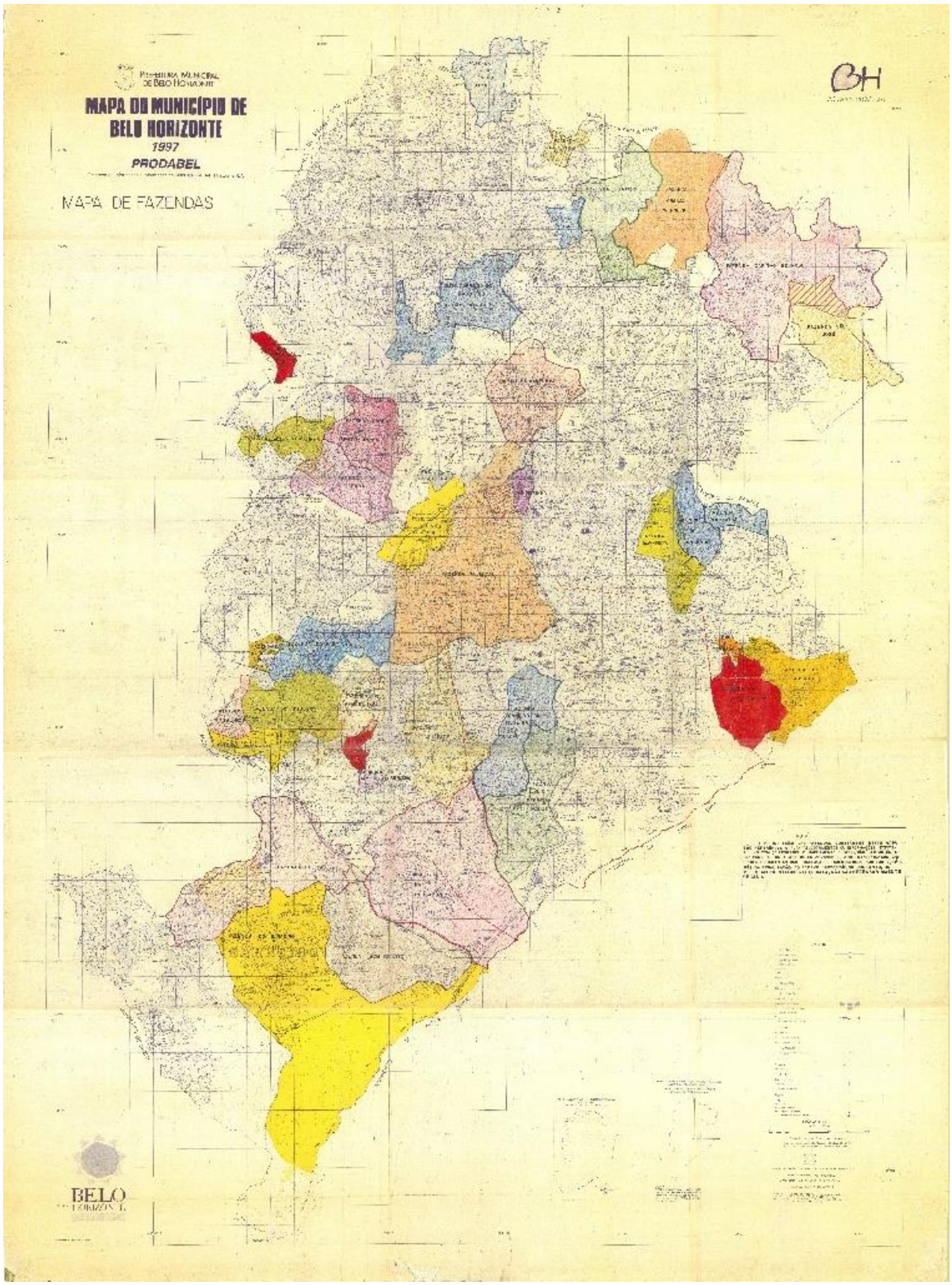
[97] A despeito de não termos encontrado mapas da época que nos permitissem observar a localização precisa de todas as unidades/fazendas indicadas no referido Registro de Terras do Curral Del Rey, este mesmo documento apresenta informações que apontam referências de divisas entre as terras, permitindo-nos indicar a proximidade entre algumas das que aqui tratamos.

coartado/a[98], conforme já mencionado. Mas a grande maioria é de livres, dada a ausência de indicação de condição escrava, e, provavelmente tratava-se de população não branca, conforme já sinalizado, considerando a tendência de desenvolvimento do perfil populacional do período. Seriam, desde então, algumas destas famílias pequenas possuidoras de terrenos ou de terras? Ou teriam elas conseguido angariar recursos que lhes possibilitaram a posse de terrenos, algumas décadas depois?

Os dados disponíveis não nos permitem responder de maneira mais detalhada e precisa a estas indagações. Possibilitam-nos, contudo, construir interpretações que favorecem uma compreensão algo mais abrangente acerca de como viviam a populações de trabalhadoras/es predominantemente de origem africana que habitavam e atuavam nas diversas regiões da Província, no período, a despeito das possíveis especificidades de cada uma destas.

[98] Significativa é também a presença de escravos/as forros/as ou coartados/as, entre os que são indicados como cativos. Cf. Relação de Habitantes do Curral Del Rey, 1828. In: Tassini, *Op. cit.*

Figura 7 Fazendas Antigas de Belo Horizonte (A)



Fonte : APCBH/Prodabel

É plausível inferir, pois – considerando também a narrativa do Pe. Francisco Martins Dias sobre o caráter laborioso do povo do Curral Del Rey –, que a grande quantidade de mulheres pardas ou mulatas e, em menor quantidade, pretas livres que se destaca na população do Curral Del Rey, ao longo de todo o século XIX, estivesse engajada no trabalho desenvolvido nestas terras, participando, portanto, do contingente de trabalhadoras domésticas, cujas atividades, em Minas, durante aquele período, de acordo com as proposições de Douglas Libby, incluiria "tarefas ligadas ao cultivo de alimentos e à criação de animais, bem como trabalho de apoio à indústria doméstica, tão difundida pela Província."[99]

Para além delas, como vimos, há um segundo grupo que se destaca no conjunto da população – o de homens livres pardos ou mulatos. Se considerarmos, igualmente, a hipótese defendida por Libby acerca da possibilidade de que em Minas, naquele período, teria ocorrido um significativo processo de proletarização da força de trabalho[100], é possível aventar, para além do trabalho nas atividades agropecuárias, a participação desses homens livres como jornaleiros – também identificados no registro censitário de 1872 como "assalariados sem profissão declarada" e que atuavam nas mais diversas atividades, incluindo a agropecuária, ocasionalmente.[101] Ou ainda, poderiam trabalhar como operários, em atividades não ligadas à agropecuária, como a mineração – dada a relativa proximidade do arraial em relação às áreas de exploração, em especial da Mina de Morro Velho (*Saint John Del Rey Mining Company*).[102]

Alguns destes trabalhadores do Curral Del Rey podem bem ter integrado, a partir de meados do século XIX, o contingente de trabalhadores daquela Companhia

---

[99] LIBBY, *Op. cit.* , p. 80.

[100] *Ibid.* p. 87 e seguintes.

[101] *Ibid.* p. 80-81.

[102] Com efeito, ainda nas primeiras décadas do século XX, já em Belo Horizonte, a documentação policial aponta a circulação de trabalhadores que se identificam como operários da Mina de Morro Velho, na nova cidade. (APM – FUNDO CHEFIA DE POLÍCIA – Ocorrências Policiais/Belo Horizonte).

inglesa, em Congonhas de Sabará[103] – tanto como trabalhadores livres, quanto como escravizados. Dentre estes últimos houve os que eram de propriedade da mineradora, que, ao longo do século e devido às mudanças políticas e econômicas no Brasil, diminuiu os investimentos em compra de cativos. Em vez disto, alugava escravizados de proprietários de grandes posses. Parte significativa dos cativos que trabalhavam na mina de Morro Velho foi engajada em processos de proletarização, e por meio dele, adquiriram sua alforria.[104]

1.2 Trabalho e liberdade no Pós-Abolição

A relevância do peso do trabalho escravo nas atividades econômicas desenvolvidas na província mineira, no século XIX, não obstou a continuidade do aumento da população preta e parda livre que predominava na freguesia do Curral Del Rey, durante todo o período. De modo que duas décadas antes de declarado extinto o regime escravista no país, a população cativa daquele povoado constituía a segunda menor, dentre as que compunham as nove freguesias do município de Sabará, em 1872, embora a localidade fosse a 4ª mais populosa do mesmo município (Tabela 3). É provável, assim, que quando da Abolição formal da escravidão, em 1888, a presença de escravizados/as naquela localidade fosse menor que as 436 pessoas registradas nessa condição, por ocasião do Recenseamento do Império – que, como vimos (Tabela 3), contabilizara, dentre as 5.027 pessoas livres, 2.661 pardos/as e 712 pretos/as, na população total de 5.463 habitantes.

[103] Atualmente, município de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

[104] Cf. sobre a mina de Morro Velho, o já mencionado livro de Libby, Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho [Livro]. - Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

Tabela 3 Município de Sabará (MG) – População, Condição (1872)

Freguesia	Livres								Escravizadas/os				Totais		
	Homens				Mulheres				Homens		Mulheres				
	Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos	Brancas	Pardas	Pretas	Caboclas	Pretos	Pardos	Pretas	Pardas	Freguesia	Livres	Escravizados
N. Sra. Conceição de Sabará	1085	1596	453	9	1159	1543	419	7	72	281	87	244	6955	6271	684
N. Sra. da Lapa	503	494	343	27	598	487	394	17	27	93	21	83	3087	2863	224
Santa Quitéria	1671	1324	453	58	1520	2354	430	49	299	588	266	463	9475	7859	1616
N. Sra. Conceição de Raposos	803	1036	454	42	966	1048	492	32	107	415	129	881	6405	4873	1532
N. Sra. do Pilar de Congonhas do Sabará	1012	1329	732	37	1045	1600	516	35	483	1222	538	1041	9590	6306	3284
Sto. Antonio do Rio Acima	335	287	131	9	413	268	123	5	98	157	89	176	2091	1571	520
N. Sra. da Boa Viagem do Curral Del Rey	770	1212	336	0	884	1449	376	0	86	155	84	111	5463	5027	436
N. Sra. do Carmo de Betim	671	996	421	38	728	1027	343	83	125	273	90	268	5063	4307	756
São Gonçalo da Contagem	1796	935	515	24	1989	781	330	23	99	198	88	201	6979	6393	586
Totais	8646	9209	3838	244	9302	10557	3423	251	1396	3382	1392	3468	55108	45470	9638

Fonte : BRAZIL. Império. Recenseamento de 1872.

Há, contudo, um aparente contraste entre a constante predominância de pardas/os e pretas/os livres naquela população e a escassez de registros formais por meio das Cartas de Liberdade, nos quatro Livros de Notas do Distrito do Curral Del Rei que integram o Acervo da antiga Câmara Municipal de Sabará – e que correspondem, respectivamente aos períodos 1834-1848, 1848-1852, 1853-1868 e 1868-1872[105]. Deles constam os registros de apenas 21 Cartas de Liberdade, ao longo de todo o período. Mesmo considerando a ausência de páginas em alguns desses livros[106] – por razões desconhecidas, mas que das quais não estão excluídas possíveis fraudes –, trata-se de um número baixo frente à proporção elevada desta população nos perfis demográficos do povoado apresentados pela documentação anteriormente analisada.

Uma possível razão, dentre outras, para tanto poderia ser a ausência do hábito de registro das Cartas de Liberdade em junto à Câmara Municipal de Sabará – talvez por falta de informação, por parte de quem de quem a adquiria, sobre este procedimento. Outra leitura possível para esta aparente incongruência é que a vigência da prática de alforrias nas Minas do Setecentos tenha legado ao século XIX uma população de "mulatas/os" e pretas/os majoritariamente livre, como é possível notar pelo Mapa de População de 1816, aqui referenciado. Seria plausível considerar que o crescimento da população negra livre do Curral Del Rei, desde então, ocorreu principalmente devido à reprodução natural e não tanto em decorrência das alforrias.

De todo modo a possibilidade de "viver por si" naquela sociedade era algo de muito valor e orientava, provavelmente, as perspectivas de vida futura de muitas famílias que possuíam um ou mais de seus membros ainda cativos. Pelo teor das Cartas de Liberdade que integram os referidos Livros de Notas do Curral Del Rei,

---

[105] Cf. APM – Acervo da Câmara Municipal de Sabará. Livro 1º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 240 (1834-1848); Livro 2º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 026 (1848-1852); Livro 3º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 243 (1853-1868); Livro 4º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 024 (1868-1872).

[106] Id. No livro 1º faltam o Termo de Abertura, as páginas 01-01v, 49-50v e o Termo de Encerramento; no Livro 3º faltam Termo de Abertura, 01-05V, 36-36V, 50-50V, 99-99V, 145 até o final.

ainda vigorava como estratégia destes indivíduos e suas famílias a aquisição de pecúlio para a compra da alforria.

Assim, em 14 de janeiro de 1836, Gertrudes, parda, filha de Manoel Rodrigues Ferreira, foi liberta pela quantia de 400 mil réis, pagos por seu pai a João Rodrigues Ferreira[107]. Clemência, crioula, foi alforriada pela quantia de 200 mil réis, pagos a Joana do Couto por José Teixeira de Gueiros, em 15 de julho de 1837.[108] Em 15 de março de 1943, Manoel da Costa , pai de Quintiliano, descrito como crioulo e contanto com aproximadamente 13 anos, conseguiu garantir a liberdade formal de seu filho, por meio da compra de alforria, dispendendo 84 mil réis.[109] Os herdeiros do mesmo João Rodrigues Ferreira, que em 1836 admitira a liberdade de Gertrudes, é referido como Sargento Mor, na Carta de Liberdade da menina Fortuoza (sic) [110], de 4 anos, em 1853. A liberdade de Fortuoza custou 3000 mil réis, provavelmente pagos por sua mãe, Severina, em 24 de março de 1854, aos herdeiros do Sargento Mor, já então falecido.[111]

Em 28 de agosto daquele mesmo ano, o africano Caetano, com mais de 60 anos, era liberto pela quantia de 40 mil reis, pagos a Marcelino Rodrigues Ferreira, herdeiro do mesmo Sargento Mor João Rodrigues Ferreira.[112]

Dentre as Cartas de Liberdade datadas do ano de 1867, há duas que registram alforrias por compra por parte da/o própria/o cativa/o: a de Joanna Mina, que pagou ela própria a quantia de 47 mil e 400 réis por sua liberdade a João, Manoel

---

[107] APM – Acervo da Câmara Municipal de Sabará. Livro 1º de Notas do Curral Del Rei, *Op. cit.* p. 8. O documento não oferece informações para apurarmos se João e Manoel Rodrigues Ferreira possuíam algum laço de parentesco ou se Manoel fora cativo de João, tendo por isto o mesmo sobrenome.

[108] *Ibid.* p. 9.

[109] *Ibid.* p. 23.

[110] Fortuoza é descrita como "parda" pelo escrivão e como "molatinha" na transcrição do testamento do Sargento Mor. *Ibid.*

[111] APM – Acervo da Câmara Municipal de Sabará. Livro 3º de Notas do Curral Del Rei, *Op. cit.*, p. 14v-15.

[112] *Ibid.* p. 6v-7.

e Antonio Carvalho de Aguiar, em 30 de março[113]; e a de Silvério Mulato, que pagou por sua liberdade, a Basilio[114] e Maria de Araujo Viana a quantia de 400 mil reis, em 07 de setembro.[115]

As demais Cartas referem-se majoritariamente a alforrias condicionais, como a de Severa Crioula, pela Carta de Liberdade registrada em 10 de junho de 1843, que definia que a partir de então Severa estaria "forra como se ventre materno nascesse", pelos "bons serviços prestados", mas só podendo gozar de sua nova condição de liberta, após o falecimento de Jacinta Luiza Ferreira, que se designava como sua senhora.[116] Ou no caso de Joaquina Crioula, liberta por Maria Rodrigues da Conceição, que declarava que o fazia "atendendo ao amor que lhe tenho e aos bons serviços que me tem prestado". A liberdade de Joaquina, contudo, assim como a de Cândida Crioula – que talvez fosse sua parente e que fora libertada pela mesma Maria Rodrigues, no dia 27 de março de 1857 – era condicional.[117] Tal como era a liberdade concedida a Guilhermina Parda, Rogério Pardo, Cláudia Crioula, Rita Mestiça e às/aos africanas/os João Mariano Africano, Maria do Céu, Germano, Joanna – que talvez pertencessem a uma mesma família. Todas/os foram libertas/os pelo Coronel Damazo da Costa Pacheco[118] e sua esposa, Policena Alexandrino, em 15 de março de 1860, mas registrada em 8 de julho de 1864, quando João Mariano já havia falecido.[119]

---

113 *Ibid.* p. 137v-138.

114 Está respeitada a grafia que consta no documento original para este e outros nomes ou expressões sem acentuação ou em desacordo com as regras gramaticais da atualidade.

115 *Ibid.* p. 141-141v.

116 APM - Acervos da Câmara Municipal de Sabará, Livro 1º *Op. cit.*, p. 22.

117 *Ibid.* p. 6-6v; 6v-7.

118 O Coronel Damazo era muito conhecido no Curral Del Rei pelo poder político e econômico. Em 1855 declarou como seus os 450 alqueires da Fazenda do Barreiro. APM. Transcrição do Livro TP1 – 067 (Registro de Terras), *Op. cit.* p. 5.

119 *Ibid.* p. 119-119v.

Não nos é possível conhecer em profundidade sobre a experiência de liberdade destas e das milhares de pessoas negras livres do Curral Del Rey, para além do que até aqui nos informam as fontes, durante o período então considerado.

Para o imediato Pós-Abolição, contudo, é possível conhecer outros aspectos das condições de trabalho município de Sabará[120], que nos ajudam a compreender o que se passava com a população liberta do agora Distrito de Belo Horizonte[121], ainda subordinado a Sabará e que, em breve seria profundamente transformado para dar lugar à nova capital do Estado de Minas Gerais.

Em 1891, o jornalista Lopes de Azevedo publicava na *Folha Sabarense* – órgão de tendência liberal e abolicionista[122] – um artigo que nos permite visualizar elementos da perspectiva da antiga classe senhorial mineira quanto à continuidade das relações de dominação vigentes durante o regime escravista. Acompanhemos, a partir de um fragmento do texto:

> As cosinheiras andam vasqueiras, careiras *e* **sem sujeição**. De hora a outra estamos com nossas caras metades, ou filhas, a catarem arroz, picarem hervas e carnes, descascarem alhos e cebolas, e a fazerem tudo mais lá pela cosinha. Coitadinhas! Com que mimosas mãos, acostumadas apenas com serviços delicados, hão de ser

[120]O Distrito de Sabará foi elevado a município por força da Lei Provincial nº 93, de 06-06-1838, permanecendo nesta condição, até sua designação novamente como Distrito, pela Lei Estadual nº 2, de 14-09-1891. (Cf. BRASIL. IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara/historico> Consulta em: 10/01/2018.)

[121] Conforme já indicado, o Decreto Estadual n.º 36, de 12-04-1890, confirmado pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, determinaram a renomeação do Distrito de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey para Distrito de Belo Horizonte. Três anos depois, o Distrito de Belo Horizonte era elevado à categoria de município e Capital, com a denominação de Cidade de Minas – o que foi definido pela Lei Estadual n.º 3, de 17-12-1893, e pelos Decretos Estaduais n.º 716, de 05-06-1894 e 776, de 30-08-1894. Em 12-12-1897, foi desmembrado do município de Sabará e inaugurado, como Capital, tendo ainda inconclusas as obras de sua construção. Pela Lei Estadual n.º 302, de 01-07-1901, o município e a Capital foram renomeados de Belo Horizonte. (Cf. BRASIL, IBGE Cidades., *Op. cit.*)

[122] Cf. Em edições do mesmo periódico publicadas no ano de 1888, observa-se a valorização e o estímulo às iniciativas de emancipação no município de Sabará. Cf. APM. Fundo Jornais Mineiros. Folha Sabarense, 1887, 1888. Ver também, dentre outros periódicos mineiros publicados à mesma época: APM. Fundo Jornais Mineiros. A Província (Ouro Preto), 1888; O Contemporâneo (Sabará), 1888.

> obrigadas tambem a torrar café e a limpar assucar! Quatro cobres para a torradeira de café, meia pataca à Zefa que alimpou o assucar...[123]

A Zefa ou a "torradeira de Café" representam bem o perfil de trabalhadoras pretas ou pardas, recém-egressas da escravidão – ou mesmo as que já integravam a maior parte da população de trabalhadoras livres agregadas ou mesmo possivelmente remuneradas[124]. Mas, diferentemente do que vivenciavam as personagens de Azevedo, trabalhadoras/es negras/os livres que viviam na Província de Minas Gerais, durante o século XIX, não eram vistas com a mesma apreensão pelas classes dominantes. As relações de domínio senhorial não eram afetadas, ao que parece, pela conformação das modalidades de trabalho livre que se desenvolviam naquela sociedade – aquele que envolvia parcerias entre agregados e possuidores ou proprietários de terras ou, eventualmente atividades remuneradas como as que tornavam possível a compra de alforrias. Mesmo as Posturas Municipais vigentes na Província desde 1829, não explicitavam preocupação social das classes senhoriais com o controle de trabalhadores/as livres, muito embora também tivessem por finalidade regular, desde então, a circulação de escravizados ou dos que eram considerados "vagabundos, viciados e ciganos", nos espaços urbanos e rurais.[125]

Nas últimas décadas do século XIX, contudo, no advento das transformações que indicavam a eminente extinção do regime escravista, surgia preocupação com o controle das forças de trabalho, conforme já analisado pela historiografia do Pós-Emancipação/Pós-Abolição.[126] Os ofícios domésticos foram

---

[123] *Folha Sabarense*, ANNO VII – No. 20, 15/11/1891, p. 01/02. Grifos nossos.

[124] Se assumimos, juntamente com Douglas Libby, que durante o século XIX, se desenvolveu, na Província de Minas Gerais, o início de um processo de proletarização. (Cf. Libby, 1888, *Op. cit.*).

[125] Cf. APM – Posturas Policiaes da Câmara Municipal da Fidelíssima Vila do Sabará, para nella e seu Termo serem observadas, em cumprimento da Carta da Ley do 1º de Outubro de 1828. (22 de juho de 1829). APM – Posturas Policiaes da Câmara Municipal da Leal Cidade de Mariana. (17 de setembro de 1829).

[126] Cf., dentre outros: FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques, vadios na Bahia do século XIX.* São Paulo, SP: Hucitec, 1996; Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1890-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. Op. cit.*

objeto de iniciativa desta natureza, em Ouro Preto, diante das mudanças que confirmam a tendência de ampliação do trabalho por contrato, já prevista em legislação vigente em 1871, como assinala a Postura de Locação de serviço de Ouro Preto, e mesmo antes.[127] A Postura, elaborada como Ato do Governo, em 23 de dezembro de 1887 e aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial, em 16 de agosto de 1889[128], determinava a criação de matrícula de criados que já estivessem trabalhando por contrato. Orientava, ainda, à Câmara Municipal da então Capital da Província a estipular um prazo que todos os trabalhadores domésticos naquela condição se matriculassem, sujeitando à pena os criados e amos que não cumprissem esse prazo.

O documento estabelecia que a matrícula fosse viabilizada a "nacionaes ou estrangeiros que se destinarem ao exercício da profissão de creados nesta cidade; menores livres, filhos de escravas, cujos serviços podem ser alugados por seus patronos; manumitidos gratuitamente com clausula de prestação de serviços, que também podem ser locados".[129] Sendo impedida, porém, a

> "menores órfãos, mulheres casadas, ingênuos, filhos de escravos, e os manumitidos gratuitamente, sem o consentimento de seus paes, tutores ou curadores, cônjuges e patronos; (aos) que sofrem de moléstia contagiosa, ou tiverem cumprido pena por algum dos crimes mencionados no artigo 7".[130]

---

[127] Em diferentes momentos do século XIX, contudo, estiveram em vigor legislações específicas para a regulação de contratos de trabalho, cujas aprovações foram datadas em 1830, 1837 e, posteriormente, em 1879. As duas primeiras foram analisadas por Joseli Maria Nunes Mendonça, que destacou, sobre ambas, dentre outros aspectos, o fato de estarem relacionadas "às incertezas decorrentes das medidas de proibição do tráfico atlântico." Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. "Leis para os que se irão buscar": imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 63-85, jan/jun. 2012. Editora UFPR.

[128] Cf. MINAS GERAIS. [Assembléia Legislativa Provincial]. *Resolução* N. 3823 de 16 de Agosto de 1889. Aprova o ato do Governo de 23 de Dezembro de 1887, autorizando a execução de uma postura sobre locação de serviço na Capital. T. 56, part. 1. 1889. Ouro Preto, 1890. Tipografia J. F. de Paula Castro. (p. 249-254). Disponível no acervo do Arquivo Público Mineiro - Coleção Leis Mineiras (1835-1889): <http://goo.gl/F1o2M7>.

[129] *Ibid.* Art. 12.

[130] *Ibid.* Art. 13. O artigo 7 dessa Postura refere-se à restrição de matrícula a quem houvesse cometido crimes contra a propriedade ou segurança da honra. A Postura não regia as locações de serviços já regulamentadas por leis específicas, como a dos serviços exercidos por menores ingênuos entregues a associações ou a particulares. (Cf. *Ibid.* Art. 41).

Além disto, regulava sobre critérios e condições para a realização de contratos, observando direitos e obrigações de amos e criados; estabelecia a criação de uma caderneta a ser entregue a cada matriculado, na qual deveriam ser incluídos os registros de novos contratos, renovações e rescisões dos mesmos. Ao fim do contrato, ficava o amo obrigado a anotar "na caderneta do criado o atestado de sua conduta."[131] Previam-se multas a amos e criados que infringissem seus contratos ou as determinações da Postura, podendo ser as multas elevadas ao dobro, em caso de reincidência, ou "substituídas por prisão", observando-se a legislação geral a respeito; sendo que tais penas não excluíam as impostas a amos e criados na legislação civil vigente.[132]

O documento é finalizado com uma determinação que deixa explícito, como razão principal de sua existência, o esforço por controle dos trabalhadores que exerciam, então, em regime de liberdade, ofício antes usualmente designado a pessoas escravizadas. Em seu penúltimo artigo, o de nº 44, determina-se: "O encarregado da matrícula remeterá mensalmente, até o dia 5, à secretaria de polícia, a relação dos criados matriculados e averbações feitas durante o mês anterior.[133] A preocupação em controlar as populações indesejadas, não raro compostas também por população egressa do regime escravista, integra desde então, os debates políticos no país. O registro de trabalhadores domésticos figura, assim, como um dos artifícios de que lançará mão a antiga classe senhorial, na tentativa de criar novos mecanismos de subordinação.[134]

---

131 *Ibid.* Art. 28.

132 *Ibid.* Arts. 32 a 35.

133 *Ibid.* Art. 44. Por fim, a Postura em sua versão original, elaborada em 1887, como mencionado, destinava o "produto das multas e dos emolumentos, deduzidas as despesas de matrícula, livros e cadernetas, terá o destino indicado no art. 3º no. 5 da lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871", que se refere à composição do Fundo de emancipação previsto na Lei do Ventre Livre! O inciso 5º do §1º do Artigo 3º desta lei prevê que o Fundo também seria formado "Das quotas que sejam marcadas no orçamento geral e nos provinciais e municipais." (Cf. BRASIL. *1823-1888. A Abolição no Parlamento*: 65 anos de lutas. Brasília: Senado Federal, 2012. Volume 1, p. 527).

134 Em São Paulo vigorou regulação do trabalho doméstico por meio de Postura similar. Cf.: TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados*: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). 1.ed. São Paulo: Alameda, 2013.

Não foi possível saber, dentro dos limites desta pesquisa, se trabalhadoras negras do Curral Del Rey – que poderiam ser representadas pelas personagens do artigo de Lopes de Azevedo, publicado na Folha Sabarense, há apenas 3 anos da vigência da Lei Áurea – estavam submetidas a Posturas como a de Ouro Preto. A julgar pela relativa autonomia da Zefa e da torradeira de café, não. De todo modo, é possível que seus antigos senhores ou empregadores, mesmo os mais liberais e outrora abolicionistas, vissem neste tipo de recurso mecanismo útil aos seus anseios de controle da população de trabalhadores/as negros/as não mais sujeitos ao regime escravista.

Com efeito, as personagens de Azevedo, gozando de relativa liberdade de escolha do valor e, provavelmente, do tempo dedicado à oferta de seu trabalho, tornavam-se raras, pouco acessíveis as classes menos abastadas e mesmo dentre aqueles que até bem pouco tempo podiam abdicar de trabalhos domésticos e manuais, designados a escravizados/as e à grande maioria da população de libertos da região. O aspecto que mais desperta atenção, no texto de Lopes de Azeredo, contudo, é a interpretação da liberdade de escolha das trabalhadoras domésticas como insubordinação, crítica que se apresenta patente no emprego da expressão "sem sujeição".

O mesmo tipo de tensão fora observado por Hebe Mattos em suas pesquisas sobre o Sudeste cafeeiro[135] e por estudiosos do Pós-Abolição no Sul dos Estados Unidos e Caribe.[136] Também naquelas experiências, já no advento da abolição, um dos desafios de antigos senhores, diante das transformações que anunciavam o fim do escravismo, era o que consideravam como o problema da insubordinação de trabalhadores que lançavam mão da liberdade de escolha de

---

[135] Cf. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Op. Cit.*, especialmente a terceira parte do trabalho (p. 211-277). Ver também. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005 (p. 145-254), a abordagem feita por Ana Lugão Rios acerca dos processos de diferenciação social da última geração de libertos e a formação de um campesinato negro no Sudeste cafeeiro.

[136] Cf. COOPER, Frederick et al (Org.). *Além da liberdade: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

condições de trabalho, considerando as que envolviam remuneração e autonomia na administração do tempo.

Em Minas Gerais, a nova configuração das forças de trabalho, no Pós-abolição, desafiará as elites econômicas constituídas especialmente por grandes produtores agrícolas e representantes da incipiente produção industrial, que buscavam se organizar – tal como ocorria em outras regiões do país – em torno de projetos de desenvolvimento econômico adequados à nova conformação do capitalismo de face liberal no país. Neste sentido, merece atenção a publicação da Revista Industrial de Minas Gerais[137] que, desde 1893, reunia ensaios e estudos em áreas diversas – agronomia, química, política, economia, metalurgia, dentre outros –, além de apresentar indústrias (especialmente as de mineração) com potenciais de investimento em Minas Gerais. Os textos, publicados em português e em língua estrangeira, notadamente o Francês, explicitam o interesse destes produtores pelo intercâmbio de conhecimentos e o esforço pela atração de investimentos estrangeiros para a economia do Estado.

A experiência do grupo responsável pela publicação da Revista, que nos anos seguintes se consolidará como Sociedade Mineira de Agricultura, publicando a *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*[138]*,* caracteriza bem a noção de "modernização" atrelada à ideia de desenvolvimento, em curso em Minas Gerais, naquele momento. Tal noção subsidiará, como vimos, a própria decisão pela criação de uma nova capital para o Governo do Estado, em localidade distinta, de forma a

---

[137] Cf. *REVISTA Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto, MG: [s.n.], 1893-1987. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-industrial-minas-geraes/053783. Acesso em: 5 fev. 2019.

[138] Eliana Dutra analisa os números desta revista publicados nos anos 1911, 1912, 1917, 1923, 1924 e 1925, além dos Anaes do Congresso das Municipalidades Mineiras de 1923 e os Relatórios e Conclusões apresentadas pela Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. A autora desenvolve, neste estudo, a hipótese da existência de "um projeto burguês de desenvolvimento econômico-social e tecnológico (...), centrado no primado do trabalho e para este conver(gindo) as principais estratégias implementadas pela classe." Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. República e Trabalho no Registro da Burguesia – notas de pesquisa. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, UFMG, N.8 / *Revista do Departamento de História*, n. 10 (Número Conjunto), Belo Horizonte, 1990. Ver também: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação*: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909-1934. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Em 1903 estes produtores realizarão o 1º Congresso Agrícola Mineiro, em Belo Horizonte.

superar os limites de localização apresentados por Ouro Preto, para além do discurso de superação do passado colonial que passava a ser representada pela antiga capital.

Nos debates dos quais resultou a decisão pela mudança da Capital conquistava espaço a noção de "modernização mineira", remetendo, à defesa de uma política favorável ao progresso econômico do Estado, como anteriormente discutido. A nova Capital surgiu, assim, como elemento fundamental deste projeto, que envolvia ainda uma política de fomento à "modernização agrícola" por meio de investimentos iniciais na tentativa de formação da mão-de-obra constituída agora por trabalhadores nacionais livres – majoritariamente pretos e pardos, considerando-se a predominância desses grupos na população do país[139] e de Minas Gerais, até o final do século XIX[140] –, mas também através do estímulo à imigração de trabalhadores europeus.[141]

Importante salientar que, para muitos dos membros da Sociedade Mineira de Agricultura, as noções de progresso e modernidade que se configuravam em projetos de desenvolvimento não estavam em sintonia com a percepção desses produtores sobre os trabalhadores nacionais. Para muitos deles, a insubordinação daqueles trabalhadores com o advento dos processos de emancipação, associada a métodos de produção considerados ultrapassados, configurava uma situação, em princípio incontornável. Em uma sociedade que se consolidava a partir de forte racialização, em um período em vicejavam, no pensamento social e científico teorias

[139] Considerando dados do Censo de 1872, Sidney Chalhoub calcula que do total de 9.930.478 habitantes que compunham a população brasileira à época, 57,96% (5.756.234) eram classificados como pretos ou pardos, entre livres, libertos ou escravizados. Excluindo-se os escravizados, "chegamos a uma população livre de cor de 4.245.328 pessoas, ou seja, 42,7% dos habitantes do país eram indivíduos livres de cor, logo egressos da escravidão e seus descendentes, pretos e pardos." Cf. CHALHOUB. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*: Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp. Campinas, n.19, primeiro semestre de 2010. (Dossiê Racismo: História e Historiografia). (p. 33-62), p. 34-35.

[140] Cf. BRAZIL, Império. *Op. cit.* Ver Tabela 5.

[141] Em Minas Gerais, contudo, diferentemente do que ocorreu na zona cafeeira – especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo –, a aposta na imigração não repercutiu como o desejado, sendo a região da Zona da Mata – mormente Juiz de Fora – a que acolheu o maior número de imigrantes.

racialistas, o projeto inicialmente vitorioso foi o que contemplava a política de estímulo à imigração de trabalhadores europeus.

A concepção e instituição de uma nova Capital, tributária destas transformações, integrava, ainda, a política de "modernização agrícola" estabelecida pelo Governo mineiro, que previa dentre outras ações, a criação de núcleos coloniais agrícolas[142], como já igualmente mencionado, e que reuniriam trabalhadores europeus, prioritariamente, e brasileiros, dentre os quais não se aceitariam egressos da escravidão. Essa escolha, contudo, mostrou-se inviável com o tempo.[143]

De todo modo, a priorização de trabalhadoras/es brancos, em detrimento do grande número de trabalhadoras/es negras/os disponíveis, na execução do projeto de desenvolvimento que se buscava implementar, é elucidativa quanto ao que não fora explicitado no discurso que expressava a intenção de, por meio da nova Capital, superar o passado colonial: a eliminação do Curral Del Rey implicava, de maneira tácita e naturalizada, a eliminação do legado das populações de origem africana inscrito no território e nos modos de vida e trabalho que forjaram a sociedade mineira local.

1.3 Nasce uma cidade moderna e racialmente segregada

Escolhida a localidade que abrigaria a nova cidade, procedeu-se à desapropriação devidamente remunerada dos antigos proprietários de bens imóveis – incluindo posses ou propriedades de terra cultivada (ou não) e casas. Algumas das famílias removidas do território instalaram-se em regiões relativamente próximas ao futuro núcleo urbano da nova cidade situadas especialmente em antigas fazendas que agora compunham, na Planta Geral da Cidade de Minas, a região de Sítios (Figura 2). Importante testemunho sobre o impacto das transformações impostas ao povo do

142 Cf. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital*: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. *Op. cit.*

143 *Ibid.*

Curral Del Rey pela Comissão Construtora da Nova Capital nos é oferecido pelo Padre Francisco Dias Martins, a cuja obra já nos referimos. Francisco era, à época, Vigário da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e reuniu em livro suas memórias sobre a Freguesia do Curral Del Rey, na última década do século XIX.

Escrevendo em julho de 1897, 6 meses antes da inauguração da Cidade de Minas, Padre Francisco descreve a reação da população, frente ao processo de remoção iniciado em 1894, pela Comissão, representando o Governo do Estado, por meio do Engenheiro-Chefe, Aarão Reis:

> Calafate e Piteiras foram o asilo da pobreza, e hoje estão quase transformados em dois arraialetes.
>
> De um misto de sentimento e de esperança foi-nos a assistência do êxodo da antiga população para os lugares supra-indicados. Movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que lutavam os pobres, para de novo se estabelecerem, por vermo-los, muitas vezes, com as lágrimas nos olhos, se queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque iam tão bruscamente passando.
>
> Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D'El-Rei![144]

De acordo com Pe. Francisco Martins, as antigas casas do Arraial foram de imediato ocupadas pelas famílias dos membros da Comissão Construtora, enquanto os "obreiros" que afluíam à nova cidade empregados em sua construção, iam acomodando-se em barracões e cafuas, que paulatinamente surgiam, em número cada vez maior, distribuídas por vários pontos do espaço – "como cogumelos nas queimadas, em dias de chuva".[145]

---

144 Cf. DIAS, Pe. Francisco Martins. *Traços Históricos e Descriptivos de Bello Horizonte*. *Op. cit.*, p. 85.

145 *Ibid.*

Figura 8 O vigário Francisco Martins Dias diante do Altar Mor da Matriz da Boa Viagem[146]

Fonte : MHAB–Acervo da CCNC (Gabinete Fotográfico – 27.08.1894)

Dentre estas pessoas decerto estavam mulheres e homens de idades diversas, que haviam habitado, desde o início do século XIX, pelo menos, regiões que reuniam tradições seculares expressas nos modos de morar e de viver construídos a partir da experiência de africanos e seus descendentes em condição de diáspora. Assim, dentre os Processos de Tombamento – por meio dos quais o Estado documentava a compra das propriedades instaladas nos limites indicados para a construção da capital (Figura 3) –, encontramos aqueles referentes a famílias que habitavam a Rua do Rosário, no Largo de mesmo nome, próximo da Capela do Rosário dos Homens Pretos do de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey. A capela fora construída pela Irmandade do Rosário, a partir da autorização concedida

[146] Reprodução a partir da contracapa de MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Caso Oblíquo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

pelo Príncipe Regente Dom João VI, em 18 de agosto de 1809[147] e destruída, por ocasião da construção da capital, depois de intensa negociação entre a Comissão Construtora e o Arcebispado de Mariana.[148] Sobre ela, registrou o Pe. Francisco Martins:

> Allem da matriz, há também, nesta freguezia, uma capella, dedicada à Virgem do Rosario, a qual, si bem que não tenha nada de notável e artístico, leva vantagem, comtudo (*sic*), a muitas matrizes de varias outras freguesias de arraiaes que conhecemos.
>
> Mede ella 8m, 77 de frente, sobre 30,40 de fundo e 0,13 de alto, sem torres e cercada por um paredão de pedra de 0,35 de espessura, e 1,35 de altura.
>
> Achava-se essa capella, infelizmente, desprovida completamente de alfaias, mesmo das indispensáveis ao culto, sendo-nos necessário, quando tínhamos de alli celebrar, levar da matriz todo paramento, pois só havia, na dicta capella, uma casula já bem usada, um cálix de prata antigo, um missal velho e nada mais.[149]

---

147 Cf. APM. *Copia de um Instrumento em Publica forma com o teor da Confirmação de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral De El-Rey Commarca de Sabará como abaixo se declara*. APM – CMOP Cx: 82 Doc: 03.

148 APCBH. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. *Processo De Tombamento dos Passos 1 a 4e da capela e casa e terreno do Bispado de Mariana* – ruas Deodoro, Sabará e Rosário. Cf. – APCBH-310(431-436). AI.01.04.10_319-431_30.07.1895. Disponível em: << http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>> . Consulta em: 20 de novembro de 2018. Além da Capela do Rosário, foram também objeto da negociação a Capela de Sant'Anna e a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem – a única que permaneceu, na mesma localidade, a despeito das mudanças por que passou, desde então. Cumprindo o acordo com o Arcebispado de Mariana, a Comissão Construtora construiu outra Capela do Rosário, inaugurada em 1895, como condição para a destruição da original. Da nova Capela, contudo, localizada na atual confluência entre as Ruas Tamoios, São Paulo e Avenida Amazonas, no centro de Belo Horizonte, não se manteve referência alguma à experiência da Irmandade do Rosário dos Pretos. Sobre a Capela de Sant'Anna, foi construída uma substituta, em fins dos anos 1950 (inaugurada em 1958), nas imediações da Praça da Liberdade, próximo de onde ficava a original. A narrativa disponível menciona, em tônica laudatória, que a iniciativa se deveu à Primeira Dama do Estado, à época, devota que se tornara de Sant'Anna, tendo recebido de um antigo fazendeiro da região do Curral Del Rey a antiga imagem da santa, considerada milagrosa. Não há nenhuma menção à relação dos fiéis negros com o culto a Sant'Anna, nestes registros. (Cf. informações disponíveis em: << https://www.soubh.com.br/noticias/variedades/capela-na-casa-fiat-de-cultura-sera-aberta-ao-publico>> Consulta em: 20 de agosto de 2019.

149 Cf. DIAS, *Op. cit.* p. 49.

Como parece indicar a condição precária em que o Pe. Francisco encontrara a Capela do Rosário, os tempos de atuação mais vigorosa da Irmandade do Rosário haviam passado. Em meados do século XIX, conforme registrado nos Livros de Notas do Curral Del Rey analisados, esta Irmandade parecia superar a do Santíssimo Sacramento, ligada à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, como referência para empréstimos financeiros e outros negócios realizados entre a Irmandade e grandes fazendeiros da região, eventualmente em apuros.[150] Pe. Francisco, que chegara a Curral Del Rey em 1893[151], conheceu as festas religiosas realizadas no povoado, dentre as quais, algumas em que eram celebrados santos importantes para os devotos do Rosário. Sobre elas relata:

> As festas principaes da freguezia eram: - a da Padroeira a 15 de agosto; a do Divino, a de Santa Efigenia, a de S. Sebastião, a de Santo Antonio, a do Reinado do Rosario, e as solemnidades da Semana Santa. (...) O Reinado fazia-se regularmente na primeira dominga de outubro, dia este de grande gala para os pretos, por ser o de sua festa predilecta. Neste dia ostentavam-se pelas ruas garbosos, e alegremente dançando ao som cadencioso de seus tambores, de seus adufes e de suas sambucas, produzindo fortes e vibrantes pandorgas – tudo em honra e louvor da *Senhora do Rosario*, como diziam elles. Na capella resava-se ou cantava-se a missa; e à tarde, a ceremonia da deposição dos reis velhos com seu estado maior, e a eleição dos novos, que deveriam exercer no anno futuro, etc., etc. As festas de S. Sebastião e de Santo Antonio nem sempre se faziam, e às vezes eram feitas com alguma irregularidade de tempo. As do Divino e de S. Efigenia eram feitas em tempo próprio; ultimamente, porem, por força das circumstancias, que dificultavam frequentes vindas de música e de padres, passaram a celebrar-se unidas à da Padroeira, que sempre se fez no dia 15 de agosto.[152]

Quatro anos depois da chegada de Pe. Francisco, ambas as irmandades resultavam "desaparecidas hoje completamente", segundo Francisco Martins Dias, devido à retirada e dispersão do povo de que as mesmas se compunham, para pontos diversos e distantes da povoação."[153] De fato, não há notícias sobre o destino exato

---

[150] Cf. especialmente Livros 3º e 4º de Notas do Distrito do Curral Del Rey, *Op. cit.*

[151] Cf. MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Op. cit.*, p. 79.

[152] Cf. Dias, *Ibid.*

[153] Cf. DIAS, *Op. cit.* p. 49.

de famílias como a de Manoel do Rosário – sua esposa, Maria Joaquina da Cruz e seus filhos Luis dos Santos Gonzaga do Rosário, Antonio Firmino dos Santos do Rosário e Pedro do Rosário –, a de José Pedro da Costa[154], ou das famílias moradoras da Rua de Congonhas – antiga estrada que ligava o Curral Del Rei ao Campo das Congonhas[155], onde atuava a *Saint John Del Rey Mining Company*.

A Rua das Congonhas marcava os limites da Fazenda do Capão, coincidindo, provavelmente, com a rua de mesmo nome, onde reside, atualmente, as descendentes de uma das mais antigas famílias constituída por trabalhadores negros que migraram para Belo Horizonte, participando de sua construção.[156] Ali foram requisitadas pelo Estado, por ocasião da construção da capital, dentre outras, as propriedades de Manoel Cardoso Vieira, Querino Cardoso Vieira e Ana Maria do Espírito Santo, herdeiros de Quintina Maria do Espírito Santo e Thomé Joaquim, que as haviam adquirido há mais de 30 anos.[157]

Estariam estas famílias e outras – as mais pobres, que tiveram suas moradias simplesmente demolidas, sem registro de remuneração, como a da mulher conhecida como "Maria Papuda", uma das moradoras pobres removidas do local onde construiu-se o Palácio do Governo[158] –, estariam elas entre as que foram acolhidas pelo Padre Francisco Martins, diante do desespero de serem obrigadas a deixarem suas casas?

---

[154] Cf. APCBH. Acervo da CCNC. *Op. cit.* Especialmente: APCBH-310(010) – *Tombamento de Propriedades à Rua do Rosário*; APCBH-310(033) – *Processo De Desapropriação da casa e Quintal de José Pedro da Costa – Rua do Rosário*; APCBH-346 – *Processo de Tombamento da Casa e quintal de herdeiros de Manoel do Rosário*.

[155] Atual município de Nova Lima.

[156] Trata-se de Dona Vilma Rodrigues, cuja história será abordada no Capítulo 3.

[157] As terras haviam sido vendidas, em 12 de junho de 1863 a Thomé Joaquim por Joze Manoel de Abreu e sua mulher, Maria Francelina da Fonseca, por 50 mil réis. A escritura desta compra/venda, menciona ainda que as terras haviam sido de Antonio Custodio da Fonseca, possuidor de 70 alqueires da Fazenda do Capão, em 1855, conforme Registro de Terras do Arraial. Cf. APCBH. Acervo da CCNC. *Op. cit.* Processo de tombamento do terreno dos herdeiros de Thomé Joaquim - Rua de Congonhas. APCBH. AI.01.04.01 - 310 (343). 15.12.1894.

[158] Atual Palácio da Liberdade, situado na região sul da cidade.

Figura 9: Largo do Rosário

Fotógrafo: João Salles (1895c.)
Fonte : Arquivo Público Mineiro (APM) - Fundo Secretaria da Agricultura | Série: Comissão Construtora da Nova Capital.
[Reprodução Adaptada]

A antiga Capela do Rosário, ao fundo, à esquerda. Este é dos poucos registros conhecidos da Capela.

Figura 10: Capela Curatorial Nossa Senhora do Rosário, 1895

Fonte : MHAB

Notação: MHAB.AB.FOT.1925-011. Autoria não identificada.

À nova Capela do Rosário (à direita), construída pela CCNC, em substituição à Capela do Rosário dos Pretos, foi anexado, em 1909, o Orfanato Santo Antônio, para meninas. Razão pela qual acredita-se que a Capela seja popularmente conhecida como “Capela de Santo Antônio”.

O que é possível saber, contudo, é que esse primeiro processo de remoção de população originária do sítio onde foi construída a capital, foi conduzido, na percepção de muitos curralenses, de maneira violenta por Aarão Reis. Sobre isto comenta, em tom conciliador, o Pe. Francisco:

> Há quem acuse o dr. Aarão Reis de violento, injusto e cruel para com o povo, nas desapropriações; mas não seremos nós nunca que havemos de accusal-o neste ponto; porque seguimos muito de perto todos os tramites dessa questão e conhecíamos todos os seus pontos melindrosos. (...)
>
> Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando; mas se, com efeito, eram esses os planos e o desejo do dr. Aarão [Reis], não se realizaram, porque foram modificados e abrandados; e, como se viu e se vê ainda, grande parte dos habitantes permaneceu no arraial. Apenas 6 ou 7 famílias se retiraram para fora do distrito e o fizeram espontaneamente; todas as demais se estabeleceram, umas nas imediações da área suburbana da nova cidade, e outras conservaram-se mesmo na povoação... [159]

De todo modo, dentre as pessoas que, após as desapropriações, estabeleciam-se nos limites do então Distrito de Belo Horizonte, houve as que permaneceram em fazendas antigas, situadas fora do perímetro urbano da capital. Embora parte da Fazenda do Leitão, por exemplo, tenha sido adquirida pelo Governo do Estado, para contemplar ações previstas no projeto de modernização agrícola[160], alguns antigos cativos ou libertos ali seguiram vivendo, dentre os quais estavam Nicolau, Generosa e Felicíssima, mencionados em literatura sobre o casarão que foi sede daquela fazenda.[161]

---

[159] Cf. DIAS. *Op. cit.* p. 83.

[160] AGUIAR, *Op. cit.*

[161] MATOS, Cordelina Silveira. Fazendas antigas de Belo Horizonte. Estado de Minas, Belo Horizonte, 22 dez. 1977. Apud PEDERZOLI, Aurora. Uma releitura. In: BELO HORIZONTE. MHAB: 60 anos de história. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003. (Caderno 1), p. 19. Trata-se do imóvel que passou a abrigar o Museu Histórico de Belo Horizonte (atualmente Museu Histórico Abílio Barreto), desde os anos 1940.

Além deles, de quem infelizmente não temos outras informações, constam, nos Registros de Sepultamento do Cemitério Municipal (Bonfim)[162], dados sobre pessoas que foram provavelmente cativas ou libertas, ou ainda descendentes destes, nascidas/os livres. Tais dados nos permitem esta inferência, se tomamos em conta que fornecem a indicação do local do falecimento remetendo às antigas fazendas ou locais de grande concentração de habitantes negras/os no passado, além da cor – parda ou preta – e nacionalidade africana, em alguns casos.

Nestes registros somos informados, dentre os vários casos, sobre o falecimento do africano Manoel Lino, com 100 anos de idade, no início do mês de maio de 1898. Manoel Lino era casado com Ritta dos Santos, sobre quem não é indicada a cor, e que faleceu aos 65 anos, cerca de um mês depois do marido. Ambos residiam na localidade conhecida à época como Lagoa do Teixeira. Poucos dias antes de Ritta, faleceu o preto Raimundo de Souza, de 40 anos, casado com Jacinta e residente na região da antiga Fazenda do Cardoso. De residentes na Fazenda dos Nogueiras – pertencente a uma das famílias de maiores posses no Arraial –, constam três registros, entre 1898 e 1902: o de Lauriano Nogueira (preto), falecido em maio de 1899, aos 73 anos, casado com Rita Caetana de Carvalho; Eugênio (preto), sem idade nem informações sobre família mencionadas no documento, falecido em outubro de 1901; e Justino de tal (preto), 60 anos, sem informações sobre família, falecido em junho de 1902. Encontramos, ainda, Miguel (preto), 56 anos, viúvo e morador da Ponte do Sacco, falecido em setembro de 1900; e o também africano Isidoro, falecido com 120 anos, em março de 1902.

Outros trabalhadores da mesma Fazenda do Leitão, acompanharam o antigo proprietário daquelas terras, Cândido Lúcio da Silveira, na condição de operários, quando da mudança para a nova Fazenda do Retiro, onde se instalou a família de Lúcio. Conforme relato de um dos descendentes de Cândido Lúcio[163], dando

[162] Cf. APCBH. Livro de Registros de Sepultamento (Cemitério do Bonfim) – Livro I.

[163] ROMANO, Olavo. *Muito Além da Cidade Planejada*: uma contribuição à História da região nordeste da Capital. Belo Horizonte: Colégio Magnum Agostiniano, 1997.

continuidade ao modo de vida e às relações de trabalho já experimentadas no advento da Abolição, quando da transferência para a Fazenda Retiro:

> ...naquele tempo não existia carteira assinada, o acordo de trabalho era verbal. Os empregados trabalhavam um pedaço de terra para eles mesmos, onde plantavam à meia[164], isto é, metade da produção ficava para eles e a outra metade, para meu pai. Havia umas quatro famílias vivendo como agregados, além dos empregados contratados para tomar conta do gadinho – estes moravam na fazenda em casas construídas por meu pai, mas não eram agregados, eram somente empregados. Eram poucos os empregados, a maioria trabalhava de meia, plantava sua rocinha.[165]

Para além de atuarem na lida com a agricultura e pecuária de subsistência, que garantia aos herdeiros de Cândido Lúcio da Silveira a autossuficiência na produção de todos os recursos necessários ao seu sustento, na própria fazenda, esses antigos trabalhadores e seus descendentes constituíam a força de trabalho que, diante de tantas mudanças, permitia aos Silveira manter uma olaria, que fornecia aos empreiteiros contratados pela Comissão Construtora da Nova Capital, o material utilizado na construção civil. Seriam, pois, também negros grande parte dos trabalhadores que atuavam na base da construção da nova cidade, desde então.

A estes juntavam-se, em número cada vez maior, outros operários negros, vindos de diversos lugares, atraídos pelas oportunidades de trabalho remunerado:

> A fama dos serviços da nova capital mineira, echoando por todos os pontos do Brasil, atraiu grande numero de operários e especuladores. A emigração (máxime a italiana) veiu completar o numero de uns e de outros, e concorrer, a principio, para o aumento da lucta pela existência em circumstancias tão anômalas.[166]

---

164 Além da "meia", importa salientar, havia outras formas de organização das relações de trabalho livre, à época, dentre as quais o regime de parceria, o de colonato – como previa o projeto das colônias agrícolas –, além de formas de trabalho remunerado, como sinalizado anteriormente, quanto às práticas empregadas pela *Saint John Del Rey Mining Company*. Os contratos poderiam ser, eventualmente objeto de contrato escrito, pela legislação vigente. Contudo, para o Curral Del Rey não foi possível identificar fontes que o atestem para aquele contexto, sendo bastante provável que a maioria dos acordos de trabalho fossem verbais.

165 Depoimento de Afrânio de Carvalho Silveira, colhido em 5 de junho de 1997. In: ROMANO, *Op. Cit.*

166 CF. DIAS, *Op. cit.* p. 87.

> Umas centenas de cafúas e barracões que se veem agrupados ou disseminados aqui, acolá, são tendas dos operários da nova cidade, e que são demolidos com a mesma facilidade com que são construídos, conforme as exigências do andamento dos serviços o reclamam.[167]

A "cidade nova", como enfatizado nas narrativas historiográficas a seu respeito, foi planejada sob inspiração positivista e haussmaniana, com vistas a atender aos apelos de modernidade e progresso que deveria representar. E ainda que o Plano original tenha sofrido alterações, já a partir de 1895, em decorrência de mudanças políticas, a Cidade de Minas já nascia fundamentada no princípio da segregação social e étnico-racial.

Nos capítulos seguintes discutiremos, a partir da presença e experiência desses que ali chegavam e se estabeleciam, a possibilidade de apreensão da experiência afrodiaspórica que se somava à já existente no território, como contraponto ao projeto de modernidade anunciado pela criação da nova capital.

---

[167] *Ibid.* p. 105.

2 A eloquência dos silêncios: produção de invisibilidade acerca da presença negra em Belo Horizonte

2. 1. Trabalhadoras e trabalhadores negras/os migrantes na Nova Capital

> O trem deslizava através da estrada sacudido de quando em vez por violento solavanco. A confusão das estações, a desordem então reinante, trazia os passageiros em sobressalto e não se passava nada despercebido, esperando todos, a cada instante, o desastre diário. E os vagãos (*sic*) vinham repletos, apesar de tudo: os de segunda comprimidos de povo, numa atmosfera asfixiante.[168]

A cena descrita pelo narrador do romance *A Capital*, escrito por Avelino Fóscolo, em 1903, é inspirada, por certo, no cenário das viagens de trem que levavam um número cada vez maior de migrantes oriundos de diversas regiões do estado e do país a Belo Horizonte, desde o advento de sua inauguração, que ocorrera, como vimos, em 12 de dezembro de 1897.[169] Nos vagões "comprimidos de povo" é provável que se encontrassem muitos operários negros. Os mesmos que integravam grande contingente de trabalhadores que desde o final do século XIX, conforme segue nos informando o Pe. Francisco Martins Dias, eram atraídos para as obras que faziam emergir do Curral Del Rey, a concretização do projeto da Nova Capital:

> A comissão constructora admitia maior numero (*sic*) de pessoal à proporção que o andamento dos serviços o exigia; e, como os serviços progrediam, progrediam sempre, também de dia para dia augmentava esse o numero da população, que, de 2600 almas que era até março de 1894, subiu logo, aproximadamente, a 3500, até dezembro do mesmo anno; a 5000, até dezembro de 1895, e a 6000, até dezembro de 1896. Nessa já o velho Curral d'El Rei não era o mesmo de outr'ora; a sua habitual placidez e monotonia ia sensivelmente se trocando pelo reboliço e borborinho dos centros commerciaes adeantados.[170]

---

[168] FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II), p. 56.

[169] O romance naturalista *A Capital* é apontado como "o primeiro em data (...) que tomou Belo Horizonte como cenário." Cf. FRIEIRO, Eduardo. O romancista Avelino Fóscolo. In: FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II), p. 29.

[170] Cf. DIAS, *Op. cit.*, p. 87.

Conforme nos diz o Padre Francisco Dias, “a fama dos serviços da nova capital mineira, echoando por todos os pontos do Brasil, atraiu grande número de operários e especuladores”, a estes sendo acrescentados os que vinham por meio da imigração estrangeira “(máxime a italiana)”, que vinham completar “o número de uns de outros, e concorrer, a princípio, para o aumento da lucta pela existência em circunstâncias tão anômalas.”[171]

Quem chegava ao imenso canteiro de obras em que se tornara a cidade, desde o início de sua construção, ao desembarcar na Estação de Minas – que, em 1895 era ainda um “provisório barracão de táboas coberto de zinco, plantado no meio de uma esplanada que estava sendo preparada”[172] – vislumbrava, de imediato, atrás desta, acima da Rua Sapucaí[173], a Favela ou Alto da Estação. Ali morava “a gente operária”, como testemunhara Abílio Barreto ao chegar à cidade naquele ano.[174] Caminhando pela cidade, em direção ao oeste do território do antigo arraial, havia também a Favela do Leitão, habitada igualmente por gente pobre. A família de Barreto e outras das que haviam viajado na primeira classe, tendiam a observar aqueles bairros improvisados como “mescladíssimos e turbulentos, sobretudo à noite e nos dias de descanso”[175], sendo reprimidos pelo capitão Lopes – oficial negro, que viera de Sabará, também em 1895, para exercer as funções de autoridade máxima da polícia na capital, à época.[176]

As centenas de “cafúas e barracões”, “tendas dos operários da nova cidade” – que não tinham a mesma alternativa de moradia dos funcionários de alto

---

171 *Ibid.*

172 BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva.* ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. Vol. 1, p. 378.

173 A Rua Sapucaí existe com o mesmo nome, na atualidade, estando situada entre as avenidas do Contorno e Assis Chateaubriant, acima da atual Praça da Estação, onde estão instaladas a Estação de Trem de Passageiros Vitória-Minas e a Estação Central da única linha de metrô de Belo Horizonte.

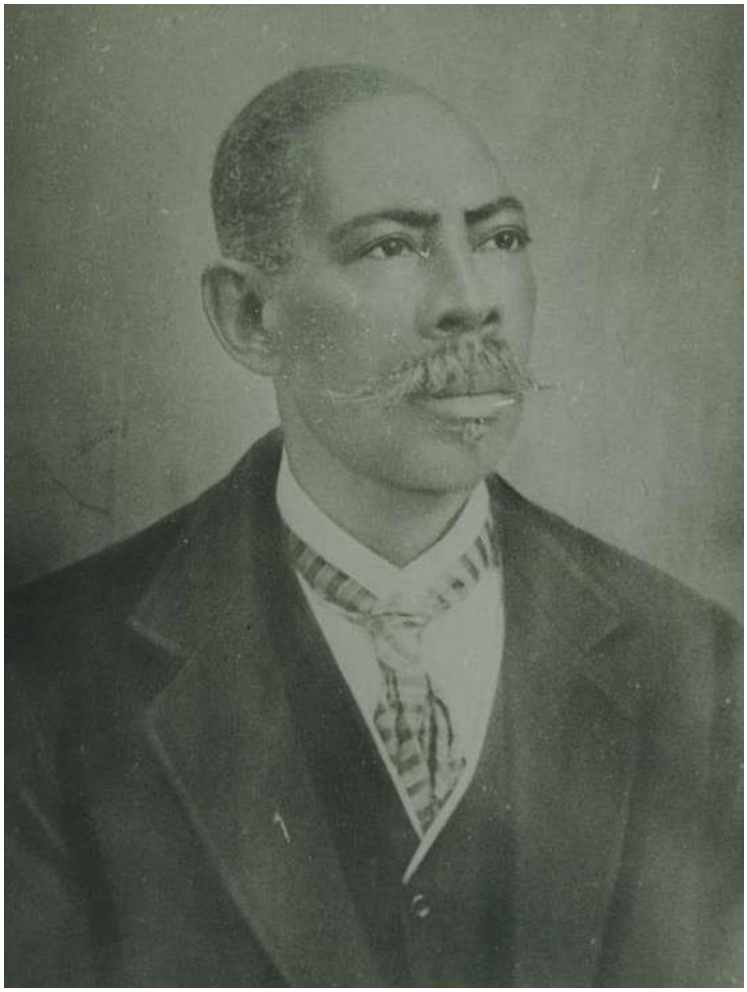
174 Barreto, A. *Op. cit. Ibid.*

175 *Ibid.*

176 *Ibid.*, p. 378-379.

escalão da Comissão Construtora da Nova Capital que se instalavam nas antigas casas desapropriadas dos moradores do Curral Del Rey – eram observados no Alto da Estação, no Leitão e em outras localidades do antigo arraial, e, segundo o Pe. Francisco Martins Dias, eram demolidos “com a mesma velocidade com que (eram) construídos, conforme as exigências do andamento dos serviços”[177].

Figura 11 “Major Lopes de Oliveira” (1897)



Fonte : MHAB-BH.RET.1897-001.
Autoria não identificada.
Dimensões originais:
(30,0 x 22,5 cm).
(Reprodução Adaptada)

[177] DIAS, F. M. *Op. cit.*, p. 105.

Quando, Maria Pereira, nascida “ventre livre”, chegou a Belo Horizonte, com seus filhos Bárbara Senhorinha, Eponina e Henrique, por volta de 1912[178], já não existia o Alto da Estação – cuja população fora dali removida em 1901. Mas era provável que se em algum momento Maria e sua família se dirigissem às imediações do bairro da Floresta, situado na mesma região, ali encontrassem pessoas com as quais se identificassem tanto pela origem interiorana e étnico-racial, quanto pela condição social.

Figura 12 “Av. do Contorno – Floresta. B. Horizonte” (1920-1930)

Fonte : MHAB-BH.URB.1930-018. Autoria não identificada. Dimensões originais:16,0 x 25,0 cm

[178] Cf. PEREIRA, Josemeire. Histórias familiares, trajetórias e experiências de liberdade de afrodescendentes em Belo Horizonte. *Op. cit.*

Figura 13 Missa na Igreja da Floresta

Fonte: MHAB-JG.FOT.029 Autoria não identificada. Dimensões originais:12,0 x 18,0 cm

Como pode ser observado na Figura 12 – fotografia cuja finalidade parece ter sido apenas registrar a paisagem em um trecho da Avenida do Contorno, no mesmo Bairro da Floresta, e na Figura 13 – foto da comunidade religiosa após a missa na Igreja do mesmo bairro –, entre as décadas de 1920 e 1930 –, a presença preponderante de pessoas negras no lugar sugere que a região era habitada por grande proporção daquela população, nesse período. Talvez se tratasse das famílias dos primeiros operários que habitavam o Alto da Estação, mas provavelmente a elas se uniam os que chegaram depois de 1901. Fato é que pelo menos até 1940, para ali dirigiam-se famílias negras que continuavam afluindo para Belo Horizonte, como ocorreu com a família de Raimundo Monteiro[179], cujo irmão já residente na Floresta o

[179] *Ibid.*

recebeu, ainda menino, junto com sua irmã e sua mãe, que vinham da região de Moeda-MG.

Maria Pereira e sua família, contudo, não residiram na Floresta. Chegaram em Belo Horizonte justamente quando se consolidava o projeto de modernidade forjado pelas elites mineiras, do qual fazia parte a construção da Capital republicana que não se destinava a abrigar, em definitivo, pessoas como ela e Raimundo.

Originária do município de Bonfim do Paraopeba-MG[180], após ficar viúva, Maria decidira "tentar a vida" em Belo Horizonte. Partia em "busca de trabalho", conforme relatou Ione Pires Ladislau, sua bisneta[181], tal como outros migrantes que afluíam para a cidade, à mesma época. Para ali instalar-se com a família, Maria contou com o apoio da família de Teodolindo Pires Fernandes, que já vivia em Belo Horizonte, desde antes de 1912, com os próprios irmãos, sua mãe, Ana Maria, e seu pai, Nominato José Fernandes, oriundos de Piedade dos Gerais-MG.[182] As duas famílias já se conheciam e foi ainda por intermédio dos pais de Teodolindo que Maria e os filhos mais velhos – Bárbara e Henrique conseguiram emprego: a primeira, ainda menina, como trabalhadora doméstica em uma pensão e o segundo como ajudante, em uma repartição pública.

Teodolindo e Bárbara casaram-se, depois, e passaram a residir no terreno onde vivia o pai dele, situado onde atualmente se encontra o Aglomerado Santa Lúcia, um dos mais conhecidos e antigos núcleos de favela da cidade, na região Centro-Sul, considerada a mais nobre de Belo Horizonte e atualmente a mais embranquecida, conforme pode ser observado na Figura 1. Ali também viviam Antônio Pedro da Silva, que deixara a Serra do Cipó-MG, sua esposa Maria Eulália dos Santos, que também partira da região de Paraopeba, e a pequena Argentina[183], primeira filha do casal, nascida em 1910, já na capital e no mesmo local habitado por sua família até a atualidade. Integrantes de duas famílias formadas por pessoas negras migrantes do interior do Estado, Nominato, Teodolindo e Antônio Pedro trabalhavam, à época, em

---

[180] Região central do Estado.

[181] Cf. PEREIRA, Josemeire Alves. *Histórias familiares... Op. cit.*

[182] Piedade dos Gerais, à época, pertencia ao município de Bonfim do Paraopeba – MG.

[183] Conhecida, na comunidade, como Santa (Dona Santa ou "Tia Santa", quando adulta).

fazendas da região da antiga Colônia Afonso Pena. Graças ao trabalho de agricultores e operários como eles, o núcleo agrícola abastecia de gêneros alimentícios e artefatos para construção civil a região central da cidade, onde viviam os funcionários da administração pública da capital.

A preponderância de população negra no território do antigo Curral Del Rey, ao que sugerem os registros aqui analisados, seguia vigorando, sendo influenciada, nas primeiras décadas do século XX, pelo fluxo quase permanente de indivíduos e famílias negras como as que aqui apresentamos que chegavam à cidade, destacando-se mesmo quando houve queda na taxa de crescimento da população (Gráfico 4, abaixo).

Com efeito, contava-se, nos primeiros anos da capital, um considerável número de imigrantes europeus, conforme observara o Pe. Francisco Martins Dias. Esses trabalhadores estrangeiros eram empregados nas obras de construção da cidade, no comércio e outros ofícios, mas também contavam entre beneficiários preferenciais no âmbito do processo de constituição das colônias agrícolas que, como já referido no Capítulo 1, integravam o projeto de modernização em desenvolvimento por iniciativa do Estado e que priorizava o acesso a terras a colonos europeus, restringindo-o a brasileiros de origem africana. De acordo com Tito Aguiar, em 1903, os estrangeiros correspondiam a 53% da população da zona colonial (agrícola), sendo preponderante a presença de italianos.[184]

Neste sentido, cabe observar que a presença de famílias negras como as de Teodolindo e Bárbara, e Antônio Pedro e Eulália, na Colônia (ou Núcleo Agrícola) Afonso Pena não é incoerente com o projeto de colonização, dado que figuram ali na condição de trabalhadores remunerados, meeiros ou agregados – vinculados a relações de trabalho similares às que vigiam desde o século XIX, no contexto das mudanças advindas do cenário emancipacionista no país.

Na Colônia Afonso Pena, contudo, em especial, a precariedade dos registros disponíveis não possibilita aferir, segundo Tito Aguiar, a ausência completa

[184] Segundo AGUIAR. *Op. cit.* p. 285. Ex-escravizados e descendentes sofriam restrições à aquisição de terras nos núcleos coloniais. (*Ib.*, p. 278 e seguintes).

de colonos negros. Dentre as cinco colônias existentes na capital – Carlos Prates, Bias Fortes, Américo Werneck, Adalberto Ferraz e Afonso Pena –, prevaleciam colonos de origem estrangeira, notadamente a europeia, nas duas primeiras e brasileiros nas duas últimas; havendo maior equilíbrio entre nacionais e estrangeiros na terceira.[185]

Recentemente, contudo, a pesquisadora Mariana Falcão Duarte descobriu a existência da família negra de Ivo Dias, cuja avó, Silvéria Cândida Pinto conseguiu adquirir, no início do século XX, o lote Colonial 19, na antiga Colônia Afonso Pena[186], que foi depois subdividido e transformado no Bairro Luxemburgo – onde, na atualidade, estão terrenos dos mais valorizados no mercado imobiliário.[187]

Na Colônia Afonso Pena é possível que a família negra de Silvéria Cândida fosse exceção, quanto à condição de proprietária, predominando a presença de colonos portugueses, espanhóis e brasileiros brancos. Não obstante, a maior parte da população da cidade que se consolidava então, era composta por pessoas oriundas de outras regiões do estado e do país.

Segundo Tarcísio Botelho, a cidade passou de 13 mil habitantes, em 1900, para mais de 17 mil, em 1905, cerca de 40 mil, em 1912 e 55 mil, em 1920. Duas décadas depois, contava com 211 mil habitantes e, em 1950, com 352 mil; com taxas de crescimento sempre acima de 4% ao ano.[188] Concomitante ao elevado crescimento demográfico, ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, observa-se o decréscimo do ingresso de imigrantes, em razão do fim da política de subvenção do Governo que atraía, desde os últimos anos o século XIX, o fluxo internacional de

---

185 *Ibid.*

186 Cf. DUARTE, Mariana Falcão. *Figuras do Dissenso:* a subjetivação política na construção de novas memórias para a cidade de Belo Horizonte. 2017. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2017, p. 74.

187 Maria Cândida Pinto, herdeira de Silvéria e mãe de Ivo empreendeu grande esforço para manter o lote que lhe restou da divisão via inventário. Os demais herdeiros de Silvéria concordaram em vender os lotes, a partir dos anos 1970, mas ela não. Sua luta repercutiu em uma homenagem por meio da designação de uma das ruas do bairro com o nome de Silvéria Cândida Pinto. Cf. *Ibid.*

188 BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. *Op. cit.* p. 11-12.

migração para o Estado. Portanto, como salienta Botelho, "será a migração de mineiros e de outros brasileiros que sustentará o rápido crescimento da cidade", impulsionado pelo incremento da industrialização, a partir dos anos 1920[189], e pelo aprimoramento de infraestrutura urbana.

Entretanto, os perfis e as trajetórias dos envolvidos nos processos de migração interna, durante as primeiras décadas do século XX, também são ainda pouco conhecidos. Nos estudos sobre a história da cidade, para o período em questão, as referências à população enfatizam, em geral, a participação de estrangeiros.[190] Não obstante, alguns estudos dedicados às experiências de vida e trabalho da população afrodescendente, no Pós-Abolição, em regiões de Minas Gerais fortemente marcadas pela economia escravista – dentre os quais os trabalhos de Elione Guimarães, Antonio Bosi e Marileide Meyer[191], que tratam, respectivamente das regiões da Zona da Mata, Mariana e São João Del Rei – nos oferecem um panorama importante para a compreensão do que ocorre em Belo Horizonte.[192] Tais estudos indicam que, assim como em outras regiões do Brasil, no período pós-emancipação, o exercício da liberdade vivenciado pela população negra, nessas regiões do estado, implicava não raro, no recurso à migração, como estratégia de gestão de oportunidades de trabalho e condições de vida.[193]

As análises de Tarcísio Botelho indicam que houve, no período entre 1890 e 1940, um aumento da população negra na região central de Minas Gerais, onde está

---

[189] Nos anos 1920, Belo Horizonte ocupava, no Estado, a terceira posição nos índices de valor de produção e pessoal ocupado na indústria; nos anos 1930, começa a consolidar-se como polo regional da indústria de ferro e aço e nos anos 1940, já constituía o principal polo industrial do Estado. Cf. *Ibid.*, p. 12-13.

[190] Cf. BOTELHO, *Op. cit.* p. 12-13; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Inventários do Cotidiano de uma *famiglia*. Histórias de vida e memória das cidades. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 20, p. 34-37, 1999.

[191] *Op. cit.* Cf. nota 25.

[192] Cf., dentre outros, MATTOS, Hebe. Prefácio. In: COOPER, Frederick et al (Org.). *Além da liberdade: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

[193] Cf. SILVA, Lúcia Helena de Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro Pós-Abolição.* (1888-1926). São Paulo: Humanitas Usp, 2016.

localizada a capital.[194] Segundo o historiador, durante esse período, a proporção de negros só aumentou em ritmo superior a esta região nos municípios do norte e leste, notando-se recuo desta população em todas as demais regiões do Estado. Assim, a despeito da dificuldade de mensurar o percentual da população a partir do critério cor/raça[195], na cidade, durante as primeiras décadas do século XX, o autor estima que a presença de descendentes de africanos na capital, embora reduzida nos primeiros anos, tendeu a aumentar, devido ao fluxo migratório interno.

Botelho afirma que essa dinâmica se insere no processo mais amplo de deslocamento do campo para a cidade, no contexto de crescente urbanização em diversas regiões do país. Atento ao ainda sensível desconhecimento sobre o destino dos ex-escravizados e nascidos livres no advento da abolição no país, o autor admite a possibilidade de que boa parte deles possa ter migrado para os centros urbanos. Não dispondo, então, de maior precisão quanto a informações sobre sua inserção no mercado de trabalho, aventa ser provável que tenham passado a ocupar postos de trabalho de menor qualificação e pior remunerados, já que eram pessoas oriundas, em sua grande maioria, do meio rural, onde as possibilidades de instrução e especialização eram escassas.

Considerando que a província de Minas Gerais foi detentora de grandes propriedades de escravizados/as durante o século XIX e que esta abundância de mão-de-obra permitiu que a instituição paulatina do trabalho livre não dependesse tanto da imigração estrangeira, sendo favorecida a fixação do contingente existente de mão-de-obra no trabalho agrícola, Botelho acredita que a migração de negros para os grandes centros urbanos da região foi pouco significativa até a década de 1930 – o que parece não se confirmar, considerando os dados que discutiremos a seguir. De todo modo, para o autor a participação de afrodescendentes na composição da população de Belo Horizonte teria se consolidado concomitantemente ao aumento

---

[194] BOTELHO, *Op. cit.*, p. 21.

[195] A análise de Botelho considera o silenciamento sobre a cor nas estatísticas e fontes produzidas no período, dificultando o conhecimento sobre os destinos da população de negros após a Abolição: após o Censo de 1890, o quesito raça só voltou a ser inserido na contagem da população a partir do de 1940. Mesmo fontes como os registros paroquiais e civis, deixaram de informar a cor. (Cf. *Ib.* p. 20-21).

populacional ocorrido ao longo das primeiras décadas do século XX, como já observado, devido ao desenvolvimento da cidade como o mais importante polo urbano e industrial do Estado.

Em meio à grande lacuna de informações historiográficas sobre a população negra da cidade, continuamos a vislumbrar, também por meio de histórias de gente como Maria Pereira, Raimundo, Antônio Pedro e suas respectivas famílias, a emergência paulatina desta população constituída por trabalhadores migrantes e suas famílias, que passa a afluir para a região, a partir de fins do século XIX.

2.1.1 “Pretos/as” e “Mestiços/as” em registros institucionais

Um sensível contraste delineia-se quando observamos, frente ao silêncio historiográfico quase absoluto sobre a presença e agência de pessoas negras em Belo Horizonte, a relativa diversidade de fontes por meio das quais é possível apreender elementos potencialmente úteis à ampliação de nossa compreensão sobre o tema. A produção de invisibilidade de “pretos/as” e “mestiços/as”[196] na cidade, na primeira metade do século XX pode ser indagada, por exemplo, a partir da menção à cor dos indivíduos atendidos por instituições como a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e mesmo a Chefia de Polícia de Minas Gerais.

Não são explicitadas na documentação analisada as justificativas para definir a classificação da população por cor entre “branca”, “preta” e “mestiça” por estas instituições, especialmente em um período em que a menção à cor está em desuso nos registros oficiais. Não obstante, cabe ressaltar que o dado é uma constante em todos os Relatórios da Santa Casa de Belo Horizonte encontrados; assim como nas Listas de doentes admitidos em outras unidades da Santa Casa de Misericórdia existentes à época, no Estado.[197] O registro da cor também é observado em documentos do Instituto Radium, instituição criada em 1921, na cidade, para o tratamento de doentes com câncer. A diferença é que, no Instituto, que atendia

[196] Designações que constam das fontes analisadas, produzidas no período em apreço.

[197] Cf. APM Fundo Secretaria do Interior.

prioritariamente à população de poder aquisitivo mais elevado, a presença de pessoas negras é sensivelmente menor que na Santa Casa de Misericórdia.[198]

Os mesmos relatórios oferecem dados gerais sobre a origem (residência) das pessoas atendidas pela Santa Casa. Assim, entre 1908 a 1935, as quantidades de residentes em Belo Horizonte e oriundos de outros municípios, foram, respectivamente, para os seguintes períodos: 1910-1916 – 10.338 e 4.441; 1917 – 1456 e 771; 1918 – 1437 e 1495; 1921 – 1659 e 1232; 1928 – 3110 e 1922; 1929 – 3281 e 1966; 1934 – 3267 e 2298; 1935 – 3504 e 2553.[199]

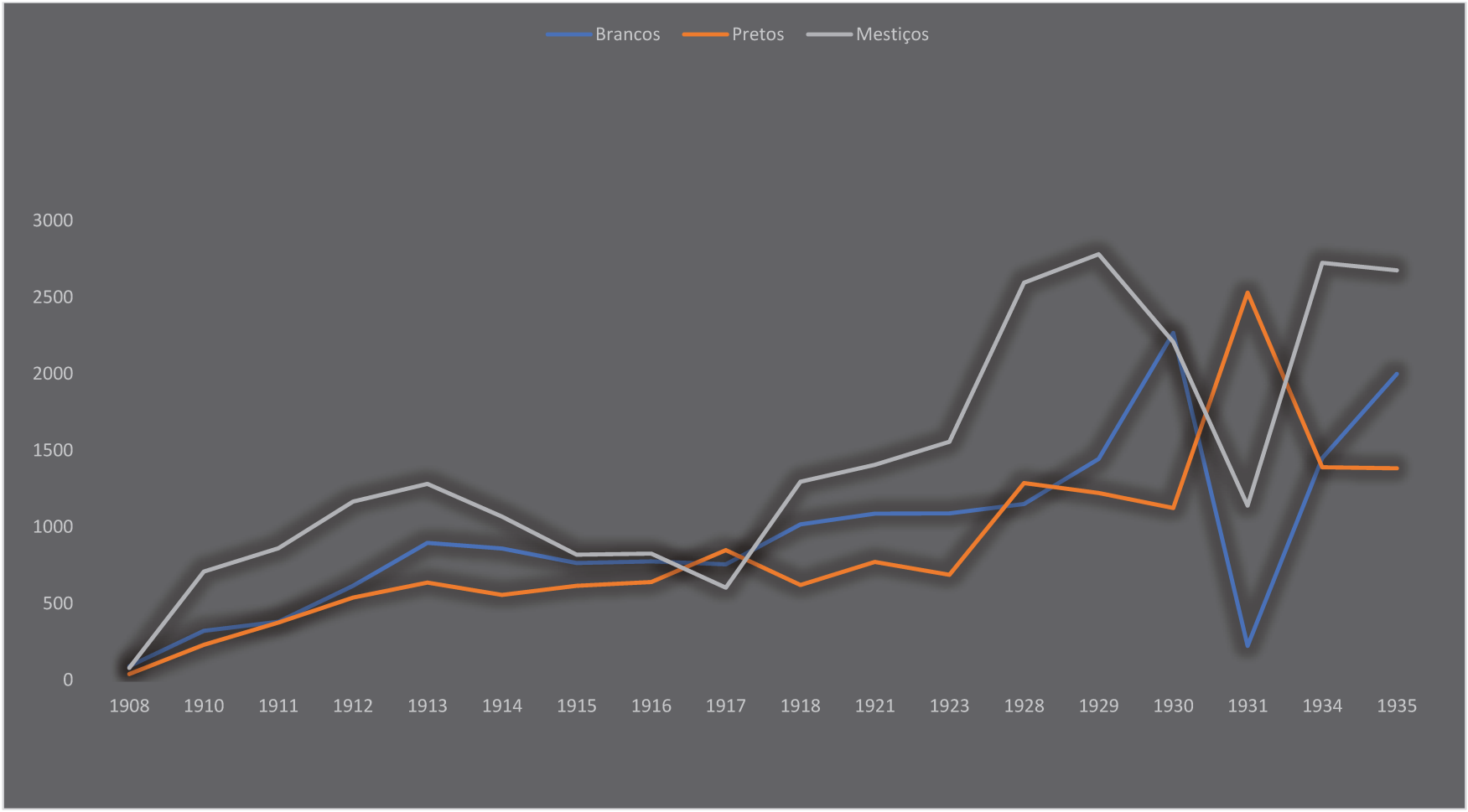
Não foi possível, contudo, acessar informações tais como nome, idade, sexo, cidade de origem, profissão, que permitiriam caracterizar melhor os perfis dos grupos atendidos pela instituição. Tais dados possibilitariam, ainda, distinguir especificamente as populações de "pretos" e "mestiços" residentes em Belo Horizonte, daquelas oriundas de outros municípios. Ainda assim, por meio da comparação dos dados disponíveis notamos, em consonância com o que os estudos de Tarcísio Botelho que já demonstravam, o aumento progressivo da população geral do município, nas primeiras décadas do século XX e a preponderância e tendência de crescimento da população de pretos e mestiços. Com um diferencial, porém, que é o fato de que, ao contrário do que sugeria o autor, a presença de população preta e mestiça na cidade é observada, nos dados da Santa Casa, já desde a primeira década do XX, sendo o seu crescimento proporcional ao da população geral, ao longo das três primeiras décadas daquele século.

---

[198] Cf. CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Instituto de Radium de Minas Gerais: vanguarda na radioterapia no Brasil, 1923-1935. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, out-dez. 2014, p. 1235-1260. Nos limites deste estudo, não será possível tratar mais detidamente do Instituto de Radium.

[199] APM. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia, *Op. cit.*

Gráfico 4 Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte
Doentes admitidos, 1908-1935 (Cor/Raça)



Fonte : *APM – Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (1908-1935).*

Tabela 4: Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte - Doentes admitidos, 1908-1935 (Cor/Raça)[200]

	1908	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1921	1923	1928	1929	1930	1931	1934	1935
Brancos	90	321	381	616	896	859	764	774	756	1016	1087	1089	1150	1444	2267	223	1450	1999
Pretos	39	230	376	538	636	556	615	640	848	621	771	687	1287	1222	1123	2530	1390	1383
Mestiços	79	708	861	1165	1282	1068	819	825	603	1295	1405	1557	2595	2781	2208	1140	2725	2675
Totais	208	1259	1618	2319	2814	2483	2198	2239	2207	2932	3263	3333	5032	5447	5598	3893	5565	6057

Fonte : *APM – Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (1908-1935)* [201]

[200] Não constam dos Relatórios, as informações sobre cor/raça 1920, 1922, 1924, 1925, 1926, 1927.

[201] Foram analisados os Relatórios do período entre 1901 a 1935. Contudo, somente a partir de 1908, são registradas neles informações sobre cor.

A mesma classificação de cor utilizando as categorias “brancos”, “pretos” e “mestiços” é utilizada pelos órgãos públicos de segurança, como indicam os dados fornecidos pela documentação do Fundo da Chefia de Polícia. Aqui, a manutenção da classificação por cor/raça, quando a tendência é omitir este tipo de informação dos procedimentos de registros censitários, apresenta-se coerente com a prática de controle social[202] que se busca implementar na capital de Minas de então, em consonância com o que ocorria em outras cidades brasileiras, à mesma época.

A documentação policial consultada atesta a vigência de um esforço por maior controle da polícia sobre a população, visando a constituição de uma determinada ordem social; controle manifesto por meio da vigilância de práticas associativas e da repressão sobre qualquer atividade que ferisse à moral e aos “bons costumes”. Denota este esforço, a criação de um órgão de identificação e estatística, que fora objeto de árdua defesa por parte dos funcionários responsáveis pela segurança pública, conforme sua minuciosa argumentação documentada no Relatório Policial de 1909.[203]

Há que se considerar, ainda, que no decreto n. 2.473, publicado em 20 de março do mesmo ano de 1909[204], pelo Vice-Presidente do Estado Bueno Brandão, que criava o Gabinete de Identificação, estabelecia-se dentre as pessoas passíveis de serem identificadas criminalmente, os considerados vadios – muito embora, as próprias fontes policiais indiquem que a prisão, neste caso, era irregular. Assim, em ofício enviado ao Chefe de Polícia, em julho de 1916, por ocasião de uma contenda sobre a cobrança ilegal de uma taxa de carceragem, o Delegado Orlando Pimenta, posicionando-se contrário à cobrança, argumenta:

> Demais, as chamadas prisões correccionaes, como as prisões para averiguações policiaes, que se impõem, muitas vezes, como medida

---

[202] Cf. COSTA E SILVA, Marina Guedes. *A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926)*. 2009. 150p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

[203] Cf. APM – *Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Dr. Urias de Mello Botelho em 1909*. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1909. [Coleção de Obras Raras – Microfilme (Original Impresso)], p. 183-186.

[204] *Ibid.*

> de repressão às irregularidades de conducta de indivíduos de baixa estofa social, **não têm assento ou fundamento em lei alguma**. Ora, assim, a taxa de sellos estipulada para os alvarás de soltura não póde referir-se a taes prisões, pois acto não previsto em lei, ou melhor, não reconhecido pela lei não póde ser por ella tributado. [205]

Contudo, entre 1912 e 1913, por exemplo, dentre as 371 pessoas detidas na Cadeia Pública de Belo Horizonte, 55 respondiam pelo crime de "ofensas físicas" e 275 foram "detidos correcionalmente", conforme atestam os registros do movimento de prisões da Cadeia local, à época.[206] É possível que dentre os considerados "vadios" – a despeito de terem seus ofícios devidamente identificados pela Polícia –, fosse encontrada parte dos migrantes negros que chegavam à capital e justamente em busca de trabalho – como ocorreu com o menino Lisandro, cuja história conheceremos adiante.

De fato, a cor enunciava-se como um elemento importante utilizado na identificação e classificação de pessoas tidas como suspeitas ou criminosas. Mesmo quando já efetuadas a instalação de um Gabinete de Identificação e a adoção do sistema de identificação pelo método dactiloscópico[207], considerado infalível, em comparação com o método até então empregado – o antropomórfico –, a cor continuava compondo uma das informações relevantes para identificação de infratores, conforme atesta exemplar da Ficha de Registro Geral constante de um

---

[205] Cf. APM-Fundo Chefia de Polícia. *Ocorrências Policiais* – POL8-CX.24-Pc. 02. (Grifos meus).

[206] Cf. APM – Fundo Chefia de Polícia, *Ocorrências Policiais-Belo Horizonte*, 1913.

[207] Esta mudança foi precedida de uma intensa discussão em voga no estado e no país, por ocasião da sistematização do método de identificação dactiloscópica por Juan de Vücetich, então responsável pela Chefatura de Polícia da Província de Buenos Aires, sediada em La Plata. O novo método contrapunha-se ao concebido por Alphonso Bertillon, que empregava medição antropomórfica e o detalhamento de caracteres físicos distintivos como a cor da pele, dos olhos e do cabelo, cicatrizes, etc, para identificação de indivíduos. Ao fim, a polícia de Minas Gerais parece ter adotado uma prática de identificação que conciliava elementos de ambos os métodos (Cf. APM – Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais, 1910, p. 183-185;188 e seguintes).

relatório da Secretaria de Polícia, publicado em 1909.[208] E, a despeito de não serem nele informados os fundamentos da classificação da cor, este mesmo documento apresenta orientações para preencher o livro de Registro Geral de Presos indicando como deveriam ser anotados os caracteres fenotípicos, dentre os quais a cor da pele:

> Quanto à cor da pelle, o individuo ou é branco, mestiço ou preto ou tem a pelle amarela, característica dos chineses. Deve-se evitar escrever pardo, moreno ou claro, e sim escrever essas particularidades entre parentheses. Exemplo: mestiço (claro ou pardo); branco (alvo, moreno ou sanguíneo).[209]

É importante observar que, conforme podemos depreender a partir da análise do Relatório do Chefe de Polícia aqui considerado, tais métodos de identificação minuciosos são explicitamente fundamentados no diálogo com teorias e experiências desenvolvidas fora do país – nomeadamente na Europa, nos Estados Unidos[210] e na Argentina. O que não significa sugerir que se tratou de mera importação das práticas estrangeiras. Na mesma época e em território nacional, a mesma inspiração também esteve presente nas políticas de segurança pública instituídas em São Paulo e no Distrito Federal.[211] À época, empreendeu-se um esforço especial por parte do serviço de Segurança de Minas Gerais – em franca adaptação às mudanças advindas do estabelecimento do regime republicano – pela uniformização dos sistemas de identificação, para que fossem alcançados os intentos de solidariedade entre os estados, por meio de um "convênio inter-estadoal de polícias".[212]

Não obstante, é impossível ignorar, especialmente quanto ao critério de identificação de cor/raça, os traços de continuidade em relação às experiências da sociedade escravista de identificação de cativos, como bem discutido por Liana

---

[208] Cf. APM – *Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Dr. Urias de Mello Botelho em 1909*. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1909. [Coleção de Obras Raras – Microfilme (Original Impresso)], p. 208; 212-213.

[209] *Ib.*, p. 223.

[210] *Ib.* p. 183.

[211] *Ib.* p. 216-217.

[212] *Ib.* p. 185.

Reis[213], dentre outros estudiosos, no que diz respeito aos anúncios de escravizados fugidos; ou, ainda, nas complexas e arraigadas práticas de relações sociais racializadas desenvolvidas na América Portuguesa do século XVIII[214], e que ganharam contornos cientificistas, no século XIX, intensificando-se no contexto da Emancipação.[215]

As informações contidas nos Registros de Réus recolhidos à Cadeia Pública de Belo Horizonte nos permitem identificar alguns dados que não constam dos Relatórios da Santa Casa de Belo Horizonte analisados. Nos primeiros, além do histórico criminal, é possível estabelecer um breve perfil das pessoas detidas. Assim, temos, por exemplo: A. A. C., 22 anos, casada, descrita como meretriz, mestiça, 1,48 de altura, alfabetizada ("sabe ler e escrever"). Tendo sido pronunciada com base no artigo 303 do Código Penal, referente à prática de ofensas físicas, foi condenada em Belo Horizonte e solta por pagamento de fiança em 11 de janeiro de 1913. Além dela, estão incluídas dentre as/os trabalhadoras/es de que tratam os ofícios da Tabela 5, abaixo, outras 3 mulheres, sendo uma também identificada como meretriz e as demais trabalhadoras (servidoras) domésticas.

Dentre os demais aprisionados, portanto, destaca-se a presença de homens não brancos correspondendo a 49,55% dos 111 detidos e detidas; neste percentual da população masculina de detidos, 14,41% são classificados como "pretos" e 35,14%, como "mestiços". Os brancos somam 26,13%, e os sem informação para a cor, 24,32% (Tabela 6). Dentre as várias profissões declaradas nos registros, a grande maioria é de jornaleiros, militares e lavradores, conforme dados da Tabela 5:

---

213 Cf. REIS, *op. cit.*

214 LARA, Silvia Hunold. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. (p. 69-93).

215 REIS, *op. cit.* Especialmente sobre o acirramento do caráter racializado das relações sociais em fins do século XIX e início do XX, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

Tabela 5: População Carcerária – Cadeia Pública de Belo Horizonte, 1913 (Ofícios)

Ofício	Qtd.	Ofício	Qtd.
Agencia/Agenciador	2	**Lavrador**	16
Alfaiate	2	**Meretriz**	2
Cabouqueiro	4	**Militar**	17
Caixeiro	1	**Motorneiro**	1
Carpinteiro	3	**Negociante**	5
Carroceiro	1	**Oleiro**	1
Chapeleiro	2	**Pedreiro**	4
Cocheiro	1	**Pintor**	1
Colchoeiro	1	**Sapateiro**	3
Comerciante	1	**Servente de pedreiro**	1
Copeiro	2	**Servidora doméstica**	4
Engenheiro	1	**Veterinário**	1
Guarda Civil	1	**Viajante**	1
Guarda-freio	1	**Sem informação**	14
Jornaleiro	17		
Total de encarcerados/as			111

Fonte : APM. Fundo da Chefia de Polícia. *Registro de réus recolhidos à cadeia de Belo Horizonte, 1913.*

Tabela 6: População Carcerária – Cadeia Pública de Belo Horizonte, 1913 (Cor/Raça)

Cor/raça	Qtd.	%
Branca	29	26,13%
Preta	16	14,41%
Mestiça	39	35,14%
Sem Informação	27	24,32%
Total	111	100,00%

Fonte : APM. Fundo da Chefia de Polícia. *Registro de réus recolhidos à cadeia de Belo Horizonte, 1913.*

Nota-se também a presença de estrangeiros e de brasileiros de outros estados (Tabela 7), sendo que alguns poucos, dentre estes presos estavam ali, na Cadeia Pública de Belo Horizonte, provisoriamente, enquanto aguardavam julgamento, tendo cometido os crimes respectivos em outros municípios do Estado.

Tabela 7 População Carcerária – Cadeia Pública de Belo Horizonte, 1913 (Naturalidade, Nacionalidade)

Nacionalidade/Naturalidade	Qtd.	%
Espanha	1	0,90%
EUA (Califórnia)	1	0,90%
Itália	5	4,51%
Minas	85	76,58%
Pernambuco	1	0,90%
Rio de Janeiro	1	0,90%
Sem informação	15	13,51%
Síria	2	1,80%
Total	**111**	**100,00%**

Fonte : APM. Fundo da Chefia de Polícia. *Registro de réus recolhidos à cadeia de Belo Horizonte, 1913.*

Os indícios oferecidos pela análise estatística do Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e pela documentação do Fundo da Chefia de Polícia do estado, ainda que limitados, são amostras importantes, considerando a precariedade dos dados demográficos sobre a população de Belo Horizonte e, especialmente quanto à identificação por cor da população, até os anos 1940[216], quando este critério voltou a ser utilizado no Recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.[217] Por isto mesmo, a tendência apontada, especialmente pela série de dados dos Relatórios da Santa Casa de Misericórdia traz à luz as existências silenciadas nas narrativas de memória e de história sobre Belo Horizonte. Aqui, a bem da verdade, o que nos interessa, mais que a quantidade precisa da população, é a possibilidade de observar, por meio destes indícios, que

[216] A classificação utilizada pelo IBGE, durante o século XX, até 1991, era apenas por cor. A designação cor e raça passou a ser utilizada naquele ano, quando foi inserida a categoria indígena (esta mesma só havia sido considerada no Recenseamento Geral do Império, de 1872, quando foi mensurada por meio da categoria caboclo, e em 1940 quando os indígenas foram incluídos entre os pardos). Cabe assinalar ainda que nos Recenseamentos de 1900, 1910 e 1920 não foi incluída classificação racial ou por cor. Em 1930 não houve Recenseamento, devido às mudanças políticas ocorridas no país. Cf. OSORIO, Rafael Guerreiro. A Classificação de Cor ou Raça do IBGE Revisitada. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Col. Estudos & Análises | Informação Demográfica e Socioeconômica, p.83.

[217] PETRUCCELLI, José Luis. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Col. Estudos & Análises | Informação Demográfica e Socioeconômica.

havia uma população de ascendência africana, produzindo e vivenciando o cotidiano da cidade – em contraponto aos anseios originais dos que decidiram por sua criação e responderam pelo projeto urbanístico inicial.

Merece nota o fato de que para localizar estas e outras informações concernentes a indivíduos ou grupos de pessoas negras, na documentação aqui considerada, foi necessário um esforço singular de análise minuciosa das séries documentais disponíveis nas instituições arquivística consultadas. Poderíamos interpretar este fato apenas como parte inerente ao nosso ofício, decerto. No entanto, o que se apresenta aqui é um problema epistemológico concernente à institucionalização do racismo, que remete à naturalização da ausência de referências às questões de cor, raça, racismo e temas correlatos, dentre os critérios de classificação e descrição vigentes em tais instituições da cidade – e, não é exagerado inferir, em outras regiões do país.

O que percebemos aqui é que não se pode ver ou ouvir os "subalternos" – aos quais evoco, metaforicamente, no diálogo iniciado com a filósofa Gayatri Chakravorty Spivak[218] –, não porque eles não existiram ou porque não tenham sido um grupo socialmente relevante na sociedade, ou porque não deixaram registros de sua experiência na cidade. Trata-se, fundamentalmente, de que tais registros ou evidências não são considerados relevantes nos sistemas de produção e organização de informações.

Assim, em um primeiro momento a resposta negativa de Spivak à provocação central sobre o poder de fala dos subalternos mostra-se pertinente à situação que aqui apresentamos, já que esta possibilidade estaria limitada ou mesmo interditada por aqueles que em geral detêm o poder de produzir discursos sobre a subalternidade. No entanto, mesmo diante destas interdições, observamos que pessoas negras se fazem ver, ainda quando ignoradas. A eloquência do silêncio e da invisibilidade que lhes é imposta convidam-nos a seguir indagando sobre os mecanismos que os produzem.

---

[218] Cf. páginas 26 e seguintes da Introdução desta tese. Cf. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

2. 2 A produção de representações

Figura 14 "Calçamento da Avenida Assis Chateaubriand" – Belo Horizonte

Fonte : APM. Coleção Tipografia Guimarães. Original em Preto e Branco/ 9,9x16,7cm; [s/d, s/n].

A elaboração da imagem fotográfica acima, provavelmente realizada nos anos iniciais da construção de Belo Horizonte[219], tinha por objetivo primordial registrar o avanço das obras que davam forma ao projeto da Nova Capital do estado.[220] Por meio do enquadramento e da organização dos planos e demais elementos que a compõem, o fotógrafo propõe uma leitura da construção de uma cidade que se anuncia como a expressão do controle do passado e da natureza pela "modernidade"

[219] O Acervo da Coleção Tipografia Guimarães reúne registros realizados entre 1919 e 1950. Cf. APM – Coleção Tipografia Guimarães. Esta Tipografia era empreendimento particular e a segunda maior, em volume de produção e serviços, superada apenas pela Imprensa Oficial. Era frequentada por muitos intelectuais e artistas, dentre os quais os fotógrafos Gines Gea Ribera e Ramos Arantes, que lhe legaram inúmeras fotografias. Os 184 registros fotográficos que integram a Coleção foram organizados pelo Arquivo em três séries: 1. Pessoas, 2. Edificações e 3. Diversos. Quanto à data do registro fotográfico analisado, é provável que tenha ocorrido durante os anos 1920, considerando-se que no trecho da Avenida Assis Chateaubriand onde se realizam as obras, na fotografia, ainda não se vê o Viaduto Santa Tereza, que no ano de 1928 ainda estava em construção.

[220] Muito embora não nos tenha sido possível identificar a autoria da foto, informações do Inventário da Coleção dão conta de que as imagens a ela pertencentes foram utilizadas pela Tipografia para ilustração de matérias em jornais e revistas. Cf. APM – *Ib*.

e pelo “progresso” empreendidos na ação urbanística. Assim, as linhas retas que se impõem, submetendo-as, às curvas do terreno – outrora acolhidas pelas formas de ocupação do Curral Del Rei –, apresentam-se como desafio às edificações antigas e novas, sendo as últimas de estilo eclético. Desafiam também os limites das matas, aqui representadas em sua forma “domesticada” pelo paisagismo moderno – configurada no Parque da cidade, atualmente “Parque Municipal ‘Américo Renné Gianetti’”.

Na ordem dos elementos apresentados neste registro, merece atenção o modo como o humano é referenciado. A despeito de sua representação em primeiro plano, não há destaque para a singularidade de cada trabalhador que ali se deu a ler pelas lentes do fotógrafo.[221] Há um grupo de operários, que integram o conjunto maior da paisagem. Não são eles, contudo, o destaque. Antes, são representados como parte da mesma paisagem e do acontecimento que se deseja registrar: a evolução das obras de construção da Capital. Aqui cabe ter presente que no acervo do Arquivo Público Mineiro, durante o período da pesquisa de que resulta esta tese, a Coleção a que pertence este registro estava classificada na Série: “Edificações”, Subsérie: “Públicas”. A fotografia em apreço é descrita da seguinte forma: “Trabalhadores em obra de calçamento na Avenida Assis Chateaubriand; à direita, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti.” E apresentam-se como descritores neste mesmo documento as seguintes expressões: “Homem; Operário; Logradouro Público; Rua; Via Pública; Parque; Belo Horizonte”.[222]

O operário em questão, tanto nos recortes narrativos apresentados na fotografia quanto naqueles evocados para a classificarem, na Coleção, figura como um tipo que remete à força de trabalho; na fotografia, talvez importante apenas por atestar a efetividade do trabalho que produz a modificação do espaço. Em ambas as narrativas – produzidas em temporalidades distintas: a fotográfica, nas primeiras

---

[221] No livro *Negros no estúdio do fotógrafo*, Sandra Sofia Machado Koutsoukos ressalta o “dar-se a ver” das pessoas negras fotografadas, no século XIX, mesmo que em contexto de submissão, como o da prisão. Cf.: KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. 357p.

[222] Cf. APM – “Calçamento da Avenida Assis Chateaubriand”. Coleção: Tipografia Guimarães. Notação: TG-202-017.

décadas do século XX e a que está representada na organização do acervo, a partir das últimas décadas do mesmo século – nota-se a continuidade da relativa invisibilidade deste trabalhador como sujeito ou como sujeito que se eleja para protagonizar as narrativas.

Este tipo de figuração é perceptível em outras imagens fotográficas, por meio das quais busca-se documentar o que é considerado, à época, o grande feito de construção de Belo Horizonte, como capital planejada e esforço de superação do "atraso" econômico do Estado.

Nas fotografias de autoria de Gines Gea Ribera, abaixo, produzidas nas décadas seguintes à da primeira imagem analisada, repetem-se os elementos da narrativa arquivística de descrição. Assim, os descritores da fotografia que registra o calçamento da Praça da Liberdade são: "Via Pública", "Praça da Liberdade (MG)", "Prédio Público" e, só depois, "Pessoa", "Trabalhador", voltando ao foco do registro "Obra Pública", "Calçamento". Para a fotografia que documenta a construção do Monumento à Civilização Mineira, na Praça Rui Barbosa (conhecida na atualidade como Praça da Estação), os descritores, são: "Via Pública", "Praça Rui Barbosa (Belo Horizonte, MG)", "Construção", "Prédio Público", "Estação Ferroviária Central do Brasil (Belo Horizonte, MG), "Meio de Transporte", "Bonde", "Trator", "Pessoa", "Trabalhador". O enquadramento e a ordem dos elementos escolhidos por Ribera, para compor estas imagens, colocam em evidência o intento de remeter à monumentalidade da nova cidade. Feito possível por meio do emprego de operários "morigerados" – ideal caro aos anseios das elites políticas e econômicas da época por controle das forças de trabalho.[223]

[223] Cf. a respeito do ideal do "trabalhador morigerado", os já mencionados: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. República e Trabalho no Registro da Burguesia – notas de pesquisa. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, UFMG, N.8 / *Revista do Departamento de História*, n. 10 (Número Conjunto), Belo Horizonte, 1990; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação*: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909-1934. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

Figura 15 “Calçamento de um trecho da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte”.

Fonte: APM.
Original em Preto e Branco/ 17,4x23,4cm; 1930, Gines Gea Ribera APM – Fundo Olegário Maciel – Dossiê “Calçamento das Ruas de Belo Horizonte”.

Figura 16: “Construção do monumento à civilização mineira na Praça Rui Barbosa em Belo Horizonte (MG)”

Fonte: APM.
Fundo Olegário Maciel – Dossiê “Aspectos da Cidade de Belo Horizonte”. Original em Preto e Branco - 17,6x23,5cm; 1926-1930 (Data Provável). Gines Gea Ribera.

Nestas fotografias, a ação destes trabalhadores é captada também em primeiro plano, mas de um modo mais detalhado, de forma a que possamos identificá-los, em sua maioria, indubitavelmente como pessoas negras. Além deles, na segunda fotografia de Ribera anteriormente apresentada (Figura 16), figuram passageiros de um bonde que parece partir da Estação. Dentre estes também identificamos, pessoas negras. Em outros termos, trata-se de "pessoas", "trabalhadores" ou "operários" negros, dentre os retratados e descritos no acervo de coleções e fundos documentais do período, muito embora tenha-se tornado dado corrente nas narrativas de memória histórica sobre a cidade que os sujeitos da construção da capital foram imigrantes italianos. É pertinente, pois, indagar sobre a cultura de representação que informa as práticas de produção e classificação de documentos, negligenciando as referências à cor/raça na constituição de artefatos de memória.

Em pesquisa que resultou em uma importante dissertação, a historiadora e técnica de cultura e patrimônio Nila Rodrigues Barbosa enfrentou problema similar ao investigar sobre as relações entre museus e etnicidade – uma sensível lacuna nos debates entre história, memória, patrimônio.[224] Embora tratando de objeto específico e distinto do nosso, a pesquisa de Barbosa pode auxiliar na reflexão sobre como se produzem invisibilidades e silêncios acerca da existência e atuação de sujeitos não brancos na cidade.

Analisando os fundamentos da criação de dois museus mineiros – Museu da Inconfidência, em Ouro Preto e Museu do Ouro, em Sabará –, a autora evidencia-os como espaços de perpetuação de representações que não contemplam a diversidade das experiências sociais da população brasileira. Em sua análise, Barbosa discute como, a partir da concepção museológica – ou *imaginação museal* – derivada dos processos de instituição do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foram criados os dois museus mineiros em questão. A autora discorre sobre como as escolhas políticas e os diálogos com o pensamento social brasileiro da época – especialmente com aquele representado pela vertente de

[224] BARBOSA, Nila Rodrigues. *Museus e etnicidade* – O Negro no Pensamento Museal: Sphan – Museu da Inconfidência – Museu do Ouro Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) CEAO/FFCH – UFBA. Salvador. 2012. (Da dissertação derivou o livro de mesmo título, publicado em 2018, pela Appris Editora).

produção de Gilberto Freyre –, deram origem a instituições concebidas para representarem como protagonista da civilização brasileira um sujeito ideal branco, europeu (português), configurando-se tais instituições como "museus coloniais, ou seja, aqueles que negam sociedades pré-existentes". Nila Barbosa demonstra, ainda, que o "Outro" desta narrativa museal – negros, especialmente, além de índios e mestiços –, muito embora presentes e atuantes nas sociedades e nos acontecimentos "reais" representados nestes espaços, são negligenciados, relegados a um *não-lugar* e, quando eventual e tangencialmente mencionados nestas narrativas, nunca evidenciados em suas ações de resistência, mas sempre de submissão.

Partindo de objeto distinto, Jerry D'Ávila, ao analisar as políticas públicas executadas no Rio de Janeiro, entre os anos de 1917 e 1945[225], oferece valiosa contribuição para compreendermos os mecanismos da institucionalização do racismo. Seu estudo evidencia a progressiva redução do acesso de estudantes negras/os à instrução, na medida em que se amplia e aprofunda a formação de um sistema educacional público, especialmente a partir dos anos 1920 e 1930. O processo de "embranquecimento" das escolas públicas – tanto no que diz respeito aos profissionais, quanto do corpo discente – não faz uso de nenhuma restrição explícita de caráter racial. Ocorre, no entanto, por meio de mecanismos de exclusão, presentes nos processos de seleção tanto para profissionais, quanto para estudantes, que limita paulatinamente o acesso de pessoas não brancas às instituições educacionais públicas.

Trata-se de um fenômeno viabilizado pela vigência da perspectiva eugenista profundamente informada pelas antigas noções hierarquizantes de raça e de classe, a orientar as ações do Estado. Deste modo, não se faz necessário explicitar o intento de segregar, ou tampouco os critérios de segregação por cor e condição. O Estado atua como promotor de desigualdades sociais que afetam "silenciosamente" a população já desfavorecida, minando as possibilidades de mobilidade social.

---

[225] Cf. DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura*: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Nas representações iconográficas aqui analisadas, as fotografias que retratam, em diferentes momentos, as obras públicas por meio das quais foi erguida e monumentalizada a cidade de Belo Horizonte, observa-se a mesma negligência "silenciosa" da presença de sujeitos não brancos, desconsiderada na produção discursiva sobre a cidade. Negligência que se apresenta como um dado a sugerir a especificidade da institucionalização do racismo como linguagem que fundamenta a naturalização da invisibilidade desses sujeitos, por um lado; e a consideração implícita ou não de referenciais de brancura como valores normativos.

Assim, ainda que na fotografia da Tipografia Guimarães, os operários não sejam descritos como "brancos europeus", é plausível que, pela maneira como são representados – como um detalhe da paisagem que não deve atrair a atenção imediata de quem observa – associada ao imaginário naturalizado de que a cidade foi construída por operários europeus (italianos), é plausível que alguém não os note como negros; a despeito da maneira como este traço identitário se evidencia ao olhar mais atento. Além disto, tanto nesta imagem quanto nas de Gea Ribera, a cidade-monumento, signo da modernidade e do progresso, dificilmente seria lida como referenciada na agência de sujeitos não brancos, menos ainda na de trabalhadores recém-egressos do regime escravista – considerado por parte significativa da intelectualidade e dos agentes do poder político-administrativo da época como signo de atraso[226]; tal como a população constituída por pretos e mestiços, desumanizada e inferiorizada pelos adeptos do racismo científico.[227]

De todo modo, é significativo que em todas estas imagens destinadas a documentar as obras públicas, a presença da figura do "trabalhador" ou "operário" apareça como indispensável, apesar de em aparente paradoxo com a forma como é representado – sem distinções e como elemento de uma narrativa voltada para enaltecer a valor do trabalho em favor do progresso e da ordem da cidade que surgia.

A análise das fotografias de Ribera, contudo, põe em evidência uma paulatina mudança na dimensão do valor conferido ao trabalho por meio da representação dos trabalhadores. Na *Figura 17*, ainda que o destaque do fotógrafo

---

[226] Cf. DUTRA, 1990, *Op. cit.*

[227] Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [2008].

sejam os empreendimentos governamentais para solucionar um dos principais problemas da cidade à época, a escassez de água para consumo da população[228], por meio de obras de canalização que exploravam os recursos hídricos do entorno da Área Urbana, é possível observar uma menor diferença de proporção entre os planos. Isto acaba por conferir maior visibilidade ao conjunto de trabalhadores ali representados, ainda que como parte do acontecimento em destaque.

Figura 17 "Operários nas obras de canalização de água próxima ao Barreiro em Belo Horizonte (MG)"

Fonte: APM. Fundo Olegário Maciel – Série "Álbuns". Original em Preto e Branco - 17,5x23,4cm; 1926-1930 (Data Provável), Gines Gea Ribera. Notas: Título Original: "Trecho da Nova Canalização nas Proximidades do Barreiro". Foto inserida no Álbum: Conjunto de Obras Públicas. [Reprodução adaptada].

[228] Cf. a respeito: SILVA, R. H. A.; SILVEIRA, A. J. T. *Op. cit.*

Dentre estes trabalhadores negros, bem poderia estar o pai de Vilma Eustáquia Silva (Dona Vilma), José Rodrigues da Silva[229], e dois dos tios dela por parte de mãe, Joaquim e Antônio. Os últimos, tal como a família de Maria Pereira, viviam em Belo Horizonte desde os primeiros anos da capital, tendo migrado possivelmente em fins do século XIX, juntamente com outros irmãos, o pai, Antônio Luiz do Espírito Santo e a mãe, Maria Izabel do Espírito Santo. Antônio Luiz era auxiliar de Juiz de Paz, e talvez pelas relações que conseguira construir por meio da profissão, tenha conseguido inserir os filhos na turma de operários que atuaram nas obras públicas para construção da cidade: eles passaram a trabalhar nas obras que, nos anos 1920, ocorriam na região da Mutuca – onde, justamente à época era construída a Adutora da Mutuca, para prover abastecimento de água à cidade.

Logo que os pais de Vilma, Rita Venância do Espírito Santo e José Rodrigues da Silva, já casados e com os dois primeiros dos dez filhos que viriam a ter, decidiram migrar de São Joaquim de Bicas, para a Nova Capital, os familiares de Rita conseguiram inserir José Rodrigues nas mesmas obras. José trabalhou, inicialmente, nas funções de calçamento das ruas, retratadas na primeira imagem aqui analisada; depois, juntamente com os cunhados, nas obras de canalização que conduziriam água da região da Serra da Mutuca, no Barreiro (região sul da Capital), até o bairro dos Funcionários, no centro urbano.

Observamos, novamente, como no caso da família de Dona Ione, a rede de relações familiares por meio da qual famílias numerosas – cujos membros haviam testemunhado o advento dos processos de emancipação que culminaram no ato da Abolição oficial da escravidão no país – e já constituídas antes de migrarem para a Capital conseguem estabelecer-se na nova cidade. As oportunidades de trabalho oferecidas, naquele momento de construção da Capital, apresentavam-se como uma alternativa à precariedade da vida em liberdade no interior do estado, nos primeiros anos após a Abolição.

---

[229] Cf. PEREIRA, J. *Histórias Familiares... op. cit.* Voltaremos a abordar a mesma família, no Capítulo 3.

José Rodrigues da Silva era lavrador, originário de uma família negra do atual município de Mário Campos, nos arredores de Belo Horizonte. Depois de casado, ele e a esposa optaram por permanecer na cidade natal dela, São Joaquim de Bicas, mesmo quando os pais e irmãos de Rita haviam decidido mudar-se, integrando os grupos diversos de trabalhadores que afluíam para a capital em construção. Ao que parece, uma das razões de terem, depois, acompanhado a decisão da família da esposa, era a necessidade de recursos para prover o sustento de sua própria família. Decisão fortalecida pela possibilidade de contar com o apoio dos que ali já estavam.

Trajetórias familiares como as de Maria Pereira e do casal José Rodrigues da Silva e Rita Venância, assim como as redes familiares e de apoio que evocamos tornam ainda mais viva a experiência das pessoas negras referenciadas nas demais fontes aqui analisadas. Retomaremos algumas destas e outras trajetórias no último capítulo desta tese.

Por ora, voltemos ao tema das representações negligenciadas da população negra de Belo Horizonte, aproximando-nos de outro tipo de narrativa, por meio da qual poderemos observar outros aspectos dos processos de produção de esquecimentos sobre a presença dessa população na cidade.

Figura 18 “Operários na instalação de sifão, nas obras de saneamento e tratamento de água de Belo Horizonte (MG)”

Fonte: APM. Fundo Olegário Maciel – Série “Álbuns”. Original em Preto e Branco - 23,5x17,6cm; 1926-1930 (Data Provável), Gines Gea Ribera]. Notas: Título Original: “Sifão no. 3”. Foto inserida no Álbum: Conjunto de Obras Públicas.

2.3 Personagens negras em narrativas literárias em Belo Horizonte

A obra do Padre Francisco Martins Dias, *Traços Históricos e Descritpivos de Bello Horizonte*[230], a que já fizemos referência nesta tese, é um documento precioso do testemunho da vivência de um autor negro sobre o que se passava no território e com a sociedade do antigo Curral Del Rei/Arraial de Belo Horizonte, no momento de sua transformação na nova Capital. Em outros momentos do século XX, especialmente a partir da segunda metade do século, a cidade será inspiração ou mesmo tema da literatura de autoria negra. Romances como Becos da Memória[231], de Conceição Evaristo ou algumas crônicas e alguns contos da lavra de Cidinha da Silva, assim como elementos da poesia e dos preciosos trabalhos do multiartista Ricardo Aleixo e do escritor Edimilson de Almeida Pereira, dentre outros, são manancial precioso para aprofundarmos a compreensão das negritudes inscritas no forjar da cidade negra que se configurou como capital do Estado de Minas Gerais, desde o alvorecer do novo século.

Nesta sessão, contudo, atendo-nos à primeira metade do século XX, trataremos da produção literária de autores que observam a cidade a partir de perspectivas distintas à dos olhares dos sujeitos negros. O propósito deste exercício de análise é observar a produção de uma outra face do discurso hegemônico sobre a cidade, a partir de elementos que não negligenciam a experiência da população negra no território de Belo Horizonte, muito embora não sejam considerados relevantes na leitura hegemônica da cidade a partir destas mesmas obras. Nesta sessão serão analisadas duas destas obras, em especial – o romance *A Capital*, de Avelino Fóscolo, e as *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei*.

---

230 DIAS, Pe. Francisco Martins. *Traços Históricos e Descriptivos de Bello Horizonte. Op. cit.*

231 EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 2 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

Produzidas em dois momentos distintos, *A Capital* (1903)[232] e as *Verdades históricas...* (1947)[233], abordam respectivamente e por meio da representação literária, os primeiros anos de construção de Belo Horizonte e o final dos anos 1940.

O primeiro período abordado é marcado pela euforia da população migrante que aportava na cidade nova, em busca de oportunidades econômicas diversas. Já à época em que escreve Tassini, ganhava maior impulso o desenvolvimento industrial da cidade e também se ensaiavam as primeiras iniciativas governamentais de representação do passado citadino, como a criação do *Museu Histórico de Belo Horizonte*.[234]

Os anos de 1940 também são caracterizados por um novo e maior *boom* migratório, sendo grande parte desta nova população que se instalava na capital composta por "pretos" e "mestiços", oriundos de diversas regiões do estado – tal como vimos por meio dos estudos de Tarcísio Botelho –, e em especial, da região central[235], onde outrora se estabelecera a exploração de recursos minerais, com forte utilização do trabalho escravo.

Distintas quanto ao gênero – uma, romance naturalista; outra, registro de cunho memorialístico – e aos contextos de sua produção, estas obras, têm em comum o fato de terem sido subsidiadas pelas próprias experiências de seus autores, na cidade: Fóscolo, nascido em Sabará, em 1864, testemunhou, através de seus

---

[232] FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II).

[233] TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rey*. Belo Horizonte: s. n., 1947. (Acervo da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro).

[234] Cf. a respeito, dentre outros: ALVES, Regina Célia de Araújo. *Preciosas memórias, belos fragmentos*: Abílio Barreto e Raul Tassini – a ordenação do passado na formação do acervo do Museu Histórico de Belo Horizonte (1935-1956). 2008. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

[235] Cf. BOTELHO, *Op. cit.*

percursos por Minas e outras regiões do país[236], os primeiros anos de construção da capital, tendo escolhido, nela viver a partir de 1915 até sua morte, em 1944. Tassini, desenhista, ilustrador, poeta e museólogo nascido Belo Horizonte, em 1902, atuou, nos anos 1940, como um dos responsáveis pela consolidação do já referido Museu Histórico de Belo Horizonte Cidade (atual Museu Histórico Abílio Barreto), inaugurado oficialmente em 1943.[237]

As obras foram, amiúde, referenciadas por pesquisadores e intelectuais como importantes registros de memória da cidade – especialmente, no caso de *A Capital*, considerado, nas palavras de Oscar Mendes, "o primeiro trabalho de ficção inspirado na mudança da Capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte [Arraial do Curral Del Rei]."[238] Mendes, membro da Academia Mineira de Letras e do Conselho Estadual de Cultura, responsável pela publicação da 2ª edição do livro de Fóscolo, justificava a decisão pelo relançamento da obra, por ocasião do 80º Aniversário da cidade, em 1977, afirmando o valor desta não apenas por suas

---

[236] Antônio Avelino Fóscolo nasceu em Sabará (Minas Gerais), em 14 de novembro de 1864. Órfão aos onze anos, foi entregue, juntamente com a irmã, a um tutor, do qual fugiu, passando a trabalhar para o próprio sustento, atuando em diversas funções, dentre as quais, a de trabalhador da mina de Morro Velho. Acompanhou um "artista de feira" norte-americano, percorrendo o Brasil e algumas repúblicas no Sul. Aprendeu Inglês e outros idiomas. Frequentou, depois, escolas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Tornou-se jornalista e escritor. Fundou periódicos, e atuou, em Sabará (MG), na redação de *O Contemporâneo*, juntamente com Luís Cassiano Martins Pereira Júnior, seu amigo de infância, e Artur Lobo. Colaborou também com a imprensa de Belo Horizonte e do interior. Estabeleceu-se em Tabuleiro Grande (hoje Paraopeba), onde se casou e constituiu família, tendo ali atuado como boticário e fundado alguns periódicos. Foi também, na juventude, artista de teatro, viajando com sua *troupe* pelo interior de Minas. Deixou impressas: *A Mulher* (em colaboração com Luís Cassiano Martins Pereira), romance. Prefácio dos Autores, intitulado "Viver às claras". Rio de Janeiro, Tip. Moreira Maximino & C., Rua da Quitanda, 90, 1890. 222 págs. e 1 folha de errata; *O Caboclo*. Costumes mineiros. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1902. 90 págs. *A Capital*. Tipografia Universal, Porto, Portugal, 1893 (Data errada, em vez de 1903); *O Mestiço*. Imprensa a vapor de Joviano & C., Belo Horizonte, 1903. 247 págs; *O Jubileu*. Romance Social. Tip. A Comercial, João Madeira & C., Juiz de Fora, 1920. 162 págs; *Vulcões*. Romance Social. Livraria Católica Portuense, Porto, Portugal (1920?). 214 págs; *O Semeador*. Drama em três atos. Segunda edição. Tip. Renascença, Belo Horizonte, 1921. 42 págs. Obras inéditas: *No Circo, Indesejáveis e Morro Velho,* romances; *O Demônio Materno*, drama em três atos/ *Cá e lá... águias há*, comédia em três atos.

[237] Cf.: ALVES, Célia Regina Araujo. *Preciosas memórias, belos fragmentos... Op. cit.*

[238] MENDES, O. Razões desta edição. In: FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Prefácio de Eduardo Frieiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II). p. 7.

qualidades literárias, “mas igualmente por testemunho que era de quem fora contemporâneo dos acontecimentos”.[239]

Por esta razão, em especial, elas são aqui consideradas, em nossa investigação sobre a presença e atuação de pessoas negras em Belo Horizonte, na primeira metade do século XX. O propósito é atentar para as referências ao protagonismo destas pessoas (e para a natureza destas referências), no curso destas narrativas – seja por meio do debate político proposto por Fóscolo, acerca de suas desilusões com a República e com o legado negativo de uma Abolição feita a partir de interesses das elites políticas e econômicas brasileiras, ou ainda, nas memórias e registros documentais utilizados por Tassini, para compor suas “verdades históricas” sobre a cidade.

A população de pessoas não brancas que nos dão a conhecer as fontes policiais e hospitalares de que anteriormente tratávamos no início deste capítulo, era constituída, em geral, por trabalhadores e trabalhadoras que migraram do interior do estado para a capital, em busca de emprego – estabelecendo-se na construção civil da cidade que permaneceu, por décadas, em obras; ou como jornaleiros, trabalhadoras domésticas, lavradores, meretrizes, militares e outros ofícios, como vimos. Migravam, também, em busca de recursos para cuidar da saúde e, tal como Maria Pereira, Raimundo ou José Rodrigues, valeram-se de redes de parentes e amigos que já haviam se estabelecido na cidade, nas mesmas condições.

A partir destas fontes, a Belo Horizonte que se configura aos nossos olhos é bem distinta da imagem da capital construída quase que exclusivamente por operários estrangeiros europeus que se legou aos registros oficiais de sua história-monumento.

Talvez por esta razão, cause estranhamento depararmos com uma narrativa, como a de Fóscolo, que toma por referência a nova Capital de Minas, na qual poucas personagens são descritas explicitamente como negras – e, quando o são, percebemos por meio da composição das mesmas, traços de linguagem que

---

[239] Segundo Mendes: “Os leitores de hoje encontrarão em suas páginas, como moldura ao drama dos personagens da ficção, o ambiente, os acontecimentos daqueles dias em que uma nova cidade surgia e iria passar de arraial pobre a metrópole tentacular.” *Ibid.*

revelam a distinção dos grupos em uma sociedade racialmente segregada. Dito de outro modo, as personagens negras são descritas sempre em lugares sociais de subalternidade. Assim, em a Capital as personagens identificadas a partir da cor são apenas a "mulatinha viva Rita, lépida, falando 'pelos dedos da mão', distraindo a patroa [Lená] com as suas histórias, contando-lhes as mazelas de Congonhas, a terra natal, com o seu movimento irrequieto de centro cosmopolita"[240]; ou a "negra velha", "assentada num banco ancestral"[241], provavelmente empregada na casa de um dos personagens d'*A Capital*, que ali residia desde os tempos do arraial – ela e a casa compondo um cenário idílico de um passado desejado com nostalgia por alguns personagens decepcionados com o fracasso econômico da Capital que se anunciara como promessa de progresso e de lucros fabulosos.

É como se também nesta narrativa primeira sobre a cidade, Fóscolo representasse Belo Horizonte a partir de uma branquitude configurada pela invisibilidade dos tantos "pretos" e "mestiços" que para ali também afluíam ao mesmo tempo em que os imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e outros europeus, ou os migrantes brancos do interior de Minas economicamente mais abastados, funcionários da administração pública e suas famílias. Branquitude representada por parte da família da personagem Lená – antigos fazendeiros dos arredores da nova cidade ou mesmo de outros estados, que para ali migravam almejando usufruir das possibilidades oferecidas pela especulação imobiliária, tal como a personagem Sérgio.

Contudo, outra leitura é possível, se observarmos com atenção – como o faz a historiadora Regina Horta Duarte[242] –, a crítica contumaz feita pelo autor à própria República e aos desdobramentos da Abolição, no Brasil, em *A Capital*. Crítico da escravidão, em seus escritos na imprensa, durante as últimas décadas do século XIX, Fóscolo expressa também em suas obras decepção profunda com as continuidades do modo de vida e de dominação que prevalecem nas relações sociais

---

240 *Ibid.*

241 *Ibid.*

242 DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde*: A trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

e de trabalho, no alvorecer da República. Seus escritos, muito influenciados pelo romance naturalista/realista europeu, expressam o entendimento do autor de que o escritor deveria postar-se como um arguto observador da realidade. Assim, os romances de Fóscolo *O Mestiço* (1902) e *O Mulato* (1903), do mesmo modo que *A Capital* e os demais, denotam a expressão de um autor que se manifesta como testemunha crítica de seu próprio tempo.

Na leitura dos analistas desta última obra, em sua trama, a personagem Lená, é amiúde interpretada como alegoria da República, sem referência ao tema racial ou à escravidão. No entanto, se considerada em relação com o livro anterior, *O Mestiço*, no qual é inicialmente apresentada, juntamente com outras personagens d'*A Capital*, é possível observar a também a centralidade do tema racial na construção da narrativa de Fóscolo – muito embora, no livro de 1903 este tema não seja apresentado explicitamente enquanto discurso. Senão vejamos: Lená é filha de um abastado fazendeiro, Lima, que já n'*O Mestiço*, pretendera casá-la com um médico. No entanto, a menina cresce ao lado de João, o filho de uma escravizada que fora violentada por um familiar de Lima, tendo a criança sido, por esta razão, criada pelos pais de Lená. O "mestiço" João, apaixonado pela "prima" e não correspondido por aquela, que estava prometida a outro, a violenta e a engravida, recebendo como punição a castração, executada por Lima. A tragédia não para aí: o filho do incesto não sobrevive e o médico noivo de Lená suicida-se, ao saber do ocorrido.

O drama fundamental em *O Mestiço* é, como o próprio título já sugere, a mestiçagem, tomada como problema social, bem em sintonia com uma das vertentes dos debates travados entre intelectuais e políticos brasileiros desde as últimas décadas do século XIX. O "mestiço", representado como fruto da violência histórica contra as populações negras – em especial contra as mulheres –, repercute a violência como reação às interdições que lhe são impostas por uma sociedade racialmente hierarquizada. Diferentemente do homem que violentara sua mãe, João é castrado. Em outros termos, o autor sinaliza como solução do problema da mestiçagem, a violenta eliminação da possibilidade de perpetuação da "raça" representada por João, por meio de sua castração. Do mesmo modo, não possibilita o sucesso da gravidez de Lená, cujo filho não sobrevive – um recurso do autor que expressa o traço eugenista do pensamento social vigente.

Ao longo de toda a história, fica patente que o problema “racial” é maior que o drama social e econômico, apontado como uma das principais críticas do autor em suas desilusões com a República. Em *A Capital* isto pode ser observado especialmente a partir do desfecho d’*O Mestiço*. Nesta obra, Lená é entregue em casamento ao Cunha, um antigo funcionário da Fazenda, com quem parte para a nova capital recém-inaugurada. Ali Lená vislumbra uma vida luxuosa e em nada semelhante ao passado.

No entanto, em *A Capital*, a cidade como promessa de progresso e superação do passado – tal como a República – torna-se ideia abandonada já no nascedouro, justamente pelo vínculo estreito com o passado de corrupção e opressão que se deseja superar, e por negligenciar transformações que estabeleceriam os alicerces para a consolidação da cidadania: educação, condições dignas de trabalho e de vida. Na nova cidade, prepondera a fraude e a atuação predatória de personagens como Sérgio – a representação do capitalista liberal nocivo ao progresso –, que visam explorar, ao máximo, as oportunidades do nascente mercado imobiliário, ainda que à custa dos inúmeros operários que afluíam para a construção da cidade, onde se viam logo desempregados, aumentando a população de miseráveis. Estes são sutilmente representados n’*A Capital*, por uma “mulher macilenta” que, junto a uma criança – descrita quase como um vulto –, perambula pelas ruas a esmolar. Enquanto ela passa embaixo da sacada da casa do já então falecido Cunha, Sérgio e sua futura esposa – Rosa, irmã de Lená – miram o pôr do sol adiante, enquanto tecem planos. Lená, sentindo-se culpada pela morte acidental do marido e desapontada pela expectativa fracassada de ser correspondida por Sérgio, a quem desejava como amante, despede-se da cidade, ao fim, profundamente desolada.

As personagens secundárias do romance *A Capital* – os pobres e os poucos negros e mestiços – figuram como elementos importantes da denúncia feita por Fóscolo sobre os descaminhos da República. Muitos deles poderiam ser, por certo, migrantes descendentes de libertos e escravizados com os quais o próprio autor conviveu em sua infância de trabalhador da Mina de Morro Velho, ou em Tabuleiro Grande, região de origem de Maria Eulália, esposa de Antônio Pedro que, como vimos, migrara para Belo Horizonte instalando-se na Colônia Afonso Pena. Tabuleiro Grande tornara-se, após os processos emancipatórios, sede das fábricas de tecido

Cedro e Cachoeira, pertencentes a uma poderosa família de antigos fazendeiros que, no século XIX, chagara a possuir mais de 150 cativos, dos quais muitos descendentes, provavelmente tornaram-se funcionários das fábricas. Os mesmos funcionários, cuja exploração Fóscolo denunciara em momentos diversos.

Sujeitos com perfil similar ao destes trabalhadores, que também habitaram e construíram a cidade, aparecem na obra de Raul Tassini.[243] Escrevendo 44 anos depois da publicação de Fóscolo em apreço, e já no cinquentenário da cidade, Tassini recorre às próprias memórias, mas também a relatos de antigos moradores de Belo Horizonte e do velho Arraial que deu origem à cidade. Faz uso ainda de documentação escrita, com a qual tinha contato, provavelmente, em razão de seus trabalhos como conservador e pesquisador do Museu Histórico de Belo Horizonte. O autor lança mão de todas essas fontes, no intuito de escrever uma história "verdadeira" da cidade. O apelo à verdade, curiosamente, apoia-se no viés memorialístico que expressa o caráter testemunhal do próprio autor, filho e observador da cidade, portanto, alguém apto a oferecer uma narrativa pretensamente legítima sobre a história.

Nesta obra, a despeito do tom ainda laudatório de algumas passagens referentes a pessoas e fatos locais, a cidade não emerge meramente como obra da Comissão Construtora ou da "competência" de construtores, arquitetos e operários estrangeiros. Ali é possível ouvir os tambores e cantos das festas de congada frequentadas pelo autor, no bairro do Cruzeiro ou a Folia promovida por Maria dos Reis, na antiga região da Chácara do Cardoso. A casa de Maria, onde ocorriam os

[243] Raul Tassini nasceu em Belo Horizonte, em 1902 e ali faleceu em 1992. Era filho de imigrante italiano por parte de pai e neto de italiano por parte de mãe. Formou-se em Odontologia e Farmácia, mas não exerceu estas profissões, em função de um acidente em que perdeu a mão direita. Atuou como funcionário do Banco da Lavoura por 22 anos. Foi também poeta e artista plástico, tendo participado da organização da Sociedade Artística Osvaldo Teixeira, em 1944. De acordo com Célia Regina Araújo Alves, "era um autodidata em vários campos do conhecimento como arqueologia, história, museologia e, sobretudo, um antiquário e colecionador." Trabalhou, também, como funcionário do Arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte, de onde foi solicitado a integrar a equipe de profissionais que organizariam o Museu da cidade, a partir de 1942. Ali permaneceu durante 5 meses. Após sua saída do museu, devido a um desentendimento com Abílio Barreto, criou em sua própria casa, o Museu Tassini, cujo acervo atualmente encontra-se, em parte, sob a guarda do Museu Histórico Abílio Barreto, na Coleção Tassini. Cf.: ALVES, Regina Célia de Araújo. *Preciosas memórias*. *Op. cit.*

preparativos da festa era “uma pequenina cafua, paredes de adobe e cobertura de telhas curvas”.

> Nas redondezas todos a conheciam. Maria era o seu nome. Reis no entanto, não o era, nem do seu marido, o José Vicente. Sendo a organizadora da “Folia”, bando que cantava e dançava pelas casas dali, na época dos Reis, herdára (*sic*) esse nome. Durante o dia, o casebre de adobes, tinha a povoá-lo apenas a chefe do bando, Maria dos Reis, animando os arredores com o bum-bum-bum da caixa. Nem sei se lhe sobrava tempo para aprontar os cosidos, o almoço e o jantar; também nunca indaguei, pois dela tinha grande respeito e admiração, já pelo porte ousado, ou pela extranhêsa das suas aptidões pois é tão difícil ser original. Era ela, **meio arte, meio feitiço**. À noite o rumor no casebre aumentava, e as vozes confundiam-se na escuridão da noite, lá fóra; dentro a lamparina piscava com mais sono, muito mais, do que aqueles que ensaiavam as muitas noites, até de madrugada. (...) Casa cheia; confusão louca de batuque, com homens e mulheres, mulatos, brancos e pretos. Quero ver, titio, quero ver! O tio então carregou-me, e eu vi, extasiado, e ouvi, quando Maria dos Reis falou: “O insaio vai começa; oi minha gente, quem tem Deus, tem tudo!” Ela mesma dá ao apito, e da caixa foge o som em exalancia; Pará-pa, pá, pá! Pará-pá pá, pá – Pum, pum, bum, - Pum-pum-bum, pum-pum bum... Os duetos formam-se, ora com um ora com outro. Também as umbigadas começam: “A primeira umbigada é papudo quem dá. Eu tomem sou papudo, tomem quero dá”... [244]

É provável que Maria e os seus vivessem no lugar desde antes da criação de Belo Horizonte, pela maneira como é descrita por Tassini a tradição dos batuques e Folias, que parecem já consolidados na sociabilidade dos moradores do Cardoso. Talvez ela fosse contemporânea de tantas outras pessoas libertas, livres ou mesmo ainda cativas, que viveram nas antigas fazendas do Curral Del Rey.

Destas fazendas o autor descreve minuciosamente as construções, a partir da própria observação e dos depoimentos por ele colhidos junto a antigos moradores e proprietários. Nesta descrição não são omitidas as senzalas – de forma um tanto velada, a remeter à existência de escravidão no Curral Del Rey.

Entremeio às descrições de ruínas de construções remanescentes do Curral Del Rey e outras referências documentais ao passado do lugar, Tassini evoca suas próprias memórias. Por meio delas, ajustando um pouco a atenção, quase

---

[244] TASSINI, *Op. cit.*, p. 99. Grifos meus.

podemos ouvir a vivacidade do violão de José Rodrigues, conhecido como “Zé Capeta”. Nas palavras do autor, ele era “um mulato de olhos claros agataiados”, que viera ao mundo em 1889, “dotado de dons sobrenaturais, na crença rude do povo (...). Isso, quando empunhava a sua viola, caixa ôca, em cedro rosado”.[245] Zé vivia com D. Maria Leocádia e uma filha adotiva do casal, e trabalhava na coleta de lixo na cidade.

> Nêle, na rua, ou na avenida, roupa e brim que as mãos de D. Maria Leocadia, mulher magríssima e trabalhadora, menos inquieta do que êle, lavava na tina bojuda do terreiro, “ninguem descobria o artista”. Apanhava uma por uma as latas de lixo, dispostas à beira do passeio, nas ruas centrais, ou das que demandavam os bairros, despejando no veículo as sobras de tudo que existiu faz tempos, no fundo do Parque Municipal. E essas mãos que apanhavam as latas de lixo, que se confundiam com o putrefato, eram as mesmíssimas mãos que faziam o encanto dos habitantes, em parte, daquele subúrbio e também dos pontos refinados da cidade. Vi e ouvi pela primeira vez o Zé Capêta, pelo ano de 1919 ou 1920. Êsse homem não era só conhecido naqueles lados, a colônia Bias Fortes e o Cardoso. (...) Segundo ouvi frizar, famílias importantes o convidavam, a fim de porem a par da sua arte. Diante desses convites, juntavam os comentadores: *Ele nem tem roupa para ir lá!* Zé Capêta foi portanto nome conseguido sem dinheiro, título satânico com o qual atravessaria para os seus conhecidos o restante a sua vida, cujo prazo terminou com o seu falecimento, em 1927, aos 38 anos.[246]

As “Verdades históricas” de Tassini nos possibilitam vislumbrar uma Belo Horizonte bem mais diversa e viva, pela presença da população negra que nela habitava, inscrevendo no espaço da cidade sua forma de existir culturalmente referenciada em experiências de origem africana.

---

[245] Ib., p. 97.

[246] Ib., p. 97-98. Adaptado (alguns trechos suprimidos).

2. 4 Representações e memórias de crianças negras

Em 1912, Raul Tassini tinha apenas 3 anos de idade. Alguns personagens que mais tarde retrataria em seu livro, contudo, podem ter testemunhado a chegada de Bárbara Senhorinha a Belo Horizonte, como vimos, juntamente com sua mãe, a ventre-livre Maria Pereira[247], e seus irmãos Eponina e Henrique. É provável que Bárbara tenha observado a presença de outras crianças que já viviam no Arraial – como as que participavam das festas de Congado ou de Reis – e também outros meninos e meninas que, assim como ela, haviam deixado suas cidades de origem, no interior de Minas Gerais, em geral acompanhando suas famílias na aventura de tentar prover melhor a vida na nova capital do Estado, recém-inaugurada. Em Bomfim de Paraopeba, na região central do Estado[248], onde ela nascera, já havia conhecido Teodolindo Pires Fernandes, com quem viria a se casar, e a família dele, já instalada na nova cidade, desde pelo menos 1910, conforme já referido.

A história de crianças negras como a de Bárbara e seus familiares e vizinhos, em Belo Horizonte, apresenta-se singular, se comparada à de meninas e meninos recolhidos nas ruas da cidade pela polícia, nas primeiras décadas do século XX. Crianças como Bárbara, diferentemente de muitas/os daquelas/es, mesmo afetadas pela pobreza e pela necessidade de ingressar muito cedo no mundo dos adultos, por meio da experiência do trabalho, tiveram oportunidade de crescer junto à sua família. Nos estudos sobre a cidade, contudo, trajetórias e experiências como as de Bárbara e seus familiares são menos contempladas que as abordagens que mencionam a presença abundante de menores tidos como "problema-social", durante o período. Consideradas na linguagem da época, como "menores desvalidos", "delinquentes", somavam-se à crescente população de homens e mulheres classificados como vadios e desordeiros, consistindo em ameaça à ordem social que se pretendia instituir e manter na cidade planejada sob a égide do progresso.

---

[247] A história de Bárbara foi contada por sua filha, Ione Pires Ladislau e é abordada em PEREIRA, J. A. *Histórias Familiares..., op. cit.*

[248] A mesma, outrora visitada por Fóscolo.

Em geral referindo-se aos meninos, em função do principal objeto de estudo destas pesquisas ser o Instituto João Pinheiro, instituição criada em 1909 para a instrução e formação profissional de meninos[249], a literatura sobre o tema, com raras exceções, não faz menção à identificação étnico-racial destas crianças. Mas, pelo perfil dos internos do Instituto, analisados por Luciano Mendes de Faria Filho[250], somos informados de que "em torno de 56% dos alunos eram considerados 'morenos', 'morenos-claros', 'escuros' ou 'de cor preta'", de acordo com dados registrados pelo diretor da instituição entre a data de sua criação e o ano de 1934.

Lisandro e Francisco Pedro: a rua como abrigo

Foi nesta cidade predominantemente negra, a despeito do discurso que creditou aos imigrantes europeus o protagonismo de sua construção[251], que apareceu o menino Lisandro, em maio de 1906. Ele foi encontrado por policiais "nas ruas da Capital sem ter moradia certa"[252], conduzido à Delegacia da 1ª Circunscrição da Capital e, de lá, entregue ao Juiz de Direito, que determinou seu retorno à delegacia, "dizendo ao dito menor que fosse arrumar algum emprego"[253]. O delegado Florentino Duarte dos Santos, no ofício que enviou ao Chefe de Polícia relatando o caso, informou ainda que, como Lisandro não tinha o necessário tino para atender à

[249]Cf. sobre o Instituto: FARIA FILHO, L. *Op. cit.*; SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

[250] FARIA FILHO, L. M. *Op. cit.*

[251] As narrativas históricas e de memória da cidade assim se referem aos operários que atuaram na construção da nova Capital, negligenciando, via de regra, a relevância da participação de trabalhadoras e trabalhadores negros migrantes do próprio estado, como anteriormente sinalizado. Cf. FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte: 2011; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Inventários do Cotidiano de uma *famiglia*. Histórias de vida e memória das cidades. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 20, p. 34-37, 1999; BELO HORIZONTE. *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003. (Caderno 1)

[252] Ofício do delegado da 1ª Circunscrição da Capital ao Chefe de Polícia. 5.5.1906. POL Série: 8 Cx 21 Pc: 07 – 36 documentos [Belo Horizonte, 1902-1906].

[253] *Ibid.*

recomendação do Juiz, “devido à sua pouca idade, e como não convinha a estada do mesmo vagando pelas ruas”, entregava-o ao próprio Chefe de Polícia, para que lhe providenciasse destino conveniente.

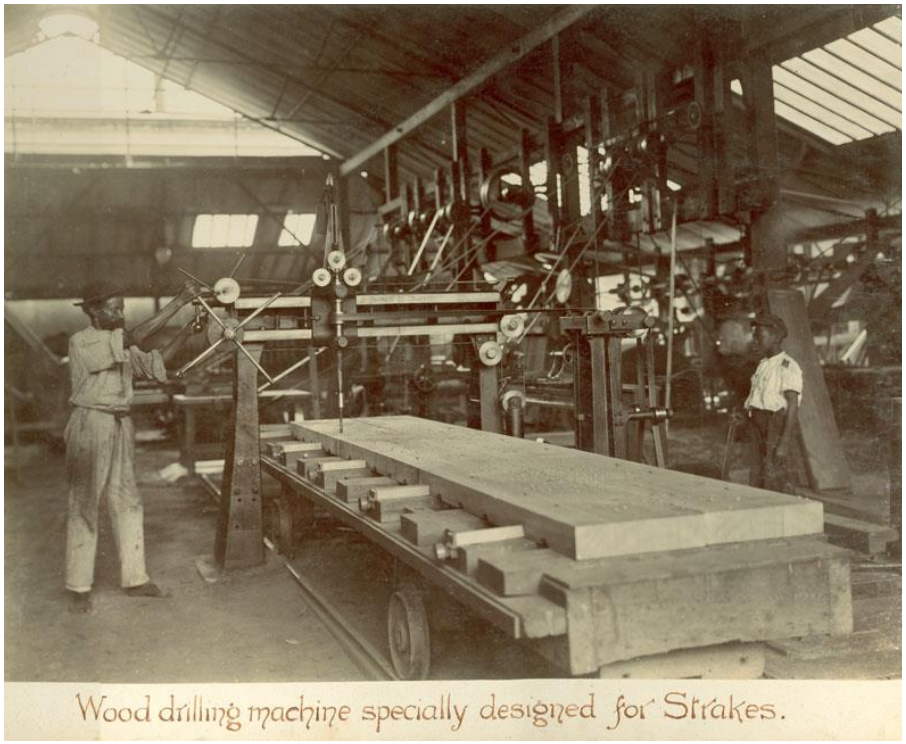
Ora, de acordo com o Auto de Perguntas dirigidas pelos policiais ao menino, no dia 5 de maio de 1906, nos é informado sobre José Lisandro da Silva, com aproximadamente 12 anos, que era de cor “morena escura”, “cabelos rentes, bons dentes, trajando calça e camisa de algodão escuro, fulolot de brim claro e chapéo de lere claro já usado, descalso [*sic*] e sem trazer consigo nenhuma roupa a não ser as de que se achava vestido”. Natural da Cidade de Entre Rios[254], dali partira, deixando seu pai, Juscelino, e sua mãe, Arminda Lisandro, além de seu irmão pequeno, Antonio, e sua irmã Maria Lisandra, que também já trabalhava como empregada em “casa de um doutor”, em Conselheiro Lafayette. Lisandro saíra à procura de emprego, em companhia de um certo Antonio Gomes, empregado do Correio local. Trabalhou recebendo remuneração de cinco mil réis, durante três semanas, em casa do farmacêutico Bluring, na mesma cidade em que a irmã trabalhava. Dali passou um dia na casa de um Padre e, no dia seguinte, partiu para a Mina de Morro Velho[255], “visto como tinham lhe dito que ali ele encontrava emprego no Engenho”. Contudo, lá chegando e não conseguindo emprego, ficou alguns dias na casa de um homem que não conhecia. Partira para Belo Horizonte, no dia 4 de maio, quando foi apreendido pela polícia. Ele relata ainda que fora mandado para a casa do “Senhor Capitão Lopes” (Figura 11), para que este lhe arranjasse um emprego.

---

[254] Também na região central do Estado, da qual, aliás, segundo Tarcísio Rodrigues Botelho, saíra a maior parte dos migrantes que afluíram para Belo Horizonte, na primeira metade do Século XX. Cf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Op. cit.*

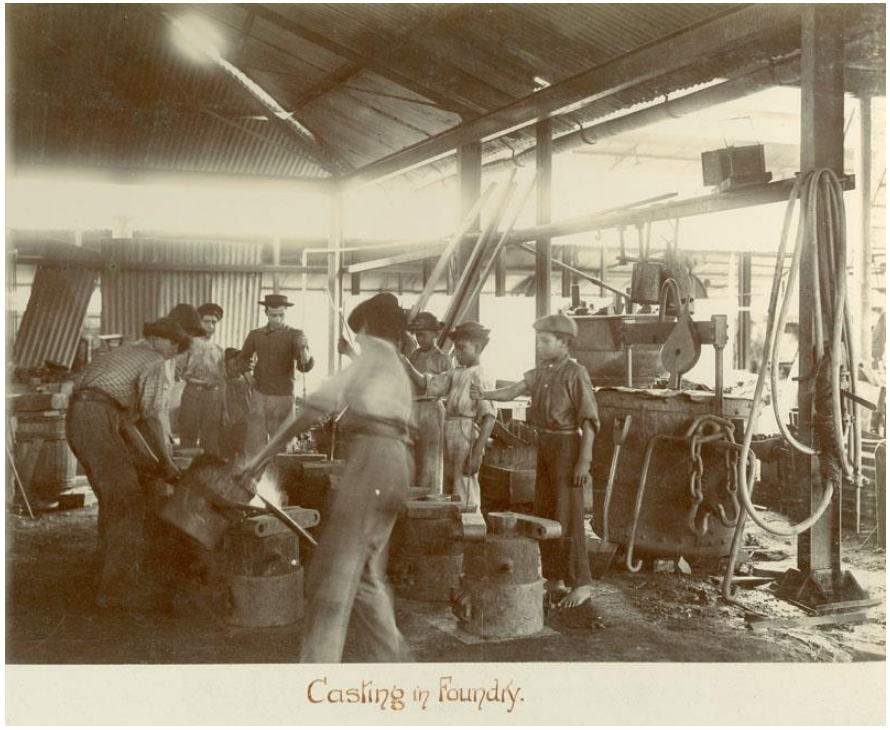
[255] Conhecida pelo seu antigo nome de “Mina de Morro Velho”, a mineradora já mencionada anteriormente, era de propriedade inglesa, desde o século XIX, sendo denominada *Saint John Del Rei Mining Company*. Empregara, desde sua criação, no século XVIII, trabalhadores escravizados, que, a partir de meados do século XIX, passaram a formar, segundo Douglas Cole Libby, um contingente cada vez mais ampliado de assalariados. Cf. LIBBY Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil*: o caso de Morro Velho, *op. cit.*; *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX, *op. cit.*.

Figura 19 Trabalho na mina de Morro Velho (1903) 1



Fonte: “Views of Morro Velho”,1903 – Acervo do Centro de Memória AngloGold Ashanti

Figura 20 Trabalho na mina de Morro Velho (1903) 2



Fonte: “Views of Morro Velho”,1903 – Acervo do Centro de Memória AngloGold Ashanti

Não sabemos as razões de terem negado emprego a Lisandro em Morro Velho – se pelo fato de ele ser inapto para os trabalhos a que se oferecia ou por não ter acesso às redes familiares e de amigos que talvez o tivessem conseguido engajar nos trabalhos da mina. Afinal, não era incomum a presença de crianças trabalhando nas mais diversas funções desempenhadas por adultos ali, como pode ser observado em alguns dos registros tomados em 1903, conforme Figuras 19 e 20 acima. Também não há informações sobre uma sua eventual experiência escolar, na trajetória narrada pelo próprio Lisandro. Mas é bastante expressivo o fato de que ele era uma criança que parecia ter sido educada desde o âmbito de sua experiência familiar, para o trabalho.

Ele, em princípio, não ofereceria riscos de envolver-se em delitos, desviando-se do ideal de futuro trabalhador "morigerado" – risco temido por representantes das elites econômicas, políticas e intelectuais da cidade, preocupadas em solucionar o aumento da população de menores considerados infratores. É importante assinalar que além disto, como anteriormente indicado, as mesmas elites buscavam formas de controle da mão-de-obra, em um cenário de autonomia relativa dos trabalhadores negros agora livres, que se negavam a submeterem-se às regras impostas pelos fazendeiros ao trabalho agrícola e migravam cada vez mais intensamente, para a cidade.

A despeito do perfil de Lisandro, que buscava trabalho, mesmo na condição de criança, acreditava-se que o ambiente social cada vez mais afetado pela presença de menores que cometiam pequenos delitos e vagavam pelas ruas da cidade provocando tumultos, pudesse influenciar negativamente outras crianças.

A representação de um desses meninos ficou registrada na foto de Francisco Liberato, que integra os arquivos do Fundo de Chefia de Polícia de Minas Gerais e que também documentam as operações policiais no período.

Figura 21 Francisco Pedro Liberato

Fonte : APM. Fundo Chefia de Polícia – Acervo Iconográfico – POL-065. Autoria não identificada. Sabará (MG), 07.04.1906 Originais em preto e branco, 8,4 x 5,5 cm.

Sobre Francisco a documentação informa pouco: que tinha 16 anos – a despeito de aparentar idade menor – e era oriundo de Sabará. Fora apreendido por suspeita de furto, em casa de Francisco Romano, residente na região central e mais valorizada da capital. O episódio teria ocorrido no dia 06 de abril do mesmo ano de 1906 – aproximadamente um mês antes de Lisandro chegar à cidade.

Como não sabemos dos destinos dos dois meninos, é possível que jamais tenham se encontrado pelas ruas da cidade. Nenhum dos dois, por certo, fora encaminhado a qualquer instituição para menores – inexistente na cidade, à época. De todo modo, muito provavelmente cresceram tal como a maioria das crianças suas contemporâneas: ou empregadas em casa de alguma família em melhor condição de vida, como é provável que tenha ocorrido com Lisandro; ou seguiram pelas ruas da

cidade, ora prestando pequenos serviços, ora envolvendo-se com delitos como os praticados pelas crianças que, em 1917, eram descritas como “desocupadas”, aventureiras e que, em geral, se ofereciam como ajudantes dos *choffeurs* que atuavam no centro da cidade, entregando-se, contudo, por meio deste ofício informal, a práticas ilícitas. Alguns são descritos nas ocorrências policiais como filhos de meretrizes. Sobre eles, assim depôs o *choffeur* Antonio Xavier de Sousa, perante o Delegado Noronha Guarany em 11 de maio de 1907:

> Inquirido, respondeu que como chauffeur que é nesta Capital, já há muitos annos, tem notado ultimamente que entre a classe dos mesmos existem muitos de máo procedimento; que os mesmos prestam-se a negociar illicitos com as meretrizes, comprando e vendendo cocaína e ether para as mesmas; fazem-se de cafetins para as mesmas conduzindo homens para as mesmas, assim como se incumbem da procura e trato de mulheres para homens; que além desse commercio também incumbem de levar pessoas desconhecidas a casas de jogo nesta Capital afim de receberem gratificações dos respectivos banqueiros; que entretanto chauffeurs que assim procedem são poucos, os ajudantes porém e que na quase totalidade se entregam a essa ocupação immoral; que além disso **acontece ainda que os ajudantes não recebendo ordenado algum furtam nas garagens para proverem a própria subsistênci**a; que são ainda eles em geral crianças e desocupados que promovem ajuntamentos e gritarias na via publica ocasionando quase sempre a punição do chauffeur que ajudam [e que,] pelo regulamento de vehiculos nenhuma penalidade lhes é cominada; que entre os que assim procedem se recorda dos de nome Casemiro Cassiano, Antonio Ferreira, Canguixa, alem de outros que não se recorda.[256]

Crianças que se encontravam afetadas pela flagrante pobreza e, por vezes, órfãs, como um número considerável dos que eram internos do Instituto João Pinheiro, apontando a histórica interseccionalidade entre a condição étnico-racial e a socioeconômica. Decerto, a discriminação sofrida por estas crianças, desde então, era informada pelo tratamento dispensado aos pobres, a quem, em geral era dirigido o olhar assistencialista matizado pela noção de caridade cristã das elites na cidade.

---

[256] Arquivo Público Mineiro (APM) – Fundo Chefia de Polícia. SEPOL – 11.05.1917. Grifos meus.

Contudo, não raro este tratamento, quando somado à cultura do racismo também vigente, produzia casos como o da menina Maria, como poderemos observar a seguir.

Sobre meninas negras

Maria Paula de Souza foi entregue ao Orfanato Santo Antônio[257], no ano de criação da instituição, 1910, quando tinha 10 anos. Fora para lá, juntamente com suas irmãs, após o trágico destino de sua família. Segundo relatos de sua neta, M. J. A.[258], a mãe de Maria chegara a viver os últimos anos da escravidão – muito embora não se saiba se fora escravizada –, e o pai era um francês cujos pais, não aceitando que o filho constituísse família com uma mulher negra e pobre, o haviam dela afastado. Diante deste acontecimento, a mãe de Maria tornara-se alcoólatra e tida como louca, perdendo a guarda dos filhos: três meninas e um menino, tendo sido este entregue a uma família, "para criação". Maria permaneceu no Orfanato até cerca de 21 anos de idade, quando de lá saiu para empregar-se como trabalhadora doméstica. Suas irmãs, haviam sido adotadas, ainda crianças, por duas famílias brancas da cidade, de boa condição financeira, graças aos traços fenotípicos caucasianos, herdados do pai. Maria, apesar da pele clara, havia herdado o cabelo crespo e os traços fenotípicos da mãe e, por isto, segundo narrou à sua neta, tinha sido rejeitada pela adoção.

---

257 Pouco se sabe a respeito do funcionamento do Orfanato Santo Antônio, das rotinas, dos propósitos, do perfil das meninas atendidas. Esta é uma pesquisa que está por fazer e que é dificultada pelos limites de acesso aos documentos da instituição, que estão sob guarda de uma ordem religiosa feminina, que há muitos anos administra o Orfanato, hoje transformado em escola e transferida para outra região da cidade. Ainda assim, pelo relato da neta de Maria, até os anos 1930, o trabalho para a manutenção da instituição era realizado pelas próprias internas, de forma permanente e intensa. Ao que parece, o intuito era prepará-las para que trabalhassem como empregadas domésticas a serviço das famílias mais abastadas da cidade. Cf.: PEREIRA, J. *Histórias familiares..., op. cit.;* BARROS, Anderson de Freitas. Belo Horizonte e o Orfanato Santo Antônio: a pedagogia franciscana como proposta de formação. *Anais do XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*. Goiânia, 2009.

258 Cf. PEREIRA, J. *Histórias familiares..., op. cit.*

Figura 22 Maria Paula de Souza, suas filhas e seu filho (s.d.)

Fonte : Acervo da família Araújo

Figura 23 Filhas e netas de Maria Paula de Souza (s.d.)

Fonte : Acervo da família Araújo

Os registros fotográficos das mulheres da família Araújo, foram provavelmente tomados, respectivamente nos anos 1950 e 1960.

Enunciam nos gestos, nas expressões e na própria existência de um acervo iconográfico em uma família de poucas posses materiais, signos da trajetória uma familiar que rompe as interdições impostas às famílias negras no Pós-Abolição.

Nas primeiras décadas do século XX, na cidade, a condição das meninas, em geral, das meninas pobres e de meninas negras em particular, era ainda mais vulnerável. Sobre elas recaía o risco de sofrerem, além das violências que observamos incidirem sobre as crianças negras e pobres, a sempre eminente possibilidade de terem seus corpos violados.

São significativos os registros policiais que apontam para a recorrência de estupros ou "deflorações", praticados por homens – não raro estrangeiros –, que permanecem impunes, a despeito da comprovação do crime por meio de exames de corpo de delito e de inquéritos policiais abertos para apurar os casos denunciados, ora pelas próprias crianças, ora por suas famílias. Os criminosos são, em geral, comerciantes, homens residentes nas casas "de família" onde trabalham muitas destas meninas desde muito cedo, religiosos ou mesmo parentes próximos.[259]

A menina J. P., identificada como "ceroula", menor de idade, queixara-se, em janeiro de 1902, na Delegacia da 1ª Circumscripção da Capital, do funcionário público da Capital Emilio de tal, "que há muito a persegue para praticar comsigo (sic) actos de libidinagem. Há seis mezes a esta parte, Emilio a encontrando só[,] nos fundos da casa de seu padrinho Messias, no Barro Preto, agarrou-a pelo pescoço e desvirginou-a."[260]. O delegado informou que além de registrar a queixa de J. P., mandara proceder a exame na ofendida, e informou estar "procedendo na forma da lei". Entretanto, não foi possível identificar, na documentação policial analisada, entre 1902 e 1935, nenhuma outra informação sobre o caso.

Em 1918, foi realizado exame de corpo de delito em I. M. C, com 14 anos e natural da cidade do Pará, residente na Colônia Carlos Prates, na Capital. A menor era descrita no documento como de cor preta, solteira e trabalhadora doméstica. O Exame comprovou defloramento e gravidez de cerca de 5 meses.[261] Não há

---

[259] Cf. APM. *Ocorrências Policiais*.

[260] Cf. APM – Fundo Chefia de Polícia. Relatório de Ocorrências Policiais, 15.01.1902. POL Série: 8 Cx 21 Pc: 07 – 36 documentos [Belo Horizonte, 1902-1906].

[261] *Ibid.* Autos de Corpo de Delito, N. 1195, 27.11.1918.

informações sobre a procedência da demanda pelo exame, nem sobre os desdobramentos do caso.

Naquele mesmo ano, o Delegado da 2ª Circunscrição recebia queixa de Maria Emilia dos Santos, residente na região do Barro Preto, também na Capital, e responsável por uma menor de 7 anos, que havia sido violentada por Pedro Dias do Valle. Segundo Maria Emília, apesar de constatado o estupro, por meio do exame médico, e de ter ela oferecido testemunhas "de vista", estas não haviam sido inqueridas. O Delegado alegava não ter prosseguido o inquérito por falta de provas, resposta diante da qual, o Chefe de Polícia requeria que fosse aferida a informação sobre o exame de corpo de delito.[262]

Analisando os dados dos registros de presos[263] nas cadeias da cidade para o período, contudo, verificamos a ocorrência de alguns raros detidos por este tipo de crime. Neste caso, em geral, os criminosos não permaneciam presos, nem chegavam a ser julgados, tendo um destes escapado à prisão ao aceitar casar-se com a ofendida.

*

Os meninos e meninas de cujas existências nos aproximamos, brevemente, são representantes das primeiras gerações de afrodescendentes não sujeitas à experiência do trabalho escravo formal e vivendo em uma cidade pretensamente isenta da marca da escravidão. Suas experiências e trajetórias, contudo, apresentam-se muito próximas da precariedade da vida das crianças escravizadas ou livres e libertas, filhas de trabalhadoras e trabalhadores escravizados: no limite, destinava-se a elas o mundo do trabalho. Afinal, não é o que nos evidencia a história de Lisandro? O trabalho era a primeira perspectiva, a que antecedia, quase sempre a da própria possibilidade de educação escolar, ainda bastante precária na cidade – como de resto, em todo o país –, durante os anos iniciais do século XX.

---

[262] *Ibid.* Parecer da Secretaria de Polícia de Minas Gerais. 2ª Secção. 18.7.1918.

[263] APM – Fundo Chefia de Polícia. Registro de réus recolhidos à cadeia de Belo Horizonte (1913).

As poucas iniciativas de criação de instituições educacionais ou de assistência a crianças "desvalidas da sorte" – assim consideradas, na percepção vigente entre as elites –, instituições tais como o Instituto João Pinheiro e o Orfanato Santo Antônio, eram insuficientes para atender à demanda por instrução, que se expandia, na medida em que ampliava progressivamente a população da cidade.

No caso do Instituto João Pinheiro, que fora criado em consonância com as soluções demandadas para atender aos interesses dos mesmos grupos de industriais e agricultores que se articulavam[264] para reestabelecer com eficácia do controle das relações de trabalho, havia limitações do perfil do educando admitido. E a recusa do Instituto em receber meninos que destoavam deste perfil, criava tensões constantes com as autoridades policiais, que para lá queriam enviar os menores apreendidos nas ruas. O perfil adotado pelo Instituto era o de meninos com idade entre 8 e 12 anos, ainda não afetados pela influência daquelas consideradas "delinquentes", tida como a ideal para que a criança assimilasse o modelo de formação pretendido e que era destinado a formar futuros trabalhadores da lavoura, tornando-os submissos e morigerados. O sucesso deste projeto foi limitado, de acordo com Luciano Mendes de Faria Filho[265], pela pressão externa para que o Instituto ampliasse o perfil de crianças atendidas, desvirtuando do propósito inicial; mas também e especialmente pela resistência dos próprios estudantes ao trabalho agrícola, pouco valorizado socialmente e em termos de remuneração: durante a formação, estes jovens acabavam por realizar escolhas que, nos limites do possível, pudessem conduzi-los a outros caminhos profissionais.[266]

---

[264] Já foi mencionada a realização do 1º Congresso Agrícola Mineiro e de outras iniciativas destes grupos em busca de controle das relações de trabalho. Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas; República e Trabalho no Registro da Burguesia, *op. cit.*

[265] Cf. FARIA, L. M. *Op. cit.* Ver também: PEREIRA, Maria Bernadeth. *Escola de Aprendizes e Artífices de Minas Gerais*, primeira configuração escolar do CEFET – MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1941). 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2008.

Este último aspecto referente à maneira como aqueles estudantes apropriavam-se da rara possibilidade de acesso à instrução, subvertendo a expectativa de controle projetada sobre eles por meio da proposta educacional do instituto, convida a indagarmos sobre os projetos de vida forjados por indivíduos e famílias negras que lá já estavam no território e pelos que foram construídos por quem ali chegava, especialmente durante as três primeiras décadas do século XX, que correspondem aos período em que ocorreram os acontecimentos de que nos informam as fontes até aqui analisadas.

O trabalho e a educação parecem enunciarem-se como elementos importantes nestes projetos – o primeiro evidenciando-se como experiência comum a homens, mulheres, crianças. A segunda, por enunciar-se, em grande medida como lacuna, mas também como aspiração, como esperança de garantia de trabalho mais bem remunerado, como o percebem os jovens estudantes do Instituto João Pinheiro – condição de mobilidade social futura.[267]

Neste capítulo, ao indagarmos sobre a produção de invisibilidades e silêncios sobre a população negra em Belo Horizonte, observamos a emergência de uma diversidade de expressões da atuação de gente que, contrariando o planejado e a violência das interdições sustentadas pela naturalização das relações mediadas pelo racismo, opuseram-se à negação de sua existência na cidade. Ali permaneceram, construíram lares. Deram-se se a ver, irrompendo paisagens e silêncios, expondo feridas profundas como desafios à sociedade do presente.

No próximo capítulo, observaremos, de outro prisma, a atualização das insurgências da gente negra do Curral Del Rey/Belo Horizonte.

[267] Como desdobramento desta tese, há a possibilidade de aprofundar a investigação sobre os projetos de famílias negras em Belo Horizonte, no período em apreço, incorporando ao estudo aqui empreendido, trabalho com fontes orais, tomando as narrativas de memória familiares de filhas/os e netas/os de famílias constituídas na primeira metade do século, na cidade.

3 “Esta Terra é Minha”: comunidades negras em luta pela terra

3.1 Cornélia, Manoel Luiz, Ana Apolinária e as lutas dos herdeiros negros da Fazenda Bom Sucesso

3.1.1 D. Cornélia Nogueira

Figura 24 – Cornélia Nogueira e sua bisneta

D. Cornélia Nogueira, uma das herdeiras da Fazenda Bom Sucesso e sua bisneta, pelas lentes do fotógrafo Luiz Alfredo. [Reprodução editada]
Fonte : Revista “O Cruzeiro” – Ano 1963\Edição 0015(2) – 19 de janeiro de 1963 (p. 96)

“Esta terra é minha” – era este o título de uma reportagem assinada pelo jornalista José Franco e pelo fotógrafo Luiz Alfredo, que foi veiculada na Revista “O Cruzeiro”, em sua edição 0015, em 19 de janeiro de 1963. A narrativa – editada por Arlindo Silva, de maneira a entrelaçar, cuidadosamente, imagem e texto – apresentava, em âmbito nacional, a história de Cornélia Nogueira e sua batalha para ter reconhecidos seus direitos sobre terras da antiga Fazenda Bom Sucesso, em

Minas Gerais. Na primeira página, uma foto em que Cornélia aparece, à porta de sua casa simples, de pau-a-pique e sapê, cuja arquitetura em muito se assemelhava à das habitações construídas por famílias de africanas/os e seus descendentes, durante o século XIX, no Brasil.[268] Braços estendidos e indicador esquerdo em riste enfatizavam a expressão que intitulou a reportagem: “Esta terra é minha!”

Figura 25 Cornélia Nogueira

D. Cornélia Nogueira, pelas lentes do fotógrafo Luiz Alfredo. [Reprodução editada]
Fonte : Revista “O Cruzeiro” – Ano 1963\Edição 0015(2) – 19 de janeiro de 1963 (p. 92-93).

Na legenda desta última imagem pode-se ler: “DEDO em riste, mostrando os contornos da área rica em minério de ferro, a velha Cornélia Nogueira confia em que os desejos de ‘sinhá’ Antônia sejam cumpridos.” Antes, como legenda da imagem de um dos marcos divisórios das terras reclamadas por Cornélia, lemos:

> Julgando-se esbulhada no direito de usufruto, Cornélia Nogueira – velha dos áureos (*sic*) tempos de senzala – está pleiteando na Justiça um bom pedaço do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, como herdeira legítima de sua avó e bisavó, as escravas Felicidade e Joaquina. A história dêsse legado fabuloso, que se traduz em algumas centenas de bilhões de cruzeiros, já comemorou 132 anos. Agora

[268] Cf. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor*: esperanças e recordações da família escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999 (especialmente p. 149-180).

> volta, mais uma vez, a ser mexida e remexida nos cartórios de Belo Horizonte, onde uma farta documentação instrui volumoso processo. A ex-escrava Cornélia provocou (*sic*) num gesto largo que envolve horizontes de puro minério, que essa terra é sua. E está certa de que há de morrer em berço de ouro, apesar da oposição de poderosos homens de indústria e donos de clubes localizados na área em litígio.[269]

Este episódio, divulgado por um dos principais veículos de comunicação do país, à época, constitui apenas um dos fragmentos de uma trajetória de ações em defesa do direito à terra, protagonizadas por diversas gerações de famílias constituídas por descendentes de africanas/os que viviam na mesma Fazenda, situada nos limites entre o Curral Del Rey (depois Belo Horizonte) e a região do atual município de Nova Lima, desde a primeira metade do século XIX, pelo menos.

A reportagem apresenta dados importantes sobre a Fazenda:

> Era uma propriedade cujas fronteiras se perdiam de vista, em chão rico de minério de ferro, ocupando espaço de uma sesmaria. [270] Sua sede, com efeito, conforme documentação amarelecida pelo tempo, abrangia vasta área de terra, incluindo o Barreiro – hoje um dos bairros de Belo Horizonte – as serras dos "Olhos d´Água", "Mutuca", "Rola Môça", "Serra das Andorinhas" e "Serra da Moeda", até o "Morro do Chapéu".(...)
>
> Por tempos afora, a velha fazenda do Alferes vem sofrendo divisões, estando suas terras, atualmente, ocupadas por poderosas companhias de mineração e clubes campestres. No rol das primeiras podem ser citadas a Morro Velho e a Cia. Siderúrgica Mannesmann. Quanto aos últimos, um número sem conta de agremiações sociais grã-finas.
>
> E os herdeiros, entre os quais se situa Cornélia Nogueira, apesar de estarem na posse legal de uma pequena parte daquela área, inclusive alguns nela morando e plantando, jamais conseguiram explorar minérios, pois que a isto lhes nega direito o Ministério, sob alegação de que o título de propriedade está em nome das companhias. Eis por que, julgando-se turbados em seus direitos, batem à porta da Justiça, com um interdito proibitório, alegando sua condição de descendentes das escravas *Joaquina* e *Felicidade*.[271]

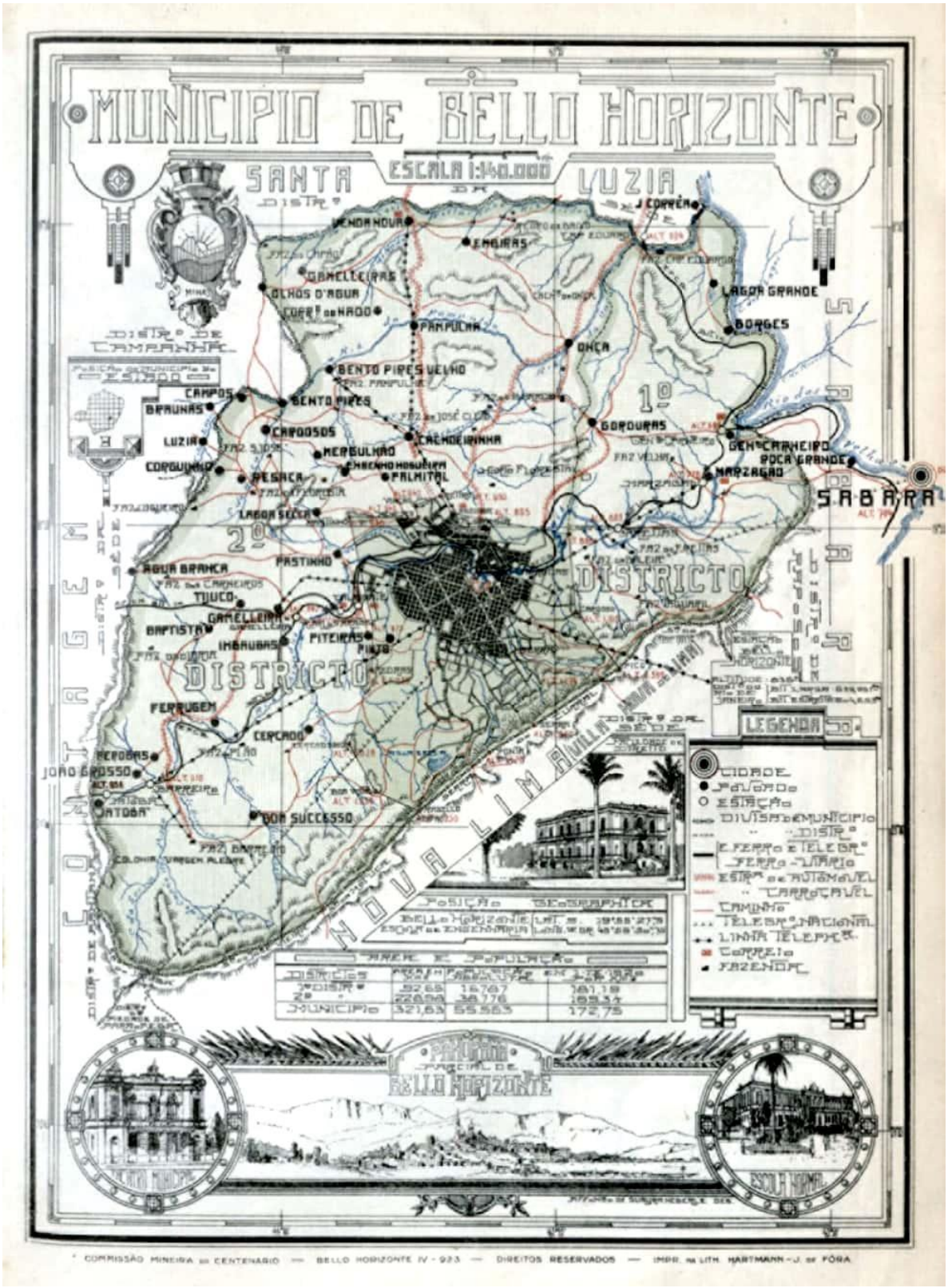
---

[269] Cf.: Revista "O Cruzeiro" – Ano 1963\Edição 0015(2) – 19 de janeiro de 1963 (p. 93).

[270] Todas as localidades situadas ao sul de Belo Horizonte, na divisa com o município de Nova Lima.

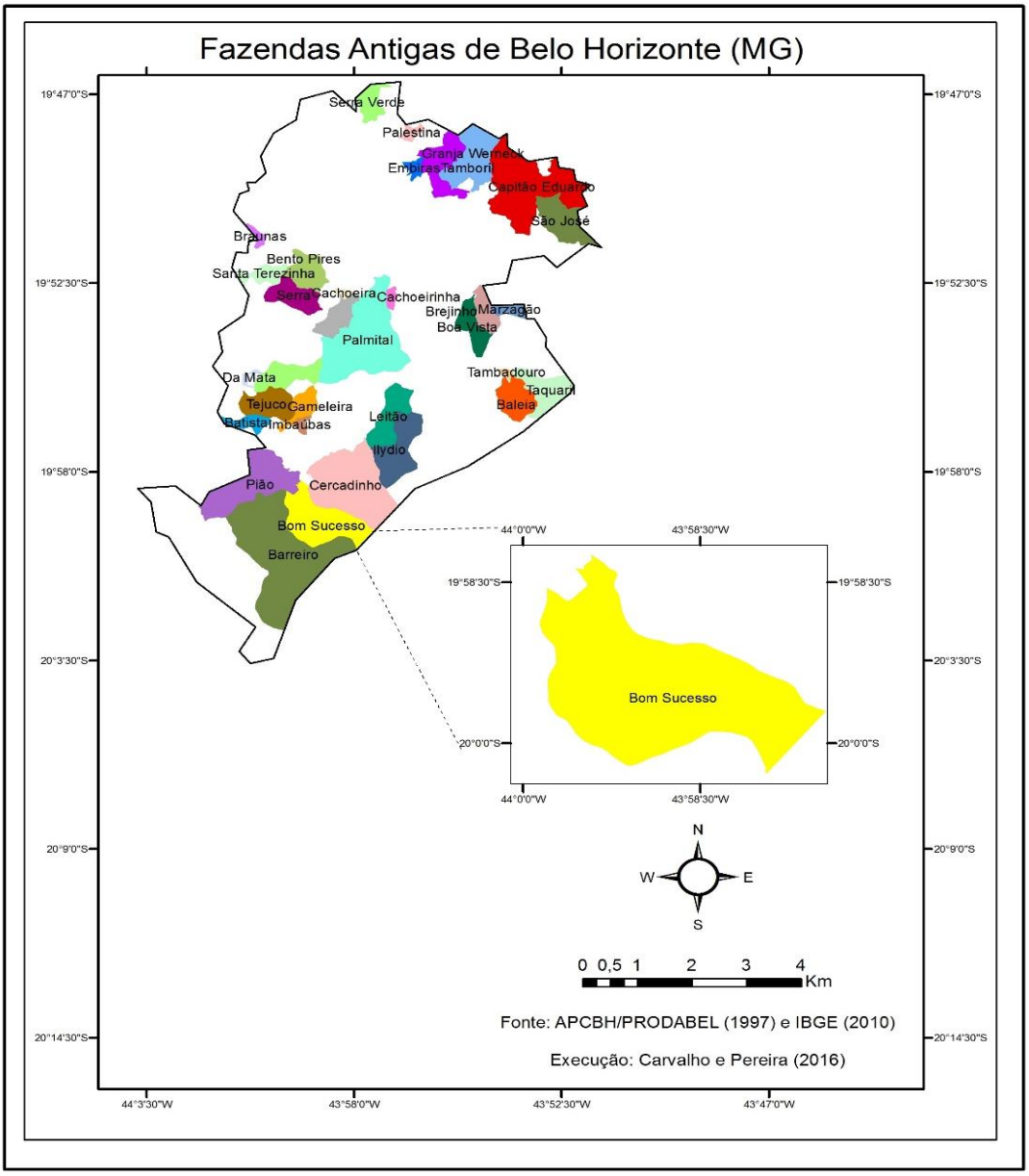
[271] Cf. Revista "O Cruzeiro", *Op. cit.* p. 95.

Figura 26 Mapa “Panorama Parcial de Bello Horizonte” (1927)



Fonte : FUNDAMAR - Projeto “Album Corographico Municipal de Minas Gerais”.
Observe-se a representação da Fazenda Bom Sucesso, nos limites de Belo Horizonte, divisando com o Município de Nova Lima, ao Sul.

Figura 27 – Mapa Fazendas Antigas de Belo Horizonte B



Execução: Joseane Borges de Carvalho e Josemeire Alves Pereira, 2016.

Fonte : BELO HORIZONTE. (Prefeitura Municipal) Mapa das Fazendas. APCBH/Prodabel (1997); IBGE. Base Cartográfica do Censo de 2010.
*Conforme nota registrada no Mapa das Fazendas (APCBH/PRODABEL), produzido em 1997, pela Prodabel/PBH e que nos serviu de base para a elaboração deste Mapa “Fazendas Antigas de Belo Horizonte”, os limites das fazendas apresentadas no primeiro não era oficial, por tratar-se de mapa elaborado a partir de fontes diversas (plantas, documentos e informações) sob guarda da Prodabel, como parte de um trabalho em andamento à época, para identificação das origens do uso e da ocupação do solo em Belo Horizonte, por meio da atualização cartográfica. Cabe registrar, ainda, que no documento de 1997 não há menção a datas das fontes a partir das quais ele foi elaborado. Contudo, é importante notar que a maioria dos nomes de Fazendas que dele constam, correspondem aos encontrados no mapa “Panorama Parcial de Belo Horizonte” (1927) e aos dados do Registro de Terras do Curral Del Rey (1855-1856).

Outro fragmento dessa trajetória em defesa da parte das terras da Bom Sucesso destinadas às/aos herdeiras/os negras/os, nos é apresentado por meio dos registros contidos em um inquérito policial que integra documentação do Fundo da Chefia de Polícia de Minas Gerais[272]. Trata-se de documentos referentes à investigação decorrente de um assassinato o qual, na reportagem da Revista "O Cruzeiro", emerge como lembrança nas memórias que de Dona Cornélia Nogueira tece sobre sua vida e suas lutas:

> – Moço, já comi pão que diabo amassou, mas sou meio teimosa – diz.
>
> O lenço escondendo seu cabelo de neve, as rugas cortando profundo o rosto magro e envelhecido, Cornélia conversa com o repórter e conta fragmentos dos dramas de sua vida, com uma narrativa curiosa e detalhada. Enquanto remenda as roupas velhas da bisneta, a garotinha que não a deixa em paz, ela se desliga do presente e, de súbito diz:
>
> – Um homem foi assassinado. O repórter não entende, pensa tratar-se de devaneios de velhice. Cornélia faz um gesto e toma o fio da história:
>
> – Era um tipo popular – continua – chamado Antonio Caramatti. Não me lembro bem a época, mas sei que era jornalista muito destemido. Guardo o seu nome, porque morreu em defesa da nossa causa.[273]

A reportagem não oferece indícios de aprofundamento da informação acerca do assassinato – ao qual voltaremos na sessão seguinte deste capítulo –, que é, inicialmente, tomada pelo jornalista como "devaneio" de Cornélia, devido à sua idade. No entanto, põe em relevo as lembranças daquela senhora sobre a motivação do crime, explicitando a longevidade das lutas pelas terras defendidas pela herdeira. Assim, a matéria ressalta que Caramate[274], descrito por Cornélia como "um tipo

---

[272] APM-FUNDO CHEFIA DE POLÍCIA. Ocorrências Policiais. POL8 Cx:24 Pc: 06-Belo Horizonte [1916].

[273] Revista "O Cruzeiro", *Op. cit.*

[274] A grafia do sobrenome é registrada de formas distintas, nas diferentes fontes em que o caso é descrito – Caramatti, Caramato, Caramate e Caramate. Aqui, salvo quando integrando citação, será utilizada esta última, que consta das anotações referentes ao sepultamento de Antonio Caramate. Cf. APCBH. Livro de Registros de Sepultamento (Cemitério do Bonfim) – Livro I, p. 109.

popular... jornalista muito destemido"[275] e lembrado por ela por ter "morrido em defesa da nossa causa"[276], era conhecedor da situação de ex-escravizadas/os nomeadas/os como beneficiários em um testamento dos antigos donos da Fazenda Bom Sucesso, situada nos limites atuais entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima.[277] Fora o primeiro a se interessar pela situação de tais herdeiros, "fazendo artigos de jornal e a colocar o nome de muita gente boa em letras de fôrma."[278] A narrativa jornalística prossegue: "certo dia (...), quando regressava da sede da fazenda, vindo de uma de suas visitas às terras de 'Pedro Paulo', foi barbaramente tocaiado: caiu do lombo de sua montada vazado por onze tiros, pelas costas."[279]

As lembranças de Cornélia sobre a tocaia a Caramate, como veremos, é inteiramente coerente com os fatos registrados no inquérito policial. Antes, contudo, convém observarmos outros elementos de seus relatos à Revista. Comecemos pela reivindicação da herdeira, em relação às terras legadas às ex-escravizadas Joaquina e Felicidade.

Ambas as antepassadas de Cornélia que, segundo a reportagem eram sua bisavó e avó, respectivamente, são mencionadas no testamento de André Nogueira Villa Nova que, antes de falecer, em 1842, ratificara o desejo de sua esposa, Antônia Gertrudes da Fonseca, falecida em 1831, de legar metade de suas terras na Fazenda Bom Sucesso, em usufruto a escravizadas e escravizados que lhe haviam servido[280]. À época do falecimento de Antônia, contudo, não havia sido efetuada a meação das posses do casal, não tendo sido devidamente nomeados, então, as/os

---

[275] *Ibid.*

[276] *Ibid.*

[277] Cf. Mapas xx e xx, acima.

[278] *Ibid.*

[279] *Ibid.*

[280] Cf. COMARCA DE SABARÁ. Cartório do 2º Ofício. Transcrição do Livro de Registro do Cartório do 1º Ofício da (então) Provedoria do Termo de Sabará – No. 9 – Folhas 87 a 90 – 1º de Agosto de 1830.

beneficiárias/os. A identificação destas/es herdeiras/os é registrada apenas no Testamento de Villa Nova, que assim a indica:

> Declaro que a falecida minha mulher Antonia Gertrudes declarou em o testamento com que falleceu que os escravos que no inventario forem adjudicados para sua meação me servissem enquanto eu vivesse e que servindo bem, por minha morte ficariam donnos e senhores em usufruto da parte da fazenda que também lhe fosse adjudicada, por isso declaro que os escravos que no inventario foram partilhados para a dita minha mulher foram os seguintes: Joaquina, crioula – Rita parda – Cassiana parda – Rufino – pardo – **Felicidade creoula** – Antonia creoula – José Creoulo – que ao presente he fallecido; os quais sempre me serviram e por isso ficarão gosando do beneficio que lhes fez a sobredita minha mulher. (*sic*)[281]

A respeito de Joaquina, informa André Nogueira:

> Declaro que eu e a dita minha mulher fizemos doação de uma nossa escrava por nome Joaquina creoula, para servir a Nossa Senhora de que então era administrador o Reverendo José Gonçalves de Roças Novas, e la deixamos a dita creoula, **mas passados tempos veio para casa**[282], e como nem o referido Padre nem outra alguma pessôa nunca mais a procurasse, por fallecimento da dita minha mulher, inconsideradamente a dei a inventario e foi avaliada em sessenta mil reis (60$000) e na partilha adjudicada a meação della, porém agora lembrando-me disso, faço esta declaração para desencargo de minha consciência, e quero que o meu Testamenteiro procure quanto antes ao referido Padre e com elle componha doando-lhe o seu valor e com sua quitação preste conta.

Além das beneficiárias e dos beneficiários de Antonia Gertrudes, são identificados no inventário que consta do Testamento de André Nogueira Villa Nova escravizadas e escravizados que lhe pertenciam e aos quais impôs rígidas condições para que adquirissem alforria, após a morte do senhor:

> Declaro que o meu escravo João creoulo carapinha dera por si oitenta mil reis (80$000). Manoel pardo também, carapinha (*sic*) dera por si cem mil reis (100$000), ou trabalharão o jornal de trezentos e vinte reis (320$020) até preencher a dita quantia, então serão forros, outro Manoel pardo denominado Mandú – Balthazar pardo, e Marcelino pardo servirão dez (10) annos, no fim delles ficarão forros.

[281] Cf. COMARCA DE SABARÁ. Cartório do 2º Ofício. Transcrição do Livro de Registros de Testamentos da Comarca de Sabará – No. 19. Grifos meus.

[282] *Ibid.* Grifos meus.

> Sebastianna parda dará por si cem mil reis (100$000) e quando algum queira ficar por ella obrigando-se o meu Testamenteiro lhe passar carta. Joaquim Moleque, servirá (10) dez annos, Antonio Ferreiro servirá doze (12), Justino pardo, outros doze (12) e ficarão todos forros. Ignacia creoula casada com Antonio de Araujo, dará por si cincoenta mil reis (50$000) e ficará forra e se quiser que suas filhas Joanna e Maria, crioulas fiquem logo forras, dará por cada uma cinquenta mil reis (50$000) e quando não servirão até completarem vinte annos de idade, então ficarão forras. Geraldo pardo, servirá até completar 12 annos de idade e então ficará forro. Rosa parda e José pardo em completando vinte cinco annos ficarão forros.[283]

No inventário de Villa Nova não são mencionados parentescos – à exceção do casal Ignacia e Antonio de Araujo e suas filhas Joanna e Maria. Assim, a filiação entre Joaquina e Felicidade só nos é transmitida pelo testemunho de Cornélia. De todo modo, a possibilidade de que as redes de parentesco entre trabalhadoras e trabalhadores em condição de escravidão na Fazenda Bom sucesso fossem mais amplas e antigas – à semelhança do que ocorria em outras regiões, durante o período escravista[284] – é fortemente sugerida pela referência à presença destas pessoas na lista dos "Habitantes da Freguezia de N. Sra. de Boa Viagem de Curral Del Rey – ano de 1828 – Arraial Matriz"[285], a que já nos referimos no Capítulo 1, compondo o grupo de 21 escravizadas e escravizados da Fazenda Bom Sucesso, à época. De acordo com informações deste último documento, Joaquina – que talvez ainda não tivesse sido entregue ao Padre José Gonçalves –, contava, então, 40 anos de idade e,

---

283 *Ibid.*

284 A semelhança com as origens das famílias da comunidade do Cafundó, em São Paulo, pesquisadas por Robert Slenes, Carlos Vogt e Peter Fry, é patente. Cf. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. Cafundó: a África no Brasil – Linguagem e sociedade [com a colaboração de Robert W. Slenes]. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. Ver, ainda, as pesquisas de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, que tomam como fonte as memórias de camponesas/es descendentes de pessoas que viveram os tempos do cativeiro, nas antigas áreas cafeeiras do Sudeste brasileiro. Cf. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005. O historiador Rodrigo Weimer estudou caso semelhante ao dos herdeiros da Fazenda Bom Sucesso, em que havia um grupo de pessoas escravizadas do litoral norte do Rio Grande do Sul. Cf. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

285 Cf. Tassini, *Op. cit.* A partir daqui, referenciarei este documento como "Lista de Habitantes do Curral Del Rey".

Felicidade, 25; além delas, José, com 39 anos, Rita, 29 e Rufina[286], 8, são mencionadas/os, na mesma lista.[287] Além destas/es, aparecem tanto neste último documento, quanto no inventário de André Nogueira Villa Nova: João creoulo (carapinha)[288], Manoel pardo, Manoel pardo (Mandú), Balthazar pardo, Marcelino pardo, Sebastiana parda, Antonio Ferreiro, Ignacia creoula. Dentre os de menor idade que figuram dentre as/os escravizadas/os de Villa Nova, em 1842, além das filhas de Ignacia e Antonio, aparecem Geraldo, Rosa e José – todos pardos –, possivelmente filha e filhos de alguém daquele grupo.[289]

Cabe ressaltar que o número de cativas/os da Bom Sucesso, em ambos os momentos aqui considerados, é equivalente ao das grandes posses nas Minas, no século XIX[290] – 21 escravizadas/os, em 1828 e 22, em 1842. É plausível inferir que a aceitação e mesmo o estímulo à consolidação de laços familiares entre os cativos fora administrado por André Nogueira e Antonia Gertrudes de modo a favorecer a reprodução natural, entre seus escravizados. Isto, a julgar pelo modo como o antigo escravagista "pede e recomenda" a seu Testamenteiro – em sintonia com o pensamento e os costumes vigentes – para que "proteja e favoreça a todos os Escravos que foram desta casa tanto os que presentemente são meus como os que foram de minha mulher, acommodando pelo modo possível qualquer desunião que entre elles possa haver, socorrendo-os nas enfermidades e em outro qualquer incomodo"[291], mesclado ao tom aparentemente paternalista Mas, para além disto, o

---

286 É provável que tenha ocorrido um erro na grafia de "Rufino", na transcrição na obra de Tassini, que registrou "Rufina".

287 *Ibid.* Além dos herdeiros, aparecem, na lista: João (Pardo, 49), Manoel (Pardo, 1), Manoel (23), Joaquim (27), Marcelino (Pardo, 12), Balthazar (9), Antonio (7), Ana R. (25), Sebastiana (17), Lourença (39), Antonia (22), Ignacia (sem referência à idade), Francisca (3), Marto. (Martiniano? – Pardo, 18) e Margarida (Parda, 18). (Com exceção dos que estão descritos, não há referência a cor ou condição dos demais.)

288 Mantendo-se as expressões tal como constam do Inventário referenciado no Testamento em apreço.

289 Não tendo sido possível, dentro dos limites desta tese, pesquisa aprofundada sobre estas redes de parentesco, apresenta-se a possibilidade de desenvolvê-la em outra oportunidade.

290 Conforme discutimos no Capítulo 1. (Cf. p. XX)

291 *Ibid.*

desejo de Nogueira, analisado em conexão com as atitudes das/os escravizadas/os, parece sinalizar que a relação de dominação entre os senhores da Bom Sucesso e aquelas pessoas em condição de cativeiro na Fazenda era mediada por uma espécie de acordo tácito, ao modo do acordo paternalista sobre o qual discorre a historiografia e, por meio do qual é possível observar a agência dos que estão em situação de subalternidade, no regime escravista.[292]

Neste aspecto, muito nos ensinam as pesquisas sobre a agência de africanas, africanos e descendentes em constituir família, mesmo sob o jugo da escravidão. Robert Slenes bem o demonstrou ao problematizar as visões vigentes no século XIX, que lançavam estigmas negativos sobre a vida das pessoas cativas, negando-lhes a possibilidade de cultivar relações afetivas e familiares, e ao afirmar a existência da "família escrava", construída a partir das perspectivas culturais destas pessoas.[293] De modo semelhante, Isabel Reis, analisou a vida de famílias negras em contexto de escravidão, com atenção para a importância da reelaboração das concepções africanas de parentesco e relações familiares. Antes, em seu livro, *Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX*[294], já destacava as estratégias de escravizadas/os para manter suas famílias.

Assim, um elemento importante na narrativa do inventário de Villa Nova, nos permite vislumbrar a possível atuação destas/es cativos, na tessitura de condições de proteção daquilo que para elas e eles constituía valor que transcendia todas as interdições da vida em cativeiro e também à precariedade da vida em liberdade: os vínculos de familiaridade. As lacunas na descrição de Villa Nova sobre o episódio da volta de Joaquina à Fazenda Bom Sucesso, depois de ser doada para

---

[292] Cf. a respeito, dentre outros: FLORENTINO, Manolo Garcia; GOES, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico (Rio de Janeiro, c. 1790-1850). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*, *Op. cit.*

[293] Cf. SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor.*, *Op. cit.*

[294] Cf. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX*. Salvador,BA: Edufba, 2001. Ver também: REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A Família Negra no Tempo da Escravidão*: Bahia, 1850-1888. 2007. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: 2007.

o Padre da igreja do distrito de Roças Novas[295], sugerem que a motivação deste gesto de insubordinação de Joaquina, bem como a aceitação do mesmo pelos antigos senhores, pode ter sido o desejo de manter-se perto de sua família, de sua filha, Felicidade. Tudo isto, a despeito dos indícios do rigor com que eram tais escravizadas/os mantidos na fazenda, conforme indica o Testamento de Antonia Gertrudes quanto ao destino daqueles que lhe coubessem na partilha de bens:

> Declaro que os escravos que por meu falecimento couber (sic) na minha nomeação serão obrigados a acompanharem o meu Testamenteiro como captivos prestando-lhe toda a obediencia e subordinação enquanto o mesmo viver e quando qualquer dos ditos Escravos faltarem as sobreditas condições poderá o dito meu Testamenteiro os castigar ou vendê-los como bem ou melhor lhe parecer...[296]

Da perspectiva dos senhores, as pessoas escravizadas que viviam na Fazenda Bom Sucesso eram percebidas e tratadas como investimento do qual se auferem recursos materiais, não sendo esta prática, contudo, incompatível com a mentalidade cristã que parece orientar a decisão de Antonia de libertá-las ao fim da vida de André Nogueira e de deixar para parte delas, em usufruto, as terras que pertenceram a Antônia Gertrudes.

De todo modo, a despeito do que dispunham os testamentos de Antônia Gertrudes e André Nogueira Villa Nova, após morte deste último, o Testamenteiro de André, Silvério Ferreira Passos manteve os "herdeiros" na condição de escravizados, assim como aos demais trabalhadoras e trabalhadores da fazenda; e não proporcionou aos beneficiários a formalização de seu direito ao usufruto das terras que lhe haviam sido legadas. Além disto, vendeu sua parte na fazenda a Joaquim Gomes da Rocha, que a negociou com várias pessoas e empresas, dentre as quais a *Saint* John D'El Rei Mining Company, que há mais de 100 anos atuava na mineração na região do atual município de Nova Lima.

---

295 Santo Antonio de Roças Novas, atualmente distrito do município de Caeté, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

296 Cf. COMARCA DE SABARÁ. Cartório do 2º Ofício. Transcrição do Livro de Registro do Cartório do 1º Ofício da (então) Provedoria do Termo de Sabará – No. 9, *Op. cit.*

Tais informações constam de um denso processo decorrente de uma ação de imissão de posse movida por Cornélia Nogueira e sua nora Raquel de Paula[297] contra esta mineradora, em 1955 e que, a despeito de ter sido julgada provavelmente em seu desfavor, ainda se encontrava em trâmite, quando da realização da matéria da Revista "O Cruzeiro", em 1963.

Cabe destacar que à época, a reportagem da Revista "O Cruzeiro", ressaltava o trabalho do advogado José Alberto de Assumpção e do topógrafo José Ferreira de Almeida que haviam consultado documentos arquivados em museus, cartórios e arquivos de regiões vizinhas a Belo Horizonte, buscando comprovar aspectos da história contada por Cornélia Nogueira, tais como as compras e vendas da fazenda e o parentesco de Cornélia com as escravizadas herdeiras de parte da fazenda – que, conforme mencionado, é coerente com as informações que constam da lista de Habitantes do Curral Del Rey, de 1828. O objetivo maior desta imersão aos "velhos baús do passado", era "fundamentar o estabelecimento de um 'acôrdo justo ou reintegração total dos bens'".[298] José Alberto alegava que "toda aquela região objeto de litígio tem dono, e que em quase tôda ela se extraem minérios, e que os herdeiros, que nunca foram considerados, nada têm e são 'por direito usufrutuários de metade de tudo isso'".[299] Via como problema o fato de nunca ter se efetuado a divisão efetiva da Fazenda, indicando quais seriam as partes de Antônia Getrudes e a de seu marido – o que teria ocasionado as irregularidades das vendas indevidas.

Munido destas informações o advogado, descrito na matéria como "patrono de Cornélia", buscava "derrubar" as negociações de outrora com a fazenda, a fim de restituir os direitos de Cornélia. Assumpção encaminhou, assim, uma Petição de Interdito, no cartório do 1º Ofício da Comarca de Brumadinho, tendo sido este direcionado ao juiz Murilo Tôrres, que a julgou procedente, despachando precatórias para alegação das partes.

---

[297] Esposa de Antonio Euzebio Costa, um dos filhos de Cornélia.

[298] Cf. Revista "O Cruzeiro", *Op. cit.*

[299] *Ibid.*

A documentação disponível não nos possibilitou acessar os desdobramentos imediatos das ações movidas por José Alberto de Assumpção – ao que sugere sua atuação posterior nos processos de democratização do país, um reconhecido jurista, atento às questões de justiça social. [300] No entanto, é bastante provável que o caso não tenha sido resolvido de modo favorável aos direitos de Cornélia e sua família, se consideramos que em 1971[301], quando duas de suas descendentes, filhas de Rachel de Paula e Antonio Euzébio da Costa – Maria Rosa Costa e Eugênia Costa –, voltaram a reivindicar seus direitos como usufrutuárias das mesmas terras pelas quais lutavam Cornélia e Rachel.

Esta ação, contudo, foi contestada, em 1985, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pelo Condomínio Olhos D'Água e pela Minerações Brasileiras Reunidas (MBR). Esta última havia incorporado ao seu patrimônio, em 1971, os bens da *Saint* John Mining Company Ltd[302], dentre os quais estavam as terras da Bom Sucesso outrora vendidas aos Gomes da Rocha – e, ao que parece, também parte das terras das famílias negras herdeiras.

Em 1988, o processo foi extinto, sem apreciação do mérito, tendo o juiz responsável pela sentença alegado que não reconhecia o vínculo familiar das peticionárias com Felicidade. Em 1985, outro advogado – Pedro Orlando de Souza

---

[300] É possível que se trate do mesmo advogado José Alberto Assumpção, que integrou a Comissão de Provisória de Estudos Constitucionais, em 1986. Há referências a ele em matéria veiculada no Jornal O Globo. Cf. "Comissão estende conquista de quem faz greve a quem não faz". O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1986. Em outra matéria, ele é mencionado com um dos opositores do secretário-geral da Comissão, Ney Prado, que teve suas teses favoráveis aos militares – "as mesmas defendidas pelos representantes dos ministros militares" – derrotadas em reunião plenária. É descrito como um dos "humanistas da Igreja", juntamente com o Professor Candido Mendes de Almeida e o Padre Fernando D'Ávila. Cf. BARBOSA, Rodrigo. "Teses do secretário foram derrotadas nas plenárias". FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 17/07/1986. Ambos os documentos podem ser acessados via Biblioteca Digital do Senado. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>, consulta em: 28.11.2017. Ver também: BRASIL. *Diário Oficial.* Suplemento especial ao Nº 185. 26 de setembro de 1986. Brasília – DF. Sessão I – Despachos do Presidente da República.

[301] COMARCA DE NOVA LIMA. Cartório do 1º Ofício. Prot. No. 6582. 1989.

[302] "Esse imóvel passou a ser conhecido como "Fazenda Morro Velho/Pedro Paulo". *Ibid.*

solicitava a reabertura do processo e a repartilha das terras em benefício das herdeiras de Cornélia, Felicidade e Joaquina.[303]

Novamente, devido aos limites de disponibilidade da documentação, deparamos com uma das lacunas na história que buscamos tecer acerca das lutas das/os herdeiras/os da Fazenda Bom Sucesso. Mas o aspecto que mais nos interessa, para os propósitos desta tese, é observar a postura resoluta de diferentes membros da família de Cornélia em requerer o reconhecimento de seus direitos sobre aquelas terras, que se tornavam, paulatinamente, objeto de interesse mercadológico, na medida em que instituía-se o projeto de modernidade no Estado.

Mas a história da luta de Cornélia teve início décadas antes, observando-se que sua postura firme em defesa daquelas terras, demonstrada em meados do século XX, apresentava-se já patente nas ações daquelas/es herdeiras/os, décadas antes, quando do episódio do assassinato de Antonio Caramate, como será possível observar a seguir.

3.1.2 “Pela lei, justiça e razão”

A despeito da negligência de Silvério Passos em cumprir adequadamente a missão assumida como testamenteiro de André Nogueira Villa Nova, quanto à destinação formal das terras que cabiam em usufruto aos herdeiros de Antonia Gertrudes, bem como à alforria destes mesmos herdeiros, até a primeira década do século XX, não há indícios de que os herdeiros negros da Fazenda Bom Sucesso tenham sido perturbados. Pelo contrário, eram conhecidos na região, justamente como os “negros herdeiros de Villa Nova” ou os “negros herdeiros da Bom Sucesso” – o que ao mesmo tempo em que denota uma distinção perpassada pelo elemento de racialização das relações sociais vigentes, aponta para o reconhecimento público da singularidade da situação daquelas famílias nas terras da Fazenda.

As tensões foram instaladas a partir da negociação entre os então proprietários da outra parte da Fazenda – os Gomes da Rocha – e a *Saint John Del*

303 *Ibid.*

Rey Mining Company Ltd., resultando na aquisição daquela propriedade pela mineradora, em 1911[304]. A partir daí, desfechou-se acirrada disputa entre os Gomes da Rocha e as famílias negras herdeiras da parte legada por Antonia Gertrudes, em torno de uma gleba de terras pertencente a estas últimas.

Os acontecimentos que daí decorreram nos oferecem importantes elementos de análise acerca de como gerações posteriores da população de descendentes de africanas/os do Curral Del Rey atuaram em face dos impactos que passaram a sofrer, em decorrência dos processos de modernização econômica impostos pelo governo mineiro, nas primeiras décadas após a extinção formal do regime escravista no país e da instituição da República. Observemos.

Fazia já, provavelmente, algum tempo que Arthur Agostinho dos Santos chegara a Belo Horizonte, vindo de Ouro Preto, certamente atraído pelas oportunidades de trabalho que a recém-inaugurada Capital de Minas Gerais parecia oferecer. Embora nada saibamos sobre a data precisa de sua chegada ou sobre as experiências que ele ali viveu, por meio de um inquérito policial somos informados que, em 1916, Agostinho, era um homem de 26 anos, casado e encontrava-se trabalhando nas terras da Fazenda Bom Sucesso, onde residia. No dia 31 de outubro daquele ano, por volta das 12 horas, quando cultivava a lavoura, segundo contou no dia 3 de novembro do mesmo ano, em depoimento ao delegado Waldemar Loureiro[305]:

> [viu] descendo o morro **com direção á [*sic*] fazenda do Bom Sucesso** JOAQUIM GOMES DA ROCHA, F. G. R. e A. S. e subindo o morro em direção contraria, A. C. acompanhado de **seis negros** dos herdeiros de André Villa Nova, todos armados; que ao chegarem estes últimos na encrusilhada*[sic]* denominada do Taquaral tomaram a frente cercando-os aos outros que vinham descendo; momentos

[304]COMARCA DE NOVA LIMA. *Op. cit.*

[305] Em respeito ao acordo de sigilo que, conforme política do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, condicionou a consulta aos autos do processo judicial a que faremos referência, os nomes dos envolvidos não serão explicitados. Exceção para os herdeiros da Fazenda Bom Sucesso e demais depoentes, que participam como testemunhas durante o processo, mas que são mencionadas também na documentação policial. Este critério não se aplicará às demais fontes consultadas, por não sofrerem sansões similares, por parte da instituição arquivística a que estão vinculados.

> depois o depoente ouviu um tiro e por medo escondeu em uma grota, de onde só mais tarde se retirou, nada sabendo do que se passou...[306]

O tiro fatal partira de uma carabina Winchester, calibre 44, e fora disparado por um membro da família Gomes da Rocha, F. G. R., à época com 18 anos de idade, contra Antonio Caramate, negociante italiano naturalizado brasileiro, também casado, de 44 anos, de quem bem se lembrava Cornélia, em 1963.

O crime inscrevia-se como parte do desfecho trágico da disputa que se arrastava já há alguns anos, entre a família Gomes da Rocha e o grupo, então formado por cerca de 43 famílias, constituídas por 79 pessoas, popularmente reconhecidas na região como trabalhadoras/es herdeiras/os de André Nogueira Villa Nova. Estas famílias eram lideradas por Manoel Luiz Maria e sua esposa, Ana Apolinária.

Manoel, tal como Cornélia, pelo que dele nos é possível acessar nos documentos que compõem o Processo Judicial derivado do assassinato de Caramate, era orientado por um forte senso justiça. Suas ações – inclusive o expediente de buscar, por meios legais, defender o direito daquelas famílias sobre as terras da Bom Sucesso, a partir de 1914, como veremos –, provavelmente inspiraram as lutas de Cornélia entre os anos 1950 e 1960.

Um "pobre velho, preto e muito trabalhador"

Em 1902, Manoel Luiz Maria era um homem de 40 anos, mas assim referiu-se a ele, o Delegado Arthur Andrade, em ofício emitido ao Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais, como resposta a uma queixa dirigida por Manoel ao próprio Chefe de Polícia – a maior autoridade na administração da segurança pública no Estado, à época. O Delegado havia aberto inquérito em que investigava denúncia feita por Manoel acerca de um caso de abuso de autoridade policial que ele sofrera por parte do Suplente de Subdelegado de Polícia do Distrito do Barreiro, do qual fazia parte a

---

[306] Tribunal de Justiça de Minas Gerais (a partir daqui referenciado apenas pela sigla TJMG). 1ª Vara Criminal. Processo Criminal No. 02490747829-1, maço 33, p. 28-28v. (Mantida a grafia original, como nas demais citações que seguem). Grifos meus.

Fazenda Bom Sucesso. Manoel devia certa quantia ao Suplente que, para pressioná-lo a pagar, assediou-o por meio de prisão indevida e de ofensas públicas. O ofendido, por meio de carta redigida por alguém de sua confiança, pedia providências à autoridade, nos seguintes termos:

> Ilmo. Exmo. Sr. Dr.
>
> Chefe de Polícia do Estado de Minas e de Bello Horizonte, chego ao conhecimento de V. Exa. que fui maltratado com injúria pública, vexames [e] privado de minha liberdade, por prisão sem crimes e sem mostrada culpa, me prejudicando os interesses laboriosos das lides de minha profissão, causando grandes prejuízos e dano pelo Sr. Henrique de Paula Castro, que me afrontou primeiramente em casa de seu cunhado Fausto de Tal, atacando-me primeiramente. Depois que cheguei prezo à sua presença, ainda sofri ardentes palavras incorrectas e injuriosas. Tudo isso e mais fez abusando do seu espinhoso cargo que ocupa de 1º Suplente de Subdelegado. Dou como testemunhas os Sres. José Cupertino, Cabo Abílio de Tal, soldado, e Eloy José da Silva e outros mais que seja preciso para esse fim. Espero que V. Exa. tome as providências necessárias, pela lei e justiça e razão. Declarando [...] ser pobre e pai de família, com grande número de filhos e sem recurso algum, peço [a] V. Exa. que, pelo vosso criterioso caráter, leve a minha queixa em atitude de consideração para o bem de todos e, ao mesmo tempo, que seja admitido [demitido?] a bem do serviço público, tomando assim as comunicações legais e necessárias que forem precisas, além deste que aqui deixo dicto. Por não saber ler nem escrever, pedi quem por mim fizesse. Bom Sucesso 18.10.1902. A rogo de Manoel Luiz Marinha [*sic*][307]

O inquérito foi arquivado, mesmo diante de comprovada a denúncia, após oitiva de testemunhas e do queixoso, além de declaração do próprio Subdelegado do Barreiro que, ciente do caso e confirmando o depoimento de Manoel Luiz, afirmou que "não havia razão bastante para o seu Suplente assim proceder."[308] Cabe observar que as tratativas da Chefia de Polícia, ante casos semelhantes de denúncia de abuso de poder por parte das autoridades policiais, em outras ocasiões, durante a primeira

---

[307] APM-FUNDO CHEFIA DE POLÍCIA-POL8 Cx:24 Pc: 06 - Belo Horizonte [1915-1916]. [Adaptado].

[308] *Ibid.*

metade do século XX, ocorreram de maneira distinta – especialmente naqueles em que os denunciantes eram pessoas representantes das elites políticas e comerciais ou da imprensa de Belo Horizonte, conforme atestam as ocorrências policiais contidas no Fundo Chefia de Polícia de Minas Gerais.[309]

O episódio foi novamente abordado, por ocasião das investigações em torno do assassinato de Caramate, de modo que este inquérito de 1902 estava anexado ao outro, datado de julho de 1915, referente a investigações já relacionadas aos conflitos instalados entre os herdeiros e os Gomes da Rocha, pela terra. Estes documentos, por sua vez, compunham o inquérito referente ao assassinato do italiano, provavelmente como elemento acionado para caracterizar, além do conflito, o perfil do próprio Manoel Luiz, que aparecera nos depoimentos das testemunhas do assassinato como a principal liderança dos herdeiros na defesa das terras em litígio.

Este homem negro, lavrador, não alfabetizado, e que, não obstante, articulara os recursos possíveis para reclamar justiça diante do que compreendia ser um abuso de poder cometido contra a sua pessoa, aparecia, doze anos depois, juntamente com sua esposa, Ana Apolinária, como autores de uma ação possessória encaminhada à justiça, mais precisamente, junto ao Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais, em junho de 1914, contra Henrique Gomes da Rocha e outras pessoas de sua família – e também contra *The St. John d'El Rey Mining Company Limited*.[310]

Ocorre que, por volta de 1912, os herdeiros passaram a observar a invasão de terras que entendiam como suas pelos Gomes da Rocha e pela companhia mineradora, o que se apresenta coerente com as informações já aqui referidas sobre o negócio firmado entre a mineradora e os então proprietários da outra parte da fazenda.

Com efeito, é notável que durante tanto tempo – entre 1856, quando a fazenda foi dividida, por meio da venda de parte dela aos Gomes da Rocha e o momento de sua venda à *Saint John Del Rey Mining Company Ltd.* – as relações entre os herdeiros e estes últimos tenham ocorrido aparentemente sem percalços.

---

[309] Cf. APM. Fundo Chefia de Polícia. Ocorrências Policiais, *Op. cit.*

[310] Conhecida, à época e ainda hoje, por seu nome anterior de "Mina do Morro Velho".

Entretanto, com a transferência da capital do Estado para o território do Curral Del Rey, aquelas terras passaram a ser valorizadas economicamente, considerada a riqueza de recursos hídricos e minerais da região. De tal sorte que também o Governo do Estado tinha interesses em explorar tais recursos e para tanto, assim como fizera com as Fazendas do Barreiro, do Cercadinho e outras da região, buscava negociar a compra dos terrenos dos quais se pudesse explorar água e outros recursos para abastecer a nova cidade. Também a mineradora tinha interesses em partes dos terrenos da Bom Sucesso, de modo que também foi, posteriormente, acionada na Justiça pelos herdeiros, por estar ocupando indevidamente, ao que parece, tais terras.[311] Diante deste cenário, é plausível aventar que os Gomes da Rocha, provavelmente bem informados acerca desta nova possibilidade de negócios e valendo-se de um equivocado pressuposto acerca de incapacidade e ignorância de seus vizinhos – negros e não alfabetizados – tentaram apropriar-se indevidamente de parte das terras destes.

Cópias de autos cíveis que integram o Processo Criminal do caso Caramate informam-nos de que a sentença, bem como a resposta aos recursos embargados pelos apelantes, foi desfavorável à ação movida por Manoel Luiz e sua esposa, Ana Apolinária em 1914. Indicam ainda que os Gomes da Rocha também acionaram Manoel e sua esposa, por meio do mesmo Tribunal da Relação, sendo igualmente, neste caso, beneficiados.[312]Antes de tratarmos mais detidamente destes acontecimentos, convém observar como se deu o envolvimento de Antonio Caramate na disputa.

Caramate e as famílias herdeiras

Provavelmente devido à sentença negativa aos interesses das famílias negras herdeiras da Fazenda, Manoel Luiz, Ana Apolinária e os seus decidiram recorrer a um representante; alguém em quem por certo confiavam, como possível interlocutor junto à justiça e a outras instâncias governamentais e não governamentais igualmente interessadas em suas terras. Assim, em 16 de agosto de 1915, foi lavrada

311 TJMG. *Processo... Op. cit.*

312TJMG-*Processo... Op. cit.* Cópia de Autos Cíveis, p. 126.

uma Procuração em que as 79 pessoas que constituíam o grupo de famílias herdeiras daquela parte da Bom Sucesso outorgavam a Antonio Caramate poderes de Procurador, tal como atesta o fragmento do referido documento, abaixo:

> nomeavam e constituíam seu bastante procurador a Antonio Caramate, onde com poderes para o fôro em geral, como se de cada um fizessem especial menção, especialmente para tratar de qualquer acção cível ou crime, em que forem autores ou réos, assistentes ou appoentes, podendo para isso requerer e promover, judicial ou extra-judicialmente, variar e desistir de acção, citar e ser citado, **reservando-lhes no entanto o recebimento da primeira citação**; defender os seus direitos em todas as instancias e tribunaes; tratar de todas as preliminares e incidentes; jurar decisória e supplementariamente e fazel-os dar a quem convier; assignar quaisquer termos, mesmo de juramento, confissão ou desistência, acordo ou negação; interpor e arrazoar os recursos leaes; nomear e aprovar louvados, oferecer quesitos, requerer licitação, adjudicação e remissão; prosseguir nas execuções de sentenças; **produzir, inquerir e reperguntar testemunhas; dar de suspeito a quem lhe parecer; assignar quaisquer escripturas de compra e venda, dar recibos e quitação; entrar na posse dos terrenos demandados; acompanhar e responder por elles qualquer acção que lhe fôr proposta; desistir e renunciar quaisquer dos seus direitos patrimoniais, no todo ou em parte, conferindo-lhe para isso poderes especiaes**; requerer o desentranhamento de quaisquer documentos; usar todos os, digo, usar de todos os poderes conferidos por lei e necessários do que acima allegaram, em, digo, do que acima delegaram, em juízo e fora dele; tratar e se entender **com o Governo deste Estado sobre a liquidação, cobrança e recebimento do preço e valor da indemnização das aguas e seus manaciaes da Fazenda do Bom Successo, próximo a esta Capital, que lhes pertence**, bem como dos terrenos que compõem as vertentes das mesmas aguas, nos limites determinados no decreto de desapropriação baixado pelo Governo do Estado, **podendo o seu dito procurador usar de todos os recursos legaes para cobrar amigável ou judicialmente, como julgar mais conveniente, o valor da imdemnização, propor as acções que se tomarem, digo, que se tornarem necessárias a esse fim, acceitar Juizo Arbitral, transigir em juízo e fora dele receber e dar quitação, levantar depósitos ou causões, receber juros, fazer transferências de títulos nas repartições publicas Estadoaes, Federaes ou Municipaes; e, finalmente, substabelecer esta procuração, se convier, no todo ou em parte, a um ou mais de um, especificando neste caso quaes poderes e para que acção substabelece a um e a outro, sendo duas as pessoas, com ou sem reserva de poderes**.[313]

[313] TJMG. 1ª Vara Criminal. Processo Criminal No. 02490747829-1, maço 33, pp. 146v-147v. (Grifos sublinhados constam do original; grifos em negrito são meus).

Não obstante o formato da procuração fosse o mesmo que se praticava desde o século XIX, pelo menos[314], observe-se que, em realidade, a gama de poderes concedida a Caramate era muito ampla; podendo, inclusive, colocar em risco o patrimônio dos herdeiros. Além disso, é possível que ele tenha se valido do fato de que 68 das 79 pessoas nomeadas como outorgantes não sabiam ler nem escrever. É possível ainda que Caramate, como negociante e jornalista conhecido na cidade, tivesse percebido naquelas terras o mesmo valor já notado pelos Gomes da Rocha, pela mineradora inglesa e pelo Governo do Estado. Não foi possível aferir informações mais precisas sobre como teria se constituído a relação entre o negociante e os herdeiros negros da Fazenda Bom Sucesso, para além do que consta no Processo aqui analisado e das lembranças de Cornélia Nogueira, relatadas à Revista "O Cruzeiro".

Contudo, não há indícios na documentação, de que o procurador tenha efetuado qualquer prática que prejudicasse seus representados, no período entre o momento da assinatura da procuração e o de sua própria morte, pouco mais de um ano depois. E, a julgar pelo episódio de 1902, é possível inferir que os outorgantes de Caramate não eram pessoas ingênuas, a despeito da maneira como eram percebidos pelos Gomes da Rocha e, provavelmente, escolheram com cautela alguém em quem confiavam, para que os representasse.

Manuel Luiz Maria era um homem "pobre, muito trabalhador" e bastante respeitado por vizinhos e amigos. De tal sorte que conseguia articular o apoio e testemunho de muitos deles, tanto no episódio de abuso policial que sofrera em 1902, quanto em 1916, quando, em decorrência do assassinato de seu Procurador, ele e outros de sua família apresentaram depoimentos sobre o caso e sobre sua antiga relação com as terras da Bom Sucesso.

A despeito, pois, do esforço do advogado de F. G. R. e dos demais acusados pelo assassinato de Caramate, em criar uma estratégia de defesa fundamentada na desqualificação dos herdeiros como "pretos" incapazes e manipulados por Caramate, as evidências contidas nos depoimentos dos herdeiros e das próprias testemunhas da defesa, atestam o contrário: que Manoel Luiz e os seus

[314] O que pode ser constatado em documentos similares lavrados nos Livros de Notas do Curral Del Rei – Câmara Municipal de Sabará.

tinham plena convicção de que aquelas terras lhes eram de direito e que era justa a defesa que faziam dela. A aliança com Caramate parece ter sido mais um dos recursos de que se valeram para garantir este direito.

O acirramento dos conflitos

A carta de Manoel enviada ao Chefe de Polícia, no alvorecer do século XX, não casualmente, estava anexada ao Inquérito Policial datado de julho de 1915, um registro documental que, pela primeira vez, atesta o início dos conflitos entre os herdeiros da Fazenda Bom Sucesso e a família Gomes da Rocha. Esta carta e o Inquérito Policial de 1902, conforme já mencionado, faziam parte da investigação feita, em 1915, pelo delegado da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia, a partir de ofício do Subdelegado de Polícia do 9º Distrito Policial – a antiga Subdelegacia do Barreiro –, de 6 de julho daquele ano, em que este apresenta denúncia contra Manoel Luiz Maria e outros 24 homens que seriam "liderados" por ele, e na qual se lê:

> Chegando ao meu conhecimento que Manoel Luiz Maria e outros pretendiam demolir uma cerca feita pelo Senr. Joaquim Gomes da Rocha em terreno litigioso entre elles [...], fui ante-hontem no logar denominado Bom Sucesso, onde se dava a questão e procurando, na ausência de Manoel Luiz, o seu filho Joaquim Luiz, o exhortei a não por em pratica o que pretendiam e se não fosse a prudência dos parentes e amigos do Joaquim Gomes da Rocha, que attendendo aos meus conselhos, não reagiram contra a agressão, teria se dado hontem um conflito de gravissimas consequencias, pois, Manoel Luiz e seu filho Joaquim, desattendendo aos meus conselhos e chefiando os individuos[...], **todos armados e em attitude aggressiva**, demoliram a referida cerca, mudando-a para ponto diverso, onde lhes convinha, sem que eu nada podesse fazer [...][315]

Em contraste com os depoimentos de Joaquim Luiz Marcelino e outros envolvidos, como se verá, o fragmento acima indica o quão parcial apresentava-se a atuação da autoridade policial local, em favor dos Gomes da Rocha. Mas comecemos

[315]APM-FUNDO CHEFIA DE POLÍCIA. Ocorrências Policiais. POL8 Cx:24 Pc: 05-Belo Horizonte [1915], p. 4.

pelo depoimento do denunciante, Joaquim Gomes da Rocha, que, dirigindo-se ao Delegado Especial de Polícia, Arthur Furtado, em 07 de julho de 1915, afirmou:

> que sendo senhor e possuidor de uma sórte de terras naquella localidade, de annos a esta parte, tem tido diversas demandas com alguns moradores nas mesmas terras, [...]; que ultimamente tendo o depoente tocado uma demanda em Juiso com os moradores das ditas terras, foi o direito do declarante reconhecido por sentença do Tribunal da Relação do Estado, onde os seus contendores comndenados ainda ao pagamento das custas, indo o oficial de Justiça intimal-os da sentença no dia tres do corrente; que hontem, seis do corrente, as onse horas da manhã; Manoel Luiz Maria, a frente de mais vinte e quatro companheiros, foram no logar onde se acha a cerca que divide os terrenos do declarante com os de Henrique Gomes da Rocha, cerca essa de arame farpado e arrancaram a mesma, levando parte para um logar e outra parte deixaram estragada no chão...[316]

Aparecem aqui elementos que corroboram o que já foi mencionado acerca das disputas que se desenvolveram em torno do terreno. Até 1912, aparentemente, as relações entre os herdeiros e os Gomes da Rocha pareciam dar-se sem conflitos, até que os primeiros observaram que os Gomes da Rocha invadiam terras que os herdeiros entendiam serem suas; a tal ponto estavam disto convencidos que interpelaram os invasores em Juízo, como vimos. Mover uma ação possessória contra os Gomes da Rocha parece ter sido o primeiro instrumento de que os herdeiros, representados por Manoel Luiz Maria e Ana Apolinária, se muniram para tentar resolver o problema. De modo que, sentindo-se injustiçados com a sentença que favorecia aos invasores, mas entendendo que o processo ainda estava em aberto, trataram de agir em defesa de suas propriedades – arrancaram a cerca e a reposicionaram ao lugar de origem. Note-se que, neste episódio, não há menção à figura de Antonio Caramate – o que não nos autoriza a afirmar que não havia relações entre ele e os herdeiros até então.

Cabe notar ainda, um detalhe do depoimento de Joaquim Gomes da Rocha, acima, em que o mesmo afirma que, três dias antes do episódio da cerca, um oficial de Justiça fora intimar os herdeiros para noticiar a sentença deferida em desfavor destes e pela qual haviam sido, ainda, condenados a pagar as custas.

---

316 *Ibid.*

Analisando as cópias dos autos referentes à ação movida por Manoel e Ana Apolinária contra os Gomes da Rocha, observamos que, de fato, no dia 10 de abril de 1915 há registro de sentença desfavorável aos herdeiros, quanto à chamada "ação de força velha" movida pelos primeiros contra os que consideravam invasores. Manoel Luiz parece ter recorrido da sentença, tendo sido o recurso denegado no dia 17 de abril. No dia 28 do mesmo mês e ano, a Câmara Civil do Tribunal da Relação julgou procedente uma "ação de força nova" movida pelos Gomes da Rocha contra Manoel e seus familiares, em 23 de junho de 1914. Em 01 de junho de 1915, o advogado Gudesteu Pires de Sá, encaminhava uma Petição de Execução de Sentença, em nome de Maria Gomes da Rocha e outros, ao Juiz de Direito da Capital. Em 16 de junho e 17 de julho, respectivamente, aparecem na documentação registros de duas denegações consecutivas a embargos impetrados por Manoel Luiz Maria e sua esposa, às sentenças que lhe haviam sido desfavoráveis.[317]

De fato, se os acontecimentos que geraram o Inquérito Policial em apreciação ocorreram no dia 06 de julho de 1915, desse modo, os herdeiros eram coerentes ao afirmarem que não havia decisão definitiva da Justiça a respeito das terras em litígio. Observemos a insistência de Manoel em interpor recursos e embargos às decisões iniciais do Tribunal de Relação quanto às duas ações. No dia 3 de julho de 1915, é provável que ele tenha sido intimado a comparecer a juízo para ser informado dos resultados das sentenças, ou mesmo de depor sobre algum aspecto que necessitasse de esclarecimento, para a avaliação dos embargos. É plausível, ainda, que no dia 6 de julho ele, de fato, estivesse ausente da Bom Sucesso, atendendo à intimação que recebera recentemente. De forma que os Gomes da Rocha teriam se equivocado – ou agido de má fé – ao construírem a cerca, antecipando-se por uma interpretação errônea de que a visita de um oficial de justiça a Manoel teria sido para comunicar decisão da justiça em seu desfavor. Deste modo, parecem procedentes os testemunhos de Joaquim Luiz, Joaquim Mendes e de Agostinho Rodrigues, a seguir, que atestaram a ausência de Manoel junto ao grupo

[317]TJMG-PROCESSO 02490747829-1 Maço 33 - Cópia dos Autos, pp. 102-102v; 111-111v; 126.

dos herdeiros que retiraram a cerca recém-construída por seus opositores no terreno ainda em litígio.

Observemos, pois, o depoimento de Joaquim Luiz Marcellino, 34 anos, filho de Manoel, em 20 de julho de 1915, ao Delegado Waldemar Loureiro:

> de facto, o declarante e todos constantes da relação que lhe foi apresentada e lida, inclusive mais uns menores [...], desmancharam uma cerca feita em certo logar dos ditos terrenos, logar em que nunca houve cerca alguma; *que* **isso fizeram não só porque nunca houve a cerca alli como também não foram intimados de sentença alguma judicial, mas sim por se achar o pai do declarante no Forum, nesta Capital, no tres do corrente, o que elle de facto fez**; que a cerca não foi demolida, mas sim mudada para o logar primitivo, que foi o que fizeram; **que o pai do declarante, de nome Manoel Luis, não cheffiou o grupo que alli foi, não tendo mesmo ido ao local conforme dis [sic] o officio do subdelegado dalli. Perguntado mais, respondeu que o declarante e todos os constantes da rellação que lhe foi lida, teem direito nas ditas terras, achando-se no fórum os documentos a esse respeito**.[318]

Além de assumir o feito, considerado justo pelos herdeiros, já que "nunca houve a cerca ali", nem "foram intimados de sentença alguma judicial", Joaquim Luiz informa sobre a presença do pai, Manoel Luiz – formalmente acusado de estar presente junto ao grupo e de chefiá-lo – no Fórum, atendendo a chamado da Justiça, no mesmo momento do episódio da cerca.

O depoimento de Joaquim Mendes, um dos companheiros de José Luiz Maria, é ainda mais elucidativo, ao acrescentar que:

> **não tendo havido nenhuma intimação judicial para a entrega dos ditos terrenos, acharam que não devia ser feita a cerca que Joaquim Gomes da Rocha construiu e por isso desmancharam a mesma, mudando-a para o primitivo logar, deixando apenas no chão a sobra de arame e estacas arrancadas**; que de facto o declarante e os demais companheiros, todos representados por Manoel Luiz, foram intimados a vir no Forum, no dia tres do corrente, o que Manoel Luis fez; que não foram intimados para pagamento das custas nem sabem de tal decisão judicial. Perguntado mais, **respondeu que Manoel Luiz não fez parte do grupo que foi arrancar a cerca e que o grupo não tinha chefe, pois que todos**

[318] *Ibid.* (Grifos meus).

> **que fasiam [sic] parte do mesmo são interessados na causa relativa as terras**.[319]

A última parte do depoimento de Mendes faz emergir, do Inquérito, um contraponto importante às percepções que os Gomes da Rocha e outros contemporâneos possuíam sobre os herdeiros: eles não precisavam de ninguém que os "chefiasse", apresentavam-se como um grupo coeso ante o objetivo comum de garantir os próprios interesses, que eram coletivos, já que todos que dele participavam eram "interessados na causa relativa as terras." A expressão desta coesão fica mais evidente, ao considerarmos a ação simultânea de Manoel Luiz Maria[320] e Ana Apolinária, provavelmente reconhecidos e respeitados pelos seus como patriarca/matriarca e representantes junto à Justiça.

Certo caráter de dignidade também fica registrado na forma como os acusados se portam e na maneira como respondem à polícia: reconhecem terem retirado a cerca, mas não entendem isto como crime, visto considerarem que a disputa judicial ainda não havia sido encerrada e que, portanto, se alguém cometera alguma irregularidade teriam sido os Gomes da Rocha, ao tentarem redefinir os limites das terras, sem anuência formal da Justiça. Note-se, nestes depoimentos, a propósito, a recorrência da manifesta confiança até então depositada por Manoel, Ana Apolinária e os seus no recurso jurídico.

O Inquérito de 1915 aqui analisado parece inconcluso, mas talvez tenha sido o mesmo encaminhado ao Delegado Especial de Polícia, Viriato Mascarenhas que afirmou em juízo durante o julgamento dos assassinos de Caramate, que devido a uma petição assinada por Joaquim Gomes da Rocha, havia intimado Manoel Luiz Maria, em meados do mês de julho daquele mesmo ano, e o exortado "a evitar

---

[319] *Ibid.* (Grifos meus).

[320] Manoel Luiz estaria, então, com 53 anos de idade, considerando que em 1902, contava 40 anos.

violências" e que ouviu, ainda, de Manoel a afirmação de que possuía terras na Fazenda Bom Sucesso.[321]

Desde então, até o assassinato de Caramate, em 31 de outubro de 1916, o conflito entre os dois grupos que dividiam a Bom Sucesso parece ter se agravado – especialmente após a admissão formal do italiano como Procurador dos herdeiros, a partir de agosto de 1915. Nos depoimentos das testemunhas de defesa dos acusados pelo assassinato, destaca-se a tendência em descrevê-lo como responsável pelos "ataques" dos herdeiros às terras em litígio, mas que os Gomes da Rocha julgavam como suas.[322] Em nenhum dos depoimentos, contudo, faz-se referência ao episódio de 06 de julho de que tratamos acima, ocorrido antes da oficialização de Caramate como Procurador dos herdeiros. Os depoimentos em questão, colhidos três dias após crime, foram feitos possivelmente mediante orientação do advogado Gudesteu Pires de Sá, sendo provável que tenham sido construídos já como parte da estratégia de defesa dos acusados, então foragidos. Talvez por isto o que eles ressaltem seja a atuação da própria vítima, enquanto negociante, responsabilizando-a pelo alegado móvel do crime, que teriam sido as "desordens" cometidas pelos herdeiros, sob suposta orientação do italiano.

A estratégia do advogado foi bem-sucedida e, embora o réu principal – F. G. R. – tenha sido considerado culpado em todas as instâncias da investigação e do julgamento, até a fase do júri, foi absolvido, em 1917, sob as seguintes alegações: 1) o réu era menor de idade; 2) cometera o crime em defesa de sua honra e da propriedade. Sobre esta última, o júri foi facilmente convencido, a partir da campanha de detração da imagem da vítima, promovida pelo advogado durante a atuação da defesa, ao longo do Processo. Esta estratégia era sustentada, ainda, por meio do esforço de desqualificação dos depoimentos das testemunhas representadas pelos herdeiros, que inclusive nesse momento, continuavam a reiterar serem possuidoras

---

321 TJMG-PROCESSO 02490747829-1 Maço33 - Cópia dos Autos cíveis no. 3387 referentes ao Mandado Executivo passado a favor de H.G. R. e sua mulher e outros - contra Manoel Luiz Maria e sua mulher, p. 106.

322 TJMG-PROCESSO 02490747829-1 Maço33 – Inquérito Policial referente ao assassinato de A. C. 03/11/1916, p. 25-26v.

de parte das terras da Fazenda Bom Sucesso, apontando Antonio Caramate como interlocutor que agia em prol do interesse do grupo.[323]

3.1.3 Sobre as famílias

Graças aos registros que constam da procuração outorgada a Caramate, em 16 de agosto de 1915,nos é possível conhecer os nomes das/os descendentes de Joaquina, Felicidade, Rita, Mariana, Rufina e José, que haviam sido nomeados por André Nogueira Villa Nova, beneficiários do direito de usufruto das terras da Fazenda Bom Sucesso, pertencente à sua falecida esposa Ana Gertrudes. Assim, pois, registra o tabelião:

> Saibam quantos este publico instrumento de procuração bastante virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e quinze, aos dezesseis dias do mez de Agosto, nesta cidade de Bello Horizonte, Capital do Estado de Minas Geraes, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, perante mim Tabellião, compareceram, como outorgantes, em cartório,Joaquim Mendes e sua mulher Reynalda Candida de Araujo, Anna Carlota da Conceição, Henrique Mendes e sua mulher Maria Luiza, Antonio de Souza e sua mulher Olinda Mendes da Conceição, Francisco Bernardo e sua mulher Claudina Mendes da Conceição, José Bernardo e sua mulher Leonidia Mendes, José Mendes, Palmyra Mendes, menor púbere, assistida por sua mãe Anna Carlota da Conceição, Virginia Jorge Rodrigues da Conceição, Victor Olympio e sua mulher Sebastiana Aguida da Conceição, Justino Camillo Cardozo e sua mulher Maria Clara da Conceição, Galdino Valerio Rodrigues e sua mulher Albertina Bernarda Barbara, Antonio Malaquias e sua mulher Philomena Rodrigues da Cruz, Joaquim Sabino e sua mulher Bellozena Maria Geralda, Maria, digo, Manoel do Carmo e sua mulher Justina do Carmo, Francisco Gonçalves e sua mulher Anna Mamede, José dos Santos e sua mulher Periliana Santos, Amercilia Santos, Alfredo dos Santos e Domingos Santos, menores púberes, ambos assistidos por sua mãe Maria Euzebia, Marcellino dos Santos e sua mulher Maria Candida, Augusto Lopes da Costa e sua mulher Anna Clara, **Manoel Luiz Maria e sua mulher Anna Appolinaria Lopes**, Damazo da Costa Pacheco e sua mulher Cecilia Lopes da Costa, Maria da Assumpção, viúva, Maria Euzebia, viúva, Rita Silva, viúva, por si e por seu filho impúbere Geraldo, João Baptista Menino [sic] e sua mulher Antonia Esteves, Maria Ferreira Serra, viúva, João Porfirio Lopes e sua mulher Benta Nogueira, **Joaquim Luiz Marcellino** e sua mulher Amelia Nogueira, **Cornelina Nogueira**, viúva, por si e por seus filhos impúberes Maria, Affonso, João e Gercina e José, menor púbere,

[323] TJMG-PROCESSO 02490747829-1 Maço 33.

> assistido por ella, Francisco Lopes Filho e sua mulher Petrina Silveira, Antonio Candido Bernardino e sua mulher Deolinda da Conceição, Manoel Ferreira da Silva e sua mulher Joanna Cecilia da Conceição, João Cezarino, Bernardo Thomaz da Conceição e sua mulher Joanna Maria da Conceição, **Antonio Euzebio da Costa e sua mulher Altina Januaria**, Messias Rosa e sua mulher Francisca Soares, José Canutto Lopes e sua mulher Anna Antonia, Antonio Malaquias e sua mulher Ambrozina Cassemira da Conceição, todos residentes no districto desta cidade e reconhecidos pelos próprios, de mim Tabellião e das testemunhas abaixo assignadas, e estas de mim Tabellião, do que dou fé; perante as quaes, por elles foi dito que, por este publico instrumento, nomeavam e constituíam seu bastante procurador a Antonio Caramato.[324] (...)

Dentre estes nomes, o de Cornélia Nogueira talvez tenha sido modificado, aparecendo como Cornelina Nogueira. A filha de Felicidade era já viúva à época, mas fazia-se representar juntamente com seus filhos "impúberes" Maria, Afonso, João, Gersina e José. No mesmo documento, observamos o nome de Antonio Euzébio e Rachel de Paula, que nos documentos que integram os processos movidos por Cornélia e descendentes[325], são mencionados como filho e nora de Cornélia – muito embora na procuração de 1915, ele seja registrado como esposo de Altina Januária. Antonio é um dos poucos que assinam de próprio punho a procuração, já que os demais "declararam não saber ler nem escrever"[326].

De todo modo, em 1955, sendo já falecido Antonio Euzébio, será Rachel de Paula que acompanhará Cornélia na busca pelo reconhecimento de seu direito às terras, na ação de imissão de posse que moverão contra a *Saint John Del Rey Mining Company Ldt*.[327].

Note-se, pois, que o aparente "devaneio" de Cornélia, segundo interpretação do jornalista que com ela dialogava para compor a reportagem para a Revista O Cruzeiro, em 1963, apresenta-se profundamente arraigado na sua experiência coletiva com familiares e companheiras/os de em defesa de terras que,

---

[324] TJMG. *Op. cit.*, p. 145-145v.

[325] Cf. COMARCA DE BRUMADINHO, *Op. cit.*

[326] Cf. TJMG. *Op. cit.* p. 147v.

[327] Cf. COMARCA DE BRUMADINHO, *Op. cit.*

para aquelas famílias, guardava provavelmente mais que o valor financeiro. Ali, pois, aquelas/es mulheres, homens, sua descendência, tal como seus antepassados, haviam forjado a vida e a experiência de liberdade, ao longo de mais de um século, mesmo quando em condição de forte subordinação ao regime escravista.

Possivelmente por isto, esse grupo tão numeroso e, por certo, diverso em interesses e visões sobre a ameaça que passou a vigorar sobre eles, a partir das invasões dos Gomes da Rocha, conseguiu manter-se coeso nas estratégias iniciais de defesa daquelas terras.

É possível que o assassinato de Caramate tenha afetado esta coesão ao ponto de levar a negociações entre a *Saint John Del Rey Mining Company* e alguns membros do grupo de herdeiros – pelo que sugerem as profundas investigações do advogado da mineradora, à época, Flávio Fernandes dos Santos[328], junto aos testamentos de Antonia Gertrudes e André Nogueira Villa Nova, que atestavam a veracidade das reivindicações dos herdeiros, como beneficiários das terras da Bom Sucesso.[329] Não obstante, ainda que ao longo do tempo membros das gerações seguintes das famílias possam ter estabelecido outra relação com as terras, mais em sintonia com os interesses da mineradora e de terceiros, o vínculo ancestral com a terra e o desejo de justiça pelo reconhecimento dos direitos de usufruto sobre ela, seguiram orientando as lutas de outros membros, como bem o demonstra a atuação de Cornélia e suas descendentes.

Não nos foi possível, nos limites deste estudo, estabelecer de maneira mais precisa todos os vínculos genealógicos entre o grupo de outorgantes da procuração a Caramate e o de herdeiras/os originais. Contudo, a repetição de alguns nomes nos sugere vínculos familiares entre as pessoas nomeadas na Procuração e estes, mas também em relação às/aos trabalhadoras/es cativos/as de André Nogueira Villa Nova. Assim, Marcellino dos Santos e Joaquim Luiz Marcellino (ou Marcelino, conforme grafado nos documentos judiciais) – este último filho de Manoel Luiz Maria e Ana Apolinária, são possíveis descendentes de Marcelino Pardo, a quem Villa Nova

[328]Flávio Fernandes dos Santos tornou-se Prefeito de Belo Horizonte, entre 1922 e 1926.

[329] Cf. TJMG. *Op. cit.*

determinava, em testamento, que deveria servir como escravizado mais 10 anos após a morte de André, como condição para que alcançasse a liberdade.[330]É possível que o próprio Marcellino Santos, mencionado no documento de 1916, que não registra a idade dos outorgantes, fosse o mesmo Marcelino Pardo. Além disso, é possível que Sebastiana Aguida da Conceição, José dos Santos, Rita Silva, Joanna Cecília da Conceição e Maria Clara da Conceição, fossem os mesmos Rita, Sebastiana, José, Joanna e Maria (filhas do casal Ignacia e Antonio), mencionados no Testamento de André Nogueira Villa Nova, em 1842 ou mesmo algum descendente deles que tenha herdado seus nomes.

Joaquim Luiz Marcelino e outros filhos de Ana Apolinária e Manoel Luiz são mencionados em um documento contemporâneo que informa sobre outra experiência de luta em defesa de terras por parte dos descendentes de herdeiras/os da Fazenda Bom Sucesso. Trata-se do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Social-Cultural do Quilombo dos Luízes[331], elaborado em 2008, por um grupo de pesquisadora/es do Núcleo de Estudos das Populações Quilombolas e Tradicionais – NuQ, ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, e que subsidiou o processo de reconhecimento do Quilombo dos Luízes, pela Fundação Palmares. O Relatório, aliás, aponta a vigência de um artifício nominativo, na família dos descendentes de Ana Apolinária e Manoel Luiz que, possivelmente, era usual na comunidade que se constituíra entre as famílias das/os ex-cativos de Villa Nova e Antonia Gertrudes:

> o etnônimo da linhagem materna sofre uma transformação e o sobrenome foi preservado através do uso de uma infindável variedade de combinações de primeiros nomes, respeitando a mesma raiz nominativa: Luisa, Luzia, Lucia, Luis, Maria Luisa, Maria Lucia, Marcellino Luis, etc., preservando a denominação e, portanto, a unidade familiar, sob a espécie de um repertório variado de primeiros nomes que obedecem à mesma raiz. Um artifício nominativo que evidencia uma forte identidade coletiva.[332]

---

330 Cf. COMARCA DE SABARÁ. Cartório do 2º Ofício. Transcrição do Livro de Registros de Testamentos da Comarca de Sabará – No. 19, *Op. cit.*

331 Cf. UFMG. *Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Sócio-cultural do Quilombo de Luízes - Belo Horizonte-MG*. NuQ/UFMG. Outubro de 2008, p. 85; 255.

332Id. p. 20.

Tal identidade coletiva que parece fundamentar as lutas das/os herdeiras/os ao longo do tempo, desenvolve outra vertente de lutas – a que resulta na constituição do Quilombo dos Luízes, a partir dos anos 1970. Como será possível observar a seguir, a narrativa autoconstruída sobre o Quilombo indica que essa experiência de lutas é capitaneada principalmente sob a liderança de mulheres. Tal experiência, que se desenvolve até a contemporaneidade, tem início em contexto de acirramento do avanço dos processos de urbanização em Belo Horizonte que, orientada pela intensificação dos interesses do mercado imobiliário, a partir dos anos 1970, ganha novo impulso, afetando de maneira contundente famílias negras moradoras das áreas que se tornavam objeto de interesse desta expansão.

3.2 "Não fomos nós que viemos para a cidade: a cidade que veio até nós": lutas quilombolas pela terra em Belo Horizonte

A narrativa sobre os herdeiros da Fazenda Bom Sucesso sofre uma ruptura na documentação jurídica e policial até então analisada, até ressurgir, nas palavras de Cornélia Nogueira, em 1963, por meio da reportagem da Revista O Cruzeiro. Paralelamente à história de Cornélia e sua relação com as terras onde seus antepassados haviam consagrado a vida e pela qual colocava-se uma vez mais em defesa, desenvolvia-se outro eixo de continuidade das lutas de Manoel Luiz e Ana Apolinária. Este eixo emerge nas lembranças familiares fragmentadas e nuançadas pela ação do tempo, que se expressam nas lacunas e nos esquecimentos que integram as memórias de Luzia Sidônio, sobre o Quilombo dos Luízes. Dona Luzia é neta de Maria Luiz, uma das filhas de Ana Apolinária e de Manoel Luiz Maria.

O "Luízes" é sediado, atualmente, em terras da antiga Fazenda das Piteiras[333], na região centro-oeste de Belo Horizonte. A origem da propriedade das terras onde se formou este núcleo da família dos Luízes, segundo Sidônio, foi uma negociação feita entre representantes da Mina de Morro Velho (*Saint Jonh d'El Rey*

[333] Cf. referência à Fazenda das Piteiras e à Fazenda Bom Sucesso no mapa que consta da Figura 24.

Mining Company) e seus antepassados em torno de uma fazenda localizada nos limites entre Belo Horizonte e Nova Lima[334]. Por meio das negociações, que teriam se dado em meados dos anos 1930, trocava-se uma parte da fazenda dos familiares de Luzia, onde a mineradora havia prospectado recursos minerais que lhe interessavam – pela antiga Fazenda das Piteiras; o que corresponde aos episódios envolvendo os interesses da mineradora pelas terras da Fazenda Bom Sucesso, no início do século. Ademais, a escritura da Fazenda das Piteiras, sob guarda da inventariante, apresenta, dentre outros, os nomes de Ana Apolinária; José Luiz e sua mulher, Ana Benedita; Petrina Luiz e seu esposo, Francisco Lópes; Joaquim Luiz e Amélia Eugênia Ferreira; Maria Luiz e seu esposo, Vitalino Nunes Moreira; Antônio Luiz e sua esposa, Maria Ferreira da Silva; Silvia Luiz; Ascendino Luiz; Aurora Luiz e seu esposo, Francisco Cândido; Eulália Luiz e Quirino Cândido de Jesus[335], como beneficiários – alguns dos quais correspondem aos das pessoas que outorgaram a Antonio Caramate, como vimos, Procuração para que representasse as famílias negras da Fazenda Bom Sucesso, em defesa de seus direitos sobre as terras herdadas em usufruto. Neste caso, não seria exagerado inferir que, dentre os desdobramentos do caso Caramate, esteve o reconhecimento do direito de parte das/os herdeiras/os, se considerarmos que a negociação entre os antepassados de Luzia e a mineradora foi devidamente registrada em cartório, envolvendo uma parcela das referidas terras da Fazenda Bom Sucesso. Não temos elementos suficientes para compreender o que se passou de fato, nestas negociações, mas a postura de Dona Cornélia e outras gerações de sua família, sugere que tais negociações podem não ter envolvido todas/os as/os herdeiras/os.

De todo modo, cerca de dez anos depois de selado o acordo entre com a *Saint John Del Rey Mining Company Ltd.*, os pais de Luzia, juntamente com outros familiares, mudaram-se para a Fazenda das Piteiras, de onde eram oriundos, em

---

[334] Luzia refere-se às terras lá "de Nova Lima". A Fazenda Bom Sucesso, como já referido, localizava-se na divisa entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima.

[335]Cf. AMARAL, Juliano Bernardes do. *Lágrimas da Liberdade*: relatos de resistência de uma comunidade quilombola urbana – O quilombo dos Luízes. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade Mineira de Direito – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

geral, os cônjuges das mulheres de Luízes.[336] A Piteiras fora adquirida por Nicolau Nunes Moreira, conforme escritura, em 1895, a partir de uma sorte de terras da antiga fazenda Calafate. O núcleo do Quilombo de Luízes, que ali se originava, então, era constituído em um território que somava à época, cerca de 18.000 m^2 de terra. Destes, apenas 20 por cento restaram efetivamente para o quilombo, já que a outra parte das terras foi paulatinamente apropriada ilegalmente, ao longo do tempo, constituindo grande parte de um dos bairros de classe média e alta mais conhecidos da região – o Grajaú. A este respeito afirma Dona Luzia:

> Porque o quilombo nosso, nós estamos aqui desde antes – e no mesmo lugar – desde antes de Belo Horizonte. Era tudo Comarca de Sabará. Que eu costumo dizer: "Não fomos nós que viemos para a cidade – a cidade é que veio para nós!" Porque (...) meus pais nasceu ali *[sic]*, minha avó (...) nasceu no quilombo (...). Só que perdeu. A cidade foi andando, andando, andando e veio...[337]

Guardadas as ressalvas quanto às divergências entre representação de espaço e temporalidade expressas no depoimento de Luzia e aquela indicada pela documentação, merece atenção especial a percepção dela quanto à relação da cidade com as terras de sua família. O início da ocupação da Fazenda das Piteiras, pelos Luízes, nos anos 1940, o desenvolvimento da cidade – sua almejada "modernização" –, começava a ganhar novo impulso, pelo incremento da industrialização[338], sendo fundamentado em relações sociais profundamente caracterizadas pelas desigualdades econômicas. O caso da degradação do território dos Luízes por meio da especulação imobiliária é testemunho deste processo que é também caracterizado pela produção e reprodução de práticas e representações de racismo e discriminação

---

[336] Nicolau Nunes Moreira adquirira uma

[337] *Ibid.* p. 170.

[338] Cf. SILVA, Regina Helena Alves; SILVEIRA, Anne Jackeline Torres. *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, 1994; SINGER, Paul Israel. Belo Horizonte. In: *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Pôrto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1974 (1ª. impressão).

socioeconômica, neste caso expressos por meio de um processo de *gentrificação* – em que a partir do centro da cidade, promove-se a expansão e valorização comercial do espaço urbano, tendendo a expulsar as populações pobres e, não raro, negras, que eventualmente se instalassem no perímetro urbano e na antiga sessão suburbana da Planta Geral da Cidade de Minas (ver Figura 2). Os desdobramentos deste fenômeno são perpetuados no presente, impondo-se como desafio à própria cidade, quanto à garantia de direitos individuais e coletivos para as populações afetadas.

Os herdeiros da Fazenda Bom Sucesso e seus descendentes, têm se constituído como testemunhas fundamentais das tensões em torno da terra na cidade, desde o alvorecer da "modernização mineira" almejada com a instalação da nova Capital, como pudemos observar. E longe de testemunharem passivamente este processo de apropriação violenta de territórios e de direitos, têm sido afetados por ele durante todo o tempo de existência da própria cidade e a ele resistem de maneira tal que nem mesmo os mecanismos mais corriqueiros de silenciamento suplantaram sua existência. O legado de resistência de Ana Apolinária e Manoel Luiz Maria e seus companheiros, nas primeiras décadas do século XX repercutiu na consolidação do Quilombo dos Luízes, constituído como tal, especialmente a partir da construção de políticas públicas direcionadas para o reconhecimento de quilombos no país, já na segunda metade do século XX.[339] E é justamente em decorrência da atuação de Ana Apolinária, Manoel Luiz e todas aquelas pessoas que não admitiam serem espoliados de suas propriedades, que nos tem sido possível conhecer a cidade, a partir de uma perspectiva singular.

---

[339] Cf. a respeito: ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008; MATTOS, Hebe. "Remanescentes das comunidades dos quilombos": memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 104-111, dezembro/fevereiro 2005-2006; VOGT, Carlos; FRY, Peter. A descoberta do Cafundó. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó – A África no Brasil: Linguagem e sociedade*. 2ª. ed. [Com a colaboração de Robert Slenes]. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2013.

3.2.1 Ana Apolinária, matriarca dos Luízes

Se na documentação sobre os herdeiros, que analisamos até então, a menção a Ana Apolinária ocorre apenas para nomeá-la como esposa de Manoel Luiz e uma das outorgantes dos herdeiros em favor de Caramate, na Procuração de 1915, uma primeira diferença que se nota na narrativa de Luzia é a total ausência de referência ao nome de Manoel Luiz Maria e a ênfase à liderança feminina no Quilombo, cujos membros reconhecem como matriarca a mesma Ana Apolinária. "Minha família é matriarcal. Começou com a Ana Apolinária e até hoje é matriarcal", afirma Dona Luzia Sidônio.[340] Na dinâmica de produção da memória empreendida por ela, observamos o esforço de constituição de uma narrativa identitária na qual as mulheres se destacam. Uma questão se impõe diante disto: por que, a despeito de inscrita na identidade do grupo pelo próprio nome de seus integrantes e do quilombo, a referência masculina não se destaca como protagonista na memória coletiva dos Luízes? O descompasso entre o destaque à agência dos homens na documentação policial e jurídica, e a ênfase na liderança feminina na constituição do quilombo, proferida por Luzia, é um dado importante, que põe em evidência as características específicas de cada uma das duas narrativas e dos sujeitos que delas se utilizam. E, em especial, o caráter complementar existente entre ambas.

De todo modo, durante a entrevista concedida a Amaral, a referência às mulheres é recorrente, em especial quando Luzia apresenta ao pesquisador documentos cartoriais, recortes de jornal e, especialmente, fotos nas quais são representadas mães, tias, sobrinhas, netas – como em um registro onde a entrevistada identifica: "Aqui, até a vovó Maria Luiza, a Ana... Aqui são quatro gerações – esta, mãe desta; esta, mãe desta; esta, mãe desta... (...) Esta que te mostrei na foto tem 82 anos e está aqui. É a que vive ainda, filha da que te mostrei (...). Maria Lúcia, a mais velha do quilombo."[341] A referência aos homens da família, quase que se limita à figura do pai, Carlos Sidônio e à de tio Chico (Francisco Candido de Jesus), relacionado entre os herdeiros mencionados na Procuração de 1915.

---

[340]Cf. AMARAL, J. *Op. cit.*

[341]*Ibid.* 170-171.

Francisco, que descobrimos pelo depoimento de Luzia, ter se casado com uma das filhas de Ana Apolinária – Aurora Luiz –, foi morar com os pais de Luzia, quando se tornou viúvo, tendo vivido até o fim da vida no quilombo.

Figura 28 Mulheres de Luízes

"Quatro Gerações da direita p/ esquerda: Maria Luiza, Ana Julia, Edith Silva, Maria Sueli..."
Fonte : Acervo do Quilombo dos Luízes (s.d, s.n). [reprodução adaptada]

Pelo que podemos depreender, a partir das informações que identificam Francisco Cândido, durante os depoimentos referentes ao caso Caramate, ele teria nascido em 1878[342] Luzia o descreve na velhice como um homem rigoroso, apegado a valores antigos – como a exigência do respeito dos mais novos aos pais, no comportamento e na forma de tratar. "Ele chamava a gente de sinhazinha. A mãe era sinhá. E ele falava assim: senhor meu sobrinho, senhora minha sobrinha, sinhazinha

[342] Na Lista de Genealogia Luízes, que integra o Relatório Antropológico já mencionado, consta que Francisco Cândido de Jesus nasceu em 1877 e faleceu em 1965. Cf. UFMG. *Op. cit.*

minha sobrinha. Ele falava ainda *vossa mecês*."[343] Foi pelo do contato com o tio-avô Francisco e com a avó Maria Luiza que Luzia se interessou pelos costumes da família, tornando-se guardiã das memórias dos Luízes, após a morte de sua tia, Cordelina, primeira inventariante dos ocupantes da propriedade de Piteiras.

Por meio das memórias de Luzia, é possível nos aproximarmos um pouco mais de algumas daquelas pessoas envolvidas nas lutas do início do século XX pelas terras da Bom Sucesso. Assim, pois, relata Luzia, sobre Francisco Cândido e Maria Luísa:

> Ele falava na língua de antigamente. Falava muita coisa. Em "ururubá". E a vovó... Eu curiosa, vi fazendo tudo, escrevia tudo, fazendo as oração. Ela tinha horta, onde irrigava as plantas. É onde hoje está. A gente saia e vendia com vovó, verduras e tudo... (...) rabanete, cenoura, tudo. Tinha plantação de abacaxi, de laranja – era onde está a Patrimar[344] agora. Então, eu saí[a] com ela. E ela falava era tudo. E muita coisa eu escrevi, eu tenho até um caderno dessas coisas assim que é na língua dela em "ururubá". Então né a vovó falava na língua de africana, e xingação dela... Era tudo os vissungos que falava. E eu fui a única que copiei.[345]

Luzia recolheu, a partir da convivência com sua avó, diversas anotações sobre os elementos culturais de matrizes africanas transmitidos através das várias gerações de sua família: cantos "para enterrar difunto quilombola", conhecimentos práticos sobre o uso de plantas medicinais, símbolos – como a "taca", um chicote com função semelhante à da antiga palmatória –, o pilão, que era presente "em toda casa de farinha", instrumentos musicais como o berimbau, o caxixi e os tambores.

A referência aos "vissungos" é especialmente importante, pois sugere uma ascendência banto dos Luízes, bastante coerente com as informações que atestam a presença de africanos angolas, cabindas e benguelas, na população do Curral Del

---

[343] *Ibid.* 195.

[344] Construtora Patrimar.

[345] AMARAL, *Op. cit.* , p. 195.

Rey, já em 1828. Não obstante, a menção à língua “ururubá” na narrativa de D. Luzia, sobre as origens étnicas de sua família, parece indicar que as duas matrizes culturais, banto e nagô podem ter se matizado na experiência diaspórica dos ancestrais de Luízes. [346]

Figura 29 Família reunida nas Piteiras

Fonte : Acervo do Quilombo dos Luízes (s.d, s.n).

[346] Sobre a presença bantu nas Minas, Aires da Mata Machado Filho defende que eram também bantos os escravizados que povoaram a região de São João da Chapada, em Diamantina. Cf. MATA MACHADO FILHO, Aires da. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. Robert Daibert, aponta a existência de experiências culturais banto no Brasil desde o período colonial, identificando os *calundus* como “reatualização da tradição religiosa dos povos bantos, em um processo lento que abrigava a permanência de princípios gerais, quanto a incorporação de alterações dentro de uma estrutura básica recorrente.” (Cf. DAIBERT, Robert. A religião dos Bantus: novas leituras sobre os calundus no Brasil Colonial. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 28. No. 55, p. 7-25 [p. 23]). Ver também: SLENES, Robert. *Malungu N’goma vem!* África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP* (Dossiê 500 ANOS DE AMÉRICA). n. 12. São Paulo, 1992. Ângela Gomes aponta a presença de Bantus e Iorubás em Minas, assinalando a existência de nagôs no território das Minas desde o século XVIII. Cf. GOMES. A. *Op. cit.*, p. 18.

Em referência à imagem de Sant'Ana, Luzia mostra ao pesquisador uma foto da que seria, segundo ela, a mais antiga escultura da santa, em Belo Horizonte, e que ficava na antiga capela do quilombo, na região do município de Nova Lima. A imagem de Sant'Ana, diz ela, "que é desde a nossa forra (...), e nós comemorava sempre *[sic]* e não dá mais." A força simbólica da imagem é importante: transformada em referência ancestral da conquista da liberdade, é também utilizada em reverência à memória da própria Ana Apolinária. Era em nome da matriarca, que os quilombolas realizavam a Festa de Sant'Ana, que atualmente ocorre mais esporadicamente.

D. Luzia afirma, a respeito: "Eu costumo dizer que quando o quilombola perde suas terras ele perde a sua identidade, ele perde os cultos e o lugar de fazer suas (...) festas."[347] Além da Festa de Sant'Ana, de acordo com o estudo de Amaral, outras referências culturais têm sido afetadas pela pressão sofrida pelo quilombo, em decorrência do avanço das apropriações do mercado imobiliário. Assim ocorre com a prática do jongo, que nos "Luízes" também se perdeu. De todo modo, a narrativa de Luzia sobre a reverência da família a Ana Apolinária – a Sant'Ana dos "Luízes" – evidencia a ênfase na figura de uma mulher forte, guardiã de referências culturais familiares que em muito iluminam a compreensão sobre a forte relação dos "Luízes" de outrora e o quilombo do presente, no esforço de garantir a posse de seu território.

3.2.2 Quilombos urbanos

A construção da noção de "quilombos urbanos" – como o próprio conceito de quilombo, na contemporaneidade –, está inserida nas lutas pelo reconhecimento de direitos territoriais das populações afrodescendentes no país. Trata-se, pois, de categorias em disputa, por diferentes sujeitos e de acordo com perspectivas e interesses tão diversos quanto os do âmbito jurídico, acadêmico e político, como bem o discute José Maurício Arruti.[348]

---

[347] AMARAL, *Op. cit.*

[348] Cf. ARRUTI, J. M. *Op. cit.*

Na tradição de estudos sobre quilombos no Brasil destacam-se dois temas principais: o dessas experiências como expressão da resistência à escravidão e o que remete aos referenciais culturais africanos para sua definição. Assim, os "quilombos" (acampamentos) ou "mocambos" (expressão originalmente referente a "estruturas para erguer casas") que se desenvolveram no Brasil, entre os séculos XVII e XIX, guardam reconhecida familiaridade com aqueles constituídos pelos povos bantos. São descritos, também como comunidades originadas por aquelas e aqueles que decidiram não se sujeitar ao jugo de um senhor e formaram sociedades que agregavam também populações de livres e libertos, abrigando-se em regiões de difícil acesso – que poderiam, inclusive, não ser fixas. Estas comunidades estabeleciam relações com diferentes setores da sociedade, ou seja, não eram necessariamente isoladas e, de acordo com Flávio Gomes e Maria Helena Machado, em muitas regiões chegaram a ser reconhecidas "como povoados de camponeses".[349]

No Brasil contemporâneo, a ressemantização do termo, intensificada nas últimas décadas do século XX, ocorre em contexto de lutas como as dos herdeiros de Manoel Luiz Maria e Ana Apolinária, resultando no estabelecimento de legislação construída durante o processo de redemocratização do país, por meio da qual o Estado passou a reconhecer o direito à propriedade definitiva dos territórios ocupados pelos remanescentes destas comunidades, prevendo a emissão de titulação definitiva. (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT CF88).

As disputas em torno da efetivação deste direito, contudo, são árduas, envolvendo o enfrentamento aos que, ao longo de décadas, ocuparam indevidamente tanto as terras originalmente herdadas por estas antigas comunidades quilombolas, quanto aquelas adquiridas por ex-escravos ou libertos, por herança ou compra. [350] Muitas destas propriedades coletivas encontram-se, atualmente, em terrenos que se

---

[349] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Interiorização e os quilombos em São Paulo. *Iberoamericana*, XI, 42 (2011), p. 93-109.

[350] Importante assinalar a fundamental contribuição de pesquisas desenvolvidas também no âmbito da historiografia, em diálogo com outras disciplinas, como importantes subsídios desse processo de luta política pelo reconhecimento das comunidades quilombolas. Destaco, em especial, os já referenciados trabalhos de Robert Slenes, Carlos Vogt e Peter Fry, junto à comunidade do Cafundó, Rodrigo Weymer e o de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos.

urbanizaram devido à expansão progressiva das cidades, como o tem testemunhado a comunidade de Luízes, bem como outros dois quilombos existentes em Belo Horizonte e sobre os quais trataremos a seguir.

Mangueiras

No dia 12 de abril de 2010, um grupo de antropólogos e demais pesquisadores vinculados ao Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais (NuQ/UFMG) publicou uma moção de apoio à comunidade do Quilombo Urbano de Mangueiras, à época "ameaçado por um projeto de urbanização da Prefeitura do Município de Belo Horizonte".[351] Dentre as justificativas apresentadas no projeto, alegava-se a necessidade de construção de alojamentos para a Copa do Mundo de 2014. A situação de vulnerabilidade de Mangueiras já havia sido apontada no Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural produzido pelo mesmo Núcleo, em 2008, por ocasião do processo de titulação reivindicado junto ao INCRA. O fato é que certa família Werneck – muito influente na cidade, segundo o documento do NuQ, em apreciação – reclamava como sua parte do território de 20 hectares pertencentes à família quilombola formada pelos descendentes dos agricultores negros Vicência Vieira de Lima e Cassiano José de Azevedo, e que é objeto de pleito pelos mangueirenses.

O alerta divulgado pelo NuQ não era sem razão. De modo bastante similar ao que observamos nas disputas pela Fazenda Bom Sucesso, nas primeiras décadas do século XX, os proprietários de Mangueiras tendiam a ser ignorados e usurpados em seu território pelos agentes interessados nos lucros proporcionados por negócios imobiliários na região, desvalorizada até pouco tempo, por estar localizada em região considerada das mais pobres da cidade e também devido ao relevo acidentado.[352] A

[351]NuQ/UFMG. Quilombo de Mangueiras, em Belo Horizonte, pode ser impactado pela Copa de 2014. Disponível em: <http://goo.gl/iWbshk>. Consulta em: 25.01.2016.

[352] Cf. MARQUES, Carlos Eduardo. *et. al.* Territórios, identidades e direitos entre os Quilombos Urbanos de Belo Horizonte: o caso de Mangueiras. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Waner Berno(et al). (Org.*). Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflito*. 1ed.Manaus: UEA Edições, 2012, v. 1, p. 147-161. Disponível em: <http://goo.gl/NR25W6>. Consulta em: 05.05.2016.

família Werneck, enquanto negociava com a Prefeitura e outros empreendedores o projeto de urbanização da região, contestava, então, junto ao INCRA, o Relatório Antropológico. A Prefeitura, por sua vez, já trabalhava junto à Câmara Municipal, a alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LOAS) na região, além de negociar com empreendedores privados parcerias que viabilizariam a execução do projeto. De acordo com o NuQ:

> Tanto o novo zoneamento da região, quanto a proposta de empreendimento, desconsideram o processo de titulação da Comunidade de Mangueira junto ao INCRA. Os dois parecem considerar apenas a atual posse do grupo e não o território pleiteado, embora a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte tenha sido devidamente notificada pelo INCRA sobre o processo de regularização territorial em curso.[353]

Em 2010, os descendentes de Vicência e Cassiano constituíam 19 famílias, que residiam em 15 casas, no território situado às margens da atual rodovia MG-020, e que reivindicam como seu, por herança concedida a Vicência, na segunda metade do século XIX. Desde então, o casal e seus 12 filhos já habitavam a região, utilizando as terras para a própria subsistência "e para a reprodução de seu modo de vida."[354] De acordo com os pesquisadores responsáveis pelo Relatório Antropológico, o território original, conforme o inventário de Cassiano e Vicência, era constituído de 8 alqueires – algo em torno de 387.000 m^2. Estas terras, situadas às margens do Ribeirão da Izidora (Izidoro, na atualidade)[355] foram parceladas em 1930, à época da elaboração do inventário, tendo sido, então, divididas entre os 12 filhos do casal. Um fazendeiro local teria ficado com metade do terreno, alegando tê-la comprado de

---

[353] NuQ/UFMG. *Op. cit.*

[354] *Ibid.*

[355] No Livro de Registros de Terras de 1855-1856, consta registro da propriedade de Izidora da Costa, que declarou possuir, então, ½ alqueire de terras de planta no "Ribeirão do Onça", situado na região de Venda Nova. Cf. Livro de Registros de Terras do Curral Del Rei. *Op. cit.* No. 84, p. 32-33. A localização deste Ribeirão, conforme limites atuais, corresponde às divisas entre os municípios de Belo Horizonte (Venda Nova) e Santa Luzia, próximo à MG-020, que dá acesso ao Quilombo de mangueiras. O Ribeirão da Izidora está localizado nos limites de Venda Nova, que é uma das 9 regiões administrativas de Belo Horizonte, igualmente próximo às divisas entre os dois municípios.

alguns dos filhos. A parte atualmente habitada pelos quilombolas é de 17.000 m^2 e teria sido a que foi destinada à filha Bárbara e herdada por seus descendentes.

Assim como as/os herdeiras/os da Bom Sucesso, portanto, as primeiras gerações da família de Vicência e Cassiano testemunharam o surgimento e o desenvolvimento de Belo Horizonte – também elas ali já estavam, quando a cidade "chegou". No entanto, trata-se de um desenvolvimento que, como já temos demonstrado, fundamenta-se na rejeição a todos os grupos e modos de vida julgados incompatíveis com as noções de progresso e modernidade almejados desde a concepção da nova Capital e, nessa medida, atravessado pela racialização dos processos de segregação por meio dos quais se intentou produzir e ordenar o espaço urbano.

Os quilombolas de Mangueira, têm sido impactados pelos desdobramentos da expansão urbana, ao longo de sua história de mais de 120 anos[356]. Para além da ameaça constante de perder seu território, conforme os estudos antropológicos aqui elencados, os mangueirenses têm sido também afetados pela percepção negativa que os moradores de bairros vizinhos – constituídos, ao contrário do que ocorre na região dos Luízes, por populações empobrecidas – desenvolveram em relação a estas famílias. Elas sofrem, em especial, discriminação étnico-racial, devido à identidade fortemente referenciada nas matrizes culturais de origem africana e que se expressa no uso dos tambores, durante rituais religiosos – um terreiro de umbanda funcionou ali, nos anos 1980 e, atualmente há um de candomblé –; na maneira como as casas eram dispostas "em meio à mata fechada"[357]; nos penteados...

O fortalecimento de uma identidade quilombola que se constitui também e fortemente por meio da articulação política junto aos movimentos quilombolas do campo e da cidade, tem sido, a partir das últimas décadas do século XX, em Mangueiras, um dos recursos na busca por assegurar seu direito ao território ancestral.

---

[356] Cf. MARQUES. *Op. cit.*

[357] *Ibid.*

Manzo Ngunzo Kaiango

Contrastando com os interesses do mercado imobiliário, a luta pela terra por parte de comunidades e famílias negras em Belo Horizonte, denotam associação da permanência em suas terras a outros valores, ligados às tradições que remontam às experiências culturais fundamentadas nas ancestralidades de origem africana. Além Mangueiras e Luízes, que seguem ameaçados em seu direito sobre suas terras – e, portanto, em luta por reconhecimento legal desses direitos –, a comunidade do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, desenvolve estratégias diversas de enfrentamento às ameaças de desapropriação que sofrem, inclusive por parte da prefeitura de Belo Horizonte.

Manzo está situado no atual bairro Santa Efigênia (Região Leste da Capital), desde os anos 1940, quando da instalação da família de Mãe Efigênia, sua matriarca. Funcionava no seu território, um terreiro de Candomblé, que foi parcialmente demolido por ação arbitrária da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, recentemente, levando à transferência da comunidade religiosa para Santa Luzia, município da Região Metropolitana da cidade, cuja divisa com Belo Horizonte situa-se bem próxima às terras do Quilombo de Mangueiras.

Reconstituindo-se aos poucos, nos últimos anos, a comunidade protegida por Iansã, também funciona como centro cultural, que acolhe moradoras e moradores de uma região tradicionalmente habitada por população negra, em decorrência dos processos de segregação que, desde a origem da cidade, foi removida dos limites internos do perímetro urbano da Capital. Manzo oferece, em especial, atividades voltadas para as crianças, como aulas de capoeira.

Dentre as estratégias de fortalecimento, Makota Kidoiale (Cássia Cristina da Silva) menciona a participação de Manzo junto às ações do Centro Nacional de

Africanidades e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab-MG), e a busca de interlocução com instâncias da Prefeitura e do governo do Estado.[358]

Para Manzo, garantir o território é um elemento essencial para sua existência como comunidade. No entanto, a despeito de já serem reconhecidos pela Fundação Palmares como Quilombo urbano, se deparam com fortes entraves para garantir que este reconhecimento seja respeitado em outras instâncias dos poderes públicos, especialmente os que remetem à ausência de política pública específica para a garantia dos direitos quilombolas, no estado de Mina Gerais.[359]

3.3 Dona Vilma

Justiça é o que tem evocado a família de Vilma Eustáquia da Silva, mediante a ameaça de perder a casa e o terreno em que vive, há cerca de 90 anos. Em 2015, tendo recebido ordem judicial para deixar, em 15 dias, o lugar em nasceu – sendo a última dentre as filhas e os filhos de Rita Venância e José Rodrigues da Silva –, Dona Vilma, aos 73 anos, viu-se diante da necessidade de insurgir-se contra a determinação que ignorava toda a história de lutas de sua família para quitar o lote adquirido por seu pai em 1929. O documento remetia ao ganho de causa definido pela justiça a uma ação movida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, contra a

---

358 Cf. sobre Manzo: MARQUES, Carlos Eduardo. Bandeira Branca em Pau Forte: *A senzala de São Benedito e* Quilomblé *Urbano de* Manzo Ngunzo Kaiango. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2015; QUEIROZ, Ana Maria Martins. *Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango – Belo Horizonte/Minas Gerais*. 2012. (Dissertação) Mestrado em Geografia. Belo Horizonte: Instituto de Geociências/UFMG, 2012. ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA E CULTURAL MANGO NGUNZO KAIANGO. *Manzo Ngunzo Kaiango, Mameto N´kise Muiandê, Makota Kidoiale.* [organização: Alice Bicalho [et. al]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2017. 85p.

359 Os três quilombos aqui abordados conquistaram reconhecimento pela Fundação Palmares, a partir dos últimos anos. Em janeiro de 2018, Manzo, Mangueiras e Luízes receberam títulos de Patrimônio Imaterial, no âmbito do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. No mesmo ano, Manzo Ngunzo Kaiango também foi reconhecida como Patrimônio Imaterial do Estado, por unanimidade no Conselho Estadual do Patrimônio Cultural do Estado de Minas Gerais. Trata-se de conquistas estratégicas nas lutas em busca da titulação.

família, acusando-a de ter invadido o terreno situado em região que se tornou fortemente valorizada.

O caso arregimentou um grupo de apoiadoras/es da causa de Dona Vilma, que intensificou e ampliou mobilizações em sua defesa, repercutindo junto à opinião pública de forma a conseguir, em diálogo com o Prefeito, a suspensão do cumprimento da ordem de despejo durante a vigência do atual mandato, sem garantias finais quanto ao reconhecimento definitivo do direito da família às terras.[360]

Paralelamente, o grupo de apoiadoras/es realizou pesquisa documental da qual participei, para subsidiar o trabalho de advogadas populares que assumiu o caso. O dossiê resultante desta pesquisa reúne elementos que atestam a veracidade e plausibilidade dos argumentos que compõem a narrativa de Vilma Eustáquia em torno de sua história familiar em torno da aquisição do terreno.

É importante salientar que outras comunidades e famílias vivenciavam ameaças semelhantes, no mesmo período. Em 2017, a Comunidade dos Carolinos, situada no bairro Aparecida, região Nordeste da cidade, era ameaçada de remoção do território em que está sediada desde 1937 – 20 anos depois da fundação da Irmandade liderada por Chico Kalu (Francisco Carolino), nas cercanias do atual município de Contagem e que constitui um dos Reinados mais antigos de Belo Horizonte. O episódio ocorria quando se celebravam os 100 anos da Irmandade.[361]

Merece destaque, ainda, o acirramento das ameaças de remoção de um grupo de famílias negras que integram o Quilombo Souza, na Vila Teixeira, bairro de Santa Tereza, região Leste da capital, em 2017. As 16 famílias que compõem um grupo de 50 pessoas vive no mesmo terreno desde 1923, quando a matriarca Dona

---

[360] PEREIRA, Maria Irenilda. *Idosa que mora na mesma casa há mais de 70 anos recebe ordem de despejo*. ESTADO DE MINAS, 03.abr.2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/03/interna_gerais,948545/idosa-que-mora-na-mesma-casa-ha-mais-de-70-anos-pode-ser-despejada.shtml>. Consulta em 01.07.2019; PEREIRA, Maria Irenilda. *Dona Vilma Fica: prefeitura suspende despejo de idosa em BH*. ESTADO DE MINAS, 04.abr.2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/04/interna_gerais,948970/dona-vilma-fica-prefeitura-suspende-despejo-de-idosa-em-bh.shtml>. Consulta em 01.07.2018.

[361] Informações colhidas por mim, em visita de campo realizada em 5 de outubro de 2017, à comunidade, durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário e Sagrado Coração e Jesus.

Elisa adquiriu por compra devidamente registrada em cartório, cerca 3.000 m^2 de uma faixa de terra, que passou a ser reivindicada pelos familiares do proprietário original, em processo iniciado em 1970 e vencido pelos requerentes.[362] Um processo de mobilização semelhante ao que ocorreu em defesa dos direitos de Dona Vilma, gerou apoio à Família Souza, que até o momento de finalização desta tese encontrava-se em luta.

A seguir, retomamos a história da relação da família de Dona Vilma com o referido território, tal como a pudemos constituir a partir da pesquisa com vistas a subsidiar a defesa do caso na Justiça.

3.3.1 José Rodrigues da Silva, um operário negro migrante

De acordo com narrativa corrente na história familiar de D. Vilma Eustáquia da Silva, o território onde vive foi terreno negociado por seu pai, José Rodrigues da Silva, junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, nos anos 1920. Naquele tempo, José trabalhava como operário da Prefeitura, atuando na "turma dos ferrinhos", que cuidava da manutenção do calçamento na cidade que, a despeito de inaugurada a 12 de dezembro de 1897, seguia em construção, sendo impulsionada pelo incremento da industrialização que viria a melhor se desenvolver a partir dos anos 1940, como já tratamos anteriormente. Vale ter presente, conforme já discutido, que a migração de trabalhadores mineiros e outros brasileiros possibilitou a construção da cidade e favoreceu o seu rápido crescimento, já desde as primeiras décadas do século XX, malgrado os momentos de depressão econômica que eram correspondidos pela estagnação ou decréscimo da população.

Com efeito, José, sua esposa Rita Venância do Espírito Santo e seus dois primeiros filhos, Teresa e João Vicente, haviam se mudado para Belo Horizonte em algum momento dos anos 1920, em virtude de uma oportunidade de trabalho em uma

[362] Outras informações sobre o caso foram registradas na imprensa local. Cf., dentre outros: WERNECK, Gustavo. *Desocupação de área de quilombo em disputa no Santa Tereza é suspensa por cem dias*. ESTADO DE MINAS, 23.jul.2019. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/23/interna_gerais,1071629/desocupacao-de-quilombo-em-disputa-no-santa-tereza-e-suspensa-100-dias.shtml> Consulta em 24.07.2019.

fábrica de geleias, situada na região da Barroca, próximo aos limites do perímetro urbano da cidade.

Este bairro, a propósito, abrigava, desde o período de construção da cidade, operárias/os migrantes, dentre as/os quais pessoas negras. Reunia também populações removidas de antigas áreas como a Favela do Alto da Estação. Em 1928, moradoras e moradores foram removidos para a região atualmente conhecida como Bairro Concórdia (antiga Vila Concórdia), cujo nome, segundo narrativas de antigas/os moradoras/es, deve-se à resistência à remoção, o que ocasionou a necessidade de que o poder público negociasse com as/os moradoras/es.[363].

Para a Barroca foram, pois, inicialmente marido e esposa, atendendo à proposta de um antigo fazendeiro para quem trabalhavam, em Mário Campos[364], cidade natal de José. Depois de um tempo, um dos dois irmãos de Rita Venância, ambos operários que atuaram na construção da adutora da Mutuca[365], como já indicado no Capítulo 2, conseguiu um posto para José na "turma dos ferrinhos", da Prefeitura.

Por esta ocasião, José Luiz e família passaram a residir no terreno onde nasceram seus outros oito filhas e filhos, dentre os quais, Vilma Eustáquia da Silva, a mais nova. Consta também, das narrativas familiares, que o valor das prestações do lote era descontado mensalmente do pagamento de José, o que é corroborado nos diversos recibos de pagamento de IPTU que a família guarda quitados, desde 1929.

É importante registrar que a família de Rita Venância – sua mãe, Maria Izabel do Espírito Santo, seu pai, Antonio Luiz do Espírito Santo, e seus irmãos –,

---

363 Sobre o bairro Concordia: RIBEIRO, Andréia. *Representações e práticas cotidianas de um bairro belorizontino*: o Concórdia. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

364 O atual município de Mario Campos era, à época, um povoado ligado ao Distrito de Capela Nova do Betim (tornado município de Betim, desde 1938 e integrando, na atualidade, a Região Metropolitana de Belo Horizonte).

365 Construída em região próxima às terras da Fazenda Bom Sucesso, para o abastecimento de água da Capital, em meados dos anos 1920.

originária de São Joaquim de Bicas[366], a quem também mencionamos anteriormente, já residia nas imediações das Ruas Congonhas e São Domingos do Prata, no bairro São Pedro – Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Próximo dali, na região dos atuais bairros São Pedro e Santo Antônio, viviam, segundo relatos de antigos moradores, outras famílias negras de operários vinculados às Prefeitura.[367]

Quanto à situação destes e de outros operários da Capital, somos informados pelo relatório do Prefeito Christiano Monteiro Machado, para o ano de 1929, de que havia turmas de operários trabalhando em diversas obras e serviços, distribuídas nas várias Secções, como por exemplo os "320 homens em serviço", na 4ª Sessão[368]. Em outra Secção, contavam-se "329 homens, divididos pelas 6 turmas de terra, 5 de calceteiros e 1 de pedreiros"[369], com as quais, informava o responsável pela Sessão, "temos feito cerca de 517 trabalhos, ahi computados – calçamentos e aberturas de ruas, assentamento de boeiros e meios fios, passeios, reparos nos imóveis municipaes, etc.". Além de "um sem número de pequenos trabalhos de calçamento e collocação de meios-fios, cuja totalidade se elevou a mais de 2.000 metros lineares. Isto só para citar os meios fios collocados por turmas nossas..."[370]

Como reiterado pela literatura que aborda a história da cidade, não havia, no plano original traçado para a cidade, espaço destinado à moradia de operários.[371] O que repercutiu, inclusive, nos reiterados processos de remoção desta

---

366 São Joaquim de Bicas era, à época, um povoado que divisava com o de Mário Campos e com o Distrito de Betim, dentre outros.

367 Além delas, trabalhadoras e trabalhadores agrícolas que atuavam no Núcleo (ou Colônia) Afonso Pena, que divisava com os dois bairros.

368 Cf. BELO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em outubro de 1929 e Relatórios Anexos.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929, p. 42.

369 *Ibid.* p. 85

370 *Ibid.*

371Cf. GUIMARÃES, Berenice. *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945. Op. cit.*

população das áreas centrais da cidade, constituindo um dos capítulos da história da segregação racial no processo de ordenamento urbano.[372]

Fato é que, no caso dos operários da Prefeitura, não era incomum que estes dirigissem às autoridades governamentais do município requerimentos de lotes para moradia, considerando a já conhecida ausência de projetos com moradia para trabalhadores no Plano original da cidade criada como nova sede administrativa do estado de Minas Gerais. Trabalhadoras e trabalhadores – é importante considerar –, em sua maioria pessoas negras, egressas do regime escravista, e seus descendentes, nascidos livres nos anos anteriores ou posteriores ao ato da Abolição da Escravidão. Pessoas que migravam, em fluxo cada vez mais intenso, para a nova Capital, atraídos pela possibilidade de trabalho e melhores condições de vida, desde 1894, quando do início da construção da então Cidade de Minas.

A situação de José era similar à que encontramos nos relatos de outros trabalhadores que enviaram requerimento à Prefeitura solicitando terrenos para a construção de casas para si e para suas famílias. Estes requerimentos eram, à época, remetidos ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte.

Assim é que, constam da documentação analisada pareceres sobre a concessão de lotes solicitados pelos funcionários da Imprensa Official José de Oliveira Matta[373] e José Januário de Figueiredo[374]. Também se apresentou como requerente Antonio Carneiro Vidigal, funcionário do Estado, como Guarda Civil da reserva, desde 1º de outubro de 1910, e que em 1926 passou a atuar como Escrivão Privativo da Delegacia de Polícia da 2ª Circunscripção. Antonio residia em uma “cafua”, na região

---

372 Cf. ANDRADE, Luciana Teixeira de. Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930). 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987; GUIMARÃES, Berenice. Favelas em Belo Horizonte... *Op. cit.*; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação*: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

373 APM – Fundo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Pareceres e Projetos do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. CDBH 1928 Cx: 15, PC: 04-01 doc. 25 de outubro de 1928.

374 APM – Fundo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Pareceres e Projetos do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. CDBH 1928 Cx: 15, PC: 04-01 doc. 22 de outubro de 1928.

da Barroca, tal como José e Rita Venância e, como não havia sido atendido em várias petições de terreno que enviara ao governo; assim, tentava-o, novamente, junto ao Prefeito.[375] Há ainda o caso do requerente Braulio Gomes de Souza, funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, que trabalhara na construção da Capital, desde 1894, como conferente na Estação General Carneiro, e que alegava não ter sido contemplado, como o haviam sido antigos companheiros operários, que trabalharam para a Comissão Construtora da Capital, e que "foram favorecidos, uns, com a doação de um lote, e outros com a acquisição de casas em prestações..."[376]

3.3.2 O que dizia a legislação

Demandas deste tipo eram tão recorrentes que foi necessário estabelecer-se uma legislação específica. A Lei Municipal No. 335, de 4 de abril de 1928, admitia a concessão de lotes a operários por *emphyteuse*. Mesmo antes disto, a Lei Municipal No. 309, de 28 de outubro de 1926, que dispunha sobre a venda de lotes pertencentes à Prefeitura e disponíveis para alienação, previa, em seu Capítulo III, a venda destes lotes a operários e definia os critérios para este tipo de operação. Estabelecia a criação de vilas operárias, na zona suburbana e colonial, "exclusivamente destinada à localização de operários", que deveriam atender, segundo o Artigo 16 da mesma Lei, aos seguintes critérios para concorrer às praças: a) ser casado ou ter encargo de família; b) que tivesse economia separada; c) que fosse operário e, c) que tivesse "*bom comportamento*".[377]

---

[375] APM – Fundo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Pareceres e Projetos do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. CDBH 1928 Cx: 15, PC: 04-01 doc. 18 de outubro de 1928.

[376] APM – Fundo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Pareceres e Projetos do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. CDBH 1928 Cx: 15, PC: 04-01 doc. 13 de outubro de 1928. (Grifos nossos).

[377] BELO HORIZONTE. Lei Municipal No. 309 – de 28 de outubro de 1926. Artigo. 12 e seguintes. *Grifo meu.*

Os registros que constam dos relatórios do Prefeito Christiano Monteiro Machado, para o ano de 1929[378] atestam a execução da Lei N. 309, considerada eficiente ao orientar o "regimen de venda de lotes em hasta pública"[379]. Naquele ano, até o mês de outubro, informava o Diretor de Patrimônio D. Soares Teixeira, as vendas atingiam "a vultosa soma de 1.105:171$000 apurada com a venda de 125 lotes urbanos e suburbanos atesta[m] a grande vantagem da legislação actual, dando-nos uma média de 8:841$368 por lote, quando, do regimen das leis anteriores, essa media [*sic*] atingiu apenas 1:705$424."[380]

E mais: dentre os requerimentos recebidos pela Diretoria de Patrimônio, que incluíam aqueles referentes a pedidos de aquisição de lotes, 824 aguardavam despacho. Além disto, analisando fontes do APCBH[381] que fazem referência à 2ª Seção Suburbana, onde localiza-se o lote 9, do quarteirão 8 desta sessão – habitado, pois, há mais de 90 anos pela família de Vilma Eustáquia da Silva –, constata-se a forte presença de funcionárias e funcionários como compradores de lotes em sessões urbanas e também, nas suburbanas. Um destes funcionários, Antonio Lafaiette do Espírito Santo era um dos irmãos de Rita Venância. Ele adquiriu, por compra, no dia 19 de abril de 1927, o lote N. 8, do Quarteirão 8, da 2ª Sessão Suburbana[382] – lote vizinho ao de José, à Rua Congonhas, como se pode ver na imagem seguinte:

---

[378] Cf. BELO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em outubro de 1929... Op. cit.*

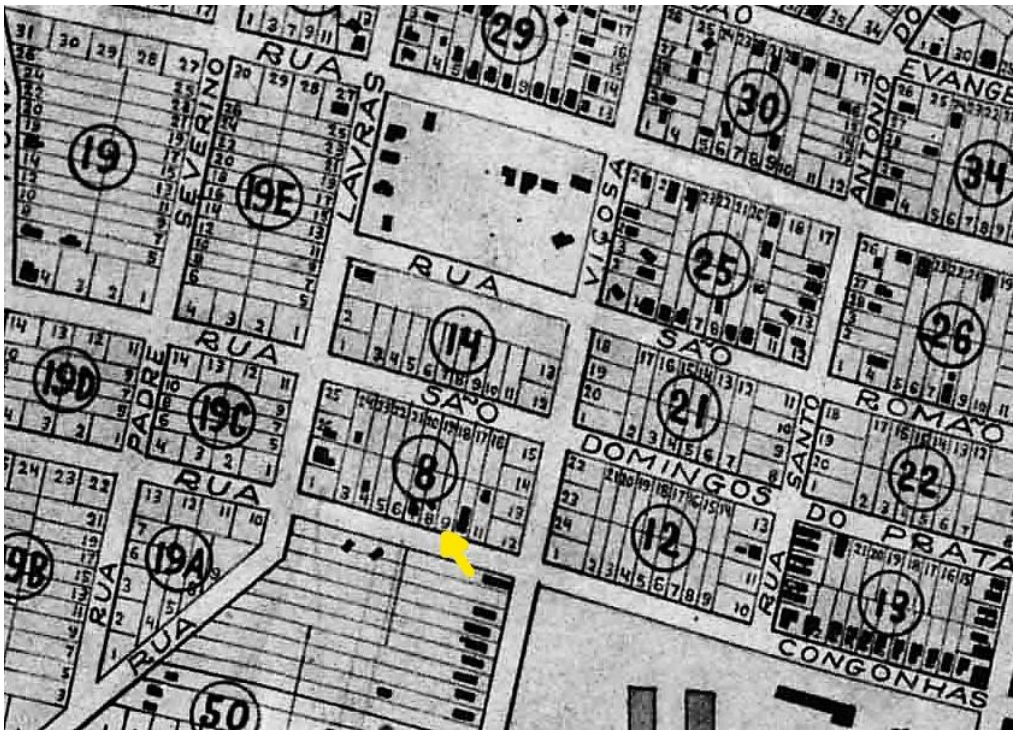
[379] *Ibid.* p. 107.

[380] *Ibid.*

[381] Sigilo da Fonte resguardado.

[382] *Ibid.*

Figura 30 Detalhe da “Planta Geral de Belo Horizonte”



Fonte: APCBP - “Planta Geral de Belo Horizonte” Organizada pela 1ª Secção da Sub-Diretoria de Obras, em 1928-1929 – APCBH

Temos aqui duas situações ordenadas por lei, às quais possivelmente enquadrava-se o caso de José Rodrigues da Silva: ele atendia tanto aos critérios da Lei No. 309, quanto à Lei No. 335. E é possível que dentre os operários beneficiados com a concessão de lotes por *emphyteuse* – isto é, por aforamento – ele pudesse ser beneficiado. Mas também, pela narrativa familiar e pelos recibos de IPTU, é igualmente possível que ele tenha adquirido o lote, com base nos critérios estabelecidos pela lei Nº·309, tendo o valor das prestações descontado de sua folha de pagamento, como previa a mesma lei e como era praticado, conforme indicam os dados do referido relatório do Prefeito, quanto às vendas de lotes a funcionários, para pagamento em prestações.[383] Por outro lado, a situação de concessão por

[383] *Mensagem apresentada pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em outubro de 1929... Op. cit.*

enphyteuse, que juridicamente definia a transmissão de imóvel por contrato perpétuo e/ou transmissível para herdeiros, também previa o pagamento de foro, a prazo.[384]

Cabe ressaltar, como é possível avaliar pelas informações acima, e, em especial, pela legislação municipal da época e pelos vários documentos disponíveis nos arquivos públicos da Cidade de Belo Horizonte e Mineiro, que muitos dos terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte já vinham sendo alienados – seja por venda ou por outras modalidades, como a destinada a operários (cessão por *enphyteuse*), desde, pelo menos, a década de 1920. Isto põe em questão o principal argumento da ação julgada em favor da Prefeitura e contra Vilma Eustáquia, e que afirma que pertenceriam à prefeitura os terrenos situados na área onde está localizado o lote em litígio, devido à força da legislação estadual que dispõe sobre a criação da Prefeitura de Belo Horizonte (Prefeitura da Cidade de Minas), que assegurava a aquisição dos antigos terrenos do Curral Del Rey, para fins da instalação da capital, estando representados na Planta Geral da cidade de Minas. Estes imóveis, segue o argumento, tiveram domínio/posse transferidos, posteriormente, à municipalidade, após a criação da Prefeitura. O argumento acatado pelo juiz mencionava, ainda, decretos que complementavam as leis referentes a este tema e as que promulgavam as posturas da Cidade de Minas, além do que estava definido na planta quanto aos novos limites para as zonas Urbana e Suburbana.

Contudo, o que se observa é que os direitos de domínio e posse da Prefeitura sobre os imóveis transferidos deixavam de vigorar em face de sua alienação por venda. Os terrenos da 2ª Sessão Suburbana, como o provam os próprios registros da Prefeitura, foram objetos de parcelamento e negociações de compra e venda, a partir da década de 1920; sendo que, no período do início da ocupação do lote Nº. 9, do quarteirão Nº.8, desta Sessão – onde até hoje reside família descendente de José Rodrigues da Silva e Rita Venância do Espírito Santo –, este processo de venda de

---

384 Cf.: O Dicionário Aurélio oferece a seguinte definição para o termo "Enfiteuse": 1.Dir. Civ. *Direito real alienável e transmissível aos herdeiros, e que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos; aforamento, emprazamento, fateusim.*

lotes intensificou-se, por força da nova legislação que permitia a alienação de bens imóveis pela Prefeitura.

De todo modo, o IPTU passou a ser cobrado em nome de José Rodrigues da Silva, referente ao endereço correspondente ao do lote em questão, desde 1929, tal como atestam os recibos disponíveis. Cabe ressaltar que a cobrança do imposto havia sido definida por lei em anos anteriores e que havia um Projeto de Lei N. 14, aprovado em 27 de outubro de 1927 pelo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte[385], que previa, de fato, a cobrança de imposto inclusive sobre barracões – como era o caso do imóvel onde habitava a família de José.

Assim, por tudo o que foi aqui referido, até então, é possível afirmar que as várias gerações desta família, ao contrário do que sentenciava o juiz que dera ganho de causa à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, não utilizaram de má fé ao exercer o direito da moradia naquele imóvel. Trata-se de uma família de poucos recursos, inteiramente cônscia de sua dignidade e que demonstra ter trabalhado arduamente por manter pagas as taxas referentes ao imóvel – que, na medida em que o bairro ia se tornando objeto de interesse para o mercado imobiliário, aumentavam sobremaneira –, e buscou recorrer às autoridades responsáveis para garantir seu direito a viver naquele território.

A antiga "Vila Mendonça"[386], que constituía, até a década de 1920, parte da 2ª Secção Suburbana, conforme a Planta Geral da Cidade de Minas, sofreu expansão de loteamentos a partir de então, conforme o comprova a venda de lotes desta região, registradas no já referido Livro de Vendas de Lotes em Hasta Pública. Em 1936, de sua união com a vila Ana Maria, originou-se o Bairro São Pedro.[387] Desde

---

[385] APM – Fundo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Pareceres e Projetos do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. CDBH 1928 Cx: 14, Pc: 05 – 01 Doc. Previa-se, inclusive, a isenção do imposto quando o morador fosse "reconhecidamente indigente, atestado pelo Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula ou Juiz de Direito da Capital e a Juízo do Prefeito, (e) alegasse não poder efetuar o pagamento."

[386] A Vila Mendonça, era, provavelmente uma vila operária, como outras que se estabeleceram na cidade, nas primeiras décadas do século XX.

[387] Cf. ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (Org.). História de Bairros: Regional Barreiro. Belo Horizonte: ACPBH; ACAP-BH, 2008 – p. 35.

então, a família de José Rodrigues da Silva assistiu as transformações por que passou a região, que se urbanizou, com a ampliação da oferta dos serviços de água e luz à população de maior poder aquisitivo, já nos anos 1930, e intensificando os loteamentos que passaram a constituir, ao final desta década, o bairro São Pedro. A urbanização constituiu-se ali marcada por paulatina *gentrificação* e consequente expulsão da população negra e de menor poder aquisitivo ali residente. Os antigos terrenos da região, outrora ocupados por famílias operárias abrigam, na atualidade, grandes edifícios habitados em geral por pessoas brancas, de classe média e alta.

A família de Vilma Eustáquia, neste contexto, resistiu a este processo e assistiu à transformação radical da paisagem, sofrendo, não raro, as consequências do mesmo processo, na forma de assédio moral e discriminação sociorracial. Rita Venância, especialmente após a morte do marido, em 03 de janeiro de 1969, trabalhou arduamente como lavadeira e, juntamente com as filhas e filhos, que desde cedo precisaram trabalhar – muitas vezes deixando de estudar, em detrimento da necessidade de sobrevivência digna pelo trabalho –, conseguia pagar com sacrifícios, mas religiosamente, o IPTU. Afinal, entendiam como seu o terreno cujo valor fora debitado, durante anos, do pagamento de José Rodrigues.

Figura 31 Rita Venância do Espírito Santo e sua filha Maria Eunice Marciano dos Santos, por ocasião do casamento desta (s. d.)

Fonte: Acervo da Família de Dona Vilma Eustáquia da Silva[388]

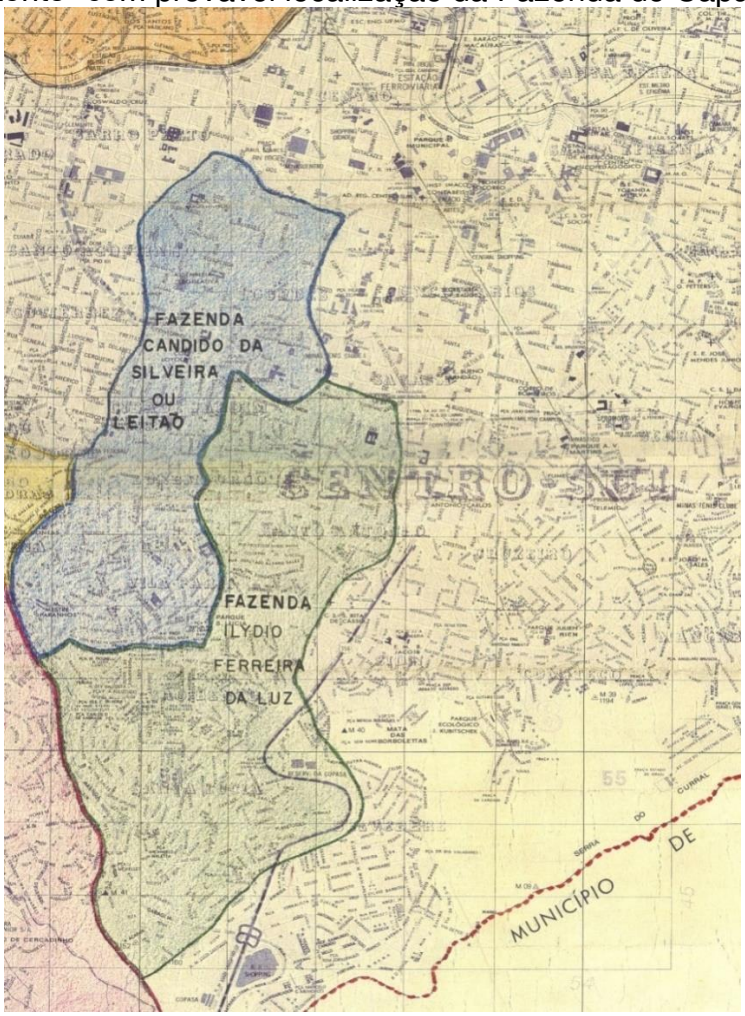
[388] Agradeço à gentileza e generosidade de Heloíza Helena Costa e sua mãe, Dona Vilma Eustáquia, por permitirem a reprodução desta imagem nesta tese.

3.3.3 Uma história antiga

O lugar que se constituiu como território referencial da história de vida e lutas das quatro gerações da família de Vilma Eustáquia, integrava uma região já habitada, no século XIX, por população diversa. De acordo com mapas das antigas fazendas de Belo Horizonte (Figuras 23 e 24), a região correspondia a parte da Fazenda do Capão. Esta, no Registro de Terras do Arraial do Curral Del Rei, efetuado por força da Lei No. 601, de 18 de setembro de 1850 – conhecida como "Lei de Terras" –, tinha por proprietários declarados Lucio Caetano João de Seixas Ferreira (sic), Eugenia de Seixas, Antonio Manuel de Abreu, Antonio Custodio da Fonseca, Francisco Antonio da Fonseca, Manuel Ignacio Teixeira, Joze Manuel de Abreu, Cassemiro Baptista Vieira "(e mais pessoas do povo, compradores, para seus usos)" e "divisavam suas terras pela estrada que vai para Congonhas até o alto da Serra, e por adiante, até o córrego fundo, e com terras do Capitão Francisco Antonio Vas de Mello, Antonio da Silva Porto, João da Costa Torres e Rafael Baptista Vieira."[389] A partir de 1894, quando adquirida pelo Governo do Estado, pertencia a Ilydio Ferreira da Luz.

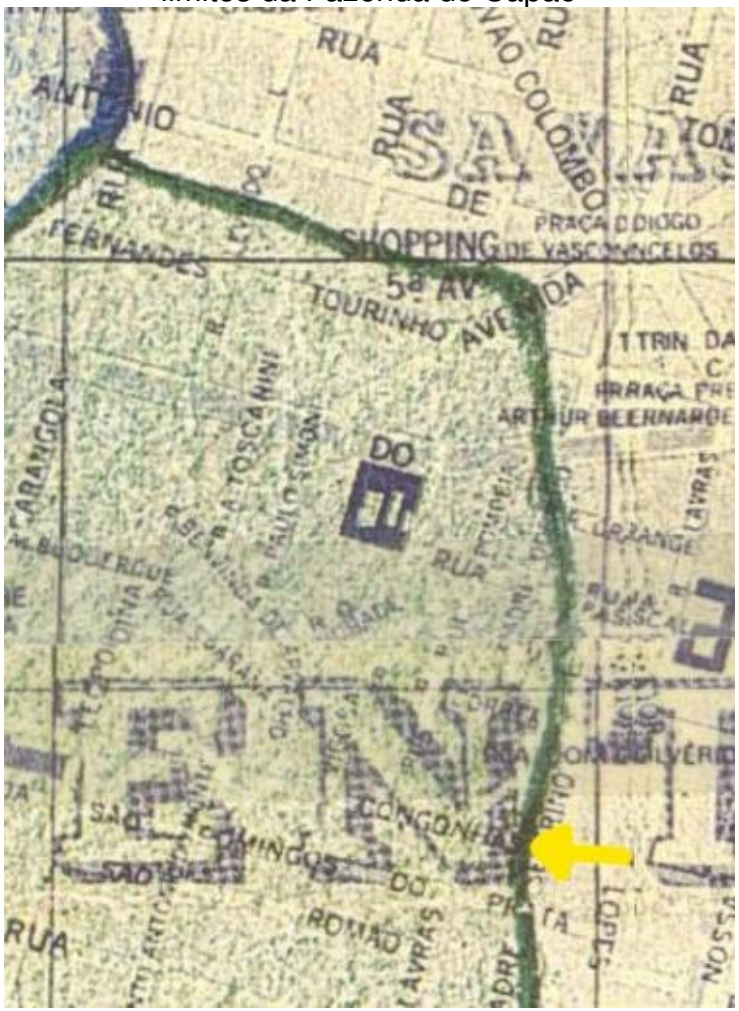
[389] APM – Fundo Repartição de Terras Públicas – Transcrição do Livro TP-1-067 Curral Del Rei, Nossa Senhora da Boa Viagem (1855-1857), conforme Artigo 91 do Regulamento n. 1318 de 30 de janeiro de 1854.

Figura 32 Detalhe do mapa “Fazendas Antigas de Belo Horizonte” com provável localização da Fazenda do Capão



Fonte : APCBH/Prodabel (Detalhe Figura 24)

Figura 33 Localização da Rua Congonhas nos prováveis limites da Fazenda do Capão



APCBH/Prodabel (Detalhe Figura 24)

A “Rua das Congonhas”, que consta dos Mapas de População do Arraial/Distrito do Curral Del Rei, desde 1828[390], pelo menos, pode ter integrado as terras e/ou constituído limites da fazenda. Tratava-se, provavelmente, de estrada antiga que levava à região do atual município de Nova Lima – que já fora denominado, no Século XVIII, de “Campos de Congonhas”, depois Congonhas de Minas do Ouro, e, a partir de 1836, quando da condição de arraial passa à de freguesia, desde então denominando-se Congonhas de Sabará. Pela localização da rua em questão, que dá acesso à atual avenida Nossa Senhora do Carmo e à BR-356 que leva ao município de Nova Lima, esta inferência torna-se ainda mais plausível.

Ao final do século XIX, a “Rua das Congonhas” era habitada por várias famílias, dentre as quais figuravam, provavelmente, famílias negras descendentes trabalhadoras e trabalhadores libertos ou escravizados. O Curral Del Rey, como vimos, ao longo do século XIX era predominantemente habitado por população que seria, atualmente, considerada negra. Assim é que, em 1828, constavam entre a população de habitantes da Rua Congonhas, as pardas Josepha Gomes, viúva, de 50 anos; e Rita Correia, solteira, de 83. Além delas, as(os) escravizadas(os) da viúva Ana Teixeira, de 47 anos: Manoel Angola, de 64 anos, Maria, de 54 e Joana, creoula, de 29 anos.[391]

Possivelmente pretas/os ou pardas/os eram também: Rita Rosa de Jesus, que em 15 de Janeiro de 1889 adquirira um terreno que divisava com a Rua de Congonhas; e os herdeiros de Thomé Joaquim e Quintina Maria do Espirito Santo, proprietários de terras na mesma condição, que haviam sido adquiridas por Thomé e Quintina, em 12 de junho de 1863, por compra, de José Manoel de Abreu e sua mulher Maria Francelina da Fonseca, por 50 mil réis. A escritura desta compra e venda registra que estas terras haviam sido de Antonio Custodio da Fonseca – um dos referidos proprietários da Fazenda do Capão, em 1855.[392]

---

[390] TASSINI, Raul. *Op. cit.*, p. 31-42.

[391] Cf. *Ibid.*

[392] Cf.: ACPBH – Acervo Comissão Construtora da Nova Capital.

De todo modo, quando da aquisição das terras da “Rua das Congonhas”, pelo Estado de Minas Gerais – a qual passou a integrar a 2ª Sessão Suburbana da Capital, já na Planta Geral da Cidade de Minas (1895), inicialmente como “Rua Araçuahi” –, esta população provavelmente foi forçada a deixar as terras onde várias gerações de suas famílias haviam vivido.

Figura 34 Detalhe da “Planta Geral da Cidade de Minas”, com indicação da localização da Rua das Congonhas

Fonte : MHAB – Planta Geral da Cidade de Minas (Figura 2)

Curiosamente, no entanto, talvez pela força do costume local de nomear a antiga rua como “Congonhas”, prevaleceu nos planos posteriores, utilizados para loteamento e urbanização da cidade, até o presente, o mesmo nome (ao contrário dos nomes das ruas que foram abertas no entorno, de acordo com os a Planta original). A aparente coincidência da presença de uma outra família negra e mestiça de

sobrenome “Espírito Santo”[393], na mesma rua, algumas décadas depois que os herdeiros de Quintina e Thomé Joaquim foram forçados a dispor de suas terras em favor da construção da nova Capital, parece emergir na história como um signo das transfluências...

A ameaça de expulsão da família de Dona Vilma do território constituído ao longo de várias gerações e que faz parte de sua história, de sua memória, de suas vivências diz muito sobre as noções de justiça e cidadania operadas pelo poder público municipal, que as deveria, não obstante, promover.

Se o empreendimento monumental de criação de Belo Horizonte foi, tal como a história das relações sociais constituídas na cidade, sensivelmente marcado pela exclusão de indivíduos e famílias pobres e, dentre estas, especialmente as negras e mestiças; se não houve, no projeto de modernidade que gestou a cidade a partir da ação do governo do estado de Minas Gerais, fortemente representado pelas elites agrárias – as conservadoras ou as ditas liberais, ambas outrora escravistas –, outro lugar para estas populações, que não o do trabalho que lhes era explorado; histórias de resistência como as que aqui abordamos apontam elementos que demandam atenção a outros projetos possíveis de cidade.

3.4 “Por acreditarmos ainda na justiça”

Ao finalizar este capítulo, torna-se de grande valia observarmos os termos do fragmento de um ofício encaminhado por Luzia Sidônio, em 2002, ao Ministério Público de Minas Gerais:

> Nosso terreno já estava sendo invadido por vários espoliadores [há] muito tempo, sendo que até hoje nada tem sido solucionado; mas desta vez o abuso de poder e a violência passou dos limites. No dia 27 de março de 2002 chegaram (...) duas viaturas policiais, um caminhão basculante com vários operários, um trator e o Senhor Aerton Miranda da Paixão e seu filho entraram pelo portão da obra que também está invadindo o nosso terreno, entraram com um trator derrubando o muro de nossa casa. Fiquei desesperada e perguntei ao Tenente Bolivar se eles tinham um mandado judicial, no que

[393] Não nos foi possível encontrar evidências documentais de que se trate de um traço de parentesco.

respondeu o Senhor Aerton que ele era procurador do município e que não precisava de ordem judicial. Perguntei se ele teria um alvará da prefeitura e ele respondeu do mesmo jeito dizendo que ele era o proprietário e que podia derrubar o que quisesse.

... em 1995 este mesmo abuso de poder foi cometido contra a nossa comunidade por um engenheiro de nome Cássio Bhetônico Cardoso quando eu estava defendendo uma outra área do Espólio; este engenheiro, em plena luz do dia, derrubou uma parede de uma casa que estava sendo construída para meu irmão e logo em seguida pegou 2 (dois) mil tijolos e 10 (dez) sacos de cimentos meus, sendo que até hoje nada foi feito [mesmo mediante registro de (BO do Fato)].

...desta vez, quem vai reconstruir a nossa casa? Quem vai pelo menos nos ressarcir dos danos? O abuso de poder nas nossas propriedades está passando dos limites.

A outra inventariante foi assassinada em 1990, dentro de sua casa e embora [este] seja um crime de ação pública, até hoje este crime está sem solução e os prováveis assassinos continuam no mesmo lugar dentro de nossos terrenos ([conforme] denúncia de ameaça de morte, [registrada em] documento [da Comissão] dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte) e nós continuamos a sofrer todos os tipos de arbitrariedades com: montagens de registros feitos em computador, guias de IPTU com registros em outros locais, assassinatos, ameaça de morte e agora o cúmulo até de demolição de casa [denunciados na (Rádio CBN e TV Alterosa)].

Senhor Promotor, está na Constituição que ninguém prejudicará a coisa julgada, que é garantido o direito de herança, que **a justiça e o direito está do lado de quem no direito está**.

Nós os remanescentes de Nicolau Nunes Moreira e herdeiros de Vitalino[394] esperando e **confiando na Lei, na Ordem e na Justiça** (que tem sido morosa para nós) somos vítimas de todos os lados, até mesmo por advogados que advogam para nós e para a outra parte.

Por isso, Senhor Promotor, por acreditarmos ainda na justiça estamos apelando para que sejam tomadas as soluções cabíveis e pedimos por deferimento que sejam puni[das] estas pessoas e também pedimos a devolução de nossas terras.[395]

---

[394] Vitalino Nunes Moreira era irmão de Francisco Cândido de Jesus e Quirino Cândido de Jesus. Os três filhos de Nicolau Nunes Moreira e Felicíssima Angélica de Jesus casaram-se com as filhas de Ana Apolinária e Manoel: com Maria Luiz Moreira, Aurora Luiz e Eulália Marcelina Luiz, respectivamente. Cf. UFMG. *Op. cit.*, p. 85.

[395] Acervo do Quilombo dos Luízes. *Ofício enviado ao Ministério Púbico em 22 de abril de 2002.* Grifos meus.

Este ofício sumariza os inúmeros casos de violência sofridos pelos quilombolas daquela comunidade, e que denotam racismo institucional, manifesto na negligência e mesmo na agência dos poderes públicos contra os Luízes, mas também nas práticas daquelas e daqueles particulares que se apropriam das terras do Quilombo ignorando leis e determinações judiciais. Experiências observadas também, como vimos, nas outras comunidades quilombolas da cidade.

No documento, os elementos e a forma com que Dona Luzia Sidônio, ainda assim, dirige-se às autoridades responsáveis por fazer valer a "Lei", a "Ordem" e a "Justiça", para reclamar das autoridades responsáveis providências contra as graves e sucessivas violências sofridas por sua ampla família, ao iniciar o século XXI, parecem ter sido inspirados diretamente pela experiência de Manoel Luiz Maria, quase cem anos antes. Como se, numa espiral do tempo, de ciclos em ciclos, fosse constituindo-se, a partir de experiências como a de Cornélia, Ana Apolinária e Manoel, Cordelina, Luzia e tantas/os outras/os, aqui evocadas/os, o aprendizado da justiça e da equidade ou, como já reivindicava Manoel Luiz, em 1902: "Pela lei, justiça e razão".

O elo de continuidade dos apelos à justiça, à lei, à razão, feitos por Manoel Luiz e sua neta Luzia Sidônio, entre os dois últimos séculos, põe em evidência o aspecto estrutural do racismo inerente à experiência do capitalismo liberal construída no Brasil. A necessidade da existência da luta de Luízes e outras famílias negras e quilombolas pelo respeito ao seu direito de propriedade revela, ainda, que a relação destas pessoas com a terra não se dá na mesma sintonia do trato mercadológico da terra que caracteriza o história da transformação da terra em lastro e que baliza seu trato como propriedade, no Brasil, desde o advento da Lei de Terras, em 1850. A relação com a terra, para Luízes, Manzo, Mangueiras, Souzas, Carolinos, Dona Vilma e tantas outras famílias negras brasileiras que resistem às brutais tentativas de expropriação, na cidade moderna, é orientada por valores que se apresentam como contraponto ao projeto liberal de cidade, na experiência brasileira. São ancorados em valores como partilha, reciprocidade, relação não detratora da terra que acolhe essas comunidades enquanto abrigo e fonte de energia para reprodução da vida. Estes valores, ademais, poderiam ser considerados como referência para projetos mais equânimes de cidade.

Cabe observar, ainda e considerando o que as experiências aqui apresentadas nos propõem, que o emprego da noção de justiça em relação aos quilombos e à população negra espoliada de seus territórios na cidade, não remete ao mero reconhecimento da experiência desses grupos como “territórios negros” na cidade, ao modo como os define Raquel Rolnik[396], em referência aos espaços que resistem aos processos de gentrificação, apresentando-se quase que como “ilhas” margeadas pelo espaço urbanizado, modernizado pela gentrificação e pelas concepção higienista que a fundamenta.

À luz do que nos ensinam as trajetórias de lutas das/os herdeiras/os da Fazenda Bom Sucesso, e das comunidades quilombolas aqui referenciadas, considero que o uso deste conceito para referenciar tais experiências resulta, em certa medida, ao contrário do que parece enunciar, na corroboração do racismo estrutural que permeia e sustenta a violência da segregação espacial dessas populações, tendendo à sua aniquilação física e simbólica no espaço urbano.

Justiça, neste contexto, seria o reconhecimento e a garantia do respeito aos direitos dos habitantes dessas comunidades, que constituem verdadeiros patrimônios da história de formação do espaço e da sociedade em Belo Horizonte, se devidamente considerada a longevidade de sua presença no território, através de várias gerações, desde os tempos do Curral Del Rey.

[396]ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997(Coleção cidade aberta).

Considerações Finais

Figura 35 "Roseira na Praça da Liberdade em Belo Horizonte" (1927)

Fonte: APM – Acervo Iconográfico. Coleção Municípios Mineiros.
Autoria: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 12.10.1927 – P/B – Dimensões originais: 15,0 x 12,0 cm – Foto inserida no Dossiê Aspectos de Belo Horizonte

Quem visitasse o jardim da Praça da Liberdade – "modelado pelo de Versalhes", bem o lembrava o escritor Cyro dos Anjos –, na Belo Horizonte dos anos 1920, aos domingos, decerto observaria a cena já naturalizada: após a apresentação da banda musical, que sempre tinha início com *O Guarani*, havia o *footing*, que assim ocorria, conforme segue rememorando Cyro dos Anjos em seu "romance-memória" *A Menina do Sobrado*:

> na alameda à direita de quem ia rumo ao Palácio, caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda, que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras-imperiais, separava sociedade e plebe; democráticas as roseiras floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco. (...) Depois da retreta, que acabava às nove da noite, as mulatas desciam para outro footing, o da Avenida, e dali iam para cinemas-poeira ou sumiam com os namorados pelo Parque.[397]

Para qual dos lados da alameda seguiria alguma das muitas pessoas negras que migraram para Belo Horizonte? Seguiria algum ou alguma de nossos/as *flanêurs* por outros caminhos? Se fosse uma criança, que, como o menino Lisandro, chegara de sua longínqua terra natal, no interior do estado, em busca de trabalho, estaria à esquerda, junto aquelas e aqueles com quem compartilhava, a despeito de todas as interdições impostas pela cidade segregada, a negrura e a expectativa de abrigo, a potência do afeto? Seguiria para o parque, onde observaria a leveza dos encontros entre aquelas e aqueles a quem havia sido negada, de maneira quase sínica, justamente a liberdade do caminhar?

A cena do espaço público demarcado em "branco" e "preto", que tão bem representa a marca higienista da cidade social e racialmente segregada desde o nascimento, perpetuava-se no tempo. De tal modo que, quando a menina Maria Ramos[398] chegou a Belo Horizonte, em 1938, com 11 anos de idade, até os anos 1950, quando se casou, aquelas eram das poucas atividades de lazer que ela e outras meninas e jovens negras trabalhadoras acessavam, depois de uma árdua semana de trabalho nas "casas de família". Nas vivências de Cotinha, como Maria era mais conhecida, contudo, o passeio segregado ocorria nas largas pistas da Avenida Amazonas, enquanto o ponto de encontro com namorados e amigas/os continuava sendo o parque – atualmente "Parque Municipal Américo Renné Gianneti", na região central da cidade. Era ali que podiam, finalmente, cultivar momentos de afeto, encontrar aquelas e aqueles com quem poderiam construir projetos, construir pontes

---

[397] ANJOS, Cyro dos. A menina do sobrado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 238.

[398] A história de Maria Ramos é abordada em PEREIRA, J. A. *Histórias familiares..., op. cit.*, p. 11 e seguintes.

e – quem sabe um dia –, fluir livremente pelos caminhos que desejassem? Foi ali, afinal, que Cotinha conheceu, tempos depois, seu futuro marido, nosso já conhecido Raimundo Monteiro[399].

A naturalidade com que a cena era, possivelmente, vislumbrada na sociedade da época, especialmente pelos que caminhavam junto à margem socialmente embranquecida das amplas avenidas da cidade, dimensiona a profundidade dos processos de racialização das relações sociais, em um contexto no qual "raça" era objeto central das preocupações intelectuais e políticas expressas nos debates sobre identidade nacional e projetos de desenvolvimento para o país.[400]

Com efeito, é importante ter presente, que esse debate se intensificara, no Brasil, desde fins do século XIX, sob inspiração das teorias deterministas e racialistas[401], e que, ao longo das primeiras décadas do século XX, ainda que seus principais debatedores divergissem quanto à irreversibilidade do "fenômeno", em geral consideravam a constituição racial preponderantemente negra e mestiça do país como o principal obstáculo ao almejado desenvolvimento.[402] O estímulo ao branqueamento da população por meio da inserção controlada de trabalhadores estrangeiros foi uma das tentativas de soluções capitaneadas pelos governos. Outras estratégias, menos explícitas, contudo, eram desenvolvidas no âmbito da busca por controle do espaço urbano, por meio dos projetos de remodelação das cidades antigas

---

[399] Cf. Capítulo 2, p. 87.

[400] A este respeito, Carlos Alberto Oliveira sinaliza que o elemento racial é acionado também nas articulações entre identidade nacional e modernidade, nos processos de transformação urbana na América Latina, no mesmo período. Também nessa região, o eurocentrismo informava o processo de constituição e formação de identidades nacionais. Cf. OLIVEIRA, C. A., *op. cit.*, p. 22; CORREA, M. *As Ilusões da Liberdade*: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 2a.ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

[401] Cf. SCHWARCZ, Lília K. M. *O espetáculo das raças*, *op. cit.*

[402] Dentre os principais autores que tomam parte neste debate, destacam-se intelectuais como, Raymundo Nina Rodrigues, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, dentre outros.

e, no caso de Belo Horizonte – segunda cidade planejada do país, sendo a primeira a ser construída[403] – da busca de controle sobre os corpos, já no projeto original.

O Plano elaborado por Aarão Reis, em 1895, sinaliza a especificidade da natureza racializada da modernização aplicada ao urbanismo brasileiro: o emprego da concepção higienista de controle do espaço, associada ao rigor positivista. Assim, como pode ser observado na Planta Geral da Cidade de Minas (Figura 2), o Plano é organizado a partir de um traçado de duas tramas ortogonais deslocadas a 45 graus, configurando uma Área Urbana de 8.815.283 m^2, limitada por uma avenida de contorno, destinada a integrar diversos setores da cidade e divisar as área urbana e suburbana, atendendo aos interesses de viabilização das atividades da administração pública. Aqui é importante registrar que o Plano parece incorporar o interesse do governo do estado de que a nova cidade constituísse um polo agregador eficaz em relação às diferentes regiões do estado.

Na área central sobressaíam-se as avenidas diagonais, projetadas como extensos bulevares, dentre as quais principal, a Av. Afonso Pena, marcava o eixo norte-sul. Esta estrutura articulava-se em torno de um centro administrativo que era constituído pelos prédios do palácio do governo e secretarias, bairro de Funcionários, e, ainda, uma área Comercial articulada com as praças do Mercado[404] e da Estação, e com os palácios do Congresso e da Justiça, a municipalidade, uma capela, hotel, escolas, hospital e jardim zoológico. Ao centro, propunha-se um grande parque ladeado por uma avenida de sentido norte-sul, o que denota a preocupação higienista associada à intenção de dotar a nova cidade de um espaço privilegiado de recreação – que como vimos por meio das memórias de Cyro dos Anjos e Cotinha, foi apropriado pela população de pretas/os e pobres indesejados da cidade vivida. Previa-se ainda uma Igreja Matriz, a ser instalada no limite entre as zonas urbana e suburbana. No entanto, à saída de Aarão Reis da Comissão Construtora, já em 1895, por divergências políticas como o novo governo, seguiram-se alterações do projeto original incorporando, por exemplo, a manutenção da Matriz, na mesma região em

[403] Berenice Guimarães menciona as outras três capitais planejadas foram: Teresina (1852), Goiânia (1935) e Brasília (1960). Cf. GUIMARÃES, 1992, *op. cit.*

[404] Em local onde está situada a atual Rodoviária.

que se localizara desde os tempos coloniais. Uma ausência, contudo, perpetuou-se no projeto executado: a de previsão de espaço permanente de moradia para aqueles que depois passaram a ser limitados à margem esquerda do Jardim da Liberdade.

Além da Área Urbana, eram previstas uma Área Suburbana de 24.940.830 m², ordenada por meio de parcelamento em lotes de proporção maiores e traçado mais flexível, com ruas mais estreitas, onde seriam instalados também hipódromo, cemitério, reservatórios de água, matadouro, casas de máquinas dos esgotos e oficinas do ramal férreo, tomando-se o cuidado de definir e implantar estes equipamentos a partir de preceitos higienistas. Também uma Área de Sítios, com 14.474.619 m², como elemento de transição entre as zonas urbana e suburbana e a zona rural, e que tinha como finalidade, em princípio, o abastecimento da cidade de gêneros alimentícios, com a implantação de pequenas propriedades. Estas regiões foram posteriormente adaptadas, abrigando as colônias agrícolas, que como já mencionado, constituíam o outro braço de modernização agrícola promovido pelo estado e também não previam a instalação de gente preta e pobre.[405]

O esforço higienista seguiu orientando as ações das autoridades legisladoras e administrativas da cidade como é possível denotar nos fragmentos de decretos de 1900 e 1925, seguintes:

> Todo o indivíduo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos nos termos da lei civil, e implorar esmolas, será considerado mendigo. Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no distrito da cidade, sem estar inscrito como mendigo, no livro respectivo da Prefeitura. Feita a inscrição será entregue a cada mendigo:
> - Uma placa com a designação “Mendigo” e o número da inscrição, para trazer no peito e por forma bem visível;
> - Um bilhete de identidade, contendo o número da inscrição, o nome, idade, residência e designação do local destinado a estacionar, bilhete este que será assinado pelo Doutor Diretor de Higiene (…).[406]

[405] Como indicado em nota anterior, ex-escravizados e seus descendentes sofriam restrições à aquisição de terras destinadas aos núcleos agrícolas (ou coloniais).

[406] BELLO HORIZONTE. *Decreto Nº 1435* de 27 de junho de 1900. Regulamento sobre Mendigos. Prefeitura da Cidade de Minas. Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1911.

*

> Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é prohibida a entrada de:
>
> a) Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que não tiverem descentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animaes em liberdade, e em volume excedente de 30 centimetros de largura por 40 de comprimento;
> (...)
> c) Vendedores ambulantes, com os artigos do seu commercio.[407]

Como é possível observar, a linguagem do texto administrativo, tal como a dos documentos analisados por Jerry Dávila, no Rio de Janeiro das décadas iniciais do século XX[408], não explicitam nenhuma distinção racial quanto aos afetados pelo exercício de controle da circulação na área urbana. Entretanto, à luz do que foi apresentado nesta tese, é possível identificar como provavelmente pretas, pardas, mestiças as pessoas a quem eram dirigidas as recomendações e limitações estabelecidas nos dois decretos.

Do mesmo modo "silencioso", desenvolveram-se narrativas omissas quanto à cor das populações indesejadas que insistiam em usufruir da cidade, para além do permitido, que era o mundo do trabalho em condições de subalternidade e limitado pelos valores dos setores política e economicamente dominantes da sociedade.

Buscamos demonstrar, por meio dos capítulos anteriores, que a segregação espacial das populações negras em Belo Horizonte, associada à produção de silêncio sobre a agência fundamental dessas populações da formação do território e da sociedade local, constitui o cerne de um projeto de cidade alicerçado em concepções de modernidade profundamente racializadas, que enunciam o aniquilamento da possibilidade de existência física e simbólica destas populações no espaço citadino. Mas que, na contracorrente do mesmo projeto, há a presença insurgente de gente que, ao mobilizar-se em defesa do que considera plausível ante

---

[407] BELLO HORIZONTE. *Decreto Nº 10*, 24 de junho de 1925. Bello Horizonte. Imprensa Oficial, 1925.

[408] Cf. DÁVILA, J., *op. cit.*

“a Lei, Justiça e Razão”, sinalizam oportunidades de recriação e atualização da própria cidade.

As histórias aqui tratadas, nessa medida, podem contribuir para o alargamento da compreensão sobre aspectos do caráter estruturante do racismo institucionalizado nas práticas e representações que moldam a sociedade brasileira. Isto é possível, em grande parte, devido à participação fundamental de pessoas diretamente relacionadas com alguns dos acontecimentos abordados, no percurso metodológico construído durante a pesquisa.

Já o início da construção do objeto, do tema e das questões a serem investigados, como indiquei na Introdução desta tese, foi profundamente inspirado pela escuta atenta ao que Dona Ione Pires Ladislau dizia sobre a cidade, ao tecer a narrativa de sua história familiar. Foi partir deste exercício de atenção ao que ela contava nos ditos e nas entrelinhas, por meio dos gestos e do fluir de suas emoções, que percebi, em especial, a necessidade e viabilidade de explorar arquivos e ampliar a escuta. Busquei fazê-lo, pois, tanto junto a outras famílias negras vivendo na contemporaneidade, quanto pedindo licença a quem já se foi, para acessar os sinais que atestavam sua presença e suas vivências na cidade e que restavam inscritos na documentação arquivística que os abrigavam, silenciados.

Na medida em que alguns documentos foram revelando-se, observei que para além de fontes para a elaboração do estudo de que deriva esta tese, constituiriam potencialmente elementos de fortalecimento para lutas que se perpetuavam no presente e sobre as quais eles também informavam. A descoberta da documentação que possibilitou a construção da história dos herdeiros negros da Fazenda Bom Sucesso, assim, apresentava-se como de significativa relevância para o incessante esforço de defesa das terras do Quilombo de Luízes. Estes documentos e as informações que eles registravam, ainda não conhecidos de Luízes, lhes eram também de direito. Razão pela qual compartilhei de sua descoberta com Miriam Aprígio Pereira, liderança do Quilombo, também historiadora. Uma relação de profundo e mútuo respeito estabeleceu-se entre nós, e orientou-me quanto ao compromisso ético com que era preciso conduzir a pesquisa e a escrita desta tese –

em especial no que se refere à história de Ana Apolinária, Manoel Luiz e sua descendência perpetuada em Luízes.

Refiro-me, ao fim, aqui, a uma experiência de abordagem ética que sinaliza a necessidade de repensar os fundamentos e limites das práticas metodológicas de nosso ofício. Afinal, parece-me que superar alguns dos aparentes limites de expressão dos que são ainda considerados os "subalternos" da história, aprendendo a ouvi-los, como proposto na Introdução, requer atenção ao modo como exercitamos a prática de produção historiográfica. Também o nosso ofício, na experiência brasileira, é nutrido por uma base epistêmica informada pelo racismo. E faz-se necessário indagarmo-nos sobre como isto opera em nossas práticas, de que maneira nosso olhar sobre as fontes, as questões que a elas dirigimos e as respostas que encontramos – ou não, são perpassadas pela forma racializada como somos constituídas/os socialmente.

Em outras palavras: não seria possível realizar esta pesquisa se levássemos em conta apenas o aparente silêncio das fontes sobre a população negra em Belo Horizonte. Foi preciso, partindo do problema fundamental da pesquisa – o aparente paradoxo entre a inexistência de fontes e os sinais oferecidos pela história de Dona Ione sobre a possibilidade de produção de uma história da presença negra na cidade –, ampliar o esforço de pesquisa e de escuta, durante a investigação, para que se revelasse a viabilidade do estudo.

O diálogo com Miriam Aprígio, para além isto, nos remete a uma dimensão já explicitada em pesquisas como as de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, Rodrigo de Azevedo Waimer e, antes deles, de Robert Slenes (durante o trabalho com a comunidade de Cafundó): a do potencial da pesquisa histórica, em casos que se desenvolvem no presente, para fundamentar a consolidação de conquistas e garantia de direitos junto a comunidades quilombolas.

Esta dimensão mostrou-se importante, ao longo desta pesquisa, também no caso da defesa do território da família de Dona Vilma Eustáquia, como vimos no Capítulo 3. Aqui, a investigação historiográfica e o modo como foi construída – em parceria com a família e com profissionais de diversas áreas que somaram-se em defesa do direito de Dona Vilma às próprias terras – constitui subsídio relevante para

batalhas que se desenvolvem no campo jurídico e também no campo da opinião pública e da sensibilização e do chamamento dos agentes públicos que detém, afinal, o poder de decisão política para o caso suspenso, mas ainda em aberto.

Registro, para finalizar, que o esforço de pesquisa tal como descrito aqui, resultou em desdobramentos que potencializam ainda possibilidades de fortalecer ações de história pública que contribuam para, mais que desvelar mecanismos de racismo institucional, buscar superá-lo, no âmbito das políticas públicas de cultura e memória. Durante a pesquisa e em função dela, recebi um convite a colaborar com o processo de formação da equipe de profissionais do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), que realizariam uma exposição sobre o tema "Presença Negra em Belo Horizonte". Dois anos depois, fui convidada para realizar a curadoria da mesma exposição; o que, a partir de diálogo com os propositores, foi realizado em parceria com a jornalista Simone Marques de Moura e resultou na Exposição "NDÊ! Trajetórias afro-brasileiras em Belo Horizonte", aberta à visitação pública por dois anos (2018 a 2020). A exposição foi realizada por uma equipe composta por integrantes do MHAB e por profissionais contratadas/os e que por sugestão da curadoria, em comum acordo com o Museu, são negras/os – escusado dizer, pela coerência com o tema e as práticas curatoriais propostas.

Trata-se de uma exposição de caráter histórico (não apenas artístico), integrada por objetos cedidos por pessoas negras de diversas regiões da cidade – o que foi possível mediante um intenso trabalho de campo para prospecção de cedentes empreendido pelas curadoras e por um dos técnicos do Museu, o historiador Raphael Rajão Ribeiro – e por objetos que integram o acervo do próprio MHAB. Neste último caso, foi de grande importância a atenção da equipe do Museu à solicitação feita pela curadoria, à luz das questões metodológicas que coloquei em discussão anteriormente, nesta tese, para que se visitasse o acervo que, inicialmente, era tido como desprovido de peças em quantidade e potencial suficiente para uma exposição sobre o tema. O trabalho intenso de pesquisa realizado por esta equipe do Museu, em

especial pelas estagiárias[409], revelou grande quantidade e diversidade de materiais relevantes para os propósito da exposição.[410]

É pertinente registrar, ainda que, alguns desdobramentos vêm atendendo a um dos objetivos da exposição, qual seja o de que ela fosse recebida por quem a visita e por agentes sociais e culturais negras/os da cidade como um convite à continuidade, à produção de outras histórias e ações inspiradas pelas experiências das pessoas e comunidades negras ali compartilhadas. Um deles é o fluxo de visitantes com participação crescente de crianças e jovens estudantes das redes públicas de ensino de Belo Horizonte, muitos dos quais nunca tinham visitado o museu e que são impactadas/os pela experiência de se reconhecerem nas imagens e demais objetos que narram histórias de pessoas negras como muitas/os delas/es. Outro desdobramento é a viabilização de ações de continuidade articuladas pelo museu junto a artistas negras/os da cidade, por meio de um edital de ocupação pública da área externa do MHAB, que tem por orientação o diálogo com as curadoras da exposição, buscando garantir que as atividades contempladas tenham relação com os temas abordados na exposição.

[409] Cf. Ficha Técnica da Exposição na reprodução do Programa, na sessão de Apêndices, abaixo.

[410] Ao final, do acervo total prospectado tanto em campo, quanto no próprio Museu, foram identificados cerca de 900 objetos, dos quais foi preciso limitar o uso a apenas cerca de 300.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Anuários

MINAS GERAIS. *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IMPRENSA OFICIAL, 1911.

Acervo da Câmara Municipal de Sabará

Livro 1º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 240 (1834-1848)
Livro 2º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 026 (1848-1852)
Livro 3º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 243 (1853-1868)
Livro 4º de Notas do Distrito do Curral Del-Rei CMS – 024 (1868-1872)

Fundo Secretaria do Interior

COLEÇÃO 585 – Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (1901-1935)
RELATÓRIOS da Santa Casa de Misericórdia (diversos municípios mineiros)

Fundo da Chefia de Polícia

SÉRIE 3 – Gabinete de Identificação e Estatística Criminal (POL 123) Registro de Réus recolhidos às cadeias do Estado – letra A a L (até 1913)
SÉRIE 8 – Ocorrências Policiais (1913-1935)
SÉRIE 9 – Operações Policiais (1928-1945)

Relatórios Policiais

FORÇA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAES. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Affonso Penna Junior, Secretario do Interior, pelo Bacharel Julio Octaviano Ferreira, Commandante Geral da Força Publica, em 1920.* Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1920. (Referente ao ano de 1919).

FORÇA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAES. *Relatorio alusivo ao ano de 1936, apresentado ao exmo. sr. dr. Benedito Valadares Ribeiro. D. D. Governador do Estado de Minas Gerais, pelo Cel. Alvino Alvim de Menezes Comandante Geral da Força Pública.* Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1937.

FORÇA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAES. *Relatorio alusivo ao ano de 1937, apresentado ao exmo. sr. dr. Benedito Valadares Ribeiro. D. D. Governador do Estado de Minas Gerais, pelo Cel. Alvino Alvim de Menezes Comandante Geral da Força Pública.* Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1938.

[Microfilmes/Coleção Obras Raras]

MINAS GERAES. *Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Dr. Urias de Mello Botelho em 1909.* Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1909. Microfilme [Original Impresso]. Coleção Obras Raras.

MINAES GERAES. *Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais*. 1910. Anexo ao Relatório da Chefia de Polícia do Estado de M. G. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal) pelo diretor A. Affonso de Moaes em 1909.

MINAS GERAES. *Annexo ao relatório da Chefia de Policia do Estado de Minas Geraes*. Pelo Director. A. Affonso de Moraes. Em 1909. Bello Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes, 1910. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal).

MINAS GERAIS. *Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais*. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Dr. Américo Ferreira Lópes em 1911. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1911.

Fundo Jornais Mineiros

Folha Sabarense (Sabará –1887, 1888,1894)

O Contemporâneo (Sabará – 1888)

Fundo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte

Pareceres e Projetos do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. CDBH 1928.

Iconografia

Fundo Olegário Maciel (1926-1930 [provável])

Coleção Municípios Mineiros (1905-1928)

Coleção João de Almeida Ferber (1928)

Coleção Tipografia Guimarães (S.d.)

Coleção Fundo Chefia de Polícia

Coleção Leis Mineiras (1835-1889)

MINAS GERAIS. [Assembléia Legislativa Provincial]. *Resolução* N. 3823 de 16 de Agosto de 1889. Aprova o ato do Governo de 23 de Dezembro de 1887, autorizando a execução de uma postura sobre locação de serviço na Capital. T. 56, part. 1. 1889. Ouro Preto, 1890. Tipografia J. F. de Paula Castro. (p. 249-254). Disponível no acervo do Arquivo Público Mineiro - Coleção Leis Mineiras (1835-1889): <http://goo.gl/F1o2M7>.

Coleção Mapas de População

Mapa da População do Termo da Vila de Sabará (1816).

Mappa da População existente no Distrito da Parochia do Curral D'El Rei, anno de 1840.

Posturas

APM – Posturas Policiaes da Câmara Municipal da Fidelíssima Vila do Sabará, para nella e seu Termo serem observadas, em cumprimento da Carta da Ley do 1º de Outubro de 1828. (22 de juho de 1829).

APM – Posturas Policiaes da Câmara Municipal da Leal Cidade de Mariana. (17 de setembro de 1829).

Outras Fontes

Copia de um Instrumento em Publica forma com o teor da Confirmação de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral De El-Rey Commarca de Sabará como abaixo se declara. APM – CMOP Cx: 82 Doc: 03

Relação de habitantes da então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei (1828). In: TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei*. Belo Horizonte: s. n., 1947. (Acervo da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro), p. 31-42.

ARQUIVO PÚBLICO
DA CIDADE DE BELO HORIZONTE – APCBH

Impressos

APCBH - Livro de Registros de Sepultamento (Cemitério do Bonfim) – Livro I.

APCBH – (Resguardado sigilo).

APCBH – (Resguardado sigilo).

APCBH – (Resguardado sigilo).

RELATÓRIOS DE PREFEITOS

BELO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em outubro*

de 1929 e Relatórios Anexos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929.

LEGISLAÇÃO

BELLO HORIZONTE. *Decreto Nº 1435* de 27 de junho de 1900. Regulamento sobre Mendigos. Prefeitura da Cidade de Minas. Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1911.

BELLO HORIZONTE. *Decreto Nº 10*, 24 de junho de 1925. Bello Horizonte. Imprensa Oficial, 1925.

BELO HORIZONTE. Lei Municipal No. 335, de 4 de abril de 1928, admitia a concessão de lotes a operários por *emphyteuse*.

BELO HORIZONTE. Lei Municipal No. 309, de 28 de outubro de 1926.

On-line

Acervo da CCNC - Disponível em: http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/.

Processo De Tombamento dos Passos 1 a 4e da capela e casa e terreno do Bispado de Mariana – ruas Deodoro, Sabará e Rosário. APCBH-310(431-436). AI.01.04.10_319-431_30.07.1895.

APCBH-310(010) – Tombamento de Propriedades à Rua do Rosário.

APCBH-310(033) – Processo De Desapropriação da casa e Quintal de José Pedro da Costa – Rua do Rosário

APCBH-346 – Processo de Tombamento da Casa e quintal de herdeiros de Manoel do Rosário

APCBH. Acervo da CCNC. *Op. cit*. Processo de tombamento do terreno dos herdeiros de Thomé Joaquim - Rua de Congonhas. APCBH. AI.01.04.01 - 310 (343). 15.12.1894.

BIBLIOTECA NACIONAL

Periódicos

REVISTA Industrial de Minas Geraes. Ouro Preto, MG: [s.n.], 1893-1987. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-industrial-minas-geraes/053783>. Acesso em: 5 fev. 2019.

LUIS ALFREDO; FRANCO, José. “Esta terra é minha”. *Revista “O Cruzeiro”* – Ano 1963/edição 0015, 19.01.1963.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO – MHABH

Acervo textual de Raul Tassini

Famílias Italianas. Texto datilografado, manuscrito e recortes de jornais. RTpe2.

Acervo fotográfico MHAB

MHAB-BH.RET.1897-001. “Major Lopes de Oliveira – Primeiro Delegado de BH”. 1897. Autoria não identificada. 30,0 x 22,5 cm.

MHAB-BH.URB.1930-018. “Av. Contorno – Floresta”. 1920-1930. Autoria não identificada. 18,0x12,0 cm.

MHAB-JG.FOT.029. “Missa na Igreja da Floresta”. S. d. Autoria não identificada. 12,0 x 18,0 cm

OUTROS ACERVOS

Cartografia

FUNDAMAR - Projeto “Album Corographico Municipal de Minas Gerais”. Panorama Geral de Belo Horizote (1927). Disponível em:< http://goo.gl/MlDYjU>

BELO HORIZONTE. (Prefeitura Municipal) Mapa das Fazendas. APCBH/Prodabel (1997).

MINAS GERAIS. Planta Geral da Cidade de Minas. S.l. Companhia de Artes Graphicas do Brazil Rio de Janeiro. s.d. (Coleção de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro – APM).

IBGE. Base Cartográfica do Censo de 2010. Disponível em: < http://goo.gl/BwtY8V>. Consulta em: 20.08.2016.

Cartoriais

COMARCA DE SABARÁ. Cartório do 2º Ofício. Transcrição do Livro de Registro do Cartório do 1º Ofício da (então) Provedoria do Termo de Sabará – No. 9 – Folhas 87 a 90 – 1º de Agosto de 1830

COMARCA DE SABARÁ. Cartório do 2º Ofício. Transcrição do Livro de Registros de Testamentos da Comarca de Sabará – No. 19

Diversos

BRASIL. IBGE - Cidades. Disponível em < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara/historico>

BRASIL. *Diário Oficial.* Suplemento especial ao Nº 185. 26 de setembro de 1986. Brasília – DF. Sessão I – Despachos do Presidente da República.

Acervo Centro de Memória AngloGold Ashanti. Vews of Morro Velho (fotografias).

Familiares

Acervo do Quilombo dos Luízes

Acervo da Família Araújo

Acervo da Família de D. Vilma Eustáquia da Silva

Judiciais

Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) – Arquivo da 1ª. Vara Criminal. Processo No. 02490747829-1 Maço33.

Literatura

ALPHONSUS, João. *Totônho Pacheco*. 3.ed. Rio de Janeiro: Imago/MEC, 1976.

FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II).

TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei*. Belo Horizonte: s. n., 1947. (Acervo da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro).

Periódicos

“Comissão estende conquista de quem faz greve a quem não faz”. O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1886. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>, consulta em: 28.11.2017.

BARBOSA, Rodrigo. “Teses do secretário foram derrotadas nas plenárias”. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 17/07/1986. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>, consulta em: 28.11.2017.

PEREIRA, Maria Irenilda. *Idosa que mora na mesma casa há mais de 70 anos recebe ordem de despejo*. ESTADO DE MINAS, 03.abr.2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/03/interna_gerais,948545/idosa-que-mora-na-mesma-casa-ha-mais-de-70-anos-pode-ser-despejada.shtml>. Consulta em 01.07.2019

PEREIRA, Maria Irenilda. *Dona Vilma Fica: prefeitura suspende despejo de idosa em BH*. ESTADO DE MINAS, 04.abr.2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/04/interna_gerais,948970/dona-vilma-fica-prefeitura-suspende-despejo-de-idosa-em-bh.shtml>. Consulta em 01.07.2018.

WERNECK, Gustavo. *Desocupação de área de quilombo em disputa no Santa Tereza é suspensa por cem dias*. ESTADO DE MINAS, 23.jul.2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/23/interna_gerais,1071629/desocupacao-de-quilombo-em-disputa-no-santa-tereza-e-suspensa-100-dias.shtml> Consulta em 24.07.2019.

Registros Censitários

BRAZIL. [Império]. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & filhos. s.d.

BRASIL. Censo Demográfico. População. In: Recenseamento Geral do Brasil (1o. de Setembro de 1940). Série Regional. Parte XIII-Minas Gerais - Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

BRASIL. Recenseamento Geral de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Série Nacional. Volume I.

BRASIL. Censo 2010 – Tabela 3175: População residente por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado> Consulta em: 29.01.2019.

Bibliografia

ADELMAN, Jeffry. Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930. 1974. 276 p. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, Bloomington. Acervo Biblioteca da Escola de Arquitetura/UFMG.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte.* 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

ALVES, Célia Regina Araujo. *Preciosas memórias, belos fragmentos: Abílio Barreto e Raul Tassini – a ordenação do passado na formação do acervo do Museu Histórico de Belo Horizonte (1935-1956).* 2008. 196f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2008.

AMARAL, Juliano Bernardes do. *Lágrimas da Liberdade*: relatos de resistência de uma comunidade quilombola urbana – O quilombo dos Luízes. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade Mineira de Direito – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930). 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

ANJOS, Cyro dos. A menina do sobrado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 238.

ARAUJO, Laís Corrêa de. [Organização, Pesquisa e Introdução] *Sedução do Horizonte.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (Org.). História de Bairros: Regional Barreiro. Belo Horizonte: ACPBH; ACAP-BH, 2008.

ARRUDA, Rogério Pereira de. Fotografia e vida social de Belo Horizonte: o caso da Revista VITA. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (Org.). *Campo e Cidade na Modernidade Brasileira*: Literatura, Vilas Operárias, Cultura Alimentar, Futebol, Correspondência Privada e Cultura Visual. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.(p. 127-156).

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

ASSIS JUNIOR, António de. Dicionário Kimbundu-Português: Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico (seguido de um índice alfabético dos nomes próprios). Luanda (Angola): Edição de Argente, Santos & Cia. Ltda., s/d. (Coleção University of Toronto – Robarts Library), (p. 326) Disponível em: < http://goo.gl/z1gK9g>.

ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA E CULTURAL MANGO NGUNZO KAIANGO. *Manzo Ngunzo Kaiango, Mameto N´kise Muiandê, Makota Kidoiale.* [organização: Alice Bicalho [et. al]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2017. 85p.Consulta: 01/09/2016.

AVELINO, Camila Barretos Santos. *NOVOS CIDADÃOS*: *Trajetórias, Sociabilidades, Trabalho em Sergipe após a abolição. (Cotinguiba 1888-1910)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus (BA), 2010.

BARBOSA, Nila Rodrigues. *Museus e etnicidade* – O Negro no Pensamento Museal: Sphan – Museu da Inconfidência – Museu do Ouro Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) CEAO/FFCH – UFBA. Salvador. 2012.

____. *Museus e etnicidade* – O Negro no Pensamento Museal. Curitiba: Appris Editora, 2018.

BARONI, Ana; RIOS, Flávia. *Negros nas cidades brasileiras* (1890-1950). São Paulo: FAPESP, 2019.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2v., 447 p. e 916 p. Publicado originalmente em 1928 (v. 1) e 1936 (v. 2) (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

BARROS, Anderson de Freitas. Belo Horizonte e o Orfanato Santo Antônio: a pedagogia franciscana como proposta de formação. *Anais do XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*. Goiânia, 2009.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.Disponível em: < https://piseagrama.org/somos-da-terra/>. Consulta em: 12.Set.2019.

BELO HORIZONTE. *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003. (Caderno 1)

BOMENY, Maria Helena B. *Guardiães da Razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1994.

BOSCHI, Caio C. As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia, in: *Revista Brasileira de História*, v.7, n. 14 (1987): 151- 184

BOSI, Antônio de Pádua. Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha, MG (1888-1915). *Revista de História Regional* 9(1), Verão de 2004, p. 105-135.

BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 11-33, 2º sem. 2007.

BRASIL. *1823-1888. A Abolição no Parlamento*: 65 anos de lutas. Brasília: Senado Federal, 2012. Volume 1.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A mentalidade religiosa dos setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, nº 18, Set/97, p. 11-28.

CARRATO, José Ferreira. Igreja, *Iluminismo e Escolas Mineiros Coloniais*. (Notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista). Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo – São Paulo, 1968.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Anablume;Belo Horizonte:IEDS, 2009

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 1ª. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

____. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*: Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp. Campinas, n.19, primeiro semestre de 2010. (Dossiê Racismo: História e Historiografia). (p. 33-62).

COOPER, Frederick et al (Org.). *Além da liberdade: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORREA, M. *As Ilusões da Liberdade*: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 2a.ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

COSTA E SILVA, Marina Guedes. *A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926)*. 2009. 150p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Instituto de Radium de Minas Gerais: vanguarda na radioterapia no Brasil, 1923-1935. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, out-dez. 2014, p. 1235-1260.

DAIBERT, Robert. A religião dos Bantus: novas leituras sobre os calundus no Brasil Colonial. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 28. No. 55, p. 7-25.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura*: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: As artes de fazer. 16. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [2009]. v. 1.

DIAS, Pe. Francisco Martins. *Traços Históricos e Descriptivos de Bello Horizonte*. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1997 [1897].

DUARTE, Mariana Falcão. *Figuras do Dissenso:* a subjetivação política na construção de novas memórias para a cidade de Belo Horizonte. 2017. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2017.

DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde*: A trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Hucitec; Editora UFMG (com apoio do MinC-Pró-Memória Instituto Nacional do Livro), 1988.

____. República e Trabalho no Registro da Burguesia – notas de pesquisa. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, UFMG, N.8 / *Revista do Departamento de História*, n. 10 (Número Conjunto), Belo Horizonte, 1990.

____. *BH – Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1996.

____. Inventários do Cotidiano de uma *famiglia*. Histórias de vida e memória das cidades. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 20, p. 34-37, 1999.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 2 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação*: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909-1934. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

FLORENTINO, Manolo Garcia; GOES, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico (Rio de Janeiro, c. 1790-1850). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*. v.1, n.16, p. 09-36. São Paulo, mar-ago/1988a.

____. Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro; Brasília, Paz & Terra;CNPq, 1988b.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997. 316p.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques, vadios na Bahia do século XIX.* São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

____. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1890-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

____. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo bahiano após a Abolição. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009.

FREIRE, Jonis. Comércio local: tráfico interno de escravos em Juiz de Fora (MG), segunda metade do século XIX. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6 Nº 10 Jan-Jun 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala.* 6a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950 [1933].

_____. *Sobrados e Mucambos.* Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977 [1936].

FRIEIRO, Eduardo. O romancista Avelino Fóscolo. In: FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

GOMES, Angela de Castro. (Org.) Minas e os fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOMES, Ângela Maria da Silva. Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

____. Etnobotânica e territorialidades negras urbanas da grande Belo Horizonte: terreiros e quintais. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões Urbanas e Racismo*. Petrópolis, RJ; Brasília, DF: DP et alii; ABPN, 2012 – pp. 276-309. (Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Interiorização e os quilombos em São Paulo. *Iberoamericana*, XI, 42 (2011), p. 93-109.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As Margens da Liberdade*: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fapemig | Fino Traço Editora, 2011.

GUIMARÃES, Berenice. *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945.* 1991. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Rio de Janeiro/RJ, 1991.

____. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

____. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação*: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1996a.

GUIMARÃES, Elione. S. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*: Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo, Annablume; Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2006.

____. Memórias históricas de movimentos rurais – Juiz de Fora na passagem do século XIX ao XX. *Tempo – Revista Digital do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.* Niterói, RJ: vol. 11, n.22, jan. 2007. p. 58-79.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Negros no estúdio do fotó- grafo: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. 357p.

LARA, Silvia Hunold. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. (p. 69-93).

LEITE, Rogério Proença, *Contra-usos da Cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Campinas/Aracaju, Editora Unicamp/Editora UFS, 2007.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil*: o caso de Morro Velho. Belo Horizonte : Itatiaia, 1984.

____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. 100 anos da Abolição 1888-1988).

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Caso Oblíquo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARQUES, Carlos Eduardo. Bandeira Branca em Pau Forte: *A senzala de São Benedito e* Quilomblé *Urbano de* Manzo Ngunzo Kaiango. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2015.

MARQUES, Carlos Eduardo; SIMIAO, Daniel S. ; SAMPAIO, Alexandre L. Territórios, identidades e direitos entre os Quilombos Urbanos de Belo Horizonte: o

caso de Mangueiras. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Waner Berno (et al). (Org.). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social*: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. 1ed.Manaus: UEA Edições, 2012, v. 1, p. 147-161. Disponível em: <http://goo.gl/NR25W6>. Consulta em: 05.05.2016.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória: o Reinado do Rosário no Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza Edições : São Paulo: Belo Horizonte, 1997.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

MATOS, Cordelina Silveira. Fazendas antigas de Belo Horizonte. Estado de Minas, Belo Horizonte, 22 dez. 1977. *Apud* PEDERZOLI, Aurora. Uma releitura. In: BELO HORIZONTE. *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003. (Caderno 1) (p. 18).

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. [3ª. ed. revi.] Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.

MATTOS, Hebe. Prefácio. In: COOPER, Frederick et al (Org.). *Além da liberdade: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

____. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 104-111, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MELLO, Ciro Flavio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

MENDES, Oscar. Razões desta edição. In: FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Prefácio de Eduardo Frieiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II).

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Leis para os que se irão buscar”: imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 63-85, jan/jun. 2012. Editora UFPR.

MEYER, Marileide Lázara Cassoli; GONÇALVES, Andrea Lisly. Nas fímbrias da liberdade: agregados, índios, africanos livres e forros na província de Minas Gerais (século XIX). In: *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, v.27, n.46: p. 645-663, jul/dez 2011.

MORAIS, Mariana Ramos. *Nas teias do sagrado*: Registros da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte. Belo Horizonte, Espaço Ampliar: 2010.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. (p. 124-139),

NuQ/UFMG. Quilombo de Mangueiras, em Belo Horizonte, pode ser impactado pela Copa de 2014. Disponível em: <http://goo.gl/iWbshk>. Consulta em: 25.01.2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. *Prescrições para o futuro*: Belo Horizonte entre processos de modernização. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Populações meridionais do Brasil*: história, organização, psycologia. Rio de Janeiro, RJ: Monteiro Lobato, 1920.

____. *O ocaso do Império.* 3a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 19-- [1959].

OSORIO, Rafael Guerreiro. A Classificação de Cor ou Raça do IBGE Revisitada. In: PETRUCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Col. Estudos & Análises | Informação Demográfica e Socioeconômica, p. 78-94.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PEREIRA, Josemeire Alves. Os herdeiros negros da “Fazenda Bom Sucesso” e a população negra na história de Belo Horizonte (MG). *Revista história, histórias* –

Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília, V. 4, n.8, 2016a.

____. Personagens negras em narrativas sobre Belo Horizonte. *Anais do V Encontro de Pesquisa em História/UFMG*. Belo Horizonte, 6 a 10 de junho de 2016.

____. Histórias familiares, trajetórias e experiências de liberdade de afrodescendentes em Belo Horizonte. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 27 a 31 de julho de 2015.

____. Dos que chegam e dos que ficam: migrantes negros em Belo Horizonte (1897-1950c.). *Anais do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Niterói, 10 a 12 de julho de 2015.

____. *O tombamento do "Casarão da Barragem" e as representações da favela em Belo Horizonte.* 2012. 250f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/fvZTKt >. Consultado em: 27.jul.2015.

PEREIRA, Maria Bernadeth. *Escola de Aprendizes e Artífices de Minas Gerais*, primeira configuração escolar do CEFET – MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1941). 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2008.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Col. Estudos & Análises | Informação Demográfica e Socioeconômica.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Col. Estudos & Análises | Informação Demográfica e Socioeconômica.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1928 [1997].

PINHO, Osmundo Santos de Araujo, *Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no Centro Histórico de Salvador*, Dissertação de mestrado, Campinas, Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp, 1996.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. *Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango – Belo Horizonte/Minas Gerais*. 2012. (Dissertação) Mestrado em Geografia. Belo Horizonte: Instituto de Geociências/UFMG, 2012.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A Família Negra no Tempo da Escravidão*: Bahia, 1850-1888. 2007. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: 2007.

____. *Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX*. Salvador,BA: Edufba, 2001.

REIS, Liana Maria dos. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira* – 1850/1888. (1993). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 1993.

RESENDE, Luciana Lelis. *A Relação entre o Sagrado e o Profano na Paisagem Urbana*: a Igreja Católica e a Umbanda como agentes atuantes na paisagem urbana. 2015. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Escola de Arquitetura, UFMG, 2015.

REZENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos* Políticos. Belo Horizonte, UFMG (30) p. 601. *Apud* Dutra, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Hucitec; Editora UFMG (com apoio do MinC-Pró-Memória Instituto Nacional do Livro), 1988.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação*: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

RIBEIRO, Andréia. *Representações e práticas cotidianas de um bairro belorizontino*: o Concórdia. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997(Coleção cidade aberta).

ROMANO, Olavo. *Muito Além da Cidade Planejada*: uma contribuição à História da região nordeste da Capital. Belo Horizonte: Colégio Magnum Agostiniano, 1997.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade*: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918). 2014. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2014.

RUBINO, Silvana, "'Gentrification': notas sobre um conceito incômodo" In: Maria Cristina Schicchi (org.) & Dênio Benfatti (org.), *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas/ Rio de Janeiro, PUC-Campinas/ Prourb-UFRJ, 2003.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis*: O Progresso Como Missão. Belo Horizonte: Ed. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (Col. Centenário).

SANTOS, Antonio Bispo. *Colonização, Quilombos*: modos e significações. Brasília: UnB, 2015.

____. Somos da terra. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>. Consulta em: 12.Set.2019.

SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano*: São Paulo e a Pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998.

SANTOS, Renato Emerson. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis,

RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012 – pp. 36-67. (Coleção Negras e negros: pesquisas e debates).

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. O espetáculo das raças. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [2008].

SENNA, Homero. *Sabadoyle*: histórias de uma confraria literária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

SILVA, Ligia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio*: efeitos da Lei de 1850. 2ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

SILVA, Lisandra Mara. *Propriedades, Negritude e Moradia na Produção Social da Segregação Racial da Cidade:* cenário de Belo Horizonte. 2018. Dissertação. (Mestrado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Lisandra Mara; PEREIRA, Josemeire Alves. O estigma do invasor na produção do espaço urbano: o caso de Belo Horizonte. *In*: PEREIRA, Josemeire Alves; LIBÂNIO, Clarice. (Org.) *Periferias em Rede*: experiências e perspectivas. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

SILVA, Lúcia Helena de Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro Pós-Abolição.* (1888-1926). São Paulo: Humanitas Usp, 2016.

SILVA, Regina Helena Alves; SILVEIRA, Anne Jackeline Torres. *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, 1994.

SILVA, Regina Helena; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. Projeto História, n. 17, 1998.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. *et. al*. Quilombos Urbanos em Belo Horizonte: As comunidades Mangueiras e Luízes. *Revista Pensar BH/Política Social.* Belo Horizonte, maio de 2009. (p. 19-23).

SINGER, Paul Israel. Belo Horizonte. In: *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Pôrto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1974 (1ª. impressão).

SLENES, Robert W. *Malungu N'goma vem!* África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP* (Dossiê 500 ANOS DE AMÉRICA). n. 12. São Paulo, 1992.

____. *Na Senzala, Uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W.; VOGT, Carlos; FRY, Peter. Histórias do Cafundó. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó*: a África no Brasil – Linguagem e sociedade [com a colaboração de Robert W. Slenes]. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SOUSA, Giuliano Glória. *Negros Feiticeiros das* Geraes*:* Práticas mágicas e cultos africanos em Minas Gerais, 1748-1800. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei (MG), 2012.

SOUZA, Edinelia Maria de Oliveira. Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960). In: *Projeto História*, São Paulo, (18) mai. 1999.

____. História Oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. In: *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./-dez. 2013.

SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados*: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). 1.ed. São Paulo: Alameda, 2013.

UFMG. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Sócio-cultural do Quilombo de Luízes - Belo Horizonte-MG. NuQ/UFMG. Outubro de 2008.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. Histórias do Cafundó. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó*: a África no Brasil – Linguagem e sociedade [com a colaboração de Robert W. Slenes]. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

WHIRT, Jonh. *O Fiel da Balança:* Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). [Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

APÊNDICES

A) Materiais do acervo do Movimento Dona Vilma Fica (2018)

Logomarca do Movimento Dona Vilma Fica

Cartaz utilizado na mobilização em apoio a Dona Vilma

Registro fotográfico de um dos encontros de apoiadoras/es em casa de Dona Vilma e sua família

Registro fotográfico de um dos encontros de apoiadoras/es em casa de Dona Vilma e sua família

Registro fotográfico de um dos encontros de apoiadoras/es em casa de Dona Vilma e sua família

Registro fotográfico de um dos encontros de apoiadoras/es em casa de Dona Vilma (2ª. à esq.), com participação da escritora Conceição Evaristo, Suely Virgínia e Macaé Evaristo

Registro fotográfico de um dos encontros de apoiadoras/es em casa de Dona Vilma e sua família, com participação da Ex-Ministra Profa. Dra. Nilma Lino Gomes. Miriam Aprígio Pereira, aparece ao fundo, à direita.

Grafite realizado durante uma das ações promovidas pelo Movimento

B) Programa da Exposição NDÊ! Trajetórias afro-brasileiras em Belo Horizonte (2018-2020)

Carnaval – Escola de Samba "Monte Castelo".
Autoria não identificada, 15 de janeiro de 1949 | Acervo MHAB

Visitação:
terça, sexta, sábado e domingo: das 10h às 17h
quarta e quinta: das 10h às 18h30

ENTRADA GRATUITA

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO

Av. Prudente de Morais, 202 – Cidade Jardim
30380-002 – Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3277-8573
mhab.fmc@pbh.gov.br – bhfazcultura.pbh.gov.br

CULTURA

PREFEITURA BELO HORIZONTE
GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura, convida:

NDÊ!

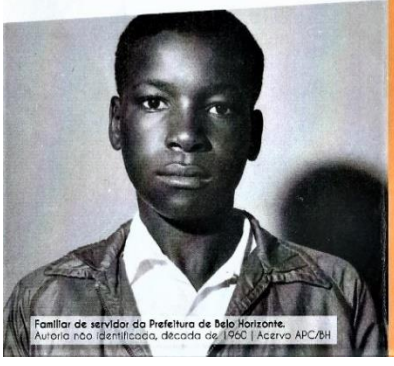
Trajetórias AFRO-BRASILEIRAS em Belo Horizonte

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura, apresenta, a partir do dia 29 de novembro de 2018, a exposição NDÊ! Trajetórias afro-brasileiras em Belo Horizonte. A mostra acontecerá no Museu Histórico Abílio Barreto no ano em que a instituição, originariamente intitulada Museu Histórico de Belo Horizonte, completa 75 anos.

O foco da exposição, que exibe cerca de 300 peças, é apresentar a multiplicidade e a diversidade de contribuições africanas e afro-brasileiras para a construção da história de Belo Horizonte: lacuna recorrente na produção das narrativas históricas oficiais sobre a cidade. A mostra marca um importante momento de diálogo e de valorização da cultura negra, além do reconhecimento pela contribuição cultural na formação da sociedade belo-horizontina.

Boa visita!

Secretaria Municipal de Cultura / Fundação Municipal de Cultura - Novembro de 2018


Familiar de servidor da Prefeitura de Belo Horizonte.
Autoria não identificada, década de 1960 | Acervo APC/BH

Movimento de associações de bairro.
Autoria não identificada, década de 1980 | Acervo MHAB

Ndê! Anda! Caminha! Vá sem receio! Muitas famílias negras reconheceriam nessa expressão em Kimbundu - língua dos povos Bantu que predominaram em Minas e no Arraial do Curral Del Rey, por força da escravidão - a voz atenta de alguma ancestral. É provável que, para os milhares de Congos, Angolas, Benguelas, Cabindas, Moçambiques, Minas, Monjolos e seus descendentes, vivendo nestas terras, amparo e força dessa natureza tenham sido fundamentais.

Em sintonia com o propósito do Museu Histórico Abílio Barreto/MHAB em abordar o tema da presença negra no território do Curral Del Rey/ Belo Horizonte, surgiu a proposta curatorial de Ndê!. Esse projeto deriva da aparente contradição entre a preponderância da população afrodescendente no local e de sua invisibilidade nas narrativas historiográficas e na construção de memórias.

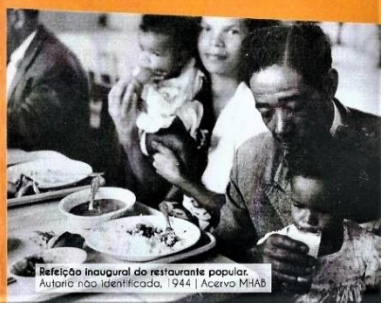
Invisibilidade e silenciamento são, contudo, expressões viscerais do racismo a estruturar a desigualdade no país. Assim, políticas de promoção de acervo e programas de instituições museais e arquivísticas voltados para a produção ética e diversificada de representações sociais, são fundamentais para que o direito universal à memória não seja reduzido ao privilégio de alguns grupos étnicos-raciais.

As trajetórias e experiências afro-brasileiras aqui suscitadas tecem a trama desta exposição, que evidencia Belo Horizonte alicerçada em um território negro. Evocadas por meio dos acervos compartilhados por diversas\os parceiras\os negras\os da cidade, essas trajetórias dialogam e complementam outras vozes trazidas à luz a partir da acolhida do MHAB à proposta de revisitar seus acervos.

O conjunto apresentado constitui-se de imagens e vozes de mulheres e homens de origem africana, captados em situações diversas de trabalho, lutas políticas, insurgências, religiosidades, vida familiar, em diferentes temporalidades. Os diversos objetos aqui expostos convidam a perceber a presença forte e fundamental da população negra neste território, produzindo-o e sendo dele, no entanto, alijada. Essas experiências têm legado epistemologias afrodiaspóricas que se oferecem como importantes referenciais para histórias ainda não fabuladas, para outros projetos de cidade.

O convite, pois, é ao constante aprendizado. Ndê!

Josemeire Alves e Simone Moura - Curadoras


Refeição inaugural do restaurante popular.
Autoria não identificada, 1944 | Acervo MHAB

C) Fotografias Exposição NDÊ!

Fonte: PBH/Ascom

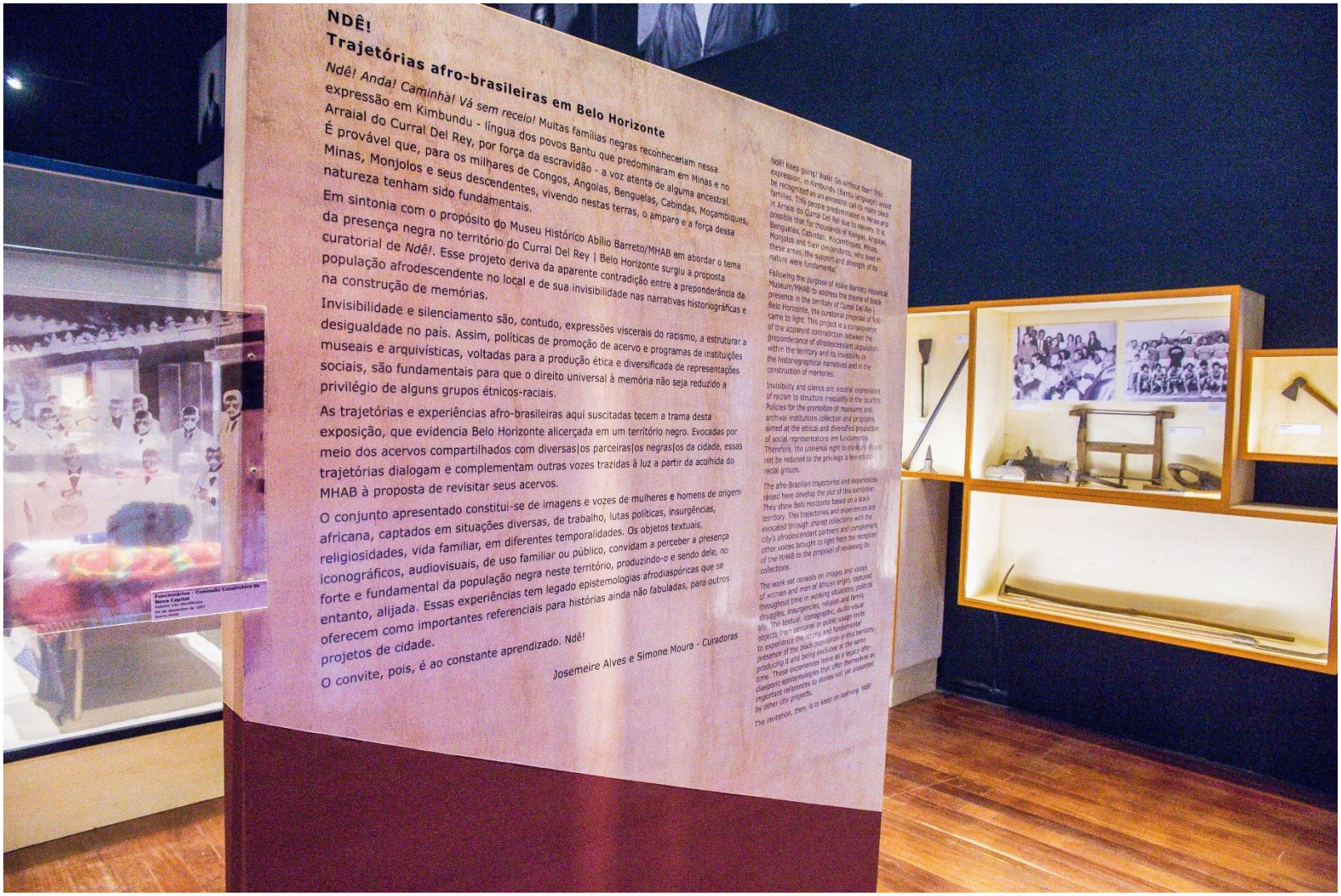
Fonte: PBH/Ascom

Fonte: PBH/Ascom

Fonte: PBH/Ascom

Fonte: PBH/Ascom

Fonte: PBH/Ascom



Fonte: PBH/Ascom